



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PREPG  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS – PPGPP**



**NATASHA KARENINA DE SOUSA REGO**

**ANCESTRALIDADES E LUTA PELO TERRITÓRIO NO QUILOMBO URBANO DA  
BOA ESPERANÇA A PARTIR DO PROJETO MULHERES NOS TERREIROS DA  
ESPERANÇA**

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elaine Ferreira do Nascimento  
Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Raimunda Penha Soares

**TERESINA-PI**

**2024**

**NATASHA KARENINA DE SOUSA REGO**

**ANCESTRALIDADES E LUTA PELO TERRITÓRIO NO QUILOMBO URBANO DA  
BOA ESPERANÇA A PARTIR DO PROJETO MULHERES NOS TERREIROS DA  
ESPERANÇA**

Tese de Doutorado em Políticas Públicas apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da  
Universidade Federal do Piauí, como requisito final para  
obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elaine Ferreira do Nascimento  
Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Raimunda Penha Soares

**TERESINA-PI**

**2025**



FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras  
Serviço de Processamento Técnico

R343a      Rego, Natasha Karenina de Sousa.  
              Ancestralidades e luta pelo território no quilombo urbano da  
Boa Esperança a partir do Projeto Mulheres nos Terreiros da  
Esperança / Natasha Karenina de Sousa Rego. -- 2024.  
              229 f. : il.

              Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de  
Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em  
Políticas Públicas, Teresina, 2024.  
              “Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra.Elaine Ferreira do Nascimento”.

              1. Quilombo. 2. Boa Esperança. 3. Ancestralidades  
afropindorâmicas. 4. Interseccionalidade. 5. Mulheres nos Terreiros  
da Esperança. I. Nascimento, Elaine Ferreira do. II. Título.

CDD 305.8

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque – CRB3/1353

NATASHA KARENINA DE SOUSA REGO

**ANCESTRALIDADES E LUTA PELO TERRITÓRIO NO QUILOMBO URBANO DA  
BOA ESPERANÇA A PARTIR DO PROJETO MULHERES NOS TERREIROS DA  
ESPERANÇA**

Defesa de Tese de Doutorado em Políticas Públicas  
apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas  
Públicas da Universidade Federal do Piauí, como requisito  
final para obtenção do título de Doutora.

Tese defendida e aprovada em:

Banca examinadora:

---

Prof. Dra. Elaine Ferreira do Nascimento  
Orientadora  
Universidade Federal do Piauí – UFPI

---

Prof. Dra. Maria Raimunda Penha Soares  
Coorientadora  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Prof. Dr. Rafael Fernandes de Mesquita  
Universidade Federal do Piauí (UFPI) (interno)

---

Prof. Dr. Maria do Socorro da Silva Arantes  
Universidade Federal do Piauí (UFPI) (interna)

---

Prof. Dra. Valéria Cristina Gomes de Castro  
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) (externa)

---

Prof. Dr. George André Lando  
Universidade de Pernambuco (UPE) (suplente)

TERESINA-PI

2025

*In Memoriam*

Isabel de Paula Souza (dona Isabel)

Maria Nilma Albuquerque Dias (tia Nilma)

Osmarina Moura Bezerra

Juracy Evangelista da Silva (tio Juracy)

Maria Sueli Rodrigues de Sousa

Francisca das Chagas de Oliveira (tia Chica)

Lourdes da Silva Petronilho

Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo)

Maria das Graças Oliveira Silva (tia Graça)

Isabel Cardoso do Rêgo (tia Isabel)

Jezebel Mwangi Ribeiro do Nascimento (Muri)

Raquel Araújo Silva (matriarca da família Fúria)

Washington Luis Soares Santana

Luís Henrique Pereira de Santana

Elio Ferreira de Souza

Hugo Jardel Barros de Abreu

Janaína da Silva Bezerra

Paloma Amaral

às vítimas da pandemia da covid-19 e  
da violência contra os/as defensoras de direitos humanos.

Dedico este trabalho à Maria Sueli Rodrigues de Sousa pelo compromisso com a vida e à comunidade da Boa Esperança pela reexistência.

## AGRADECIMENTOS

Há muito tempo que eu saí de casa  
Há muito tempo que eu cai na estrada  
Há muito tempo que eu estou na vida  
Foi assim que eu quis, e assim eu sou feliz  
Principalmente por poder voltar  
A todos os lugares onde já cheguei  
Pois lá deixei um prato de comida  
Um abraço amigo, um canto pra dormir e sonhar  
E aprendi que se depende sempre  
De tanta, muita, diferente gente  
Toda pessoa sempre é as marcas  
Das lições diárias de outras tantas pessoas  
E é tão bonito quando a gente entende  
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá  
É tão bonito quando a gente sente  
Que nunca está sozinho por mais que pense estar  
É tão bonito quando a gente pisa firme  
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos  
É tão bonito quando a gente vai à vida  
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração.  
(Gonzaguinha)

Ô de casa! Peço licença às mais novas, mais velhas e à Boa Esperança para contar uma história nossa. À bença as minhas ancestrais! Sankofa é a tônica deste trabalho, no aprendizado africano de voltar e pegar, porque não é errado voltar pelo que esquecemos! Sankofa é provérbio e ideograma africano (adinkra) que significa “Se wo were fi na wo sankofa a yenkyi” ou “nunca é tarde para voltar e apanhar o que ficou para trás”. Simboliza a “sabedoria de aprender com o passado para construir o futuro” (Nascimento, Gá, 2022, p.27).

A Exú, Deus, natureza, ancestrais e ancestralidade, orixás, encantados e amizades espirituais, pela proteção. Agradeço a mim, pela vida, aqui e agora; pelas escolhas que me conduziram ao Quilombo Urbano da Boa Esperança e ao Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (PPGPP-UFPI), na encruza prenhe de possibilidades entre ensino, pesquisa e extensão; aos choros, músicas, escritas, pinturas, desenhos, amores, cores, fantasias, plantas, costuras, tranças, danças, suores, rezas, velas, festas, comes e bebes, banhos de rio Parnaíba, caminhadas, águas e exercícios que mantiveram meu corpo-quilombo consciente de mim e do Tempo.

À palmeira ancestral em nossa antiga casa de Amarante pela escuta, sombra, (des)(re)aprendizados e por levar minhas angústias, dúvidas e tristezas, por meio de suas raízes e lençóis freáticos, pro fundo do mar. A todas as plantinhas e árvores que cultivei, especialmente as que achei jogadas na rua, como lixo, e reeditei, botei meus dedinhos verdes

e as trouxe à vida. Aprendemos muito juntas, obrigada. Aos rios Parnaíba, Poti, Canindé e Mulato pela permanência, pontes, lajeiros, canoas, pescadores e tibungadas.

Às minhas bisavós Guilhermina (*in memoriam*), das Ameixas; Raimunda Rosa (*in memoriam*), das Lagoas; Luisa (Iaiá) (*in memoriam*), do Crauno; e às avós Emiliana (*in memoriam*) das Ameixas e Rosa Diva (*in memoriam*) do Craúno; pelas gestações, fazeres, saberes, sonhos, inspirações e realidades tradicionais, originárias e afro diaspóricas. Convivi tão pouco com vocês e as amo tanto, espero ser orgulho pra vocês, só isso, vós. Ao André de Sousa Vieira, o cientista, pelas histórias de cura e espiritualidade que me chegam até hoje. Ao ioiô Raimundo Craúno e ao bisavô Francisco André pela vida de vaqueiros. Ao vô Paulo, por seguir vivo, divertido e raiado; pelas histórias dos antigos e de almas, piadas, sorrisos; por me dedicar uma música naquela seresta e me levar pra acender vela no cemitério. A este agradeço por ser meu livro aberto, onde conheci as covas, as lápides e as histórias dos meus antepassados; e ter o céu mais bonito do mundo todo.

Ao Pádua, pai, e Rosa, mãe, pela vida, ancestralidade, amor e carinho, (des)(re)aprendizados de ser família e cultivo do jardim e quintal onde posso amar a natureza. Se estou aqui, consciente, crítica e humana, foi pelas mãos e caminhos abertos por vocês, que me ensinaram a ouvir, criar e contar histórias. Ao Erich, irmão, porque sou porque nós somos (ubuntu). Sem você, nada seria. Aprendemos a ser gente juntos, você é o amor da minha vida. À Luísa, criança mágica, nossa mais nova professora do reaprender. Ao Craúno que tem me dado tanto!

Ao Hudson Valente, companheiro de vida, pelas aventuras, travessias, caminhadas, mudanças, reparações, paciência, amor e carinho. Do rol dos imprescindíveis. Às princesas e príncipes do reino animal Laika (*in memoriam*), Coalhada (*in memoriam*), Duque (*in memoriam*), Nina, Mandela, Lilu, Pitomba, Quincas e Totó. Ao Pinto (galo), Orestes (sapo-mãe) e filhotes, soins (pequenos macacos da região), carambolos (calangos), sapinhos e passarinhos que habitam a casa-floresta mágica. Ao cachorro mais descolado de Amarante, Camisa 10, por ser bandoleiro. Aos jacarés que aparecem na antiga vizinhança. A todas as aves, pássaros e passarinhos pela companhia, especialmente às garças da nova vizinhança. A Palome, que me fez amar os gatos.

Ao Quilombo Urbano da Boa Esperança pela parceria, (des)(re)aprendizados, memória, resistências e lutas de um povo que não arreda o pé. D. Davina, Maria Lúcia, Fran Oliveira, Idalina Oliveira, Miúda, Novinho Oliveira, Arnaldo Oliveira, BaiBai, Isabel Jardim, gratidão pelas histórias contadas e compartilhadas. De novo, de forma específica, agradeço a

Maria Lúcia pela intelectualidade corajosa, generosidade, amizade e bravura. À Sarah F. Santos, Carmen Kemoly, Lucas Coelho Pereira, Danielle Soares, Glaudson Lima, Luan Rusvel, Stenny Diego, Gustavo Leite, Luan Matheus e Douglas Amaranes pela produção de conhecimento científico e popular coletiva. Aos professores Fernando Santos, Sueli Rodrigues (*in memoriam*), Lucineide Barros, por serem exemplos da docência que derruba os muros da universidade e colore o mundo. É com/por/para você, Sueli! Às professoras Danielle Annoni e Fernanda Barros pelas orientações nas pós-graduações em Santa Catarina e no Rio de Janeiro. Ao professor Marildo Menegat pelas trocas afetuosas em tempos de catástrofe.

Às pesquisadoras Kary Coimbra, Léia Lima e Luara Dias, pela força e referência, especialmente na ocasião da preparação e ingresso no PPGPP-UFPI. Às professoras que participaram do processo seletivo, técnicos e Coordenação do Programa pela prestação de serviço público de qualidade. Às professoras Solange Teixeira, Cirlene Oliveira, Sofia Laurentino, Dalva Macedo pela docência-pesquisa afetuosa. Às colegas de orientação Naina Jéssica, Kananda Lustosa, Rodrigo Aragão, Márcia Galvão e Brenna Galtierrez pelas trocas. Às ingressantes do seletivo 2021 Ana Vitória Sousa, Jessyka Rodrigues, Ana Kelma, Ana Karla Sousa, Adriana Barros e Moana Oliveira, pelo encontro, aprendizados e força especialmente no ensino remoto. Ao Libni Milhomem, Marta Bramuci e Jordoa Moreira pelos surtos e potências. À orientadora Elaine Nascimento e à coorientadora Rai Soares pelo apoio na pesquisa e vida. Aos professores Rafael Fernandes e Valéria Castro pelas contribuições nas qualificações e arguição da tese. A professora Socorro Arantes pelo reencontro e participação na defesa. Ao professor Giorge Lando pela disponibilidade e confiança. À professora Luanda Sito pela generosidade. A professora Ana Godoy pela leitura e construção da confiança.

À Lorena Varão, pela parceria intelectual, acadêmica e afetiva imprescindível a este projeto de doutoramento mútuo e à vida. À Anna de Almeida, Nadja Carvalho, Lara Matos, Thais Guimarães, Amina Andrade, Dani Marques, Rowena Almeida, Lívia Moura, pela prática libertadora do amor entre mulheres. À Malú Porto, Geisiane Dias, Gislaine de Paula, Luísa Câmara, Camila Vasconcelos, Ana Laura Vilela, Bárbara Bruma pela diversidade de ser mulher. Ao Álvaro Dias, Bruno Bandeira, Jefferson Snard, Alencar Santos, Lucas Vieira, Iago Masciel, Valério Negreiros, Francisco Gomes e Phillip Marinho, por serem homens que se desafiam diferentes. À Rita Ribeiro, Leninha Claudino, Nilma Albuquerque (*in memoriam*) pelas maternidades fora do peito. À D. Helena (*in memoriam*), pelo carinho, doçura e acolhida enquanto neta. Ao tio Antônio e a tia Isabel (*in memoriam*) por nos mostrarem o amor à natureza e a biointeração. Às mulheres. Aos de fé. Às galeras dos grupos de zap



“mamacos”, “Insuportáveis” e “Reino dxs Equilibradx” que seguraram na minha mão e nos memes.

À Veronica Viana, Carmen Kemoly, Mona Lima, Bruna Steffani, Bárbara Crateús, Rodrigo Portela, João Pedro Monteiro, Gabriela Almeida, Lourival de Carvalho, Lucas Araújo, Marcus Vinicius, Marcelo Filho, Matheus Asmassallan, Ceci Martins, Paulo Leôncio, Letícia Lima, Lucas Machado, Lucas Viana, Antônio Francisco, Carmen Viana, Raíza Feitosa, Anne Piauilino, Deborah Cavalcante, Renzyo Santos, Luana Gomes, Victor Carvalho, Karla Luz, Thi Santos, Mariana Soares, Lucas Martins, Ícaro Honório, Lázaro Lima, Eduardo Gabriel Machado, Ana Beatriz Ferreira, Ryan Oliveira, Manu Ferreira, Ianara Alencar, Dannila Borges, Liza Nery, João Victor Tipuá, Lucas Maurílio, Yanca Area, Júlio Max, Ulysses Sousa, Pedro Henrique, Bruna Ferreira, Ayan Gomes, Maria Antônia Vieira, Thiago Barrozo, Kaytson Wesllen, Árion Bartira, Diego Silva, Luiz Felipe Brandão, Marta Ravenna, Gabriela Sá, Diego Santos, Flávia Amaral, Sérgio Pessoa, Gustavo Seferian, Carla Benitez, Felipe Estrela e tantos outros, por me ensinarem o Tempo todo.

Ao Centro de Assessoria Jurídica Universitária Popular (Cajuína), à comunidade do Cidade Jardim, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), RUA Juventude Anticapitalista, Movimento Negro Unificado (MNU), Rede de Educação Cidadã (RECID), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Coletivo Antônia Flor (CAF), sem os quais a práxis, os encontros e a Insurgência não seriam possíveis. A Osmarina Moura (*in memorian*) pela militância afetuosa e abraços.

Ao Cayo Cruz e ao Centro de Folclore e Arte Popular de Caxias (CEFOL), pela cultura popular. A família Labigó pela arte-educação, arte-abrigo, arte-ancestralidade. A Regina, Emiliana e Heloísa; Lívia, Clarissa e Beatriz; Aline e Tati; por serem primas-famílias na Diáspora. A Isabel Pio, Chico Noca, Lulu Costa, Ashley Costa, Lucas Costa, Dani Costa e dogs, pelo acolhimento em Amarante. Ao Dennis Sávio, às Deny Martins e Monyse Damasceno por me mostrar a vida e a Floriania por meio das lentes e encontros. A Tina Ribeiro, José e Dandara pela vivência quilombola, comunitária e carinhosa. A família Rêgo pelo acolhimento na época do mestrado.

Aos colegas de trabalho Ariete Bento, Jardel de Carvalho, Acacio Ribeiro, Jussivaldo Duarte, Ana Maria Andrade, Erivaldo Costa, Tatiana Gonçalves, Edna Senzako, Gisvaldo Oliveira, Jasmélia Guedes, Will Pessoa, Gardênia Saraiva e Adail Junior pelos aprendizados, cafés, merendas e burocracias compartilhadas. A Moana Oliveira e a Marta Bramuci, pela colaboração com as disciplinas enquanto estagiárias de pós-graduação. A Universidade

Estadual do Piauí (UESPI) pela concessão do afastamento parcial em dezembro de 2022, que abriu um pouco mais de Tempo para a escrita. Aos estudantes das disciplinas e orientandos pela criatividade, força, inspiração, compreensão e solidariedade comigo. A Universidade Federal do Piauí (UFPI) pelas tardes de estudo na biblioteca setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) em companhia das aves.

À Dani Marques, Renata Fortes, Diego Barbosa, Deborah Falconete, Mariana Gomes, Ananda Omati, Douglas Amaranes pelas transcrições. A Geisiane Dias e Lara Matos, pelas revisões desde a dissertação. A Karla Luz pela elaboração das linhas do tempo. Aos Congresso Internacional Mundos Indígenas e Congresso GRIOTS pelos abraços, afetos, encontros e experiências compartilhadas com pesquisadores queer, africanos, afro-brasileiras, indígenas e afro indígenas de todo o mundo.

Aos profissionais da educação física pelos ensinamentos do cuidado do corpo nas atividades físicas, especialmente à Ceição Lopes. À Silvânia Lima e Lóren-Lis Araújo pelo cuidado psicológico e incentivo ao desenvolvimento das minhas habilidades artísticas e sonhos. À Eduardo Batista pelo apoio psiquiátrico. À Jamaira, Luciane Costa (Lulu) e Leila Nascimento pelos serviços domésticos prestados a mim e às casas em que residi. Ao Studio Ozaíra Masciel pelo cuidado e bem estar promovidos. Ao Rodrolli pelas massagens relaxantes. Às cidades de Teresina, Amarante e Floriano pela garantia de morar, viver, trabalhar e estudar nas margens do rio Parnaíba.

Aproveito para agradecer os criadores e mantenedores do dicionário Priberam, serviço online de trabalho com pdf IlovePDF, biblioteca Scielo, plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube, programa Nvivo, Alan Turing e todos os que colaboraram com a criação e aprimoramento de *softwares*, *hardwares* e da *internet*. Por meio das tecnologias fiz uma *playlist*<sup>1</sup> para a tese que esteve comigo em todos os momentos, me inspirou e deu forças para continuar. Agradeço ao João Ferdnan (@joaoferdnan), Pequena Lô (pequenalo) e Bota Pó (@botaa\_po) por alegrar os meus dias com vídeos humorísticos, piadas e memes. João é um homem cis negro maranhense com deficiência. Lô é uma mulher cis branca mineira também com deficiência. Botinha é uma mulher trans branca maranhense. Que suas vozes e corpos plurais possam seguir divertindo e apaixonando dentro e fora da internet.

Essa tese atravessou uma pandemia, um governo genocida, uma Copa do Mundo, alguns carnavais, mudanças em 3 cidades e 4 casas, lutos, nascimentos, cultivo de bons e

---

<sup>1</sup> Para quem está curiosa, segue o link da playlist: <https://open.spotify.com/playlist/3bxA4CH7LtTecB7WK15LXj?si=730cb9bf93944d6e>. Acesso em 1 ago de 2024.

maus hábitos, crises de depressão e ansiedade, momentos de contentamento e exaustão. E passou. Tudo passa e a vida continua. O Tempo dá, o Tempo tira, o Tempo passa, a folha vira! (provérbio africano)

“Toda vida produz conhecimento.”  
(Maria Sueli Rodrigues de Sousa)

## RESUMO

A questão de pesquisa que suleia esta tese é: como as ancestralidades africanas, afro-brasileiras e indígenas (afropindorâmicas) são mobilizadas na luta pelo território? O objetivo geral é analisar como as ancestralidades africanas, afro-brasileiras e indígenas são mobilizadas, na dinâmica cotidiana, pelos moradores do Quilombo Urbano da Boa Esperança, convergindo em força e instrumentos de luta pelo território. Os objetivos específicos são: apresentar as categorias/contextos da pesquisa; entender a dinâmica da luta pelo território no Quilombo Urbano da Boa Esperança, por meio da interseccionalidade; identificar as ancestralidades africana, afrodescendente e indígena no Quilombo Urbano da Boa Esperança, na luta pelo território; refletir, por meio da interseccionalidade, como as ancestralidades africanas, afro-brasileiras e indígenas são mobilizadas pelos moradores no Quilombo Urbano da Boa Esperança, na luta pelo território. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, exploratória, com aporte bibliográfico e documental, em que se prioriza autorias negras, femininas e brasileiras. O cenário da pesquisa é o Quilombo Urbano da Boa Esperança, localizado na zona norte da cidade de Teresina-PI, território tradicional que luta pela permanência em suas casas. Os dados documentais foram cotejados do Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança (2018), produção audiovisual realizada com a comunidade, que tematiza a ancestralidade e a luta pelo território. As transcrições dos áudios do Projeto possibilitaram a coleta de dados organizados em tabelas a partir dos contextos: ancestrais/ancestralidade, luta pelo território e tecnologias ancestrais. A escrevivência (Evaristo, 2017) foi utilizada como recurso de escrita e produção de conhecimento por reconhecer que as minhas experiências enquanto mulher negra atravessam a forma como vivo e pesquiso. Dialogo com os intelectuais quilombolas Antonio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo (2015, 2023) e Selma Dealdina (2020); pesquisadores negros Beatriz Nascimento (2018), Abdias do Nascimento (2017, 2018), Lélia González (2020), Maria Sueli Rodrigues de Sousa (2021), Leda Maria Martins (2021). Com eles adensamos o debate teórico que sustenta esta tese e reconstruímos, do ponto de vista epistêmico, os contextos centrais deste trabalho: ancestralidade, quilombo, luta pelo território e moradia. Destaca-se a interseccionalidade, que permite a leitura e análise de como os entrecruzamentos de estruturas de poder operam nas vivências das mulheres negras, (Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2021), que foi utilizada para a análise dos dados. Quanto aos resultados, notou-se que: a comunidade da Av. Boa Esperança tem se identificado enquanto Quilombo Urbano da Esperança: de comunidade tradicional em virtude dos fazeres de olaria e vazante e da religiosidade de matriz africana foi-se percebendo que a forma de organização da vida, território e política são afrodescendentes e quilombolas. A luta da Boa Esperança também é sankofa: no Brasil a luta de povos indígenas, tradicionais e afrodescendentes pelo território e moradia é constante e rememora a própria luta para manutenção dos territórios pelos povos indígenas na invasão do Brasil e o sequestro em massa de africanos para escravidão e ocupação territorial. O Museu virtual e a Casa Maria Sueli são mecanismos de preservação das ancestralidades; histórias faladas, escritas e representadas; tecnologias ancestrais; encontros, trânsitos e processos entre a comunidade e a cidade e produção de futuro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ancestralidades afropindorâmicas; Boa Esperança; Quilombo; Interseccionalidade; Mulheres nos Terreiros da Esperança.

## ABSTRACT

The research question that guides this thesis is: how are African, Afro-Brazilian and indigenous (Afropindoramic) ancestries mobilized in the struggle for territory? The general objective is to analyze how African, Afro-Brazilian and indigenous ancestries are mobilized, in everyday dynamics, by the residents of Quilombo Urbano da Boa Esperança, converging in strength and instruments of struggle for territory. The specific objectives are: present the research categories/contexts; to understand the dynamics of the struggle for territory in Quilombo Urbano da Boa Esperança, through intersectionality; identify African, Afro-descendant and indigenous ancestries in Quilombo Urbano da Boa Esperança, in the struggle for territory; reflect, through intersectionality, how African, Afro-Brazilian and indigenous ancestries are mobilized by residents in Quilombo Urbano da Boa Esperança, in the fight for territory. This is research with a qualitative, exploratory approach, with bibliographic and documentary support, in which black, female and Brazilian authors are prioritized. The research setting is the Quilombo Urbano da Boa Esperança, located in the north of the city of Teresina-PI, a traditional territory that fights to remain in their homes. The documentary data was collated from the Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança (2018), an audiovisual production carried out with the community, which focuses on ancestry and the struggle for territory. The Project's audio transcriptions made it possible to collect data organized in tables based on the contexts: ancestors/ancestry, struggle for territory and ancestral technologies. The *escrivência* (Evaristo, 2017) was used as a writing and knowledge production resource to recognize that my experiences as a black woman permeate the way I live and research. Dialogue with quilombola intellectuals Antonio Bispo dos Santos, Nêgo Bispo (2015, 2023) and Selma Dealdina (2020); black researchers Beatriz Nascimento (2018), Abdias do Nascimento (2017, 2018), Lélia González (2020), Maria Sueli Rodrigues de Sousa (2021), Leda Maria Martins (2021). With them, we deepen the theoretical debate that supports this thesis and reconstruct, from an epistemic point of view, the central contexts of this work: ancestry, quilombo, fight for territory and housing. Intersectionality stands out, which allows the reading and analysis of how the intersections of power structures operate in the experiences of black women, (Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2021), which was used for data analysis. Regarding the results, it was noted that: the community of Av. Boa Esperança has identified itself as Quilombo Urbano da Esperança: a traditional community due to the making of pottery and ebb and religiosity of African origin, it was realized that the way of organization of life, territory and politics are Afro-descendants and quilombolas. The struggle for Boa Esperança is also *sankofa*: in Brazil the struggle of indigenous, traditional and Afro-descendant peoples for territory and housing is constant and recalls the struggle for the maintenance of territories by indigenous peoples in the invasion of Brazil and the mass kidnapping of Africans to slavery and territorial occupation. The virtual Museum and Casa Maria Sueli are mechanisms for preserving ancestries; spoken, written and performed stories; ancestral technologies; meetings, transits and processes between the community and the city and production of the future.

**KEYWORDS:** Afropindoramic ancestries; Quilombo; Territory; Intersectionality; Women in Terreiros da Esperança.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Maria Sueli Rodrigues de Sousa

Figura 2 – Autora de tatuagem de sankofa

Figura 3 - Sankofas gravadas em grade de metal

Figura 4 - Sankofa trançada em bolsa de palha

Figura 5 - Desenho de sankofa em casa do povoado Crauno em 2020

Figura 6 - Chinela concertada com prego

Figura 7 - Sousplat feito pela autora

Figura 8 - Autora dançando com cachorra

Figura 9 - Ata e palmeira na antiga casa da autora

Figura 10 - Autora sorrindo em caminhada

Figura 11 - Vinagreira

Figura 12 - Urucum

Figura 13 - Jenipapo

Figura 14 - Folha santa

Figura 15 - Penicilina

Figura 16 - Limoeiro

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|         |                                                         |
|---------|---------------------------------------------------------|
| BIRD    | Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento |
| CCHL    | Centro de Ciências Humanas e Letras                     |
| CDFS    | Centro de Defesa Ferreira de Sousa                      |
| IBGE    | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística         |
| Infopen | Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias     |
| Ipea    | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                |
| IPHAN   | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  |
| LGBT    | Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero                |
| MNU     | Movimento Negro Unificado                               |
| OIT     | Organização Internacional do Trabalho                   |
| ONU     | Organização das Nações Unidas                           |
| PLN     | Programa Lagoas do Norte                                |
| PMT     | Prefeitura Municipal de Teresina                        |
| PPGP    | Pós-Graduação em Políticas Públicas                     |
| PSOL    | Partido Socialismo e Liberdade                          |
| STF     | Supremo Tribunal Federal                                |
| SUAS    | Sistema Único de Assistência Social                     |
| SUS     | Sistema Único de Saúde                                  |
| TCC     | Trabalho de Conclusão de Curso                          |
| UESPI   | Universidade Estadual do Piauí                          |
| UFPI    | Universidade Federal do Piauí                           |
| UFRJ    | Universidade Federal do Rio de Janeiro                  |
| UFSC    | Universidade Federal de Santa Catarina                  |



## SUMÁRIO

|       |                                                                                                                                                              |     |
|-------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1     | EU, NATASHA, NO CAMINHO DAS ÁGUAS, PLANTAS E PESSOAS                                                                                                         | 19  |
| 2     | ASPECTOS INTRODUTÓRIOS E METODOLÓGICOS                                                                                                                       | 24  |
|       | CAPÍTULO 1 - CONTORNOS SOBRE ANCESTRALIDADE, MORADIA E LUTA PELO TERRITÓRIO                                                                                  | 40  |
| 1.1   | Ancestralidade                                                                                                                                               | 40  |
| 1.2   | Moradia                                                                                                                                                      | 44  |
| 1.3   | Luta pelo território                                                                                                                                         | 47  |
| 1.4   | As causas (motivações) que levam a desterritorialização de quilombolas                                                                                       | 52  |
| 1.5   | Consequências da desterritorialização física, mental e cultural / social                                                                                     | 53  |
| 1.6   | Quais as possíveis soluções para esse tipo de cenário?                                                                                                       | 55  |
|       | Capítulo 2 - O QUILOMBO URBANO DA BOA ESPERANÇA NA LUTA PELO TERRITÓRIO                                                                                      | 57  |
| 2.1   | Colonização, raça e resistências negras: as pessoas negras na escravidão e pós-escravidão                                                                    | 57  |
| 2.2   | O Quilombo Urbano da Boa Esperança e a luta pelo território                                                                                                  | 62  |
| 2.3   | Da luta pelo território no contexto do Programa Lagoas do Norte                                                                                              | 67  |
|       | CAPÍTULO 3 - ANCESTRALIDADES, QUILOMBO URBANO DA BOA ESPERANÇA E ESCRIVIVÊNCIAS                                                                              | 73  |
| 3.1   | Sankofa e escrevivências                                                                                                                                     | 73  |
| 3.2   | Das tecnologias ancestrais africanas, o Quilombo Urbano da Boa Esperança e escrevivências                                                                    | 81  |
| 3.3   | Espiritualidade/Ancestralidade                                                                                                                               | 88  |
| 3.4   | Saúde/Plantas                                                                                                                                                | 94  |
|       | CAPÍTULO 4 - ANCESTRALIDADES, TECNOLOGIAS E LUTA PELO TERRITÓRIO NO QUILOMBO URBANO DA BOA ESPERANÇA A PARTIR DO PROJETO MULHERES NOS TERREIROS DA ESPERANÇA | 101 |
| 4.1   | Moradia                                                                                                                                                      | 101 |
| 4.1.1 | Quintais e terreiros                                                                                                                                         | 104 |
| 4.2   | Cultura                                                                                                                                                      | 109 |
| 4.3   | Luta pelo território e Esperança                                                                                                                             | 112 |
| 5     | CONCLUSÃO - NÃO ARREDAR O PÉ TAMBÉM É BOA ESPERA(NÇA)                                                                                                        | 119 |
|       | REFERÊNCIAS                                                                                                                                                  | 124 |
|       | ANEXOS                                                                                                                                                       | 135 |

## EU, NATASHA, NO CAMINHO DAS ÁGUAS, PLANTAS E PESSOAS

“Eles vão falar que seu sucesso é macumba  
Sua dança é macumba, sua luta é macumba  
Olha esse peito olha essa bunda  
Só pode ser macumba”  
Attoxxa e Baco Exu do Blues - Tranca Rua

Todo pasa y todo queda  
Pero lo nuestro es pasar  
Pasar haciendo caminos  
Caminos sobre la mar  
Joan Manuel Serrat - Caminante no hay camino

Desde criança meus pais e tios brincam que preciso escrever a história do interior da minha mãe e parentes maternos, o Crauno, em São João da Serra, Piauí, devido a minha curiosidade em saber nossas histórias e genealogias e por ser tida como a intelectual da família. Contar histórias é tecnologia ancestral dos dois lados da minha família. Minhas avós foram exímias contadoras de histórias, assim como muitos tios e tias-avós, meu avô, pais, tios, primos e irmãos. Estar no Crauno é contar e ouvir histórias dos antigos e das almas. Consigo me ver e sentir deitada em uma rede num alpendre com o corpo atento para sentir e (des)(re)aprender.

Sou contadora de histórias. No trabalho de conclusão do curso de Direito na Universidade Federal do Piauí (UFPI) em 2011 contei a história dos elementos jurídico-políticos do pedido de extradição do imigrante italiano Cesare Battisti a partir das manifestações do Supremo Tribunal Federal (STF). Na dissertação de mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2014 foi a vez de contar sobre as violências ocorridas nos anos 2000 no presídio Urso Branco, que ensejaram a internacionalização do caso com a determinação de medidas a serem cumpridas pelo Estado brasileiro, por meio de políticas públicas, para interromper os massacres. No *paper* final da especialização em Movimentos Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2019 abordei a atuação do Movimento Negro Unificado (MNU) no Rio de Janeiro e no Brasil por meio de entrevistas com duas mulheres negras militantes idosas.

Com metodologias científicas que permitem abordagem qualitativa com dimensões bibliográfica, documental e observação participante faço ciência, produzo memória e colaboro com agências de pesquisa alinhadas aos direitos humanos, movimentos sociais e às políticas públicas. Em texto científico em que (des)(re)escrevo, me posiciono afinal escrita por mim e

comigo, em corpa, nas palavras e entrelinhas; dito e não dito; proposital e o que não me alcança.

O curso do mestrado (2012-2014) foi traumático pelo racismo e xenofobias vividos no sul do país; dificuldade de me comunicar com a orientadora do mestrado; vivências complexas e múltiplas na travessia que se colocou entre Piauí e Santa Catarina e continua, hoje, internamente no Piauí; opressões de gênero, raça, classe, sexualidade, geração, idade e outras expressas também na Academia, vista como centro de produção de conhecimento branco, como percebi. Foram mais de três anos para conseguir entregar a versão final da dissertação na biblioteca, requisito para a obtenção do diploma de mestrado.

Entendi que o que passei foi a articulação de opressões com sobrepujança do racismo: as humilhações que passei na banca de defesa, a dificuldade de conversar com a orientadora, o tratamento das pessoas sulistas brancas comigo, a autoestima baixa em relação à escrita e pesquisa são expressões do racismo. Para sobreviver e produzir ciência, os(as) companheiros(as) eram pessoas migrantes, LGBTQs, negras, com temáticas críticas, que gostavam de conversar, dançar, brincar, rir e estar ao ar livre juntas. Aquilombados: reivindicamos as tecnologias ancestrais de produção de vida e liberdade como aprendemos com os quilombolas. Assim:

O ato de se aquilombar, então, atravessa o tempo não apenas como memória, mas como metodologia de organização social, capaz de se adaptar às diferentes contingências vivenciadas pela população negra ao longo da história. Nessa travessia, o que observamos é a passagem do quilombo enquanto instituição para o quilombo como tecnologia. A essa tecnologia chamamos de aquilombamento, ou seja, o ato ou efeito de se aquilombar em diferentes circunstâncias (Souto, 2021, p. 152).

No processo de fechamento deste ciclo (2017), tive nitidez da necessidade de enegrecer as pesquisas e escritas no Brasil, país de maioria negra; aquilombar-me nesse intento e na sobrevivência na pós-graduação; e mudar de campo – sair do Direito e buscar centros de estudos interdisciplinares – o que me levou, anos depois, para a disciplina Intelectuais Negras da professora Giovana Xavier, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como estudante ouvinte (2017); e para a Especialização em Movimentos Sociais, promovida pelo Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Direitos Humanos da UFRJ (2017-2019); que fortaleceu minha autoestima enquanto escritora e pesquisadora para me inscrever e ser aprovada em 2º lugar no Doutorado em Políticas Públicas da UFPI (2020).

A história que, nesta tese, conto, conheci (e comecei a contar) antes de superar este trauma racial relatado, quando defendi a dissertação e voltei para a vida pública em Teresina-PI (2015). Procurei ex-professores engajados para conversar e meu orientador de

TCC Fernando Santos me convidou para acompanhar uma comunidade tradicional na Zona Norte da cidade que estava sendo removida de seu território e sofrendo violações de direitos humanos constitucionais e internacionais.

Apareci na primeira reunião, numa escola municipal, sábado de tarde, e reconheci vários conhecidos e amigos da militância dos movimentos estudantil e sociais: eram pessoas da minha geração, que também estavam formados ou se formando, inserindo-se no mundo do trabalho, fazendo pesquisa e extensão universitárias. Conheci as pessoas da comunidade e notei que quase todas éramos negras, uma ou outra pessoa ali presente era branca. A maioria eram mulheres cis: crianças e idosas. Esse momento foi uma roda de conversa com biscoitos, sucos, café e tubérculos cozidos e frutas colhidos nos quintais para a merenda.

As famílias que residem na Av. Boa Esperança, na beira do Rio Parnaíba, divisa com o Maranhão, foram ameaçadas pela Prefeitura Municipal de Teresina de remoção para a realização da segunda fase do Programa Lagoas do Norte, política pública financiada pelo Brasil, governo do Japão e Banco Mundial. Os profissionais e moradores se organizaram em um grupo de trabalho para identificar as demandas e discutir e planejar os passos a serem dados para assegurar a permanência – o que é chamado litigância estratégica (Varão, Rego, 2017).

Eu e a pesquisadora Lorena Lima Moura Varão percebemos, com a frequência nas reuniões, oficinas, atos e contatos, a presença majoritária das mulheres nos espaços; o caráter tradicional dos modos de vida da comunidade; os atravessamentos socioambientais no conflito; e a juridicidade nas violações de direitos de comunidades tradicionais. Entre 2016 e 2017 apresentamos o trabalho intitulado “O caso da luta das mulheres contra o deslocamento compulsório na Av. Boa Esperança, Teresina” no I Ciclo de Debates do Programa de Assessoria Jurídica Universitária Popular, em São Luís-MA e no VI Seminário de Direitos e Movimentos Sociais do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS) em Vitória da Conquista-BA, para analisar o protagonismo das mulheres na resistência ao deslocamento compulsório na Avenida Boa Esperança, Teresina-PI, com foco em documentar esta atuação de referência nas lutas em prol dos direitos à cidade e à moradia na cidade.

Ainda em 2017, apresentamos no XXVI Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), em Brasília, o trabalho intitulado “Impactos do Programa Lagoas do Norte na Av. Boa Esperança em Teresina-PI”, em que destacamos que o Programa em questão preza por um modelo de desenvolvimento que não envolve a participação de populações tradicionais como as da Av. Boa Esperança. Com as

pesquisas pudemos confirmar o protagonismo feminino na resistência a conflitos de ordem socioambiental e na luta pelo território e perceber a forma colonial como os projetos de desenvolvimento lidam com as populações tradicionais.

Ao decidir retomar a pesquisa com a Boa Esperança, em 2022, em sede de doutoramento, retorno em sankofa, para a necessidade de enegrecimento dos estudos em políticas públicas e aquilombamento para que seja possível. As mulheres negras da comunidade me fizeram perceber que a ancestralidade é praticar os saberes das minhas avós, pai e mãe, irmão e sobrinha, porque das mais novas às mais velhas todas temos o que ensinar e aprender; o movimento da vida, que não tem fim, é começo - meio - começo, como diz Nêgo Bispo; a ideia de Sueli Rodrigues de que todo ser vivo produz conhecimento. Segue linha do tempo que reúne alguns momentos da minha relação com a comunidade, narrados em capítulos seguintes.

Figura 1 1: Linha do tempo Vivências com Boa Esperança



Autoria: Karla Luz

Entre 2015 e 2017 atuei como assessora técnica do Centro de Defesa Ferreira de Sousa e em 2022 me reaproximei enquanto pesquisadora. O texto da tese é permeado de escritivências, experiências narradas em primeira pessoa para descrever, refletir e complexificar especialmente os debates sobre ancestralidade. Acima destaquei: 2015 - Início das minhas pesquisas junto a comunidade e participação em oficinas temáticas organizadas

pelos moradores e apoiadores da causa. Foi um período de ameaças de remoção e ebulição da luta pelo território; 2016 - Realização de bloco de carnaval, bingo, reuniões com o Banco Mundial e debate eleitoral marcaram a organização da comunidade para a preservação de seu território com realização de atividades culturais e políticas; 2023 - Inauguração da Casa Maria Sueli, realização de caminhada na beira do rio Parnaíba mediadas pela comunidade e reunião sobre o projeto Habitar - para realizar atividades sobre a importância da água para os moradores - marcam um momento em que a comunidade tem uma sede museológica para contar suas histórias e receber grupos de pessoas, ao passo que segue com as atividades ao ar livre e articulando-se nacionalmente por meio de projetos para seguir na luta; 2024 - Jantar com mulheres no 8M (8 de março - Dia internacional da mulher) com o Slam da Batalha das Marias foi destacado pelo momento afetivo de reunião de mulheres em sua data e pela ocupação do espaço por jovens e suas rimas.

As políticas públicas precisam olhar para trás e enxergar que a maioria da população e dos territórios brasileiros, desde os originários às gerações mais recentes, não é branca e não consegue ter suas demandas atendidas pela branquitude. A ancestralidade pode ser uma dimensão importante a ser considerada na elaboração de políticas públicas diversas e universais.

Escrever sobre ela no Quilombo da Boa Esperança é contar também minhas histórias de pertencimento, memória, quilombamento e produção do conhecimento científico. É uma encruzilhada de modos de viver, perceber e sentir a cidade de Teresina, na relação com o Poder Público, ocupação do território e produção de sentidos.

## ASPECTOS INTRODUTÓRIOS E METODOLÓGICOS

Hace algún tiempo en ese lugar  
 donde hoy los bosques se visten de espinos  
 se oyó la voz de un poeta gritar  
 "Caminante no hay camino,  
 se hace camino al andar..."  
 Golpe a golpe, verso a verso...  
 Joan Manuel Serrat - Caminante no hay camino

Este trabalho dialoga com as ancestralidades e a luta pelo território no Quilombo Urbano da Boa Esperança, comunidade que conheci por meio do trabalho de assessoria técnica no contexto do Programa Lagoas do Norte na cidade de Teresina, Piauí. Foi realizado no âmbito de doutoramento no Programa de Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí, área de concentração Estado, Sociedade e Políticas Públicas, linha Cultura e Identidade, que reúne pesquisas interessadas nos processos sociais e culturais e seus atravessamentos com as políticas públicas. Optou-se pelo estudo de fenômenos piauienses, por ser o estado sede da instituição de pesquisa e de naturalidade, afinidade e residência desta pesquisadora; e por sentir que, para fins de reparação e de reescrita, eu precisava retornar ao Piauí para pesquisar.

A escolha pela orientação, coorientação, parcerias de pesquisa e composição das bancas refletiu o diálogo interseccional entre sujeitas negras produtoras de conhecimento e aliados. O texto faz opção teórico-epistemológica pelo feminino como gênero universal, para visibilizar as experiências das mulheres, o que dialoga com a questão e objetivos desta pesquisa. Contribui para o Programa ao ampliar as discussões sobre comunidades tradicionais; quilombos; seres humanos, seres não humanos e natureza; ancestralidades; teórica e metodologicamente orientado por referências negras, femininas e brasileiras.

Para a linha, suleia as temáticas de culturas e identidades nessas mesmas bases. O trabalho é escrito do Sul Global, parte de escritas negras, femininas, contra coloniais, o que estimula o uso do neologismo “suleia” de “suleiar” em contraposição ao vocábulo “nortear” para trazer a ideia de “olhar a partir do Sul” com referência no desenho América Invertida em 1943 do artista Joaquín Torres García.

Quando terminei o mestrado, reencontrei o “caminho de casa”<sup>2</sup>, acionado em Mona Lima (2020) para afirmar que mesmo distantes de nossas raízes, por meio da ancestralidade, conseguimos encontrá-lo, no movimento de retorno ao passado para melhor olhar o futuro, em

---

<sup>2</sup> Referência ao livro *O caminho de casa* de Yaa Gyasi (2017) que conta a genealogia de duas irmãs separadas pelo escravismo e colonialismo. Recomenda-se sobre reconstrução de genealogias africanas e afrobrasileiras: *Água de barreira*, de Eliana Alves Cruz (2018) e *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves (2006).

Sankofa. Em 2015, por meio de convite do meu orientador de monografia da graduação e promotor público Fernando Ferreira do Santos, fui convidada a participar dos processos de formação do Centro de Defesa Ferreira de Sousa (Centro de Defesa ou CDFS), associação que desde 2008 reúne moradoras atingidas pelo Programa Lagoas do Norte (PLN) para pautar a permanência nas casas e territórios na então Comunidade da Boa Esperança, na zona urbana de Teresina-PI, às margens do Rio Parnaíba, perto de seu encontro com o Rio Poty (Varão; Rego, 2016). O Centro de Defesa Ferreira de Sousa homenageia em seu nome um dos moradores antigos da Comunidade, Antônio Ferreira de Sousa, já falecido, pai, tio, esposo e avô de atingidas. O termo “atingidas” localiza o território/bairro que o PLN alcança, em suas duas fases, e caracteriza os moradores e moradoras implicados no processo de reassentamento involuntário (Carmo, 2017), que desloca as pessoas de seus territórios.

Senti-me identificada e pertencente à luta (Santos, 2020) das atingidas. Assim, fui provocada a pesquisar com a comunidade e a colaborar com a visibilidade dos processos de resistência, por meio de agência de pesquisa, como outros pesquisadores piauienses (Carmo, 2017; Monte, 2016; Coelho Pereira, 2017, 2021; Santos; Santos, 2017; Varão; Rego, 2016; Gomes, 2015; Amaranes, 2023; Santos, 2023) nas ciências humanas e sociais, inclusive no PPGPP-UFPI (Monte, 2016).

O PLN foi lançado no ano de 2008 pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) Dividido em duas fases de implementação, tem o objetivo declarado (Varão; Rego, 2016) de solucionar problemas nas áreas ambientais, sociais e urbanísticas de treze bairros da zona norte da cidade. Os recursos advêm da parceria do Município com o Banco Mundial e o Governo Federal. A PMT estima ser “necessária a desapropriação de 1.730 imóveis o que acarretará o atendimento de 2.180 famílias” (PMT, 2014, p. 6), sem apresentar alternativa que não fosse o reassentamento involuntário – realocação de pessoas para outros locais em virtude de projetos de desenvolvimento (Banco Mundial, 2001).

Esse processo de implementação tem enfrentado resistência das (dos) atingidas (os) pelo Programa, sobretudo por reivindicarem a permanência em suas casas e territórios e manutenção dos modos de vida tradicionais e ancestrais. Segundo Nêgo Bispo, os quilombolas têm modos: “de ver, de sentir, de fazer as coisas, modos de vida. E modos podem ser modificados. Quando a gira está rolando no terreiro e alguém puxa um ponto, todo mundo canta junto. Colocamos uma toada, compartilhamos essa toada e cada um vai com a letra. É assim que fazemos.” (Santos, 2023, p.23). Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2015), os primeiros habitantes da região foram indígenas e



vaqueiros, ofício ao qual a está ligada a história no Piauí, também relacionada ao trabalho de escravizados nas Fazendas Nacionais (Lima, 2007), o que aponta também a ascendência de africanos.

As oficinas e reuniões realizadas de forma contínua, desde 2015, e a acolhida com as circunvizinhanças, pesquisadores e profissionais que atuam em defesa da comunidade marcam a atuação. Além disso, mantêm-se os modos de vidas tradicionais no processo de fixação ao território e produção de vida: pesca artesanal, produção de cerâmica e telhas nas olarias, cultivo de frutas e hortaliças em vazantes e atividades artísticas e culturais, a religiosidade de matriz africana com devoção aos ancestrais e às forças da natureza, e pequenos comércios.

Nos encontros comunitários e comunicação externa junto às mídias sociais, percebi o protagonismo das mulheres negras (Varão; Rego, 2016), que oferecem as casas, quintais e terreiros para as reuniões e oficinas; articulam as pesquisadoras; mobilizam as vizinhanças e os grupos e páginas em redes sociais; participam das reuniões institucionais, atos e caminhadas e acolhem quem se soma à luta. A prosperidade se observa na quantidade e diversidade de frutas e outros alimentos produzidos na própria comunidade, compartilhados nos encontros. Mais do que dinheiro, a fartura, o receber as pessoas, o dividir e o viver em comunidade constituem o prosperar.

Esta percepção foi captada e registrada em forma de documentários pelo Projeto de Comunicação Popular Mulheres nos Terreiros da Esperança, realizado em 2017, uma parceria entre o Centro de Defesa Ferreira de Sousa e a Flores.Ser Comunicação Coletiva (hoje OcorreDiário) (Santos, 2023). Os documentários, disponíveis no YouTube<sup>3</sup>, foram resultados de oficinas com a comunidade, registradas em uma série audiovisual homônima que enfatizou as percepções das moradoras e deixou nítida a presença majoritária de mulheres negras neste processo de resistência. Conheci o projeto quando fiz um levantamento dos materiais audiovisuais produzidos sobre/pela Comunidade no Museu Virtual da Boa Esperança.

O Projeto me chamou a atenção pela sua organização em 5 (cinco) curtas metragens, o que, na minha mentalidade de professora, favorece a utilização em atividades pedagógicas; metodologia das atividades realizadas, com a participação de idosas, crianças, moradas e convidadas; capacidade de registro de um momento em que a resistência ao PLN estava no auge, a comunidade estava bastante fortalecida e conseguia mobilizar atores sociais que ali

---

<sup>3</sup> Página inicial do Canal do Projeto: <https://www.youtube.com/@projetoMulheresNoTerreiro6262> acesso em 25 out 2024

não residiam. As transcrições dos cinco vídeos que integram o Projeto foram realizadas por mim e utilizadas na pesquisa para a coleta de dados.

Destaca-se ainda que a Comunidade denunciou perante o Banco Mundial as violações promovidas pelo PLN, o que resultou na realização de um Painel de Inspeção da Instituição, no território, para apurações, em 2020. Atestou-se que as pessoas que foram reassentadas na primeira fase do Programa não tinham sido indenizadas com valor equivalente ao real de suas moradias. (Santos, 2023). As investigações ocasionaram a suspensão do financiamento do Banco com a Prefeitura de Teresina em 2021 (Amaranes, 2023)

Em 2019, a Comunidade se autorreconhece como Quilombo Urbano da Boa Esperança e organiza campanha de titulação do Território (DEMARCA BOA ESPERANÇA, 2022; Amaranes, 2023), procedimento administrativo que garante o acesso à propriedade a remanescente de quilombolas, de acordo com o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Em 2021, durante a pandemia, lança o Museu da Boa Esperança, em formato virtual (MUSEU DA BOA ESPERANÇA, 2021), como ferramenta para os povos e comunidades tradicionais de Teresina; e acervo de documentos, produções acadêmicas e audiovisuais sobre/com o Quilombo.

Na aba "Documentos" e produções acadêmicas do Acervo Sueli Rodrigues, no Museu da Boa Esperança, que reúne as pesquisas feitas em colaboração com a Comunidade, estão disponíveis os artigos "O caso da luta das mulheres contra o deslocamento compulsório na Av. Boa Esperança, Teresina-PI" (2016) e "Impactos do Programa Lagoas do Norte na Av. Boa Esperança em Teresina - PI" (2017), ambos produzidos com a coautora Lorena Lima Moura Varão (MUSEU DA BOA ESPERANÇA, 2021). Foi solicitada ao Centro de Defesa a inclusão dos artigos escritos durante o doutoramento no site. Espera-se que, finda e corrigida a tese, esta também seja disponibilizada.

Desde 2023, foi construído o Memorial Casa Professora Maria Sueli<sup>4</sup>, assim nomeado em homenagem a Maria Sueli Rodrigues de Sousa, intelectual negra piauiense, advogada, professora da graduação em Direito e das pós-graduações em Sociologia e Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí, que atuou junto à comunidade e aos movimentos sociais até o ano de seu encantamento em 2022. É uma das referências teóricas deste trabalho. Sobre sua trajetória recomenda-se a leitura de "Maria Sueli Rodrigues De Sousa: A Trajetória De Um Pensamento Desobediente" por Lorena Lima Moura Varão, Natasha Karenina de Sousa Rego, e Lourival Ferreira de Carvalho Neto (2023). Segue sua foto para que não esqueçamos:

---

<sup>4</sup> A página virtual do Casa é <https://www.instagram.com/memorialcasaprofamariasueli/>. Acesso em 29 nov 2024.

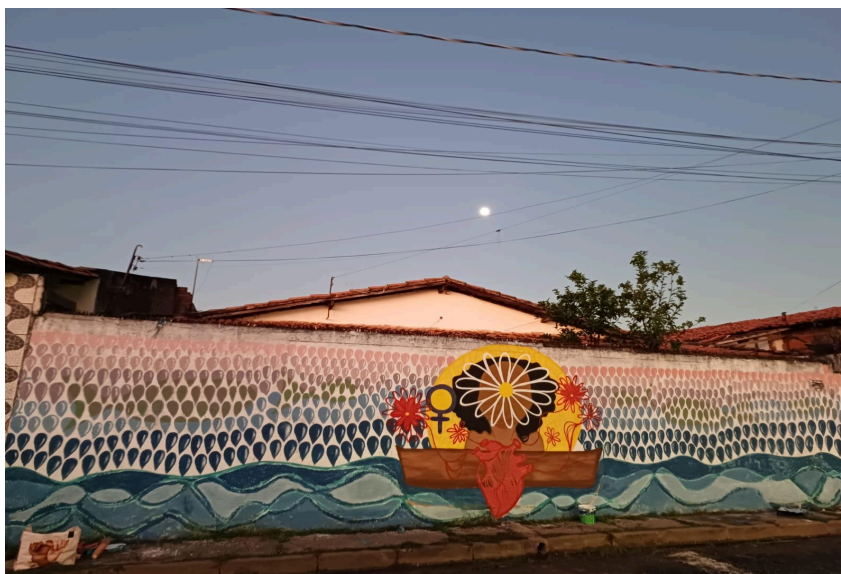
Figura 2 - Maria Sueli Rodrigues de Sousa - “Toda vida produz conhecimento.”



Fonte: Midia Ninja. URL da imagem: <https://encurtador.com.br/Jjaqr>

O Museu Vivo está sediado no Memorial, em uma casa na zona norte da cidade. O muro que dá para a rua é decorado com uma pintura de Maria Sueli feita pela artista LuRebordosa.

Figura 3: muro decorado com a pintura de Maria Sueli



Autoria: Maria Lúcia de Oliveira Sousa

O jardim é repleto de plantas ornamentais e medicinais, organizadas em vasos feitos com pneus e outros recicláveis; há um par de cadeiras feitas também de pneus, uma bileira, uma canoa e outros itens que conferem ao espaço um ar antigo e contemporâneo. No corredor que dá acesso aos cômodos uma exposição se apresenta com registros da religiosidade cristã e afrodescendente, com vestimentas, imagens de santos e orixás, Bíblia e um altar. Duas salas, uma de frente da outra, se apresentam: à direita a sala-museu com registros fotográficos históricos e objetos antigos que remontam a história da comunidade; à esquerda a Biblioteca Entre Rios, com acervo didático, pedagógico, literário, mesas e cadeiras, espaço para a realização de reuniões e ensaios. No final do corredor há um cômodo, dividido entre o espaço Maria Sueli, com memorabilia da professora, doada por amigos e familiares; e uma quitanda em que bolsas e colares produzidos pelas mulheres da comunidade são vendidos. Resgata-se que em 2015, a Comunidade realizou sua primeira exposição com os itens do museu, em evento do coletivo Salve Rainha, uma tecnologia social de valorização do patrimônio de Teresina.

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Brasil, 2007) na caracterização destes menciona a dimensão ancestral, assim como as formas de ocupação e uso do território e recursos naturais. As casas das moradoras são conhecidas por suas vazantes, locais de cultivo e seus produtos nas margens do rio, numa dinâmica de vida em que não há dissociação entre elas, os quintais e demais cômodos (Pereira, 2021).

Ao nomear o pertencimento quilombola (Santos, 2015; Sousa, 2021), a comunidade reivindica suas ancestralidades africanas, expressas em seus saberes, fazeres e modos de vida tradicionais. Isso também é observado nos relatos registrados pelo Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança. Assim: “Se o critério para reconhecer o pertencimento quilombola decorre da prática social fincada nos costumes, a preocupação em proteger a cultura e a unidade social dos quilombos é central para a sua manutenção ao longo dos anos” (Dias, 2020, p. 78). A preservação socioambiental do território pelos quilombolas garante a manutenção da natureza, ancestralidades e de modos de vida tradicionais.

Os quilombos foram/são organizações sociais de africanos e afrodescendentes que coexistiram com o contexto escravista brasileiro e perseverando modos de vida particulares, sobrevivem na contemporaneidade, na luta e manutenção da liberdade (Nascimento, 2018). Territorializam-se no campo, cidade, zonas de fronteira e em outros territórios e se expressam de forma diferente ao longo do tempo (Nascimento, 2020). Friso que em conversas com meu

avô ele sempre fala de uma “terra de pretos”, habitada por negros cabriolas, o que me faz recordar a menção de Clóvis Moura (2013) às expressões calhambolas, canhambolas e canhembolas para se referir aos quilombolas.

A Boa Esperança fica na zona urbana de Teresina e apresenta modos de vida em comunidade (Somé, 2007) e relação de biointeração com a natureza (Santos, 2015), se expressa da seguinte forma:

[...] a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto da energia orgânica esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia. (Santos, 2015, p. 85)

A comunidade se apresenta como quilombo urbano (Amaranes, 2023; Batista, 2019), o que expressa a diáspora africana de migrações, travessias e trânsitos em territórios negros urbanos. Os quilombos não são estáticos e nas cidades as lutas se orientam por outras chaves como as ocupações urbanas e ameaças de remoção destes territórios (Carvalho, 2006). De seus terreiros, casas, vazantes, quintais, jardins e do rio, homens e mulheres negras cultivam ancestralidades e resistências. Frisa-se que:

O que é a cidade? É o contrário de mata. O contrário de natureza. A cidade é um território artificializado, humanizado. A cidade é um território arquitetado exclusivamente para os humanos. Os humanos excluíram todas as possibilidades de outras vidas na cidade. Qualquer outra vida que tenta existir na cidade é destruída. Se existe é graças à força do orgânico, não porque os humanos queiram. (Santos, 2023, p.18)

A questão estudada nessa da pesquisa é especialmente a da interação com as mulheres negras da comunidade, sujeitas históricas produtoras de conhecimento, que se constituem enquanto tais em uma sociedade que as objetifica e as desumaniza pelas lutas de liberdade desde a colonização investigando as ancestralidades e a luta pelo território no Quilombo Urbano da Boa Esperança a partir de dados coletados do Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança (2017).

A intelectual negra e quilombola Beatriz Nascimento (2018) sinaliza a importância de tratarmos a questão racial dentro das universidades a partir das suas sujeitas, o que dialoga com o lema “Nada sobre nós sem nós” utilizado pelos movimentos sociais para situar o seu lugar central nas discussões sobre as negritudes e as políticas para as pessoas negras. Na cidade de Teresina, o Quilombo Urbano da Boa Esperança destaca-se por sua luta pelo território, pelo protagonismo de mulheres negras e pela manutenção de ancestralidades. As mulheres tradicionais são consideradas guardiãs desses modos, práticas, tecnologias e saberes, transmitindo-os a quem vem depois; são ancestrais vivas (Dealdina, 2020).

Quanto ao projeto de pesquisa ingressante ao PPGPP, havia conversado previamente com três mulheres negras moradoras do Território em questão e atuantes no Centro de Defesa, todas filhas de D. Davina e de Roxo — moradores antigos na região, que transmitiram a seus descendentes saberes, fazeres e modos de vida tradicionais, ligados ao rio — que na época concordaram em participar da pesquisa. Durante as leituras, (des)orientações e o decurso do tempo, refinei o entendimento sobre o significado de ser quilombola para a Comunidade, alinhado à campanha Demarca Boa Esperança e à pesquisa de mestrado de Douglas Amaranes, pesquisador do campo, intitulada “Tornar-se Quilombo: Ressignificando Territórios e Identidades na Comunidade Boa Esperança” (2023). Na qualificação I, apresentei um projeto que deslocava o olhar das irmãs em relação a outras mulheres negras, a serem escolhidas com a Comunidade, a fim de investigar a geração como possível elemento interseccional e se distanciar de uma análise familiar.

Projeto qualificado, submeti-o na Plataforma Brasil para autorização das entrevistas. Enquanto apreciado e com receio da negativa, voltei para os audiovisuais que havia assistido e recordei do Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança, porque a Maria Lúcia, uma das irmãs, seu irmão Chico (Francisco) e o sobrinho Novinho (Raimundo), importantes lideranças da comunidade, são participantes. Antevendo necessidade, encomendei a transcrição dos áudios do Projeto. Comecei a reassisti-los e a fazer tabelas para identificar o objetivo de cada vídeo e quais tecnologias ancestrais eram exibidas e separei os trechos eventualmente associados a ancestralidade e tecnologias ancestrais. Não consegui obter a aprovação da Plataforma e percebi que seria (e foi) possível responder aos objetivos do projeto de pesquisa sem realizar as entrevistas, o que foi apresentado na Qualificação II.

Neste sentido, tem-se a seguinte questão de pesquisa: **como as ancestralidades africanas, afro-brasileiras e indígenas (afropindorâmicas<sup>5</sup>) são mobilizadas na luta pelo território?** Como pressuposto, tem-se que as ancestralidades mencionadas são mobilizadas no Quilombo Urbano da Boa Esperança na produção de modos de vida, fazeres, saberes e tecnologias ancestrais, na ocupação do território e na construção do Memorial Casa Professora Maria Sueli. Percebo que a comunidade mobiliza suas ancestralidades enquanto luta pela permanência do território, como ferramenta de contar e afirmar de sua história, em defesa de seus direitos à memória, ao território, auto identificação e autodeterminação.

---

<sup>5</sup> A denominação de povos quilombolas, negros e indígenas como afropindorâmicos é uma reflexão do intelectual quilombola Antonio Bispo dos Santos (2015).

O objetivo geral da tese é analisar como as ancestralidades africanas, afro-brasileiras e indígenas (afropindorâmicas) são mobilizadas, na dinâmica cotidiana, pelos moradores no Quilombo Urbano da Boa Esperança, convergindo em força e instrumentos de luta pelo território. Os objetivos específicos são: apresentar as categorias/contextos da pesquisa; entender a dinâmica cotidiana da luta pelo território no Quilombo Urbano da Boa Esperança, por meio da interseccionalidade; identificar as ancestralidades africana, afrodescendente e indígena no Quilombo Urbano da Boa Esperança, na luta pelo território; refletir, por meio da interseccionalidade, como as ancestralidades africanas, afro-brasileiras e indígenas são mobilizadas pelos moradores no Quilombo Urbano da Boa Esperança, na luta pelo território.

Os resultados obtidos na pesquisa contribuem para a compreensão da potencialidade da luta de mulheres moradoras do Quilombo Urbano da Boa Esperança, quando mobilizam, na dinâmica cotidiana, a ancestralidade como instrumento de luta pelo território; ademais, tais frutos contribuem para adensar o debate e pesquisas com mulheres negras, indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais, o que auxilia a elaboração de políticas públicas desenvolvidas especialmente no Estado do Piauí, além de dialogar com o campo das relações étnico-raciais e dos direitos humanos no Brasil. A Boa Esperança é uma experiência concreta de luta por direitos por meio do exercício da autonomia, autogoverno e autodeterminação, que tensiona a relação com o Estado para além das políticas públicas e nos convida a repensar representatividade e participação política.

O tema pesquisado dialoga, no contexto estadual, com os processos de retomada indígena (Silva; Nascimento, 2022); reconhecimento de Esperança Garcia, mulher negra escravizada, como a primeira advogada piauiense e brasileira (Sousa, Silva, 2017); e tematização dos povos e comunidades tradicionais e originários nas pesquisas científicas e políticas públicas.

O ineditismo do trabalho se situa em evidenciar a discussão de ancestralidades no Piauí, a partir das experiências de pessoas negras de um Território localizado na capital, porém marginalizado, ou seja, às margens dos centros do poder e do saber; assim, é capaz de observar tanto as bordas como o que é tido como central. Além disso, a questão pode ser mais explorada no campo das Políticas Públicas (âmbito da pesquisa) para garantir seu acesso aos povos e às comunidades tradicionais.

Enquanto mulher cis, jovem, nascida em Teresina-PI, filha de pais migrantes e também migrante, negra, descendente de africanos e indígenas, em processo de retomada dessas ancestralidades, por meio da pesquisa, arte, contação de histórias, resgate das memórias sobre

minhas avós e seus fazeres, me identifico e me sinto pertencente aos processos promovidos pelo Quilombo Urbana da Boa Esperança, o que expresso por meio da colaboração enquanto pesquisadora e assessora técnica. As interseccionalidades de nossas histórias são potentes e expressam (des)(re)aprendizados e ancestralidades.

A pesquisa guarda relevância ao documentar e visibilizar a atuação das pessoas negras enquanto sujeitas capazes de produzir conhecimento. Além disso, a pesquisa fornece resultados que possibilitam aos/às operadores das políticas públicas para/com povos e comunidades tradicionais considerarem suas ancestralidades, seus modos de vida e conhecimentos, saberes e tecnologias que dominam nas práticas políticas e sociais. As ancestralidades podem ser uma ferramenta para a conformação de políticas públicas antirracistas.

Em um país de maioria da população negra e indígena (IBGE, 2020), visibilizar a atuação, os saberes, modos de vida, tecnologias e experiências destes sujeitos enquanto produtores de conhecimento e portadores de humanidade é romper com os processos de violência que o racismo provoca em todos nós e com os silêncios epistêmicos sobre a temática, porque provoca fissuras nas estruturas de poder e permite que outras histórias sejam contadas e ouvidas (Adichie, 2019, Akotirene, 2019). É colaborar com a criação de outros imaginários sobre as populações negras e indígenas, essencial para a construção de um futuro ancestral (Krenak, 2022), que expressa os limites do nosso mundo caso não resgatemos as cosmovisões não predatórias do mundo e da natureza.

Para reunir condições de responder o problema de pesquisa com produção de resultados e alcançar os objetivos geral e específicos, expressando-os em capítulos, delineio os procedimentos metodológicos detalhados, explicitando: tipo de pesquisa, abordagem, cenário de pesquisa, sujeitos, aspectos éticos, instrumentos de coleta de dados e procedimentos de análise dos dados.

Quanto ao tipo, classifica-se em qualitativa, o que pressupõe o reconhecimento da singularidade das sujeitas e da importância de se conhecer suas experiências sociais (Gil, 2008). Estas foram cotejadas com informações documentais para a caracterização do fenômeno em estudo, considerando seus entornos históricos, políticos e organizativos. O pressuposto filosófico é o metodológico, em que a pesquisadora observa “particularidades (detalhes) antes das generalizações, descreve em detalhes o contexto do estudo e continuamente revisa questões das experiências no campo.” (Creswell, 2024, p.33). Observa-se a lógica indutiva e a realização de passos para a análise de dados.



A pergunta aponta para a qualidade exploratória com aporte bibliográfico e documental, em que se prioriza autorias negras, femininas e brasileiras por opção teórico-metodológica que suleiam este trabalho, escrito e inscrito no Sul Global, América Latina e Caribenha, Brasil, Piauí. Este é o sul que me situa e orienta. É a partir da margem que produzimos.

A estrutura interpretativa é o construtivismo social, com o fito de entender o mundo em que se vive e trabalha com a produção de “significados subjetivos das suas experiências – significados direcionados para certos objetos ou coisas.” (Creswell, 2014, p.36) A abordagem é a fenomenologia, que “descreve o significado comum para vários indivíduos das suas experiências vividas de um conceito ou um fenômeno” (Creswell, 1994, p.72) Sem dúvida interessa à autora a ancestralidade no Quilombo Urbano da Boa Esperança, a partir de participantes do projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança.

O cenário da pesquisa é o Quilombo Urbano da Boa Esperança, localizado na zona norte da cidade de Teresina-PI, nas margens do Rio Parnaíba, próxima ao Encontro dos Rios, escolhido por, nos últimos anos, chamar a atenção da pesquisadora para este território tradicional que enquanto luta pela permanência em suas casas e quintais produz modos de vida, saberes, tecnologias quilombolas e ancestrais.

As sujeitas da pesquisa – “aquelas que geram informações que, de alguma forma, serão usadas pelos pesquisadores” (Costa; Costa, 2015, p. 42) – são nomeadas no feminino plural para atestar as escolhas éticas e epistemológicas da pesquisadora ao problematizar o gênero masculino como padrão linguístico e visibilizá-las também como sujeitas de conhecimento. Nos vídeos do Projeto Mulheres nos terreiros da Esperança, as moradoras, os moradores e os participantes que se apresentam nominalmente são: Moradoras da Comunidade: Mãe Alice, Aliciane, Maria Lúcia, D. Caçula, D. Helena, Isabel Jardim, Mãe Nenzinha, D. Rosa, Maria Pastora, Francilene, Maria Antonia, Yasmin, Beatriz, Dorani, Cineuda; Moradores: Novinho, Chico, Joceilson; Participantes: Sarah F. Santos, Carmen Kemoly, Carmen Viana, Daniele Soares. A maioria são mulheres negras, o que é possível de perceber pela heteroidentificação de características fenotípicas de afrodescendentes como a tonalidade da pele (cor de pele preta ou parda), textura dos cabelos (cacheados e crespos) e formato do rosto (olhos grandes e separados e nariz protuberante).

Ressalta-se a coerência ético-política desta investigação. Em uma sociedade de estruturas racistas, patriarcais, modernas e coloniais, sujeitas e sujeitos são atravessados por

opressões que lhe desumanizam historicamente (González, 2020). Reafirmar que as pessoas negras são seres humanas e sujeitas de conhecimento pressupõe respeito e garantia às questões bioéticas.

A pesquisa documental é utilizada a fim de coletar dados “que, embora referentes a pessoas, são obtidos de maneira indireta, que tomam a forma de documentos [...] obtidos de maneira indireta” (Gil, 2008, p. 146). Como relatei, precisei me reorientar em relação a que dados investigaria e optei pelas transcrições dos áudios do Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança (2018), que se divide em 5 (cinco) vídeos: A voz da esperança; A voz das avós da Boa Esperança; Circulando entre Memórias; Construindo Círculos e Religando Vivências. Todos os vídeos do projeto foram incluídos na pesquisa. Imagens fotográficas do meu acervo pessoal e da internet ilustram a tese e compõem as fontes.

Escolhi o Projeto Mulheres nos Terreiros na Esperança porque entre as produções audiovisuais realizadas com a Comunidade, essa foi a principal a tematizar a ancestralidade e a luta pelo território, elementos intrínsecos ao meu tema e questão de pesquisa, com escuta de participantes de diversas idades. O nome do projeto é muito forte e aciona a Esperança como espaço de atuação das mulheres, o que parte de suas práxis de resistência e inspira outras sujeitas. Além disso, o documentário se constrói a partir da fala e escuta das(os) moradoras, o que favorece a oralidade, tecnologia ancestral essencial para as pessoas negras, expressão que buscava encontrar por meio das entrevistas. O modo como as participantes falaram, portaram-se e se dispuseram para as câmeras também me tocou. Por fim, o cenário dos vídeos, terreiros de religiões de matriz africana e os quintais dos moradores, além de ressaltar a ancestralidade, oferece ao espectador uma imersão na comunidade.

Para organizar as questões que gostaria de investigar nos vídeos do Projeto Mulheres, elaborei um roteiro com perguntas, quais sejam: A participante é homem ou mulher? Menciona o nome próprio? Reside na Comunidade ou não? Se reside, menciona há quanto tempo? É idosa ou jovem? Aborda ancestralidade em sua fala? Em que contexto? E a luta por moradia? Em que contexto? Aborda alguma tecnologia ancestral? Qual? Menciona sua espiritualidade?

As transcrições dos áudios dos vídeos possibilitaram a coleta de dados organizados em tabelas a partir nos seguintes contextos: ancestrais/ancestralidade, luta pelo território, selamento das casas/relação com o poder público e tecnologias ancestrais. Esses foram os principais assuntos percebidos, pois atravessam as discussões para a resposta dos problemas de pesquisa. Ouvi os vídeos, li as transcrições e construí mapas analíticos (Spink, 2010) da

seguinte forma: para cada vídeo fiz quatro tabelas, uma para cada contexto, com colunas para indicar de quem era a fala, seu conteúdo literal e os sentidos percebidos. Adicionalmente, foram construídas nuvens de palavras para retomar os principais termos usados pelas participantes. Para condução das análise de informação qualitativa foi utilizado o programa Nvivo versão 14, que codificou automaticamente as transcrições com base nas palavras ou frases que elas contêm e facilitou a organização dos dados.

Visitas foram realizadas, com a utilização de notas para registrar, organizar e mapear os processos vividos e observados. A *escrevivência* (Evaristo, 2017) foi utilizada como recurso de escrita e produção de conhecimento por reconhecer que as minhas experiências enquanto mulher negra na Boa Esperança atravessam a forma como vivo e pesquiso. É um método de investigação e produção de conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais que prioriza as escritas de mulheres negras a partir de suas histórias de vida e percursos e produz uma virada epistêmica que “possibilita a exposição de fissuras, brechas, vazios e o impensável, ao apostar nas invenções de si” (Soares, Machado, 2017, s/p). Assim:

Quando eu usei o termo é... *escrevivência* [...] se é um conceito, ele tem como imagem todo um processo histórico que as africanas e suas descendentes escravizadas no Brasil passaram. Na verdade, ele nasce do seguinte: quando eu estou escrevendo e quando outras mulheres negras estão escrevendo, é... me vem muito na memória a função que as mulheres africanas dentro das casas-grandes escravizadas, a função que essas mulheres tinham de contar história para adormecer os da casa-grande, né... a prole era adormecida com as mães pretas contando histórias. Então eram histórias para adormecer. E quando eu digo que os nossos textos, é..., ele tenta borrar essa imagem, nós não escrevemos pra adormecer os da casa-grande, pelo contrário, pra acordá-los dos seus sonos injustos. E essa *escrevivência*, ela vai partir, ela toma como mote de criação justamente a vivência. Ou a vivência do ponto de vista pessoal mesmo, ou a vivência do ponto de vista coletivo (Evaristo, 2017).

A *escrevivência*, categoria de análise desenvolvida por Conceição Evaristo (2017), valoriza os entrecruzamentos entre as vivências e a própria realidade a visibilizar as escritas de si das mulheres negras. É tecnologia ancestral de produção de fissuras nas estruturas de poder; forma de identificação e auto identificação com as histórias de outras mulheres negras; é aproximação com a oralidade, em seu compromisso com a preservação da memória e da ancestralidade.

A técnica utilizada para coletar os dados é a observação simples e “a coleta de dados por observação é seguida de um processo de análise e interpretação, o que lhe confere a sistematização e o controle requeridos dos procedimentos científicos.” (Gil, 2008, p. 101). O contínuo entre participação e observação é importante para a atribuição de significados das vivências, maior familiaridade com as sujeitas de pesquisa e construção de crítica a partir da

empíria e, nesta pesquisa, se justifica pela atuação da pesquisadora com a comunidade desde 2015, o que facilita o acesso às sujeitas e dados sobre as situações vivenciadas.

Dessa forma, diálogo com os intelectuais quilombolas Antonio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo (2015, 2023) e Selma Dealdina (2020); pesquisadores negros Beatriz Nascimento (2018), Abdias do Nascimento (2017, 2018), Lélia González (2020), Maria Sueli Rodrigues de Sousa (2021), Leda Maria Martins (2021). Com eles adensamos o debate teórico que sustenta esta tese e reconstruímos, do ponto de vista epistêmico, os contextos centrais deste trabalho: ancestralidade, quilombo, luta de mulheres, resistência.

Destaca-se a interseccionalidade, que permite a leitura e análise de como os entrecruzamentos de estruturas de poder operam nas vivências das mulheres negras, (Akotirene, 2019; Collins; Bilge, 2021), que foi utilizada para a análise dos dados. Intelectuais feministas negras brasileiras (Akotirene, 2019; Gonzalez, 2020; Dealdina, 2020; Nascimento, 2018), por meio de suas práticas e formulações, têm observado a articulação das estruturas de poder na definição dos lugares sociais das mulheres negras e a invisibilização de suas lutas com seus corpos nos territórios. A encruzilhada epistemológica da interseccionalidade como ferramenta analítica com os feminismos negros brasileiros permite investigar o que temos aprendido com nossas mais velhas; as vivências das mulheres negras e quilombolas, como percebido no Quilombo Urbano da Boa Esperança.

Será articulada com as mulheres, as assessoras do Centro de Defesa Ferreira de Sousa e professora orientadora, em momento oportuno, uma devolutiva cujo exercício é “de sua experimentação como processo, como um plano de produção de análises com todos os sujeitos participantes em um movimento de ‘mão dupla’” (Almeida *et al.*, 2018, p. 1), processual, que busque não reproduzir a prática de “pesquisadora cá vcs comunidade lá” e colabore com as agências sócio-políticas da Comunidade e sua rede. Os artigos produzidos ao longo do doutoramento são enviados para o Museu da Boa Esperança, de forma digital e virtual, que no item Acervo reúne as produções acadêmicas de pesquisadores deste campo.

Os capítulos foram orientados pelos objetivos específicos e subdivididos em itens para facilitar a organização das discussões. No capítulo primeiro apresento às leitoras as categorias/contextos da pesquisa que permitem a compressão do que se estuda, quais sejam: ancestralidade, moradia e luta pelo território. A ancestralidade é apresentada a partir de autorias africanas e afrodescendentes, que apontam que mesmo a colonização, escravidão e os processos de desterritorialização destes povos e dos indígenas não romperam totalmente com os vínculos ancestrais que estes povos tinham entre si, com seus territórios e cultura.

A moradia foi apresentada como o lugar onde moramos e reproduzimos nossos modos de viver, a relação com o meio ambiente, vizinhos e a comunidade; caracterizada como adequada e saudável. As casas vazanteiras também foram destacadas por integrarem o modo de vida das comunidades ribeirinhas, como a Boa Esperança. Por sua vez, quanto à luta por território, foi situada a partir dos processos coletivos de organização por este direito, atravessados por relações sociais que o modificam e às próprias pessoas que fazem parte da luta. Distinguiu-se ainda o que é terra, território e territorialidade.

No capítulo segundo busco entender aspectos atinentes ao Quilombo da Boa Esperança, tais como: o que é ser um quilombo na chave da colonização e da escravidão; o que é e onde se situa o Quilombo e como este território foi atravessado pelo Programa Lagoas do Norte, enquanto política pública. Início com a discussão sobre colonização, raça e resistências negras na escravidão e no pós-abolição; descrevo o Quilombo Urbano da Boa Esperança e sua luta pelo território; mostro o contexto do PLN. Os quilombos são tecnologias ancestrais africanas de cultivo da vida, liberdade e ancestralidades do período colonial ao atual e estão presentes no território piauiense, majoritariamente na zona rural, pela própria história colonial brasileira, e também na parte urbana, afinal as existências negras são atravessadas pelas diásporas em que os deslocamentos e trânsitos contam as nossas histórias. Reconhecer a existência dos quilombos urbanos importa para compreender as ocupações negras. Os processos de luta por permanecer no território, ameaçado por uma política pública, enfatizam a continuidade da desterritorialização vivida pela população negra.

No capítulo terceiro conceituo as ancestralidades a partir do Quilombo Urbano da Boa Esperança na luta pelo território, e de escrevivências por meio da apresentação das ancestralidades; conto minha história com sankofa e ancestralidades por meio da escrevivência; defino tecnologias ancestrais com exemplos do Quilombo Urbano da Boa Esperança; e localizo os quintais e os terreiros como locais importantes para o Quilombo Urbano da Boa Esperança. Ancestralidade é essa força motriz de um laço que não se rompe com a colonização e o sequestro dos africanos, e sim atravessa o Atlântico e permanece nos afrodescendentes para refazer sua vida no território chamado Brasil.

Mesmo desterritorializados, conseguimos, por meio dos quilombos e de tecnologias ancestrais aprendidas em África e ressignificadas aqui, produzir mais que sobrevivência, como também resistência e novidades que reeditam e atualizam os modos de vida africanos em todo o continente. As sankofas, como sinais em grades, estão presentes também em outros países e expressam essas práticas, adicionando a ideia de que podemos voltar e pegar aquilo

que esquecemos, em ato de reverência à nossa ancestralidade. Além disso, trago experiências pessoais e familiares que me conectam com minhas ancestrais e apontam modos de investigação da ancestralidade em nossas histórias de vida.

No capítulo quarto analiso os processos de resistência coletiva a partir dos dados cotejados do Projeto Mulheres Nos Terreiros da Esperança, que registrou um ciclo de oficinas com moradoras da comunidade e participantes da sociedade civil, organizado em cinco vídeos disponíveis online. A análise partiu da leitura das transcrições dos vídeos, seleção dos trechos a serem analisados e organização deles em eixos, quais sejam: moradia, cultura, luta pelo território e esperança. Na moradia, falou-se da forma como o Poder Público ameaçou expulsar a Comunidade para a construção do PLN sem a participação dos moradores nos processos decisórios. E também frisou a importância dos quintais e terreiros para os povos quilombolas para a preservação das tecnologias ancestrais. Na cultura, abordou-se a presença da ancestralidade africana nas práticas dos moradores, com ênfase na religiosidade de matriz africana. Na luta pelo território e esperança, o foco foi a luta pela permanência no território ancestral, com ênfase em relatos que apontassem o tempo de moradia e a vontade de continuar ali.

## **CAPÍTULO 1 - CONTORNOS SOBRE ANCESTRALIDADE, TERRITÓRIO E MORADIA**

A questão que suleia esta tese é: **como as ancestralidades africanas, afro-brasileiras e indígenas (afropindorâmicas) são mobilizadas na luta pelo território?** Responder essa

questão demanda a apresentação de três categorias/contextos, quais sejam: ancestralidade, território e moradia. Outras como quilombo, corpo-território, tecnologias ancestrais foram apresentadas no curso dos demais capítulos.

### 1.1 Ancestralidade

Conheci a categoria quando estava conformando a questão da pesquisa, por sugestão da orientadora. Escrevo e pesquiso a partir das margens do Rio Parnaíba, que une o Piauí e o Maranhão, onde se situa o Quilombo Urbano da Boa Esperança, impactado nos últimos anos pela construção do Programa Lagoas do Norte (PLN) na zona norte da cidade de Teresina. As lutas indígenas (Silva; Nascimento, 2022), quilombolas (Santos, 2015), de povos tradicionais (Sousa, 2021) e de mulheres negras (Sousa; Silva, 2017; Silva, 2022) têm evidenciado as raízes indígenas e africanas nas populações e territórios desses estados. A intelectual negra de axé Makota Valdina (apud Cordeiro, 2022, p. 97) define:

Ancestralidade pra mim é tudo que vem antes de mim, então a natureza é a minha ancestralidade. Muita gente “Ah porque orixá é ancestral”, ancestral na medida em que a essência dos nkisis, dos vodunsi, dos orixás está na natureza. E a natureza não foi o homem que fez, o homem veio depois da natureza criada né, pra dar uma intenção de vida pro homem, então a minha ancestralidade é toda natureza que foi criada pela primeira semente viva que iniciou esse mundo e eu acredito nisso. Minha ancestralidade é a natureza .

Ancestralidade, o que vem antes e permanece, é histórica, mas não no sentido linear, e sim no dialético, não estático. A colonização e as colonialidades fizeram com que africanos, indígenas e europeus, de distintas formas, vivessem desterritorializações, que atravessaram suas relações com as memórias, ancestralidades, descendências e perspectivas de futuro. A forma de vida dos europeus foi imposta por meio do genocídio e epistemicídio dos povos subalternizados. Africanos foram sequestrados, embarcados pelo Atlântico e separados de suas famílias, comunidades, ancestrais e da terra onde cultuavam suas religiosidades. Com os indígenas o processo ocorreu dentro do próprio continente americano. A ancestralidade reflete os processos de resistência pela continuidade e manutenção do que não se conseguiu destruir. Por sua vez, a intelectual africana Sobonfu Somé (2007) define os ancestrais, aqueles que vieram antes, como:

Os ancestrais também são chamados de espíritos. O espírito de um ancestral tem a capacidade de ver não só o mundo invisível do espírito, mas também este mundo. Assim, serve como nossos olhos dos dois lados. É esse poder dos ancestrais que nos ajuda a direcionar nossa vida e evitar os abismos.

Os espíritos ancestrais podem ver o futuro, o passado e o presente. Eles veem dentro e fora de nós. Sua visão cruza dimensões. Eles têm a sorte de não ter corpos físicos

como nós. Sem a limitação do corpo, eles têm a fluidez de um olho que pode se voltar para várias dimensões e ver de muitas formas. (Somé, 2007, p.24)

A autora trabalha os ancestrais em sua dimensão espiritual, com a espiritualidade, e explora os aspectos tangíveis e intangíveis das experiências. Estar alinhado com nossos ancestrais garante que eles nos orientem nas escolhas que tomamos em nossas vidas, pela sua própria capacidade de perceber aquilo que não conseguimos. Assim, a ancestralidade é a ligação com nossos ancestrais, aqueles que vieram antes, como nossos pais, avós e bisavós e os troncos mais antigos da nossa linhagem, É uma forma de nos conectarmos com passado, presente e futuro que revela de onde viemos, onde estamos e para onde podemos ir. Sobre a linhagem familiar e os ancestrais, a autora assevera:

Quando falamos sobre conexão com os espíritos dos ancestrais, muitas pessoas entendem que nos referimos a nossos ancestrais diretos. Mas isso seria difícil. Frequentemente, nem conhecemos nossos avós. Existe um conjunto de ancestrais – não precisa ser uma pessoa ou espírito que conhecemos ou que imaginamos. Pode ser uma árvore lá fora. Pode ser uma vaca, nosso cão ou gato, em casa. O tataravô, que morreu há muitas gerações, pode ter se unido ao conjunto de espíritos, e o tataraneto nem consegue identificá-lo. É possível que seja o riacho correndo ao longe. Portanto, o que importa é compreender que qualquer pessoa que perdeu o corpo físico é um potencial ancestral. Você atrairá muitos espíritos se simplesmente expressar seu anseio pelo apoio dos ancestrais (Somé, 2007, p.25)

Em outro trecho a autora traz um raciocínio que se aproxima do de Makota Valdina: “Para quem estiver interessado na intimidade espiritual, ouça mais os ancestrais, o espírito, as árvores, os animais. Concentre-se nos rituais. Ouça todas essas forças que vêm e falam conosco e que, normalmente, ignoramos.” (Somé, 2007, p. 125). A da autora desloca a visão para o sentido da audição, outra forma de perceber o mundo e se conectar com os ancestrais e a ancestralidade, que sempre fala conosco mesmo quando não conseguimos notar. A natureza é evocada nas árvores e animais também como ancestralidade.

Sobre a temática, o intelectual quilombola Nêgo Bispo (2023) desenvolve duas ideias que dão pistas sobre o que se entende por ancestralidade: “Somos povos de trajetória, não somos povos de teoria. Somos da circularidade: começo, meio e começo. As nossas vidas não têm fim. A geração avó é o começo, a geração mãe é o meio e a geração neta é o começo de novo”(Santos, 2023, p. 102) Os povos quilombolas, a partir de onde se fala, não entendem a vida de forma linear e sim circular, em que a morte não é o fim e sim um recomeço, uma continuidade da vida: assim, as gerações também não se encerram e sim continuam. As gerações avós são começo e também meio a depender de onde se olhe, nunca o fim. Para a reflexão, segue a poesia de Nêgo Bispo:

Fogo!... Queimaram Palmares,  
Nasceu Canudos.



Fogo!... Queimaram Canudos,  
 Nasceu Caldeirões.  
 Fogo!... Queimaram Caldeirões,  
 Nasceu Pau de Colher.  
 Fogo!... Queimaram Pau de Colher...  
 E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades  
 que os vão cansar se continuarem queimando.

Porque mesmo que queimem a escrita,  
 Não queimarão a oralidade.  
 Mesmo que queimem os símbolos,  
 Não queimarão os significados.  
 Mesmo queimando o nosso povo  
 Não queimarão a ancestralidade (Santos, 2015, p. 46)

O trecho do poema afirma que permanecem e resistem a oralidade, os significados e a ancestralidade mesmo que queimem a escrita, os símbolos e os povos. Ainda na chave da intelectualidade quilombola, os quilombos são espaços de preservação e manutenção das culturas e ancestralidades africanas e afrobrasileiras, que mesmo sob o jugo colonial sobreviveram. Eram: “um local onde a liberdade era praticada, onde os laços étnicos e ancestrais eram revigorados”, (2018, p.167), conforme afirmou a intelectual quilombola Beatriz Nascimento. Os quilombolas têm direito ao território que os pertence ancestralmente (Dealdina, 2020). A ancestralidade permanece frente às tentativas de destruição pois: “quem rompeu os grilhões da escravidão com a força do nosso povo não deixará de lutar, mesmo quando as condições se mostrarem adversas” (Dealdina, 2020, p.36). Por sua vez, a intelectual negra Mariléa de Almeida desenvolve a categoria dispositivo de ancestralidade:

a rede discursiva e não discursiva que emerge no contexto da criação do direito quilombola e exprime um dos efeitos do exercício de poder da governabilidade racista: o esvaziamento da potencialidade dos usos das tradições para transformações no presente. Isso ocorre pela naturalização que se foi estabelecendo entre o acesso ao direito territorial e a necessidade de provar uma autenticidade quilombola, especialmente em termos de diferença cultural, o que favoreceu certa folclorização das tradições culturais. Articulando-se essa noção ao contexto da construção da identidade quilombola, a diferença quilombola foi sendo construída por meio de uma relação idealizada com o passado e as tradições. (Almeida, 2022, p.88).

A autora aprofunda a discussão ao articular o racismo com o direito quilombola e a ancestralidade e apontar como as tradições culturais podem ser apropriadas e esvaziadas para calcificar versões ultrapassadas sobre os quilombolas e seus territórios e mitigar seus direitos. A ideia de que os quilombos estão no passado colonial, idealizados e sem contradições expressa o dispositivo da ancestralidade. Beatriz Nascimento (2018) critica este tipo de anacronismo sobre os quilombos e a história das pessoas africanas e negras no Brasil

Os principais autores com quem trabalho a ancestralidade são os quilombolas já citados Antônio Bispo dos Santos, Nêgo Bispo, (2015), Beatriz Nascimento (2018), Selma

Dealdina (2020); os intelectuais negros brasileiros Abdias do Nascimento (2017, 2020), Maria Sueli Rodrigues de Sousa (2021), Mariléa de Almeida (2020) Makota Valdina (2005, 2021) por trazerem em seus pensamentos e práxis, o que se aproxima da bibliografia utilizada para entender os quilombos, já que estes são tecnologias de manutenção da ancestralidade africana. Frisa-se que:

É indiscutível a extraordinária força das religiões como fonte de aprendizado, apoio e sustento da existência negra no Brasil. Há muitas formas de proteger a liberdade humana movidas por algo de significação verdadeira. Impedir a desorientação ateísta entre os negros no Brasil colonizado, a isto, também, chamamos ética. A expressão estética ancestral se manifesta nos cultos e nos modos de viver, dançar, brincar, procriar, adoecer ou buscar a cura. E o sentir-se feliz em sua existência, comunica a ética negra. A expressão corporal negra retoma o devir das particularidades e garante uma continuidade e permanência étnica que não se justifica por leis naturais. (Carneiro, 1997, p.24)

Ancestralidade para mim se expressa nas presenças materiais e imateriais de nossos ancestrais, nos territórios, modos de vida, fazeres, saberes, metodologias e produção de conhecimento. A branquitude coloca sua perspectiva como única e universal, o que é fruto do processo de colonização e do colonialismo ao desumanizar as existências não-brancas e reforçar que apenas os brancos são humanos, pertencem à humanidade (Schucman, 2020). A Declaração Universal de Direitos dos Homens e Cidadãos expressa isso: o próprio título parte do pressuposto de que “homens e cidadãos” abarca todas as experiências de humanidade, e enquanto tal documento era proclamado na França este país mantinha diversos territórios fora da Europa sob o jugo colonial, sem considerá-los homens ou cidadãos. Frisa-se que:

os africanos que cruzaram o mar oceano não viajaram e sofreram sós. Com nossos ancestrais vieram as suas divindades, seus modos singulares e diversos de visão de mundo, sua alteridade linguística, artística, étnica, técnica, religiosa, cultural, suas diferentes formas de organização social e de simbolização do real (Martins, 2021, p.31)

Nego Bispo ensina (Santos, 2015) que mesmo que destruam os territórios não brancos (tradicionais, indígenas, quilombolas, etc) a ancestralidade não pode ser destruída, justamente por sua dimensão imaterial, que está na oralidade das histórias contadas, na forma como o português é falado no Brasil, um pretuguês como afirma Lélia Gonzalez (2020), com os diferentes sotaques e modos de falar as palavras, na forma como construímos famílias ampliadas ou ocupamos os territórios. É nessa ancestralidade que vamos focar, na africana e indígena. Portanto, não entendemos a ancestralidade como um conceito ou uma abstração, mas efetivamente como uma práxis que se estabelece, de forma dialética e orgânica, entre o passado e presente; o material e o imaterial, o humano e os demais seres da natureza.

## 1.2 Moradia

Moradia é o lugar onde a gente mora e reproduz nossos modos de viver, a relação com o meio ambiente, vizinhos e a comunidade. É a casa, enquanto estrutura física e também as relações que estabelecemos. Destaca-se o direito à moradia, garantido na Constituição Federal e em documentos internacionais ratificados pelo Brasil como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Americana dos Direitos Humanos, o que implica a responsabilidade nacional e internacional do Estado em seu respeito e garantia. Assim:

É neste âmbito que a moradia é entendida como um direito humano. O conceito, como ele está formulado dentro desse tratado, é o direito à moradia como complemento essencial ao direito a um padrão de vida adequado para todos os seres humanos. Então não é apenas a moradia enquanto um objeto físico de quatro paredes, um teto, mas a moradia como possibilidade de acesso aos meios de vida, à água, a toda infraestrutura, à educação, à saúde. É nesse sentido que a moradia faz parte dos direitos econômicos, sociais e culturais. (Rolnik, 2011, p.37)

Enquanto direito humano, a moradia é algo que deve ser garantido para todas as pessoas independente de raça, sexo, sexualidade, religião, idade e outros fatores; ao mesmo tempo, devemos considerar estes marcadores para entender do que se trata a moradia para cada pessoa ou grupo de acordo com suas necessidades. A ideia de moradia adequada, com suporte no enquadramento enquanto direito humano, busca alcançar condições e acesso à construção de uma vida com dignidade. Assim:

No contexto brasileiro caracterizado pelo histórico desrespeito ao direito à moradia (MARICATO, 1982; 2015), pelo menos em termos formais, o Direito à moradia adequada se constitui em um avanço no direito à habitação, na medida em que não apenas estabelece o direito a um teto, mas firma condições mínimas que a habitação deve possuir em respeito à dignidade dos moradores. Logo, esse direito qualifica legalmente as pautas de movimentos de luta pela moradia, bem como impõe aos governos o dever de responder a determinados critérios nos processos de elaboração de suas políticas de habitação. (Monteiro, 2022, p.22)

Qualifica-se a moradia em adequada para deixar nítido que os moradores precisam gozar de condições dignas no morar, não só ter um teto. A luta pela moradia se destaca nos processos de reivindicação pelo direito à moradia e políticas públicas de habitação que o assegurem. Monteiro (2022) aponta que, de acordo, com o comentário geral nº 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (2011), o direito à moradia adequada possui sete dimensões: segurança da posse; acesso à infraestrutura, bens e serviços; custo acessível; habitabilidade; acessibilidade; localização segura e geograficamente acessível; e adequação cultural. Os aspectos informam que moradia é mais do que casa e sim as condições necessárias para que os moradores se desenvolvam, que passam por questões jurídicas,

arquitetônicas e de engenharia, economia, geografia e ancestralidade. Spink et al (2020) qualificam ainda a moradia de saudável, a partir de aspectos: psicossociais (pertencimento, laços de vizinhança, satisfação com o meio ambiente, segurança); físicos (acessibilidade, conforto térmico, qualidade interna do ar, acidentes domésticos); e efeitos na saúde (problemas mentais e distúrbios do sono). A saúde, direito humano, é evidenciada por entender que as condições atravessam os modos de vida, as relações e a dimensão física das moradias, que podem adoecer ou promover saúde a seus habitantes. Do comentário geral nº 4, destaca-se a adequação cultural por entender que experiências culturais e ancestrais distintas se materializam em concepções distintas de moradia e precisam ser preservadas. Os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais, como os quilombolas, pressupõem uma relação intrínseca com a natureza, o que informa as características das moradias. Lucas Coelho Pereira (2021), ao escrever sobre as vazanteiras moradores das margens do Rio Parnaíba na cidade de Teresina-PI e suas casas afirma:

Argumento que, a partir das vazantes do Parnaíba, casa englobaria não apenas seus habitantes humanos, mas um sem número de bichos e plantas, bem como extensões territoriais adjacentes como os quintais e as próprias vazantes. Casa e vazante, portanto, são articuladas como duas instâncias de um mesmo espaço e movimento, a saber, habitar um lugar a partir da construção de uma residência. (Coelho Pereira, 2021, p.12)

Vazantes são as plantações na parte do rio ou açude que vaza sob a terra e a deixa encharcada; prática comum dos moradores ribeirinhos; quem bota vazante são os vazanteiros. As suas casas englobam seus habitantes humanos, os animais, as plantas e toda a natureza ao redor ao considerar que os modos de vida das vazanteiras se fundam nessa ligação, em dinâmicas de produção e reprodução da vida em que a residência física, o quintal, as vazantes e toda a natureza não se separam. A casa destes moradores, por exemplo, no que tange a adequação cultural, precisa considerar estes espaços. O autor a nomeia de “casa multiespécie”, ao levar a sério as práticas de habitação das vazanteiras da região, e destaca:

Nesta lógica de cuidados e relações com a terra, cultivar uma vazante inevitavelmente significa residir nas suas proximidades, como me pontua seu Valdir. Fazer casa e cultivar vazantes, portanto, são dois movimentos de um mesmo processo. Um está intrinsecamente relacionado com o outro de forma que é difícil precisar, no caso de famílias vazanteiras, os limites entre ambos. (Coelho Pereira, 2021, p.20)

De forma minuciosa, o autor apresenta como no caso das vazantes e das vazanteiras morar e cultivar fazem parte do mesmo processo do que é viver na beira do rio e com ele e a terra manter relações. Frisa-se que o rio “não é algo de que alguém possa apropriar; é uma

parte da nossa construção como coletivo” (Krenak, 2019, p.40). Para os povos indígenas Krenak e os tradicionais ribeirinhos, o rio é um ancestral (Somé, 2007) com o qual se relacionam diariamente por meio dos modos de vida conectados à natureza. Da mesma forma, a terra, que “alimenta não apenas os corpos de quem a lavra, mas a própria casa, que só floresce graças a esses cultivares” (Coelho Pereira, 2021, p.21). Assim, nesse contexto:

A casa, portanto, é (também) vazante. Mas não só no sentido de que as casas englobam as vazantes (ou mesmo o contrário). Não se trata de uma relação de continência (apenas). Antes disso, casa deve ser entendida como um complexo amplo e aberto o suficiente para incluir a presença dos cultivos da beira do rio, dialogar com os fluxos e ritmos das temporalidades de cheia, vazante, inverno, verão. Deve, ainda, lidar com as dinâmicas dos seres não vivos (como a própria lama), bem como das vidas de pombos, capivaras, quiabos e outros legumes. A casa, assim, desenha-se como um agregado de relações multi específicas. Ela não se constitui na negação disso, pelo contrário: é exatamente a presença de uma diversidade de bichos, plantas e cultivos que, por excelência, define e diz como se faz uma casa nas vazantes. Uma casa vazanteira. (Coelho Pereira, 2021, p.21)

Para os ribeirinhos vazanteiros, a casa é a vazante, o que engloba as construções físicas, os seres vivos, a natureza, as relações e dinâmicas estabelecidas. Trago à baila as ideias de direito à moradia adequada e moradia saudável que enfatizam aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e emocionais do habitar. Morar na beira do rio, para os vazanteiros, é o mais adequado culturalmente visto que seus modos de vida se relacionam estritamente com o ambiente ao redor. Em caso de uma desapropriação da propriedade pelo Estado por interesse público, manter a adequação e a saúde da moradia é garantir que os indivíduos tenham as mesmas — ou melhores — condições de habitação, adequadas culturalmente, capazes de conferir aos moradores dignidade. Assim:

Quando está para acontecer uma remoção, deve existir todo um processo em que as comunidades tenham o direito de participar das discussões do seu destino, de se pensar em alternativas à remoção, de discutir o processo de reurbanização, quer dizer, a remoção deve ser a última alternativa, não a primeira. Mas quando ela vai de fato acontecer, você pode remediá-la através de uma compensação financeira, mas também do reassentamento; isso são possibilidades previstas. Porém, o reassentamento não pode levar em consideração apenas a qualidade da moradia em si. O reassentamento deve levar em conta a localização, pois é um elemento fundamental do direito à moradia. Ou seja, as pessoas devem ter acesso às oportunidades de emprego, trabalho e educação. Se uma comunidade é retirada de onde ela está - provavelmente onde ela tem acesso a isso - e jogam na a 50 quilômetros de distância, é uma grave violação do direito à moradia. Então, esse é um elemento também que deve ser considerado como uma violação. É necessário que o reassentamento seja pensado também em outros termos, mantendo a comunidade o mais próximo possível de seu local original. (Rolnik, 2011, p.40)

Reitera-se que a desapropriação com a remoção forçada das pessoas, chamada de deslocamento compulsório ou reassentamento involuntário, mesmo que ofereça indenização,

deve ser a última opção para uma comunidade, visto que enquanto moradoras e cidadãos devem ser parte dos processos decisórios da cidade; e moradia não é apenas a casa e sim as relações estabelecidas no/com o território, as pessoas, a natureza e a cidade. Os acessos à água, saúde, trabalho, educação, emprego, cultura, lazer e outros atravessam a moradia e precisam ser garantidos, especialmente nos casos de reassentamento, inclusive para que esta prática não seja violenta nem viole direitos humanos.

Então, mais uma vez repito: acho que nós temos que retomar a ideia e acho que a moradia como um direito humano dá uma base muito boa para se repensar o que devem ser as políticas de moradia hoje. Ao mesmo tempo, eu acredito muito – e isso é muito importante no Brasil - na resistência e nas formas de articulação política daqueles todos que estão envolvidos nessa luta, para não deixar a bola cair. (Rolnik, 2011, p.42)

As políticas públicas precisam enxergar a moradia adequada e saudável como esSe direito humano a ser garantido a todos, com respeito às suas necessidades para que sejam idealizadas e implementadas com as pessoas atingidas. A organização em forma de luta, para reivindicação de direitos, expressa que a moradia é formada por aspectos físicos e também subjetivos, simbólicos, sociais, políticos e outros. Lutar também é direito humano, que, no Brasil, tem raízes antigas, fñcadas nas práticas de africanos, indígenas e seus descendentes.

### 1.3 Luta pelo território

“Luta-se pela terra, mas é necessário fortalecer os vínculos para que se ocupe o território de forma potente e criadora” (Almeida, 2022, p.37). Os processos coletivos de organização pelo direito ao território são atravessados por relações sociais que o modificam e às próprias pessoas que fazem parte da luta. A ancestralidade, nas comunidades quilombolas, é guia para o fortalecimento dos vínculos, momentos de recuo e descanso e para os de enfrentamento.

“A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”, diz uma frase conhecida dos movimentos sociais, atribuída a Leonardo Boff. Território é o chão onde os pés pisam e só se consegue formular política - colocar a cabeça para pensar - a partir desta concretude. Tem uma dimensão física, geográfica e também afetiva, a partir das vivências de quem caminha, mora, vive. Assim:

O vocábulo território é essencialmente polissêmico. Genericamente é utilizado para designar uma extensão da superfície da Terra, na qual grupos sociais, instituições e indivíduos entram em disputa pela afirmação de seus interesses, semelhante ao que ocorre entre os animais de uma mesma espécie. Certamente, essa é uma assertiva com a qual não se pode concordar nos dias de hoje, mas é a que prevalece.

Entende-se que essa polissemia implica inconsistências acerca do significado do conceito de território, induzindo alguns (pessoas, pesquisadores e agentes de Governo) a entenderem que a simples existência de uma parcela da superfície terrestre ou uma área de terra é o próprio território; outros crêem que a existência do território é confirmada com a presença do Estado; outros acreditam que território é o mesmo que espaço geográfico; outros, ainda, o relacionam a uma certa dimensão espacial e durabilidade temporal; e outros, o mais grave, têm no território uma forma de controle de uns agentes sociais sobre outros. Contudo, nas falas e nos textos, predomina a ideia de relações de poder entre os distintos agentes, que se acredita ser a premissa subjacente ao referido conceito. (Brito, 2008, p.19)

O autor aponta as polissemias do território, a centralidade das relações de poder no entendimento do conceito e a necessidade de entender a multiplicidade de significados no decurso do tempo. Mariléa de Almeida (2022), que trabalha com o território a partir das experiências quilombolas, tem um esforço similar:

Por isso, a abordagem de território que atravessa este trabalho engloba, a um só tempo, três dimensões que não estão apartadas entre si, mas que, para fins de visualização, descrevo nos seguintes termos: a materialidade física das relações que as quilombolas estabelecem com o território do quilombo; a materialidade simbólica dos significados que atribuem aos espaços; e, por fim, a materialidade subjetiva dada pela abertura de espaços de deslocamento de sentido de discursos racistas, sexistas e classistas. (Almeida, 2022, p.41)

A autora distingue três dimensões que se assemelham às acepções apontadas acima e relaciona cada uma delas à dinâmica quilombola. Nessa seara, ela desdobra o conceito de território de afeto como “um campo de ação política que se exprime pela manutenção, criação ou redefinição de espaços potencializados para aqueles que vivem nas comunidades quilombolas” (Almeida, 2022, p.39), que qualifica a ideia do território, colocando-o no âmbito da criação e do remodelamento por entender que os afetos conformam limites espaciais mesmo sem o reconhecimento jurídico, inclusive pelo racismo que afastou pessoas negras do domínio territorial no Brasil (Nascimento, 2017, 2020, Nascimento, 2018, Dealdina, 2020). Frisa-se que:

A comunidade é o espírito, a luz-guia da tribo; é onde as pessoas se reúnem para realizar um objetivo específico, para ajudar os outros a realizarem seu propósito e para cuidar umas das outras. O objetivo da comunidade é assegurar que cada membro seja ouvido e consiga contribuir com os dons que trouxe ao mundo, da forma apropriada. Sem essa doação, a comunidade morre. E sem a comunidade, o indivíduo fica sem um espaço para contribuir. A comunidade é uma base na qual as pessoas vão compartilhar seus dons e recebem as dádivas dos outros. (Somé, 2007, p.31)

O entendimento de Sobonfu Somé se articula com as noções de território trazidas por Mariléa de Almeida ao indicar que as pessoas precisam de sua comunidade, são indissociáveis pelo que constroem, compartilham e pelo território que ocupam, pelas materialidades física, subjetiva e simbólica (Almeida, 2022). É na comunidade que os quilombolas realizam suas atividades e mantêm os seus saberes. Assim:

No quilombo, somos compartilhantes, desde que tenhamos nascido aqui ou que tenhamos uma relação de pertencimento. E quando digo da relação de pertencimento com o quilombo, falo de uma relação com o ambiente como um todo, com os animais e as plantas. (Santos, 2023, p.30)

Nêgo Bispo apresenta como as relações se constroem no quilombo, em que a tônica é o compartilhar que conforma a identidade do “compartilhante”, condição vivida pelos nascidos ou pertencentes ao quilombo, e, de maneira mais ampla, a natureza. O território é vivido a partir das relações de compartilhamento e pertencimento, o que espelha a ideia de Mariléa de Almeida. Destaca-se que:

A existência dos quilombos na História do Brasil representa um projeto de partilha, e de viver em comunidade, de construção do território enquanto coletivo, compartilhando o acesso a bens, em especial à terra. Sem mobilizar esses conceitos, o quilombo constitui-se em um projeto de alternativa ao capitalismo, de reforma agrária e socialismo, como tem afirmado Givânia Maria da Silva em diferentes contextos. Em 1888, com a falsa abolição, foi implantado no Brasil um regimento excludente, seguido por uma legislação cruel de acesso à terra que, contrariando os princípios do quilombo, fortaleceu a concentração latifundiária e a subjugação da população negra à condição de um não sujeito de direitos. (Dealdina, 2020, p.26)

O modo de acessar, viver e usufruir da terra e do território quilombola é coletivo, compartilhante, envolve toda a comunidade, por isso os quilombos são projetos anticapitalistas, desafiam as formas coloniais modernas de existência. Os valores quilombolas são contrários aos estabelecidos no Brasil pela falsa abolição, que libertou os escravizados do jugo colonial sem garantir as condições econômicas de sua subsistência e manteve o modelo do latifúndio, com acumulação de terra por poucos e brancos, como norma excludente de acesso à terra. Além disso, os quilombos, na relação terra/território, precisavam se situar em locais estratégicos para autopreservação e enfrentamento à colonização. Dessa forma:

É muito comum encontrar no Brasil - mas o vimos também em Angola - os quilombos se localizando em planaltos ou colinas, nas proximidades de rios, ou outros caminhos naturais, possuindo clima bastante específico, onde as condições do Sol e de outros astros dão uma sensação de espaço aberto, diríamos, oceânica e infinito. Figura, por isso, as características de fronteira, não só geográfica, como também demográfica, econômica e cultural que estas organizações possuem (Nascimento, 2018, p.261).

Há inteligência na relação dos quilombolas com a terra e o território que vai do conhecer os aspectos geográficos e se utilizar dele a seu favor. A descrição recorda o Quilombo do Mimbó, mais antigo do Estado do Piauí, no qual é possível, após caminhada, acessar um mirante que permite a observação de paisagem aberta, com vegetação abundante nas margens do rio Canindé, que transmite uma sensação de imensidão. Frisa-se que a terra é de grande importância para os quilombolas pois:

O fundamento do quilombo é a terra, o homem se identificando profundamente com a terra. Então, o Ebó é dado para a terra, todos os elementos vivos estão na terra e



vão participar daquele banquete que é o Ebó. Que dizer, vai ter ali vírus, vai ter ali micróbios, vai ter ali células que vão se decompor e se transformar em outras células...e esse é o princípio do “axé”, da força. (Nascimento, 2018, p.335)

Plantado no chão (Viana, 2007), como o umbigo das crianças conforme as tradições nordestinas, está o fundamento do quilombo, território de quem está enraizado na terra. As oferendas, como os ebós, que servem para limpeza e reequilíbrio energético, são entregues à terra e a tudo que nela vive, pois todos são participantes das trocas e dos rituais sagrados. Desse compartilhamento vem o axé, enquanto força propulsora de vida. É por isso que os quilombolas são tão ligados à terra e em seu território.

Quando penso em território penso em moradia e nas porções limitadas por fronteiras que conformam, junto do povo e da soberania, o território nacional. Terra é a dimensão física e também o nosso planeta, território sócio-espacial e territorialidade as relações que estabelecemos no território, especialmente os povos que se consideram o próprio território, em conformidade com a noção de corpo-território (Soares et al., 2022). Assim:

Nesse sentido, a territorialidade humana aparece como o conjunto de relações mediadas pelo poder entre os distintos agentes sociais (Estado/Governo, empresas, instituições sociais,..., cidadãos), que se interessam por algum objeto comum localizado numa dada porção do espaço geográfico. (Brito, 2008, p.19)

A territorialidade foca nas relações mantidas pelos agentes sociais, inclusive quilombolas, atravessadas pelo poder, com foco em determinado território. Ao morar você pertence ao local, estabelece nele/com ele relações e aprendizados que tem história, memória, ancestralidade, família e comunidade. Ainda:

Assim, a territorialidade humana e seu substrato material, com todas as características naturais e as socialmente criadas são termos que encerram uma única assertiva – resultam de relações sociais desenvolvidas entre os diferentes agentes, mediadas pelo poder e projetadas numa dada porção do espaço geográfico que se torna território. (Brito, 2008, p.20)

Assim, reforça-se a ideia de que as relações estabelecidas no território não são meramente geográficas ou materiais, e sim complexificadas pelos elementos de poder, simbólicos e subjetivos:

Propomos, nesse caso, optar pela expressão “territorialidade” – já que não se trata do território em seu sentido pleno, ou seja, onde a sua “materialização” se torna imprescindível. Embora todo território tenha uma territorialidade (tanto no sentido abstrato de “qualidade ou condição de ser território” quanto no de sua dimensão real-simbólica), nem toda territorialidade – ou, se quisermos, também, aqui, espacialidade – possui um território (no sentido de sua efetiva realização material). (Haesbaert, 2008, p.106)

Aqui o autor relaciona território a territorialidade. Esta se dá no campo das disputas para sua efetivação material, de forma que nem toda territorialidade dispõe, de fato, de um

território. A agência dos agentes sociais é importante para a entender a medida das dimensões abstrata e real-simbólicas da territorialidade e assim articular as lutas por território. Assim:

A territorialidade é de fato dotada de força ativa. Se isso foi historicamente recalcado, deve-se ao fato de que a modelização universalista, a metafísica da representação, opõe-se a uma apreensão topológica, territorializante do mundo, ou seja, a uma relação entre seres e objetivos em que se pense a partir das especificidades de um território (Sodré, 1988, p.13)

Terra, território e territorialidade são imprescindíveis para as articulações políticas de luta pelo território, pois apresentam nuances das relações humanas e de poder dos sujeitos envolvidos, quais sejam, comunidade e Estado. Para os quilombolas, o vínculo com a terra e o território expressa o pertencimento a determinado lugar, o que enseja luta pela manutenção ou proteção frente às ameaças de desterritorialização, processo em que é necessário deixar o território e as relações com ele estabelecidas. Frisa-se que desapropriação é medida administrativa de intervenção na propriedade por interesse público e remoção é a expulsão de pessoas de seu território na chave dos projetos de desenvolvimento e políticas públicas. Destaca-se:

Quando completei dez anos, comecei a adestrar bois. Foi assim que aprendi que adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizador começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta. (Santos, 2023, p.12)

Nêgo Bispo relata como o processo de adestramento e colonização são similares e destaca a importância da desterritorialização para destruir quem se pretende dominar ao quebrar o vínculo da pessoa e de sua comunidade com o seu lugar. O apagamento da memória passa por esta ruptura. Tal raciocínio reforça como destituir a pessoa de seu território, especialmente por violência, vai além da noção espacial e atinge a subjetividade e a ancestralidade dos sujeitos.

#### **1.4 As causas (motivações) que levam a desterritorialização de quilombolas**

Insta refletir sobre as causas que levam a desterritorialização de quilombolas, descendentes de africanos, que, desde sua chegada ao Brasil, por meio da colonização e da escravidão, cultivam modos de vida, saberes e fazeres de seus antepassados em territórios livres denominados quilombos. As terras por eles ocupadas sofrem investidas desde o período colonial, como exemplifica a derrocada do quilombo da República de Palmares provocada

pelos colonizadores (Nascimento, 2018, Nascimento, 2020), propagadores e garantidores do racismo anti negro.

A ideologia do racismo têm raízes tão profundas na formação social brasileira que temos que levar em conta uma série de formas de comportamento, de hábitos, de maneira de ser e de agir inerentes não só aos brancos (agente) como ao negro (paciente). Principalmente, é da parte do negro que se necessita esclarecer todo o produto ideológico de quatro séculos de inexistência dentro de uma sociedade da qual participou em todos os níveis. (Nascimento, 2018, p.54)

O racismo, ou seja, a hierarquização entre sujeitos, no caso do Brasil, entre brancos e negros/indígenas, é um produto ideológico espalhado pelo mundo pelos colonizadores europeus como justificativa para desumanização dos povos não-europeus, a ser dizimados, sequestrados e alijados de seus saberes e valores, que se perpetua. Mesmo finda a escravidão, e mais recentemente, tendo adotado uma constituição que criminaliza o racismo e garante os direitos territoriais de quilombolas, o Brasil ainda peca na proteção de pessoas negras contra as práticas racistas. Assim:

Embora a legislação atual seja favorável ao reconhecimento dos direitos territoriais quilombolas, é flagrante o seu descumprimento. Um conjunto de interesses em favor da concentração de terra na mão de poucos (proteção de latifundiários, expansão do agronegócio e de projetos de desenvolvimento), aliado a políticos profissionais corruptos, tem impedido que os territórios sejam demarcados. (Dealdina, 2020, p.27)

A autora destaca as formas pelas quais a concentração de terra e a atuação de políticos corruptos são um impedimento à demarcação dos territórios quilombolas, direito que protege os quilombos e mitiga o risco de desapropriação por latifundiários, projetos de desenvolvimento e do agronegócio, especulação imobiliária e mineração. Frisa-se que a concentração de renda e a deterioração das condições de vida no campo e na cidade (Gonzalez, 2020) se somam às condições de piora da vida da população negra e também quilombola. A Constituição Federal que garante os direitos territoriais quilombolas é de 1988, 100 (cem) anos depois da abolição da escravatura, o que ajuda a dimensionar a duração da luta destes povos, que começou no sequestro colonial, nos navios negreiros. Assim:

Os territórios quilombolas vêm resistindo ao longo dos anos a um quadro de total abandono no que diz respeito a políticas públicas, sem acesso a saneamento básico, direito de moradia adequada, políticas de educação escolar quilombola ou saúde. (Dealdina, 2020, p.27)

A resistência quilombola à desterritorialização é prática ancestral que se opõe à gestão colonial moderna realizada pelo Estado por meio das políticas públicas, da terra, território e territorialidade. O Estado – “forma específica de exercício de poder e dominação” (Almeida,

2020) capitalista e moderna – findo o período colonial, reproduz o padrão de poder que hierarquiza pessoas e os territórios ocupados. A ausência de políticas de promoção de direitos e a presença das de desterritorialização – que pressupõem a saída de qualquer população de seu território – provoca danos aos modos de viver, tradições, identidade e a própria vida dos quilombolas. De regiões centrais são empurradas para periferias, do campo para a cidade, do cultivo de seus saberes a processos de desumanização.

### **1.5 Consequências da desterritorialização física, mental e cultural / social**

Se “A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”, sem a terra como se pensa? A modernidade ensinou que “Penso logo existo”: uma ótica sem chão, sem pensamento, sem existência. Já pelas lógicas quilombolas, sem natureza, terra e compartilhamento não se vive, não se produz os modos de vida, os saberes e fazeres ancestrais. Frisa-se que:

É possível recordar que os impactos advindos da desapropriação apresentam dimensão individual, coletiva, material e imaterial, pois se trata de um território imprescindível para produção e reprodução da vida quilombola. (Gomes, 2019, p.157)

Quando o Estado ameaça as comunidades de desapropriação ou remoção e/ou as realiza, impacta e imprime danos que atingem centralmente o modo de vida quilombola, que se realiza na coletividade. Maria Sueli Rodrigues de Sousa aponta, como elementos da desterritorialização/deslocamento forçado, “limitação das atividades profissionais e existenciais; indenizações que não repõem as condições de vida, criminalização das práticas culturais” (Sousa, 2021, p. 88). Assim, importa mencionar as consequências da desterritorialização física, mental e cultural/social para/ nas comunidades quilombolas.

Quanto às condições físicas aponta-se a própria dissociação da terra, território e territorialidade vividas e construídas. O indício deixado pela autora “limitação das atividades profissionais e existenciais” pode nos guiar e permitir o entendimento de que estas ações são as que dizem respeito à produção e reprodução da vida, ao trabalho como modificador da natureza e aos modos de vida dos povos quilombolas. Sem a terra, sem fundamento de axé (Nascimento, 2018), sem possibilidade de vida, troca, compartilhamento e biointeração (Santos, 2015) dos quilombolas com a natureza e consigo, em comunidade. Assim, sem caça, pesca, cultivo e extrativismo de plantas; comunicação com os encantados e ancestrais nas matas, águas, terra e natureza; comércio, prática de atividades físicas, culturais, espirituais e religiosas; vizinhança, parentesco e memórias. A desterritorialização remove/desloca de modo

forçado pessoas e as coloca em um lugar que nem sempre elas puderam escolher ou fica na mesma região, o que dificulta a manutenção dos laços e mesmo a (re)construção de territórios de afeto (Almeida, 2022). Há uma quebra dos vínculos de vizinhança, comunidade, com a terra e o território, e como a subjetividade se constrói coletivamente, onde no chão pisa, ela também é quebrada.

“Indenizações que não repõem as condições de vida” (Sousa, 2021, p. 88) aponta para o fato de que as condições de vida dos quilombolas sofrem danos que precisam ser reparados e não são. Ao mostrar os ocorridos territórios quilombola em Barro Vermelho e Contente, no Piauí, em contexto de conflito socioambiental, Rodrigo Portela Gomes (2019) sistematiza-os em: produção econômica e subsistência, residências, acesso à água, acesso aos aparelhos públicos, violência psicológica e moral, patrimônio material e imaterial; indenização das desapropriações, o que dialoga com:

Agravam essa situação os permanentes conflitos em defesa dos territórios, o que tem submetido a população quilombola à violência psicológica, moral e física, como a iminência de despejos ou remoções forçadas, a prática de racismo ambiental, restrições ao direito de ir e vir, ameaças à vida e assassinados, só para citar alguns exemplos. (Dealdina, 2020, p.27)

Estes impactos são produzidos pelo racismo, que segue desumanizando os quilombolas, e incidem sobre a subjetividade das pessoas afetadas. Isso gera adoecimentos físicos e mentais, que desafiam “a capacidade do nosso povo de enfrentar violências, superar perdas e reinventar-se” (Dealdina, 2020, p.43), nos dizeres da intelectual quilombola. Importa dizer que o racismo afeta os territórios, os corpos e também a psique humana (Gonzalez, 2020) seja porque tenta os sujeitos constantemente sob uma condição desumana fazendo com que acreditem que são merecedores desta desumanização.

Quanto à “criminalização das práticas culturais”, destaca-se que uma faceta do racismo é a consideração das práticas africanas e indígenas como criminosas, com base no ordenamento penal ou no senso comum (Nascimento, 2017; Nascimento, 2020). A desapropriação precisa de legitimação social para que determinado território seja considerado de interesse público, o que muitas vezes é acompanhado de processos de criminalização dos moradores e de suas práticas, identificados como os que estão atrapalhando o progresso e o desenvolvimento em virtude de “apego” às suas moradias e territórios (Dealdina, 2020). Além disso, longe do território, os quilombolas não têm como realizar seus ritos religiosos, professar sua fé, praticar danças e jogos, desenvolver suas atividades cotidianas e modos de vida.

### **1.6 Quais as possíveis soluções para esse tipo de cenário?**

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem uma convenção sobre povos indígenas e tribais numerada 169, da qual o Brasil é signatário, que aponta, em seu artigo 17: “Os povos interessados deverão ser consultados sempre que for considerada sua capacidade para alienarem suas terras ou transmitirem de outra forma os seus direitos sobre essas terras para fora de sua comunidade”. É o direito das comunidades tradicionais a consulta livre, prévia e informada sobre decisões políticas que possam afetar suas terras e territórios (Dealdina, 2020). Assim, ouvir previamente o que as comunidades querem e precisam é um passo importante na formulação de políticas públicas, visto que estas devem atender os interesses dos diversos sujeitos e agentes sociais.

A prática de entrada sem autorização e selamento das moradias para indicar quais devem ser removidas é constrangedora, desrespeita os direitos dos moradores e sinaliza autoritarismo por parte do Poder Público. As desapropriações também devem ser acompanhadas de medidas reparatórias aos danos sofridos, que muitas vezes não se situam apenas no campo monetário por atravessarem também os direitos de vizinhança, à memória, à terra, à ancestralidade e outros. As pessoas desapropriadas, especialmente de comunidades tradicionais, precisam conseguir realizar seus modos de vida no novo território, ser instigadas a construir novas ou outras relações de territorialidade. Na prática, as indenizações se concentram na natureza monetária e são irrisórias, o que não cobre os prejuízos nem permite que as pessoas vivam em condições dignas e é percebido em outros conflitos territoriais (Sousa, 2021; Gomes, 2019; Dealdina, 2020).

As políticas públicas e projetos da iniciativa privada não podem pressupor que a remoção é a única medida em caso de conflitos territoriais e nem que o dinheiro é suficiente para suprir as necessidades de comunidades tradicionais. De acordo com a Constituição Federal, todos temos direito à terra, ainda que na modalidade de propriedade privada, então é preciso compreender e assumir que estas comunidades têm relações específicas com a terra, que envolvem a ancestralidade, os fundamentos e os modos de vida. A Magna Carta também garante o direito à democracia e participação popular, que não se esgota nos processos eleitorais, e envolve também a criação de mecanismos de garantia destes direitos especialmente às populações marginalizadas socialmente como as tradicionais e quilombolas.

## CAPÍTULO 2 - O QUILOMBO URBANO DA BOA ESPERANÇA NA LUTA PELO TERRITÓRIO

“Porque vocês não sabem do lixo ocidental  
Não precisam mais temer  
Não precisam da solidão  
Todo dia é dia de viver”

Milton Nascimento - Para Lennon e McCartney

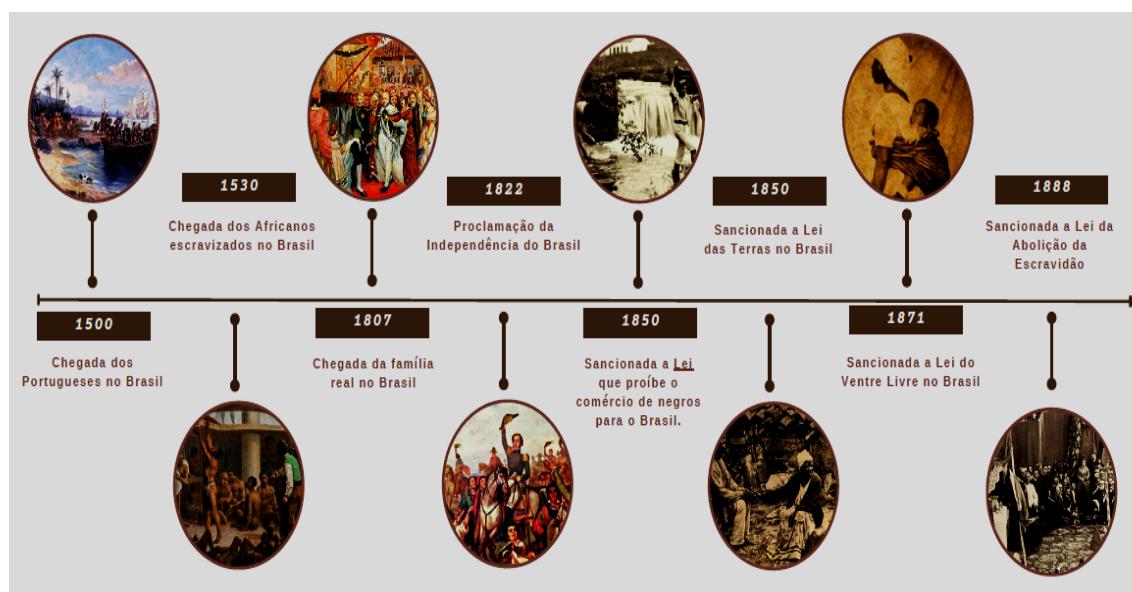
"Sim, sou um negro de cor  
Meu irmão de minha cor  
O que te peço é luta sim  
Luta mais!  
Que a luta está no fim"

Wilson Simonal - Tributo a Martin Luther King

### 2.1 Colonização, raça e resistências negras: as pessoas negras na escravidão e pós-abolição

No processo de colonização, os povos originários ou indígenas e africanos escravizados foram classificados como hierárquicos e racialmente inferiores aos povos colonizadores, brancos, cristãos e europeus (Segato, 2011). Segue linha do tempo, idealizada por mim e realizada por Karla Luz, que relaciona datas e momentos históricos brasileiros que marcam a colonização e a escravidão.

Figura 5: Linha do tempo 1500 a 1988 com foco na colonização



Autoria Karla Luz

A linha do tempo elenca, por meio dos anos, momentos da História do Brasil com ênfase na colonização, que inicia com a invasão dos portugueses no Brasil em 1500 e se impõe de forma violenta sob os territórios e corpos originários e africanos, que chegaram ao continente americano sequestrados e escravizados em 1530. A chegada da família real portuguesa no Brasil mudou a forma como o poder era exercido no território, com maior controle e a necessidade de expulsão de moradores do Rio de Janeiro para que suas casas pudessem receber a realeza. Em 1850 o tráfico escravagista era proibido no Brasil pela Lei Eusebio de Queiroz, mas continuava a acontecer de forma ilegal e lucrativa.

No mesmo ano é sancionada a Lei de Terras no Brasil, que apresenta limites para que os escravizados, libertos e originários fossem proprietários de terras no Brasil. Em 1871, é sancionada a Lei do Ventre Livre, segundo a qual as crianças nascidas de mães escravizadas eram livres de nascença; na prática, elas seguiam escravizadas ao morar com as genitoras sob domínio dos senhores. A abolição da escravatura, por meio da Lei Áurea de 1888, libertou os escravizados, mas não equiparou suas condições de vida com a dos brancos, o que mantém no Brasil um regime de desigualdade racial, com promoção de violência e destruição permanente, especialmente de corpos e territórios africanos e originários, o que configura prática de genocídio.

Abdias do Nascimento (2017) aponta a continuidade de práticas de extermínio da população africana e afrodescendente da escravidão a atualidade, por meio da violência escravista, embranquecimento da raça e da cultura e outras estratégias. Destaca-se do poema Lucidez de Luciene Nascimento (2021, p.115-116) o trecho “o genocídio é como um monstro grande/cheio de tentáculos, e a certa altura um deles atinge você”, que capta sua capilaridade. De acordo com a Organização das Nações Unidas (1948), genocídio é qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: a) assassinato de membros do grupo; b) dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo; c) submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial; d) medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) transferência forçada de menores do grupo para outro.

A violência genocida, além de ter sido impressa nos corpos dos sujeitos e, com rigor patriarcal, das mulheres indígenas, africanas escravizadas e suas descendentes (Segato, 2011), expressou-se na colonialidade do poder, regime de controle da subjetividade e do



conhecimento formador do sistema-mundo moderno colonial. Apresenta o caráter do padrão mundial de poder constituinte da Modernidade: colonial, cristão, cartesiano, racializado, capitalista, branco, eurocêntrico e generificado (Akotirene, 2019; Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2019; Segato, 2011).

Nesse contexto colonial, a morte física era associada à inferiorização e destruição dos saberes dos povos originários e africanos – epistemicídio – generalizados em “índios” e “negros” como estratégia para “quebrar as suas identidades com o intuito de os coisificar/desumanizar” (Santos, 2015, p. 27), o que foi fundamental para apropriação e subjugação, pelos colonizadores, dos corpos e territórios. Os europeus “aprimoraram o epistemicídio a fim de subtrair e exorcizar conhecimentos, sobressaindo como povo que produziu e acumulou sabedoria com o crivo científico e racional que estabeleceram para si e para outrem” (Felinto, 2022, p.124).

Os povos escravizados eram mantidos sob constante terror colonial, nas senzalas e prisões, a partir de uma política de morte –a necropolítica: o poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer, de determinação sobre a vida e a morte ao retirar o status político dos sujeitos, que são diminuídos ao biológico e desumanizados (Mbembe, 2016). O autor enxerga racionalidade nesse extermínio na utilização de técnicas e desenvolvimento de aparatos planejados para a execução dessa política de desaparecimento e de morte.

Traz-se à baila o conceito conceito de Maafa (“grande desastre” em suaíle), inicialmente pensado por Marimba Ani (1994). “Maafa é, desta maneira, o processo de sequestro e cárcere físico e mental da população negra africana, além do surgimento forçado da afrodíaspota” (Njeri, 2019, p.7), que descreve a violência permanente sofrida da colonização a contemporaneidade. Afrodíaspota faz menção ao deslocamento forçado de grupos ou comunidades do continente africano do seu local/território de origem. Desta forma, “os africanos escravizados e seus descendentes, participantes dessa diáspota forçada, contribuíram com a criação e invenção de uma nova cultura, elaborando novas formas de espiritualidade, de conhecimento, subjetividade, sociabilidade” (Bernardino-Costa, Maldonado-Torres, Grosfoguel, 2018, p.17). Aos africanos escravizados e seus descendentes foi imposto deslocamento forçado no qual se produziram novas formas de vida em resistência.

A escravidão racializada – diferente de outras experiências históricas desse modo de produção – imprime uma marca de subjugação a partir da cor, e, assim, o racismo, enquanto tecnologia de dominação, se constitui “como a ‘ciência’ da superioridade eurocristã (branca e patriarcal), na medida em que se estruturava o modelo ariano de explicação” (Gonzalez, 2020,

p.169). Percebe-se que o racismo, enquanto ideologia, não se esgota no preconceito e sim em sua subjugação epistemológica e dominação de seus corpos e territórios. Ana Paula Procópio da Silva (2017) destaca que o racismo é parte estrutural da racionalidade operante na forma como as relações sociais são mantidas e compreendidas e se articula com o sexismo, patriarcado e outras opressões sociais. Na América Latina é importante se considerar que esta racionalidade marca os processos de colonização e construção de um novo modelo de espaço/tempo que se realiza no mundo como padrão de poder (SILVA, 2017) que desumaniza especialmente as pessoas negras e indígenas.

As formas como nos vemos, conhecemos, estamos com a natureza e vivemos na Modernidade são marcadas pela imposição dos processos de “invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até substituição de uma cultura pela outra” (Santos, 2015, p. 47-48), em que a branquitude se impõe como universal (Schucman, 2020) e aos demais povos e culturas, são infligidos o genocídio e o epistemicídio (Nascimento, 2017). O termo epistemicídio é desenvolvido por Sueli Carneiro para enfatizar a morte dos saberes e conhecimentos africanos e de sua descendência. Assim:

O Não-ser assim construído afirma o Ser. Ou seja, o Ser constrói o Não-ser, subtraindo-lhe aquele conjunto de características definidoras do Ser pleno: auto-controle, cultura, desenvolvimento, progresso e civilização. No contexto da relação de dominação e reificação do outro, instalada pelo processo colonial, o estatuto do Outro é o de ‘coisa que fala’. (Carneiro, 2005, p. 99)

A reflexão apresenta a forma como o racismo funciona. A colonização instala um regime de desumanização estabelecido em razão da raça a partir da dominação e da coisificação do negro (Não-Ser) em relação ao branco (Ser), que destrói naquele sua subjetividade, seus valores e saberes, retira-o da condição de sujeito e o aprisiona na condição de objeto.

Os movimentos espontâneos de ocupação de terras disponíveis, as revoltas, as fugas, as organizações religiosas, os quilombos, a formação de sociedades secretas (Munanga; Gomes, 2016), as escrevivências de pessoas escravizadas e as lutas pelo direito (Sousa, 2017) são exemplos de algumas das manifestações da resistência negra durante e após o período escravocrata.

Os quilombos foram agrupamentos de escravizados que se recusaram a viver sob a escravidão e se organizaram para criar, planejar e manter espaços de liberdade e ancestralidade. Além disso, a “experiência coletiva dos africanos e seus descendentes [é] uma estratégia de reação à escravidão, somada da constituição de outro segmento com os quais interagiram em cada país, notoriamente alguns povos indígenas” (Munanga; Gomes, 2016,

p. 73). Percebe-se que tais organizações expressavam a necessidade de sobrevivência frente ao terror colonial, construindo organizações da vida coletiva livre, que recebiam brancos pobres e indígenas. Assim:

Não fizemos os quilombos sozinhos. Para que fizéssemos os quilombos, foi preciso trazer os nossos saberes de África, mas os povos indígenas daqui nos dizem que o que lá funcionava de um jeito, aqui funcionava de outro. Nessa confluência de saberes, formamos os quilombos, inventados pelos povos afroconfluentes, em conversa com os povos indígenas. No dia em que os quilombos perderem o medo das favelas, que as favelas confiarem nos quilombos e se juntarem às aldeias, todos em confluência, o asfalto vai derreter! (Santos, 2023, p.35)

Contemporaneamente, os quilombos guardam relação de ancestralidade com estas formas de resistência e luta contra-colonial e recriam suas formas particulares de vida no presente, fortalecidas, inspiradas e ligadas a esta herança ancestral, estão localizados em zonas rurais e urbanas, cujas comunidades podem pleitear o reconhecimento dos direitos territoriais enquanto povos quilombolas (Santos, 2015; Dias, 2020; Dealdina, 2020).

São fontes de valores e saberes transmitidos especialmente pelos mais velhos. A oralidade, a contação de histórias, as cantorias são ferramentas importantes de manutenção dos saberes e modos de vida quilombolas; assim como o modo pelo qual as casas são construídas e aparentam, os usos dos jardins, quintais e outros cômodos.

As resistências negras – processos de luta e organização negra existentes desde a época da escravidão (Munanga; Gomes, 2016) – têm raízes no enfrentamento à colonialidade, colonização, epistemicídio e genocídio continuado no regime escravista (1539-1888), pós-abolição (pós-1888), ditadura militar (1964-1985) e mesmo pós Constituição de 1988. Os momentos históricos de escravidão, pós-escravidão (sem políticas reparatórias), modernização e desterritorialização do Brasil e pacto democrático constitucional em 1988 precisam ser considerados ao pensar as condições de vida da população negra.

Nesta esteira, movimentos negros, associações culturais, intelectuais e pesquisadores lutam para que as resistências negras à escravidão e discriminação racial e pela reparação sejam reconhecidas (Nascimento, 2017; Nascimento, 2020). A reivindicação de 20 de novembro, data da morte de Zumbi (1695), último líder do Quilombo dos Palmares, por parte dos movimentos negros, na Marcha Zumbi dos Palmares (1995), para marcar o sentido político das lutas por liberdade e contra o racismo e comemorar o Dia da Consciência Negra (1971), resgata outro forte e importante exemplo de resistência e coragem do povo negro (Munanga; Gomes, 2016).

Destacam-se ainda as conquistas da Assembleia Nacional Constituinte (1987) escritas na Constituição Federal de 1988, como: a promoção do bem de todos como objetivo

fundamental da República (art. 3º, IV); repúdio ao racismo como princípio que rege as relações internacionais (art. 4º, VIII); a igualdade formal (art 5º, caput); e o racismo ser crime inafiançável e imprescritível (art. 5º, XLII). Além disso, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (1988) dispõe em seu art. 68: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” É o reconhecimento pelo Estado do direito dos quilombolas a suas terras ancestralmente ocupadas, norma essencial para os processos de regularização fundiária dos territórios e garantia de reparação histórica aos descendentes de escravizados.

No Piauí, destacam-se as mudança do nome e função da Unidade Escolar Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista genocida de indígenas que teria derrotado o Quilombo dos Palmares, para Memorial Zumbi dos Palmares (2007) e, posteriormente, para Memorial Esperança Garcia (2017), além do reconhecimento (2017) desta como a primeira advogada piauiense e brasileira pela escrita, quando ainda era uma mulher escravizada (1770), de petição que denuncia maus tratos a si e à sua família.

Ao apagar de um prédio público o nome de um assassino de indígenas e negros, refuncionalizá-lo em memorial cultural do povo negro com o nome de Zumbi e posteriormente Esperança Garcia, a memória que se busca preservar não é mais a da colonização e sim das resistências negras. Ao reconhecer uma mulher escravizada como advogada se valoriza a atuação desta mulher contra as injustiças raciais (Sousa, Silva, 2017). O foco se desloca da produção de violências para a memória das resistências.

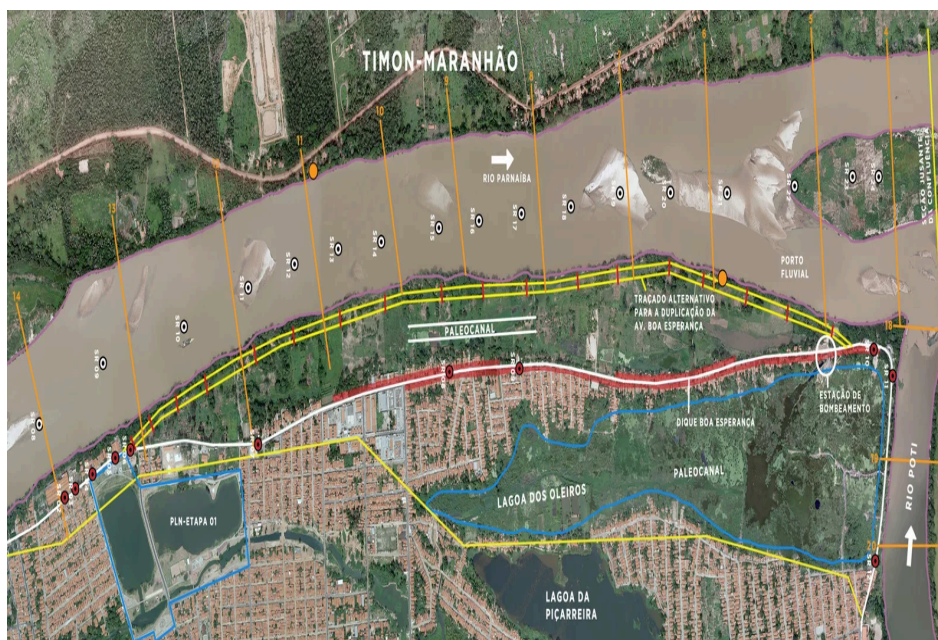
Contudo, esses processos subsistem ao lado da reprodução das práticas colonialistas que se realizam, inclusive, no modo oficial de produção das políticas públicas quando marcadas por práticas segregacionistas de territórios e populações, ensejando a criação de espaços e práticas para enfrentar a dominância histórica.

## **2.2 Quilombo Urbano da Boa Esperança e a luta pelo território**

O Quilombo Urbano da Boa Esperança se localiza na zona norte do município de Teresina, capital do Estado do Piauí, cidade em que 80% da população se declara parda ou preta (Macêdo, 2019). A avenida homônima permite o acesso centro-Norte da cidade pelas margens do Rio Parnaíba até ser renomeada de R. Des. Flávio Furtado que acompanha o curso das águas até ao Encontro dos Rios, parque ambiental de proteção do desaguar do Rio Poty em seu afluente, o Rio Parnaíba, que liga o Estado do Piauí ao Maranhão. Abaixo segue mapa

que, de acordo como site Demarca Boa Esperança (2022), foi utilizado pelo Programa Lagoas do Norte para indicar a necessidade de remoção da comunidade:

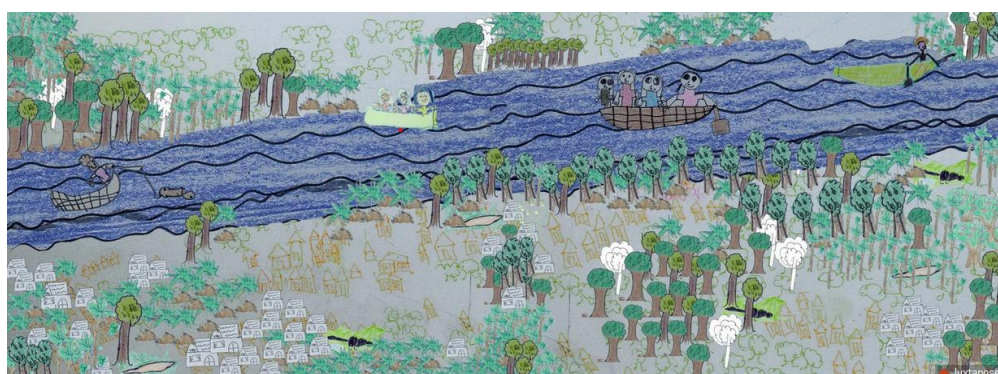
Figura 6: Mapa com o projeto indicando a necessidade da retirada da população da comunidade



Fonte: <https://demarcaboaesperanca.info>

As origens da cidade de Teresina, na chamada Vila Velha do Poti, no atual bairro Poti Velho, nas adjacências da Avenida, são indígenas e afro diaspóricas, cujos modos e saberes são mantidos nesses territórios por meio das vivências e práticas ancestrais expressas nas olarias com produção de cerâmicas (Monte, 2016), religiosidade de matriz africana (Carmo, 2017), vazanteiros (Coelho Pereira, 2017, 2021), contar das histórias (Novinho e Lúcia), produção de instrumentos musicais e móveis. A divisão racial do espaço (Gonzalez, 2020) na cidade reproduz a lógica moderna e colonial de assimetrias sociorraciais entre as regiões centrais, de ocupação da branquitude (Schucman, 2020), e as periferias negras, indígenas e migrantes.

Figura 7: Mapa Afetivo da Boa Esperança



Fonte: <https://demarcaboaesperanca.info>

Percebi, por meio da observação e memória, que na Boa Esperança, especialmente nas margens do Rio Parnaíba, que árvores, canteiros, roçados verdejam os horizontes de quem vive e transita pela região. A preservação da natureza se articula com as práticas ancestrais afro diaspóricas mantidas por quilombolas e tradicionais em biointeração (Santos, 2015).

Desde 2022, o Centro de Defesa Ferreira de Sousa, entidade de representação do Movimento de famílias Atingidas pelo Programa Lagoas do Norte e das Comunidades Tradicionais de Teresina, está com uma campanha, com site virtual, denominada Demarca Boa Esperança (2022), que pauta demarcação do território da comunidade Boa Esperança, autorreconhecida como Remanescente de Quilombo Urbano, na zona norte de Teresina, por meio de petição. Frisa-se que “As cidades estão nos quilombos.” (Santos, 2023, p.43) e não o contrário. Lúcia – Maria Lúcia de Oliveira Sousa, intelectual mulher cis negra (Pereira, 2017; Carmo, 2017), filha de seu Ferreira de Sousa, que nomeia o Centro de Defesa –, uma das principais lideranças da comunidade, informa:

O povo da Boa Esperança é majoritariamente mulheres e são também pessoas idosas... Pessoas que contribuíram historicamente com Teresina e contribuíram com a sociedade de Teresina, porque essas mulheres, ali daquela região, elas têm uma importância! E nós, aqui em Teresina, esquecemos de valorizar o que é nosso! [...] [A prefeitura] adentrou as nossas casas de uma forma muito violenta, porque ela chegou nas nossas casas de manhã, pela manhã! Em um horário que só tinha crianças e idosos! Selou as nossas casas e foi perguntando pras pessoas se as pessoas queriam uma casa ou um apartamento. Agora, veja bem, uma pessoa que mora há mais de cinquenta anos em um local e nunca precisou da prefeitura pra nada [...]! Porque a gente estudava longe, as mulheres se viram como podem: lavando roupa, trabalhando na horta, trabalhando na olaria pra criar os filhos pra botar nessa sociedade e, aí, a gente se depara em uma situação como essa! Então, assim, muitas idosas adoeceram, nós tivemos o caso de uma senhora, que é a dona Bela, que ela disse: “meu Deus, entraram na minha casa e selaram a minha casa e vão botar a gente pra onde? A gente fica angustiada”. Uma semana depois ela enfartou e morreu! As nossas idosas adoeceram e a gente aproveita esse momento pra denunciar (Pereira, 2017, p. 35-36).

São “mais de três mil famílias” (Pereira, 2017, p. 47), na região afetada pelo PLN, com diversidade de idade, gêneros, raça e classe: idosos e idosas, crianças e adolescentes, homens e mulheres (Gomes, 2015); vazanteiros (Pereira, 2017); oleiros, ceramistas, ribeirinhos, vaqueiros, pescadores, descendentes de povos indígenas (IPHAN, 2015); são também comerciantes e profissionais liberais. São famílias que ocupam há mais de 30 anos (Gomes, 2015; Santos; Santos, 2017) o leito do Rio Parnaíba próximo ao seu encontro com o Rio Poti e as lagoas que se formam, e mantêm modos de vida vinculados à pesca artesanal, à produção de cerâmica, de frutas, hortaliças e atividades artísticas (IPHAN, 2015).

São populações tradicionais que utilizam o território e os recursos naturais como base para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica em biointeração (Santos, 2015). Os moradores da Boa Esperança vivem dos recursos que a natureza oferece, do plantio e colheita nas vazantes do Rio Parnaíba em seus quintais (Pereira, 2017); são conhecedores das terras e das águas, do tempo e das condições propícias para a realização das pescarias, fabricação de tijolos e outras práticas artesanais, transmitidas entre gerações.

A biointeração apontada por Nêgo Bispo (Santos, 2015) marca todas as dimensões da vida e política de vivência dos moradores e moradoras da Boa Esperança, que em solidariedade partilham a produção de alimentos (Gomes, 2015); as habitações em “puxadinhos improvisados, coabitação e laços comunitários” e artesanaria de enxovais para as mulheres grávidas da comunidade (Santos; Santos, 2017). As reuniões e atos públicos sempre contam com “riquezas plantadas [...] na terra, legumes e frutas: none, batata, macaxeira, limão azedo, mamão, ata, batata doce, ciriguela e etc.” (Gomes, 2015, p. 86), sucos de tamarindo, manga, caju e outras frutas, todos compartilhados e colhidos dos quintais dos moradores e moradoras.

Em diferentes fluxos, pesquisadores e profissionais colaboram com a atuação em Grupo de Trabalho (Gomes, 2016), projetos de comunicação popular, como o Mulheres nos Terreiros da Esperança (Santos; Santos, 2017; Santos, 2018), ensaios fotográficos<sup>6</sup>, assessoria técnica (Varão; Rego, 2016) e outras. As atividades realizadas fortalecem os sentidos de comunidade, cidadania e democracia; dão animação para a continuidade da caminhada; aproximam os movimentos da cidade que lutam por moradia, direito à cidade, direitos das mulheres; mantêm a si mesmos e aos moradores das vizinhanças mobilizados e, assim, ganham mais gente para a luta. Segue linha do tempo com momentos da luta da Boa Esperança:

---

<sup>6</sup> Ver: Existência, por Maurício Pokemon, disponível em: <http://www.revistarevestres.com.br/fotos/existencia/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Figura 8-Linha do Tempo Boa Esperança



Autoria: Karla Luz

Em 2008 é criado o Centro de Defesa Ferreira de Sousa, um marco na organização comunitária dos moradores. Em 2015 o Museu da Boa Esperança foi instalado de forma física pela primeira vez no Salve Rainha. Em 2017 é realizado o Projeto Mulheres nos terreiros da esperança, que registra oficinas desenvolvidas na comunidade. Em 2021 é inaugurado o site do Museu Virtual. No mesmo ano também marcou o lançamento do movimento Demarca Boa Esperança e a suspensão do financiamento do Banco Mundial para a Prefeitura de Teresina<sup>7</sup>. Em 2023 foi inaugurada a Casa Maria Sueli.

As mulheres da Boa Esperança têm escrito e contado suas histórias de permanências e resistências em atos, debates, oficinas, audiências e performances públicas, entrevistas a jornais e a pesquisadores, postagens em redes sociais, participações em eventos universitários, de pesquisa e de militância. Os cartazes, faixas e pixos nas paredes da vizinhança também falam. Seus corpos negros e indígenas, suas cores, fé e modos de vida carregam consigo legados ancestrais.

<sup>7</sup> Douglas Amaranes (2023) e Sarah Santos (2023) relatam que, em 2019, o Centro de Defesa Ferreira de Sousa fez denúncias de violações aos direitos à moradia sofridas pelas famílias da comunidade ao Painel de Inspeção do Banco Mundial, mecanismo de apuração de eventuais irregularidades no desenvolvimento dos projetos financiados. A entidade realizou visitas técnicas em Teresina, verificou falhas na execução do PLN e decidiu suspender o financiamento para Prefeitura de Teresina



O Quilombo Urbano da Boa Esperança ocupa, permanece e resiste no território do leito do Rio Parnaíba e lagoas na zona norte da cidade de Teresina de forma tradicional, em biointeração com a natureza, com utilização dos recursos naturais sem finalidade exploratória. Desde o início do Programa Lagoas do Norte, moradores dessa e de outras comunidades sofrem remoções e/ou ameaças de remoção de acordo com o avançar da execução das fases do projeto. Às vésperas da 2ª etapa, em 2015, a comunidade se organizou para pensar alternativas ao reassentamento involuntário, colocado como pressuposto da continuidade das obras, e formas de permanecer no território e fazer parte do projeto.

De porta em porta, mobilização virtual, reuniões nas vizinhanças, as mulheres constroem uma rede de solidariedade e militância entre os e as moradoras, Ministério e Defensoria Públicas Estaduais, movimentos sociais de Teresina, ativistas e pesquisadores, o que retardou a remoção de pelo menos 2.180 famílias na região atingida pelo PLN, garantiu a presença da comunidade em reuniões com a Prefeitura e o Banco Mundial, deu visibilidade política para os direitos dos moradores e o protagonismo das próprias mulheres.

As histórias contadas em artigos, dissertações, monografias, fotografias, entrevistas, faixas, cartazes, pixos e falas públicas apresentam como a luta de mulheres afro-indígenas pela permanência em seus territórios tradicionais produz resistência na comunidade, vizinhanças, movimentos sociais e academia. Quando as mulheres da Boa Esperança se movimentam, toda a sociedade piauiense se movimenta.

Rupturas sociais e epistemológicas trazem o povo, as vozes e as agências das mulheres, as resistências por elas produzidas para o centro da produção do saber. As pesquisas implicadas são escrevivências dos encontros com a comunidade. O povo da Boa Esperança é povo que não quer arredar o pé (Rego, 2021): insiste em contar suas próprias histórias e de seus ancestrais (Adichie, 2019); em cultivar modos de vida e de relação com o território de cuidado de si e da natureza; e que tem na solidariedade a força para acolher os novos e os antigos, dialogar com os saberes formais e informais e permanecer resistência.

### **2.3 Da luta pelo território no contexto do Programa Lagoas do Norte**

As políticas públicas expressam as decisões político-jurídicas do Estado, por meio dos governos, nas esferas nacional, estadual ou municipal, para elaborar soluções de problemas de interesse público (Souza, 2006). Expressam a luta política organizada de setores da sociedade que delas necessitam para produzir e reproduzir suas existências. O Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e muitas políticas públicas voltadas

para as populações negras, quilombolas e indígenas foram resultado da luta dos movimentos sociais. Os agentes públicos as pautam de acordo com o que entendem como demandas ou expectativas prioritárias da sociedade. Em contexto de Modernidade com permanência das colonialidades, tanto o Estado quanto a sociedade produzem e reproduzem o padrão mundial de poder colonial moderno (Akotirene, 2019; Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2019; Segato, 2011).

O pressuposto da saída das pessoas de suas moradias, a ser apresentado posteriormente, recorda que os territórios de ocupação indígena e africana continuam sendo vistos sob a ótica da conquista colonial e do deslocamento das pessoas, como ocorreu na colonização e continua ocorrendo. Assim, as comunidades, territórios, modos, saberes e fazeres diferentes dos da branquitude, como o abrangido pelo Lagoas do Norte, são enxergados pela soberania do Estado, manifestada em suas ações, como colonizados.

Apesar de muitas políticas públicas resultarem de tensionamento de classes e, portanto, incorporarem vitórias históricas de setores sociais oprimidos e explorados, estas situam-se nos limites do Estado Moderno colonial, patriarcal, masculino e branco. Daí decorre que muitas garantias asseguradas em leis ou políticas públicas não só não chegam a ser implementadas, como o são por meio de estruturas estatais racistas, branqueadas e patriarcais. A raça e o gênero enquanto chaves de diferenciação de sujeitos e territórios em humanos/desumanos e civilização/barbárie marca os binarismos que também integram as ações e formas sociais.

Contemporaneamente, observa-se um *continuum* de práticas de ocupação de territórios por parte da branquitude (Schucman, 2020) com desterritorialização dos e das sujeitas originários que remonta o período colonial, reproduz-se na relação entre Poder Público e sociedade e atinge especialmente as comunidades tradicionais indígenas e afro diaspóricas (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2019) no Brasil. Frisa-se que “o colonizador começa por desterritorizar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-o de seus sagrados, impondo-lhe novos modos de vida e colocando-lhe outro nome.” (Santos, 2023, p.11-122). Assim, faz-se necessário situar o Estado necropolítico (Mbembe, 2016) em contexto de racismo estrutural (Silva, 2017), por meio das ações do Estado em relação às comunidades tradicionais no Programa, especialmente a de selamento das casas.

O Portal Cidadeverde.com veiculou matéria intitulada “Morte de idosa levanta debate sobre impacto de obra pública” (Lustosa Filho, 2015) em que noticiou o ocorrido, apresentou

informações da vizinhança e da Prefeitura Municipal de Teresina, responsável por esta política pública. Na reportagem, uma moradora do Quilombo Urbano da Boa Esperança, D. Helena apontou: “Uma vez chegou uma assistente social e foi logo selando (marcando) as casas e perguntando se a gente queria casa ou apartamento. Não entendemos nada. Ficamos muito nervosos” (Lustosa Filho, 2015). O papel da assistente social nesses processos é representar o Estado, enquanto Poder Executivo Municipal, na comunicação com os moradores de uma região em que se desenvolverá uma política pública, para garantir seus direitos<sup>8</sup>. E continuou a moradora: “Hoje tem muitos idosos que estão sofrendo, sem dormir, com problemas de saúde devido a essa pressão. O viúvo (de dona Isabel) Matias vive chorando. Ele é bem conhecido, tem um comércio, está muito mal” (Lustosa Filho, 2015).

O selamento das casas e aviso de que seriam as moradoras removidas, no território do hoje reivindicado Quilombo Urbano da Boa Esperança, sem debate prévio com a comunidade, atravessou as vidas e cotidianos a ponto de colaborar com processos de falecimento e adoecimento em curso, o que exemplifica reproduções da colonialidades de poder. A própria chave da requalificação urbana que justifica o Programa (PMT, 2014) parece atestar que o território de ocupação tradicional por comunidades indígenas e afrodescendentes está/é desqualificado e precisa, por meio da intervenção do poder público, ser qualificado: enquadrado em modelos urbanísticos apresentados pelo próprio Programa.

Percebe-se que a Prefeitura, expressão do Poder Executivo municipal, por meio de assistente social, investida em função pública, teria identificado as casas das famílias a serem desapropriadas e realocadas para outro território, sem consulta à comunidade (Varão; Rego, 2016). Frisa-se o contraste com a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Estado Brasileiro, e que aponta o direito das comunidades tradicionais a consulta livre, prévia e informada sobre o posicionamento a respeito de decisões administrativas e legislativas que possam afetar suas vidas, territórios e seus direitos (Dealdina, 2020).

O selamento das casas recorda o fato histórico, do começo do século XIX, da transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, seguida do confisco de residências da população, assinaladas com as iniciais “P.R.” (“Príncipe-Regente”), e anedota popular

---

<sup>8</sup> Contudo as práticas assinaladas destocam com o papel de profissionais que deveriam contribuir com o acesso a direitos e não de atuarem na sua violação. De acordo com a pesquisa Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional (CFESS, 2022), 92,92% das pessoas que participaram se identificam com o gênero feminino e metade das(os) profissionais é de negras(os), com 50,34%. Reflete-se que uma categoria majoritariamente feminina, negra ou parda, inclusive por sua formação político-pedagógica materialista histórico dialética, deveria ter práticas mais alinhadas às necessidades dos trabalhadores.

“Ponha-se na Rua”. A memória relaciona a ação do Poder Público municipal no contexto do Programa Lagoas do Norte com a hierarquia de poder entre metrópole e colônia, que com o mesmo método lacrou as moradias. Nota-se ausência de consentimento e participação da comunidade. Como se vai identificar o interesse público sem a participação do público afetado/atingido? Recorda-se ainda os versos do samba “Despejo Na favela” de Adoniran Barbosa (1969). Ainda que relate uma situação de despejo judicial, o narrador expressa a forma como as populações negras são desterritorializadas pelo Poder Público. Eis:

Quando o oficial de justiça chegou/ Lá na favela/ E, contra seu desejo/Entregou pra seu narciso/ Um aviso, uma ordem de despejo/ Assinada, seu doutor/ Assim dizia a petição/ Dentro de dez dias/ Quero a favela vazia/ E os barracos todos no chão/É uma ordem superior/ Ô, ô, ô, ô, meu senhor!/ É uma ordem superior/ Ô, ô, ô, ô, meu senhor!/ É uma ordem superior.

Destaca-se ainda que em 16 de maio de 2015, Isabel de Paula Souza (dona Isabel), mulher idosa, moradora da Avenida Boa Esperança, Teresina – Piauí, de 75 anos, faleceu, o que foi foco da aludida matéria do Portal Cidadeverde.com (Lustosa Filho, 2015). A raça de dona Isabel não é mencionada, expressão de “um elenco de estratégias que tem determinado a invisibilidade do negro nas diferentes esferas da vida nacional, através dos conhecidos mecanismos socialmente instituídos de discriminação racial” (Carneiro, 2020, p. 15).

O Brasil é país de maioria autodeclarada negra (parda ou preta) (IBGE, 2020), em que pardo também pode ser considerado indígena (Anahata, 2019; Coutinho Jr., 2020). Essa construção nacional é típica da racionalidade moderna colonial, que hierarquiza e desumaniza sujeitos/as descendentes de africanas em diáspora e/ou indígenas, ciganos e outros. Racializar o debate nas políticas públicas permite a ampliação da universalidade, além de colaborar com a coleta de dados estatísticos.

Retomo o que está explícito na reportagem sobre a moradora: uma mulher idosa de 75 anos “sua saúde debilitada e, conseqüentemente, tido um infarto por conta do anúncio de que deveria deixar a casa onde mora há cerca de trinta anos às margens da avenida Boa Esperança” (Lustosa Filho, 2015). Podem ser acionados aqui os processos de adoecimento e morte, em cenário necropolítico (Mbembe, 2016), nas violências contra as mulheres negras em seus territórios.

O que é ser e estar idosa em uma comunidade tradicional quilombola? O que é residir na mesma casa há trinta anos às margens de um rio? O corpo é território que habitamos e co-habitamos, assim como a casa das moradoras da Boa Esperança, caracterizada como casa vazanteira (Coelho Pereira, 2021): residência em que a vazante, as construções físicas, a

natureza, as relações e dinâmicas estabelecidas conformam o território tradicional, como um museu vivo que preserva objetos e práticas tradicionais. Do tempo decorre a construção da vida no mesmo lugar há mais de trinta anos, com família, comunidade e vizinhança.

Casa é onde se cria os filhos, netos e crianças da vizinhança, se varre a calçada e o quintal, dá um “de comer” pros animais, se tem uma pequena roça, horta, um cultivo nas vazantes. Frisa-se o entendimento de Nêgo Bispo: “Plantamos cana nas áreas que chamávamos vazantes, as áreas úmidas. No meio da cana plantamos banana, batata, abóbora e macaxeira. Enquanto cuidávamos da cana, envolvidos naquele trabalho, tínhamos também outros alimentos para nosso consumo.” (Santos, 2023, p.94)

O vínculo entre as pessoas e o seu território se relaciona com as práticas promovidas, de melhora na qualidade de vida, cuidado e biointeração com a natureza (Nêgo Bispo, 2015). Em contextos modernos coloniais, os corpos e territórios da população negra e indígena são situados no regime da necropolítica (Mbembe, 2016), em que o exercício da soberania produz a escolha de quem é e quem não é matável, quem vive e quem morre. Os genocídios destas populações, em curso, expressam este projeto de poder. É o estado de *Maafa* (Njeri, 2019).

A morte também se produz pelo adoecimento promovido a partir da comunicação, por meio de agentes públicos (assistentes sociais) que moradores de todas as idades seriam removidos pelo Estado para a construção do parque Lagoas do Norte. Cada dia que passa sob a ameaça da desterritorialização acentua um estado de controle assemelhado ao terror colonial (Mbembe, 2016) vivenciado pelos sujeitos escravizados em relação ao racismo e à morte e violências que poderiam ser vivenciadas a qualquer momento. É a *Maafa* (Njeri, 2019).

Em ato reparatório simbólico na ocasião do falecimento de Dona Isabel foi plantada uma mudinha na Escola Dilson Fernandes, onde as reuniões e oficinas aconteciam, o que remete ao provérbio mexicano "Tentaram nos enterrar, mas não sabiam que éramos sementes", cuja interpretação reflete a permanência dos ancestrais que germinam em nós. Esse dito popular foi posteriormente relacionado ao movimento que ocorreu após o assassinato político da vereadora do município do Rio de Janeiro - RJ pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a mulher cis negra lgbt favelada Marielle Franco, em 2018.

De Sementes de Marielle se intitulam as mulheres negras e periféricas que no pleito seguinte à sua morte se lançaram candidatas e foram eleitas (Moreira, 2022). Na militância deste partido e nos movimentos sociais do Piauí, o ditado foi utilizado nas ocasiões do falecimento das militantes Osmarina Moura e Sueli Rodrigues para enfatizar a continuidade de seus legados em nós, companheiros, amigos e familiares.

Osmarina Moura foi mulher, mãe, professora, mestranda em Educação na UFPI, militante do PSOL, falecida em decorrência da Covid-19. A escritora Natalia Viana, no livro “Plantados no chão – Assassinatos políticos no Brasil hoje” (2007) conta que o nome do livro veio do assassinato na cidade de Pesqueira, em Pernambuco, do líder da etnia indígena xukuru de Ororubá e referência nacional na luta em favor dos direitos dos indígenas Francisco de Assis Araújo, o cacique Chicão. Durante os ritos fúnebres do marido, a esposa Zenilda Maria Araújo disse: "Recebe teu filho, minha Mãe Natureza. Ele não vai ser sepultado, vai ser plantado na tua sombra, como ele queria. Para que nasçam novos guerreiros" (Viana, 2007, p.14-15).

A interseccionalidade permite enxergar as situações de conflito a partir de seus vários atravessamentos, demonstrando como as estruturas de poder se expressam nos corpos e na terra, o que, conforme o exposto, observou-se o território a partir do corpo e fora dele, com as tradições quilombolas e as práticas ancestrais dos e das moradoras na Av. Boa Esperança. O falecimento de uma moradora, mulher idosa, também foi observado ao apresentar o silêncio sobre a raça na reportagem e a sua centralidade em territórios tradicionais quilombolas; e o que é ser idosa, moradora de muitos anos de uma casa nesta comunidade e sofrer a ameaça de perdê-la.

Recordamos que a interseccionalidade dialoga com as reflexões teóricas desenvolvidas por intelectuais negras brasileiras ao identificar os efeitos dos atravessamentos de gênero, raça e classe na vida das mulheres negras. As filosofias africanas e indígenas, presentes enquanto ancestralidade e expressões de patrimônio material e imaterial das comunidades tradicionais, não separam de forma binária os seres humanos de seus territórios. Ubuntu, filosofia africana, aponta que “eu sou porque nós somos” e considera o “nós” como o “eu” porque se está no território (Santos, 2023). Esta percepção radicaliza a forma como se vive e produz conhecimento, porque entende o corpo e o território como um só. Assim, importa observar as presenças originais nas práticas de protagonismo e resistência das mulheres neste contexto.

## CAPÍTULO 3 - ANCESTRALIDADES, O QUILOMBO URBANO DA BOA ESPERANÇA E ESCRIVIVÊNCIAS

“O filho perguntou pro pai:  
"Onde é que tá o meu avô  
O meu avô, onde é que tá?"

O pai perguntou pro avô:  
"Onde é que tá meu bisavô  
Meu bisavô, onde é que tá?"

Avô perguntou bisavô:  
"Onde é que tá tataravô  
Tataravô, onde é que tá?"

Tataravô, bisavô, avô  
Pai Xangô, Aganju  
Viva egum, babá Alapalá!”  
Gilberto Gil - Babá Alapalá

### 3.1 Sankofa e escrevivências

Sankofa é fundamento desta tese. É a relação que podemos ter com nosso passado ao (re)conhecer o que permanece, identificar-se, para viver o presente e planejar o futuro, o que remonta o provérbio e ideograma africano (adinkra) sankofa (Figura 1), em que um pássaro está com os pés virados para trás (passado), mantém o corpo no presente e pescoço se volta em movimento circular para pegar o próprio ovo. Representa a circularidade da vida e do Tempo, em que se pode voltar para trás a fim de pegar o que foi esquecido. Tempo com inicial maiúscula se refere ao orixá, também conhecido como Iroko, representado pela árvore gameleira: “O Tempo dá, o Tempo tira, o Tempo passa, a folha vira” apresenta seu movimento. Conheci esta filosofia quando estava no mestrado, angustiada por estar longe de casa e em sofrimento mental. Durante um seminário a intelectual negra Gabriela Barretto de Sá<sup>9</sup>, então colega de pós-graduação, apresentou sankofa para a turma e fiquei deslumbrada. Decidi que voltaria ao Piauí e terminaria de lá a dissertação. Volte e pegue.

---

<sup>9</sup> Mulher intelectual negra baiana, bacharela (UFBA), mestre (UFSC) e doutora em Direito (UNB). Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Autora do livro "A negação da liberdade: direito e escravidão ilegal no Brasil oitocentista (1835-1874)" (2019).

Figura 9 – Tatuagem de sankofa da autora



Fonte: Acervo pessoal.

Figura 10: meu avô no cemitério da comunidade Lagoa, no município de São João da Serra-PI, cujas grades são desenhadas com sankofas.



Foto: acervo pessoal da autora

Os adinkras são sabedorias em símbolos africanos estampados em tecidos, grafados em metal nas grades<sup>10</sup>, madeira, paredes e ouro, que incorporam, preservam e transmitem aspectos da cultura de territórios que correspondem ao atual país Gana. São um sistema

<sup>10</sup> O artista piauiense Tipuá tem um projeto intitulado Sinais em Grades que tematiza sankofa e a ancestralidade africana. Mais em: [https://www.youtube.com/playlist?list=PLuDaPWFm1b3QgSPf\\_txUPN37xcIv10gMO](https://www.youtube.com/playlist?list=PLuDaPWFm1b3QgSPf_txUPN37xcIv10gMO). Acesso em 17 abr 2024.



africano de escrita (Nascimento; Gá, 2022) e contação de histórias. Permanecem na afro diáspora. Recorda-se que os escravizados vinham de todos os lugares do continente como estratégia de enfraquecimento e dominação das culturas. Em resistência, os africanos e afrodescendentes precisaram desenvolver estratégias de sobrevivência e manutenção de sua ancestralidade (Gyasi, 2017; Cruz, 2018; Gonçalves, 2006). Frisa-se que:

A fragmentação dos laços de parentesco conforme as culturas de cada etnia africana gerou a formação de várias comunidades ao redor da família ampla, do culto aos mortos e de contadoras e contadores de histórias. Ou seja, nas formas paralelas da organização social negra, retomava-se a linha do relacionamento comunitário e construíam-se contrapoderes e práticas saudáveis de sustentação afetiva, que permanecem ainda entre nós (Carneiro, 1997, p.31)

Em 2023, estive na cidade de Santa Marta na Colômbia para participar do Congresso Internacional Mundos Indígenas e pude observar na cidade muitas pessoas negras (sobretudo pretas), o que trouxe uma sensação confortável, pois havia sankofas por toda a parte.

Figura 11- Sankofas em grade de metal



Foto: acervo pessoal da autora

Figura 12 - Sankofa trançada em bolsa de palha



Foto: Acervo pessoal da autora

Nêgo Bispo ensina (Santos, 2015) que mesmo que destruam os territórios, a ancestralidade não pode ser destruída, por sua dimensão imaterial presente na oralidade das histórias contadas; na forma como o português é falado no Brasil, um pretuguês, como afirma Lélia Gonzalez (2020), com os diferentes sotaques e modos de falar as palavras; em como defendemos os territórios (Dealdina, 2020). Envolve contar as próprias histórias (Adichie, 2019) e romper os silêncios sobre o passado de violências e traumas (Adichie, 2019; 2017; Walker, 2011). É recuperar a autoestima, identificar a ancestralidade africana e/ou indígena, não só a branca, em contexto de genocídio e epistemicídio, como é o caso do Brasil. Maria Sueli Rodrigues de Sousa (2021, p. 107) destaca que, no caso do Piauí:

Convém considerar [que] as ancestralidades indígenas e africanas tiveram processos diferenciados de ameaças no caso em estudo: a indígena foi declarada pela Corte Portuguesa extinta no Piauí, considerando as terras como limpas etnicamente para a criação de gado bovino. Isso fez com que as populações remanescentes de índios ocultassem identidades como estratégias de sobrevivência e que produziu o fenômeno do discurso de extermínio dos índios no Piauí, havendo ainda comunidades com fortes traços indígenas que se autodenominam como negros. Já a ameaça à ancestralidade negra se afirmou como extração excessiva de mais valia em forma de escravização da mão de obra dos negros e dos índios, tomados como negros, já que aqueles eram tidos como extintos.

Na escola, entre as décadas de 1990 e 2000, aprendi que não havia indígenas no Piauí, o que corrobora com a constatação da autora e denúncias à historiografia oficial do Estado (Silva; Nascimento, 2022). Em casa, por ter um pai que se reconhecia como negro, aprendi que sua avó teria sido quilombola. Não sou branca, devo ser negra, como meu pai e irmão,

pensava. Era chamada, amarela, “cor de piauiense típica”. Brasil e Piauí têm maioria autodeclarada negra (parda ou preta) (IBGE, 2020), em que pardo também pode ser considerado indígena (Anahata, 2019; Coutinho Jr., 2020). Mobilizações étnicas no Piauí e no Maranhão de retomada da sua ancestralidade se destacam, como os Gamela, Akroá Gamella (Silva; Nascimento, 2022).

Minha mãe sempre foi “a branca”, vinda do interior com irmãs e irmãos, pais e mãe, nitidamente indígenas, o que demorei a enxergar. Lembro quando meu pai começou a chamar meu avô materno de “o índio”. Ora, se não existem indígenas no Piauí? Comecei a reparar e a notar os costumes, as histórias familiares que ouvia e a recordar de hábitos alimentares: banhar de cócoras em olhos d’água e riachos; lavar as roupas em rios e açudes; comer o que se plantava. No interior, no povoado Crauno, São João da Serra-PI, nas paredes da porta da casa em que minha mãe nasceu, estão desenhadas sankofas (Figura 6), que tatuei em 2013 quando voltei para casa após o curso das disciplinas do mestrado no sul do país (Figura 5). Assim: “Ando me sentindo no colo da ancestralidade e quero compartilhar isso” (Santos, 2023, p.16).

Figura 13 – Desenho de sankofa em casa do povoado Crauno em 2020



Fonte: Acervo pessoal da autora

Quando era pré-adolescente e estava dormindo nessa casa, numa noite acordei e da cozinha observei uma mulher de pele marrom vestida com uma saia verde. Seus cabelos cobriam os seios. Mesmo que eu tenha imaginado, não vi uma mulher branca. Jurema – encantada cultuada em religiões de matrizes africanas e indígenas – nomeou uma professora

de Literatura que ouviu esta história. No meu imaginário, já estava a impressão de que a família da minha mãe tinha ascendência indígena. De acordo com meu avô, a alma seria Iaiá Luísa, mãe da minha vó Diva, reforçando minha hipótese. É a ancestralidade. É algo que não se apaga. Assim:

Os ancestrais são também chamados de espíritos. O espírito de um ancestral tem a capacidade de ver não só o mundo invisível do espírito, mas também *este* mundo. Assim, serve como nossos olhos dos dois lados. É esse poder dos ancestrais que nos ajuda a direcionar nossa vida e evitar os abismos.

Espíritos ancestrais podem ser o futuro, o passado e o presente. Eles veem dentro e fora de nós. Sua visão cruza dimensões. Eles têm a sorte de não ter corpos físicos como nós. Sem a limitação do corpo, eles têm a fluidez de um olho que pode se voltar para várias direções e ver de muitas formas (Somé, 2007, p. 24).

Sankofa o Tempo todo, em todo lugar. Os ancestrais são os nossos pais, avós e bisavós; os mais novos com quem aprendemos; os mais velhos cujas histórias não conseguimos alcançar e estão conosco em material genético e ancestralidade. Eles nos guiam, protegem, apontam caminhos, abençoam – quem nunca pediu e recebeu a benção a parentes mais velhos? – e produzem conhecimento. No Brasil, de origem colonial e mestiçagem forçada, por meio de práticas genocidas e epistemicídio, priorizou a branquitude europeia portuguesa como única. Por isso é essencial para os povos e comunidades tradicionais estar em contato com as ancestralidades indígenas, africanas e afro-brasileiras, que nos situam do passado, presente e futuro.

Meu tataravô materno, avô do meu avô, chamava-se André de Sousa Vieira. Na cidade de São João da Serra-PI, no povoado chamado Lagoa, há uma escola em sua homenagem. Nasceu em 1889, no começo do pós-escravidão e faleceu em 1955. Era curador, cientista, médium. Em sua casa, em cima de um morro, havia um cômodo em que guardava remédios comprados em Crateús e garrafadas por ele fabricadas. As pessoas de toda região vinham consultá-lo sobre questões físicas, mentais e espirituais. Meu avô, que foi criado por ele, relata tê-lo ouvido falar com espíritos diversas vezes e que após o falecimento do avô ainda ouvia em sua casa chinelas arrastando, pilão pilando e copos tremendo na badeira.

Figura 14: árvore que fica em frente a atual casa da família na comunidade Lagoa





Foto: acervo pessoal da autora

Essa árvore é uma ancestral (Somé, 2017) antiga da região. Perde as folhas em parte do ano e depois se renova e verdeja. É uma recordação de que o Tempo dá, o Tempo tira, o Tempo passa e a folha vira, dizer que expressa a inexorabilidade da passagem do Tempo e de como algumas coisas da vida se vão e outras permanecem.

Figura 15 - Pôr do Sol na comunidade Lagoa



Foto: acervo pessoal da autora

De sua ascendência, conhece-se a história de um ancestral português que teria fugido da batalha do Jenipapo. Familiares e sobrenomes são patriarcais e denotativos da propriedade e da ancestralidade. Seus descendentes são chamados até hoje de André. Das mulheres de sua família, – sabe-se que ele mantinha em casa meninas, que se tornavam mães de seus filhos –

mulheres sem maridos. Ao ler Dona Bárbara, de Rómulo Gallegos (2022), me deparei com o seguinte personagem.

Referia-se a um sírio sádico e leproso, enriquecido com a exploração da balata, que habitava o coração da selva *orinoqueña*, isolado dos homens por causa do mal que o devorava, porém rodeado de um harém de indiazinhas juvenis, raptadas ou compradas de seus pais, não só para saciedade de sua luxúria, senão também para saciar seu ódio de enfermo incurável a tudo o que respirava saúde, transmitindo-lhe seu mal (GALLEGOS, 2022, p.47).

Não tenho elementos para inferir se meu tataravô tinha alguma moléstia, mas a descrição dialoga com a realidade, em que estas garotas também podem ser negras, visto os atravessamentos afropindorâmicos expressos no território. As práticas coloniais escravistas atravessadas pelo gênero a violência sexual contra crianças e mulheres seguem como colonialidade após o período da abolição da escravatura (González, 2020). Contar estas histórias é uma forma de romper os silêncios coloniais que colocam as meninas e mulheres em locais de subalternidade e violência.

Em seara similar, a finada tia paterna Francisca das Chagas de Oliveira, nascida em Barras-PI e radicada em Timon-MA, apelidada de “Tia Índia” em virtude de seu fenótipo indígena, era macumbeira e mantinha em sua casa quarto com santos e flores em que aconselhava as pessoas. Quando perguntei a meu pai, seu irmão, sobre sua religião, ele desconversou. Ela morava com uma mulher, sua melhor amiga, e em nenhum momento se falou sobre sua sexualidade, se as duas não seriam um casal lésbico, percepção que tive já na vida adulta. Ela cuidava da saúde espiritual da família, que recorria às suas rezas e orientações, e ainda assim havia muitos silenciamentos sobre sua vida. Recordo que ia sempre ao Canindé-CE em romaria para pagar as promessas que fazia e me chamava de sobrinha “Índia”.

É exercício de sankofa, de olhar para trás em busca do que aprendemos a esquecer, no presente aprender a preencher os vazios com imaginação e realidade, para no futuro recriar experiências negras na diáspora e indígenas. Elas colaboram com o entendimento de que a pesquisa é atravessada por nossas vidas e vice-versa e que nossos objetivos de pesquisa podem se aproximar de experiências pessoais ancestrais. Destaca-se que as escrevivências trazidas têm afinidade com as práticas e tecnologias desenvolvidas no Quilombo Urbano da Boa Esperança, pela experiência afrodiaspórica compartilhada.

A história do Piauí e do Brasil não começa com a colonização empreendida por portugueses no século XV. A ancestralidade é anterior e se manifesta no mundo de práticas coloniais, capitalistas, modernas em que gênero, raça e classe são centrais para entender o

modo como as pessoas vivem. O Quilombo Urbano da Boa Esperança cultiva modos de vida ancestrais.

### **3.2 Das tecnologias ancestrais africanas, o Quilombo Urbano da Boa Esperança e escrevivências**

As tecnologias africanas e afro-brasileiras são os jeitos e formas de interação consigo, com sua comunidade e a natureza ao produzir conhecimento com base em valores, filosofias, modos mantidos e ressignificados na diáspora (Silva; Dias, 2020, p.4). A escravidão e o racismo atribuíram às pessoas negras e indígenas o lugar de desumanização com o genocídio e o epistemicídio (Nascimento, 2017; Nascimento, 2020). O quilombo é uma tecnologia de enfrentamento à colonização, manutenção da cultura e reumanização do negro (Santos, 2015; Nascimento; 2018, Martins, 2021; Moura, 2013). Assim:

Ao utilizarmos essa concepção alternativa de tecnologia para analisar diferentes formas de organização social, podemos pensar nas tecnologias ancestrais como aquelas tecnologias simbólicas que foram pensadas por antepassados e antepassadas com o objetivo de enfrentar de forma estratégica questões próprias do seu tempo; que foram transmitidas de geração para geração através dos séculos; e que continuam sendo aplicadas e readequadas às demandas da atualidade. (Souto, 2021, p. 154).

A dimensão ancestral pode ser articulada com essas tecnologias, uma vez que elas vêm sendo transmitidas intergeracionalmente, nos territórios e em diáspora, desde antes da colonização. Apontam para futuros consonantes com as tradições apreendidas, o que pode ser representado pela filosofia africana sankofa– “volte e pegue” – o passado nos ensina de onde viemos e também para onde podemos ir. Assim: Ser fiel às raízes é um ponto de partida, não um retorno ao passado quietista ou à tradição petrificada” (Nascimento, 2020, p.160). As tecnologias ancestrais são os ofícios cotidianos e ritualísticos; e também potencializadoras de memória de modos de fazer e pensar (Fellner, Oliveira, Merkle, 2020). Sobre a matéria, Bispo exemplifica:

A parte da casa com as paredes de taipa e teto de palha, por incrível que pareça, apesar do risco do fogo era o espaço da cozinha, exatamente porque as palhas e a tapia são térmicas. Aquele espaço esquentava menos durante o dia, e era onde se acendia a fornalha a lenha. O outro cômodo, de teto de palha e paredes feitas com varas secas, era onde se realizavam atividades coletivas como o tear, pois o espaço onde se tecia precisava ser mais ventilado. A nossa arquitetura era adequada às atividades praticadas ao longo do dia em cada um dos espaços. (Santos, 2023, p.10)

Há um provérbio africano que diz: “Se você pode andar você pode dançar, se você pode falar você pode cantar”, o que dialoga com as considerações de Martins (2021) de que por

meio do canto e da dança os africanos e afro-descendentes podem contar suas histórias, reumanizar-se, refundar o sagrado. “Mesmo que sob a reclamação dos brancos ou submetidos a divisionismo oficial, o certo é que os africanos praticaram suas danças, bateram seus tambores, cantaram e se divertiram, recuperando algo de sua humanidade ferida de morte” (Nascimento, 2020, p.155-156). Prova disso é a manutenção nos terreiros de religiões de matriz africana e quilombos das práticas descritas mesmo sob as perseguições. Destaca-se:

É necessário venerar os antepassados e a tradição: o passado ensina, orienta...As contadeiras de histórias, as “pretas velhas”, as cantigas e as palmas...: tudo são ensinamentos e valores de uma tradição corporal que dão sustento, estruturam personalidades e transmitem uma pedagogia... (Carneiro, 1997, p.27)

A canção “O povo não arreda o pé” (Rego, 2021), com refrão: “O povo não arreda o pé/ não arreda o pé/ não arreda o pé/ porque não quer”, entoada pela comunidade na luta pelo território diz em bom pretuguês, como diz Lélia Gonzalez (1983), nomeia no presente a permanência em suas moradias, quintais e terreiros. A autora teoriza que o português falado do Brasil é atravessado pelas formas originárias e africanas de falar. Ela exemplifica em: “Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa ‘você’ em ‘cê’, o ‘está’ em ‘tá’ e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês” (González, 2020, p.90). Não arredar (o) pé é “não desistir, resistir com veemência, agir com firmeza, ser irredutível” (Nogueira Silva, 2017, p. 103). Nota-se que:

Não se sabe a autoria da maioria das cantigas cantadas no quilombo. Um artista dos nossos uma vez explicou que não escrevia para vender: “Escrevo para o povo cantar, se você quiser cantar, que cante, a música está aí. Por que você precisa comprar uma música pra cantar se todo mundo já tá cantando? Cante a música, moço!” (Santos, 2023, p.23)

Recorda-se o bloco de Carnaval da Boa Esperança, realizado anualmente com instrumentos musicais produzidos em oficinas comunitárias. Destacam-se as atuações de Arnaldo Oliveira e Bai Bai, os facilitadores destes momentos, músicos e *luthiers*: quem constrói, repara e regula instrumentos musicais de forma artesanal. Arnaldo Oliveira é músico percussionista, *luthier*, sonoplasta, artista e intelectual negro piauiense. Raimundo Gutemberg de Oliveira Neto, também conhecido como Bai Bai é músico, professor, afrofilósofo e intelectual negro piauiense. Assim: “Nas nossas comunidades, haviam pessoas que fabricavam instrumentos musicais e as pessoas que os tocavam. Alguns fabricavam e tocavam, outros cantavam” (Santos, 2023, p.40). Em seguida, foto do bloco de Carnaval da Boa Esperança em 2016.



Figura 16 - “Da Boa Esperança não saio”



Fonte: acervo pessoal da autora

A prática rememora contextos de proibição dos tambores e das culturas. Assim: “os africanos passaram a batucar sob qualquer lata vazia, caneco ou vasilhame inútil que podiam encontrar, a fim de não se submeterem ou deixar sucumbir sua música, incriminada como atividade delituosa.” (Nascimento, 2020, p.36). Ainda: “Outros dispositivos de percussão tiveram de ser encontrados, como os tambores de óleo vazios (...) ou como a bacia de metal (...). O que cabia ao negro, nessa parte do mundo ocidental, era a adaptação e a reinterpretação” (Martins, 2021, p.155).

Produzir instrumentos com materiais recicláveis passa pela contradição do empobrecimento da população negra e da biointeração como tecnologia ancestral tematizada por Nêgo Bispo (Santos, 2015). Esta é a forma como os quilombos se relacionam com a natureza e consigo mesmo, cada pessoa da comunidade desempenha uma tarefa para alcançar o bem de todos. Assim: “ninguém podia pescar para acumular, pois o melhor lugar de guardar o peixe é nos rios, onde eles continuam crescendo e se reproduzindo” (Nêgo Bispo, 2015, p.82). O autor destaca ainda a tríade “extrair, utilizar e reeditar” para adotar uma relação com os materiais e produtos que esteja mais próxima das experiências quilombolas. Reciclar pressupõe recolocar determinado produto no ciclo de produção. Reeditar expressa reaproveitar, re-entender os usos possíveis de materiais.

A reedição é tecnologia ancestral. Que família negra, pobre, indígena nunca reutilizou latas para armazenar mantimentos, consertou o cabresto da chinela com um prego ou criou uma gambiarra para solucionar um problema? Isso é inteligência, é conhecimento. Tem-se

que entender definitivamente que as práticas se expressam no atravessamento de classe e raça e que as tecnologias são utilizadas e desenvolvidas também para escapar, burlar e margear o genocídio e o epistemicídio impostos a estas populações.

Figura 17: Chinela consertada com prego



Fonte: X. URL da imagem: [https://x.com/bolverkr\\_/status/902862947084578817](https://x.com/bolverkr_/status/902862947084578817)

O capitalismo tem essa mentalidade do que não serve, descartável, inútil – de coisas a pessoas. Quem não realiza o modo de vida capitalista não presta, não serve. Quem vive fora da perspectiva da troca como compra e assume a troca como outras possibilidades turísticas. Os povos tradicionais produzem a vida a partir da extração e reedição, modo de vida que está na natureza, pensando também o futuro, a continuidade. Sem natureza não tem futuro. É fático. Isso tem sido denunciado por campanhas como "Não tem planeta B". O antropoceno, que expressa os impactos da ação humana na estrutura geológica do planeta, situa o nosso tempo histórico e acelera urgências que os povos tradicionais denunciam historicamente (Krenak, 2022). Por isso que a defesa do território está sempre na ordem do dia das comunidades quilombolas: o que se busca proteger é o próprio modo de vida tradicional, indissociável do território.

No Memorial Casa Professora Maria Sueli, organizado pela comunidade, atividades de produção de instrumentos seguem sendo realizadas. Um espetáculo de dança sobre o barro, matéria prima para os fazeres de olarias, é ensaiado e coreografado por Nego Val. Valdemar Santos, também conhecido como Nego Val, é artista, coreógrafo, intelectual negro piauiense. No Memorial Esperança Garcia, a Sala de Dança Afro do Memorial Esperança Garcia recebe seu nome. A partir dos encontros ocorridos na Casa, organizou-se o Trio Brio das Águas<sup>11</sup> de

<sup>11</sup> Mais informações em: <https://www.instagram.com/briodasagua/>. Acesso em 7 fev 2024.

sonoridades afro-pindorâmicas (Santos, 2015). O canto e a dança são tecnologias presentes nas expressões culturais da comunidade da Boa Esperança. Animam o corpo e o espírito. “Não é à toa que a dança para o negro é um momento de libertação” (Nascimento, 2020, p.37). Frisa-se:

*Quem dança seus males espanta, é certamente um dito popular de origem negra. A dança nunca foi apenas divertimento nostálgico como julgavam as senhoras e os senhores coloniais. Era um modo negro de resistir e se fortalecer. Era um jeito de pedir ajuda e proteção aos seus próprios deuses (Carneiro, 1997, p.38-39)*

Na música metalinguística de Gilberto Gil (1973) “Essa é pra tocar no rádio”, ao apresentar a canção diz “Essa é pra vencer o tédio, quando pintar. Essa é um santo remédio pro mau humor”. Afinal, “porque cantar parece com um não morrer, melhor que não se esquecer que a vida aqui tem razão”, como disse o cantor Ednardo (1979). Cantar que na tradição dos movimentos sociais e populares evoca as místicas e as cirandas, formas de acessar ao mesmo tempo mais de uma forma de produção de conhecimento, de sensibilização, de estar e conhecer o mundo. Frisa-se que:

*(...) as danças, os cânticos, os passes, exageros dramáticos, ritos de cura, cerimônias de iniciação, que, do ponto de vista da pessoa, representam caminhos e modos culturais para o conhecimento do corpo, fortalecimento de sua personalidade e disposição para a vida.(Carneiro, 2000, p.24)*

No vídeo Circulando entre memórias, ao final, é possível perceber que as moradoras fazem um jogral – jogo de palavras musicadas e rimas – o que dialoga com as palavras de ordem entoadas em atos e momentos de luta e com os cantos de trabalho, vocalizados por trabalhadores escravizados ou não, durante o desempenho de suas atividades. O caráter de fortalecimento das músicas no corpo de quem canta e ouve é nítido.

A tecnologia audiovisual utilizada para a realização do Projeto Mulheres nos terreiros da Esperança e das demais produções da/com a comunidade dialoga com as tradições orais; contação de (das próprias) histórias; escuta os mais velhos da comunidade. Nas tradições africanas, a base da comunicação e da transmissão da cultura, religião, tecnologia, ciência e história é a oralidade; a palavra em si mesma é ação e movimento (Nascimento, 2020). Ver/ser visto, ouvir e ser ouvido, falar, gesticular são algumas das possibilidades de interação entre os sujeitos da produção de um audiovisual. Esta tecnologia pode ser enxergada como ancestral de contação de história e ênfase na oralidade. Na Boa Esperança, colabora com a memória, divulgação, articulação com comunidades e movimentos sociais, contar a própria história e falar com o corpo. A aba Acervo no Museu Virtual da Boa Esperança reúne documentários, curtas, e exposições de fotos realizadas com a comunidade.

Reivindicar-se quilombo e ser quilombola expressam a continuidade da ancestralidade africana, de prática da liberdade, de sonhar e praticar um mundo contracolonial (Santos, 2015; Nascimento, 2020; Moura, 2013). Há um provérbio africano que diz “Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá em grupo”, que dialoga com as práticas de aquilombamento da comunidade, opostas ao individualismo da modernidade ocidental.

As atividades em forma de oficinas temáticas foram realizadas em parceria com profissionais do audiovisual, povos de terreiros, vazanteiros, oleiros, advogados populares, comunicadores populares, arquitetos e urbanistas, pesquisadores, artistas, professores universitários (Amaranes, 2023; Santos, 2023). Além disso, pode-se observar também os modos de fazer expressos nas reuniões, oficinas e demais eventos são tradicionais, como a roda, o respeito às crianças e aos mais velhos, a fartura das refeições e a relação com a natureza.

Durante o período da escrita da tese pude me reconectar com tecnologias ancestrais praticadas por mim quando criança, pelas minhas avós e por pessoas negras e indígenas em geral. Destaco a costura e a dança. Voltei a costurar à mão, criei cadernos artesanais de material reciclável, *sousplats* e cestos pequenos de tiras cortadas de retalho de tecido, o que se assemelha aos álbuns de fotografia mantidos pela vó Emiliana e a costura de leques, cestos e outros objetos a partir de tiras de sacos de açúcar feitos pela vó Diva. O trabalho “Cadernos feitos com material reciclável de delivery e costurados à mão” participou da Exposição Virtual Tecendo Narrativas em 2022. A série Trançados e costuras foi exposta na galeria Liz Medeiros durante o Congeafro em 2024. Abaixo segue foto de descanso de mesa (*sousplat*) feito por mim:

Figura 18 - Descanso de mesa feito pela autora



Fonte: Acervo pessoal da autora

Encorajada, comprei uma máquina de costura e fiz minha primeira saia e alguns ajustes, em evocação à minha mãe e sua mãe. Arrisquei uma peça na tecelagem, a costura de um boneco e o corte de tecidos. Ser costureira é a realização de um sonho e faz com que eu também me sinta uma quitandeira, ainda que as peças não estejam à venda.

Amo dançar. Desengonçada, do meu jeito, até suar. Durante a pandemia da Covid-19 foi uma ferramenta para lidar com a solidão, o isolamento e o genocídio em razão da gestão Bolsonaro na presidência. Abaixo segue foto minha, de tranças, dançando com uma das cachorras que crio, neste período:

Figura 19 - Autora dançando com cachorra

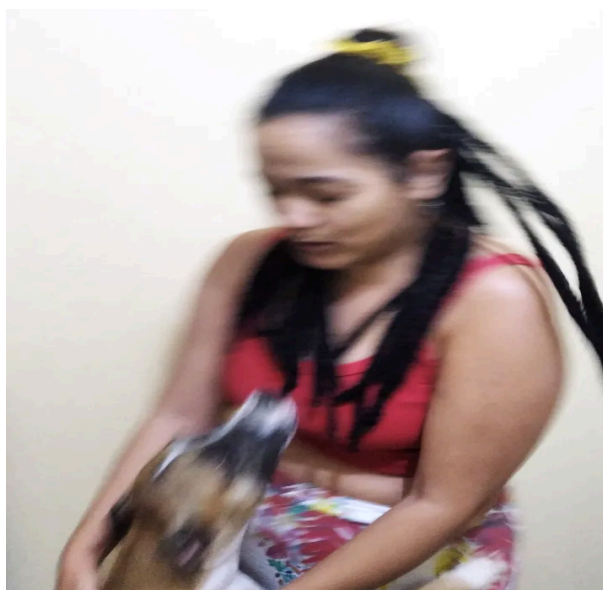


Foto: Acervo Pessoal da autora

Na infância não podia dançar, não era para crianças como eu – afro-indígena embranquecida pelos pais e escola católica, estudante prodígio. Só na adolescência por meio do rock e das vivências de ser lgbt pude mexer o corpo, bater cabeça e cabelo, e dançar em shows e boates. Apresentei o trabalho “Dança como tecnologia ancestral de vida em tempos de pandemia: um relato de experiências autobiográficas” no Congresso Piauiense de Ações Formativas, Performativas e Afirmativas em Dança em 2021. Nele apresentei a partir da escrevivência como a dança estava sendo, durante a pandemia da Covid-19, fonte de vida, ancestralidade, movimento e conexão comigo mesma e outros momentos em que a dança foi uma tecnologia ancestral de vida<sup>12</sup>. Assumo que gosto de dançar em desalinho. Recorda-se que:

Falar, dançar, cantar e realizar obras culturais, artísticas e intelectuais singulares marcam a diferença negra em luta pela igualdade: abram alas para a busca do bem viver! O que vale mesmo é o intenso sentimento amoroso de existir. No singular e plural. (Carneiro, 1997, p.41)

Alice Walker (2011) tematiza os usos da dança em situações de genocídio, em que “Finalmente, nada a fazer senão dançar” (Walker, 2011, p.82). A dança reassinala nos corpos sua humanidade e a traz de volta. Deixa-se de ser apenas vítima para ser movimento também. Tempo, ginga e somos capazes de levar nossos problemas para dançar.

### 3.3 Espiritualidade/Ancstralidade

Neste item destacam-se trechos ligados à espiritualidade e ancestralidade no Projeto Mulheres nos terreiros da Esperança, com o objetivo de evidenciar elementos indígenas, africanos e afrobrasileiros. A produção audiovisual do Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança (2018) contribui para que a comunidade conte sua própria história em metodologia que se aproxima da oralidade. Por meio da escrevivência, em que apresento experiências de ancestralidade e sankofa, e da seleção de trechos de falas das participantes da oficina registrada em vídeo, percebe-se que, em que pese as políticas de genocídio e epistemicídio, a ancestralidade africana e a indígena permanecem nos modos de vida, fazeres, saberes, memórias e práticas.

No vídeo A Voz da Esperança, destaca-se a fala do morador Joiceilson Costa, filho de Ogum – ferreiro dos orixás, ligado à guerra e à agricultura – que trabalha na corrente de

<sup>12</sup> Disponível em: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/download/74/61/346-1?inline=1>. Acesso em 10 abr 2024.

Léguas<sup>13</sup>, no Terreiro Nossa Senhora das Graças, no território: “Então é simplesmente chegar e jogar a nossa fé em outros lugares, porque aqui não dá mais pra gente viver fazendo o que a gente sempre fez”. Verifica-se a ancestralidade na fala no trecho que enfatiza a vida em que se faz o que sempre se fez, com manutenção e cultivo das tradições ancestrais. Além disso, o participante tematiza o território em que a fé é professada e como ele sentia que ela estaria sendo “jogada”, desprezada pelo Poder Público. Os fundamentos dos terreiros são plantados no chão (Viana, 2007), na terra, conduzido pelos orixás, não é algo que se possa tirar e botar em qualquer circunstância (Nascimento, 2018). A ameaça sofrida pelos terreiros enseja a recordação de que eles sofrem violências constantes em todo o Brasil (Rodrigues, 2023).

Para a moradora idosa Maria Alice, em *Construindo Círculos*: “O conselho das avós é uma realização de uma coisa que foi concebida num outro plano, plano espiritual mesmo assim, ele é uma missão.” Os avós são pais dos nossos pais, nossos ancestrais, que nos cuidam e tem pelos netos notável estima e doçura; receberam uma missão no outro plano, de cuidado para com os netos: assim apresenta a senhora. Retoma-se a concepção de ancestralidade de Sobonfu Somé (2007) para quem os ancestrais cuidam dos seres vivos. No vídeo *Religando Vivências*, observa-se a menção à ancestralidade por uma moradora da comunidade, praticante de religiosidade de matriz africana:

Então esse é um dos motivos que estamos aqui hoje, porque os terreiros de umbanda têm um papel social, um papel espiritual, um papel até mesmo de medicina, de acalantar... as mães de santo fazem tudo isso e não são reconhecidos nessa sociedade que a gente vive, mas a comunidade que vive aqui, que é assistida pelos terreiros sabem.

As mães de santo são guardiãs de saberes ancestrais - especificamente das religiosidades de matriz africana - assim como as mulheres quilombolas (Dealdina, 2020), especialmente das tecnologias de cura do povo negro (Almeida, 2022). Elas estão na linha de frente das lutas pelos territórios (Rodrigues, 2023), na preservação de seus terreiros. Lúcia arremata: “Mas assim eu tenho mais fé em Deus, tenho fé nos nossos orixás e nossos guias, que com certeza eles com a gente, a gente vai poder um tudo. Então é isso, tenho muita fé que a gente vai conseguir vencer essa batalha.” É contemporânea a fala da Lúcia quando evoca num fato que se repete no futuro, ora 2024, quando a imagem de nova Iemanjá em Teresina foi depredada (Barbosa, 2024):

---

<sup>13</sup> A família de Léguas constitui uma classe de espíritos cultuados em diversas religiões afro-brasileiras, notadamente no norte do Brasil.



Outra coisa que ficou muito (fora) é a questão do respeito quando se fala dos templos sagrados, é justamente o que está acontecendo com a gente aqui, né? Hoje aqui no nosso estado, na nossa capital, a gente tem presenciado a invasão dos templos, quebrando... quebraram as imagens de Iemanjá, gente isso é muito negativo.

Da importância dos terreiros, Lúcia destaca:

Isso é muito forte, também quando aquela mãe de santo fala que eles marginalizam a gente, porque não mostram o que tem de bonito, o que tem de belo, o que tem de mais puro na nossa espiritualidade, porque, gente, a pessoa quando ela procura um terreiro é porque ela já passou por todos os lugares, por todos os lugares e ela não conseguiu resolver o problema dela.

Expressões ligadas à ancestralidade aparecem de forma explícita na fala de três participantes da oficina Circulando entre Memórias registrada em audiovisual, cuja metodologia consiste em cada pessoa apresentar-se a partir de uma planta colhida nos quintais da comunidade. É um exercício de contar as próprias histórias (Adichie, 2019) a partir de elementos familiares, num ambiente circular, em que todos se enxergam; e romper os silêncios (Walker, 2011) sobre os impactos do PLN. A pesquisadora Sarah F. Santos, ao se apresentar, fala:

Eu, como uma vinagreira, que segundo a Dona Rosa, sirvo pra fazer um cuxá delicioso e temperar a comida, eu não mereço ser desapropriada do meu quintal por conta de um projeto da prefeitura. E é por isso que eu, como uma vinagreira, resisto aqui, no quintal da dona Helena e desejo assim permanecer: perto do rio, perto das outras plantas e perto da minha ancestralidade.

A participante faz menção a duas mulheres da comunidade, D. Rosa e D. Helena, seus saberes e território, respectivamente; identifica um uso culinário para a planta vinagreira no cuxá e no tempero da comida, a partir do conhecimento repassado pela moradora; e apresenta o território, o quintal, onde a planta e a comunidade se situam – perto do rio, de outras plantas – e a ancestralidade. Esta é invocada como fechamento do raciocínio da planta, como metáfora da comunidade, em seu território. Segue foto de uma vinagreira:

Figura 20 - Vinagreira (*Hibiscus sabdariffa* L.)





Fonte: Paula Rodrigues em Brasil de Fato (2021)

Recorda-se que, para Makota Valdina: “Minha ancestralidade é a natureza” (2021), o diálogo com o desejo da participante de permanecer, em biointeração (Nêgo Bispo, 2015), com a natureza, com cultivo do que se aprende com seus ancestrais e transmissão oral aos mais novos. Sobonfu Somé aponta que os ancestrais não precisam ser pessoas ou espíritos, podem ser outros seres vivos: “É possível que seja o riacho correndo ao longe (2007, p. 25), o que dialoga com a vivência da comunidade em biointeração com a natureza e a sua ancestralidade.

Assim, pode ser nosso ancestral o Rio Parnaíba, que fecunda e aquilomba em suas margens povos e comunidades tradicionais, como a Boa Esperança. Os quilombos têm “a capacidade de criar uma sociedade alternativa, com valores próprios” (Nascimento, 2018, p. 99). A ameaça de desapropriação de “território que nos pertence ancestralmente” (Dealdina, 2020, p. 28) coloca em risco a manutenção dos modos de vida, práticas e saberes ancestrais. Além de atravessar a forma como a ancestralidade é vivida, também afeta a vida de moradores e moradoras. A interseccionalidade permite afirmar que os diferentes corpos-territórios das mulheres quilombolas, atravessados por gênero, raça, idade e outros marcadores, para viver conforme seu modo de vida, precisam da biointeração com a natureza.

Em seguida, na oficina, o participante e intelectual da comunidade Francisco Oliveira afirma: “Já sou quase que um griô aqui, um ancestral dessa... e não vamos sair. Somos raízes”. Apresenta-se com ela e se percebe enquanto “raiz”, “quase um griô” e “um ancestral”. Aciona a oralidade para falar do modo como se conta história e vive no território. “Nos quilombos, os valores culturais, sociais e educacionais são transmitidos às e aos mais jovens pela oralidade”, conforme frisa Dealdina (2020, p. 37). Os griôs são contadores de histórias, que exemplificam os saberes dos mais velhos e mais velhas das famílias e comunidade, e podemos aprender com eles por meio da escuta, do conhecimento oralmente transmitido.

De acordo com Pereira (2019): “Contadores de histórias, mensageiros oficiais, guardiões de tradições milenares: todos esses termos caracterizam o papel dos Griots, que, na África Antiga, eram responsáveis por firmar transações comerciais entre os impérios e comunidades e passar aos jovens ensinamentos culturais, sendo hoje em dia a prova viva da força da tradição oral entre os povos africanos”. Tipuá (Tipuá & HXTEL BE4TS, 2021), rapper e intelectual negro piauiense, discute que o termo “griô” teria sido criado pelos colonizadores para nomear as pessoas mais velhas. Resgata o termo “djeliba” para chamar os

contadores de história. No texto, optamos em manter “griô” para dialogar com a fala analisada.

As raízes, por sua vez, são a parte das plantas que se fixam na terra, elemento “responsável por nosso sentido de identidade, nosso pé no chão e nossa habilidade de apoiar e nutrir uns aos outros” (Somé, 2007, p. 21); remonta à ancestralidade, ao que está enraizado ancestralmente e é compartilhado pela comunidade. A metáfora expressa o pertencimento ao território, a fixação, o intento de permanecer compartilhando com a comunidade, o que acompanha a inteligência da fala anterior.

Por sua vez, quando o morador se identifica enquanto ancestral vivo ele está reivindicando seu pertencimento à comunidade, território e identidades; saber da sua importância para as gerações presente, passada e futura enquanto corpo-território (Soares et al, 2022) vivo, afro-diaspórico e indígena, que “não se desloca do espaço/tempo, da história, ele emerge a partir das suas contradições e se forja, na contemporaneidade, pela luta de classes” (Soares et al.2022, p.174). É entender que sua história pode e merece ser contada (Adichie, 2019) e se enxergar enquanto sujeito de conhecimento e titular dos saberes tradicionais. Sobonfu Somé ensina que, “Para criar uma comunidade que funcione, é preciso observar cuidadosamente alguns dos seus fundamentos: espírito, crianças, anciãos, responsabilidade, generosidade, confiança, ancestrais e rituais. Esses elementos formam a base de uma comunidade” (2007, p. 40) A interseccionalidade permite perceber que o marcador geração, dentre outros, é imprescindível para a vivência da ancestralidade: os mais velhos em vida podem ser ancestrais, assim como os mais novos. No quilombo, todos podem aprender e ensinar: humanos, outros seres e a natureza.

O participante e intelectual da comunidade Raimundo Oliveira, o Novinho, ao se apresentar, reivindica a ancestralidade, contextualiza e leciona:

Sou Raimundo, né? Como minha xará aqui, também tenho o apelido de Novinho. Todo mundo só me chama de Novinho. Eu resido aqui desde quando eu... desde quando eu... eu nasci aqui praticamente. Só fui nascer na maternidade mesmo só por... por formalidade. A minha folha é o Jenipapo e tal qual a folha que a Carmen pegou também ali, pelos ancestrais que viveram aqui, ela era usada como tinta, também. O Urucum, pelo fruto, a tinta vermelha; e o Jenipapo, a tinta preta. Porque se você pegar um tronco de Jenipapo, a parte da madeira, e queimar, ela sai um extrato preto. A tinta preta que o índio usa é do Jenipapo. E também é... pra fazer suco, doce e fazer licor, também. O licor mais apreciado é o de Jenipapo e tal qual a (ancestralidade) do Jenipapo que tem aqui, que tem no quintal lá de casa. (Acho) que em quase todos os quintais têm Jenipapo. Pelo menos um pezinho novo, tem. A gente tem que permanecer, né? A gente tem que ficar. Então além da utilidade da planta, a nossa utilidade também é a capacidade de interagir com o meio que a gente tem. E é por isso que a gente tem que resistir.

O participante se apresenta pelas plantas urucum e jenipapo e ensina sobre pertencimento ao território; ancestralidade indígena na produção de tinta com plantas; produção de suco, doce e licor de modo ancestral; a relação com o território que motiva a resistência pela permanência. Minha avó cultivava urucum, dele fazia tinta e corante, que hoje é vendido em feiras, mercados e supermercados.

Figura 21: Urucum (*Bixa orellana*)



Fonte: EBC em Brasil de Fato (2021)

O jenipapo é o “principal elemento de feitura da tintura que pinta seus [indígenas Akróa-Gamella] corpos, mas também a fuligem que fica acumulada em camadas dentro de grandes fornos que servem para queimar lenhas e aquecer uma chapa metálica, que fica sobre este para assar a farinha de mandioca.” (Santos Neto; Alcântara, 2022, p. 170). A planta é utilizada de forma ancestral para produção de tintas para pintura corporal e outras finalidades.

Figura 22: Jenipapo (*Genipa americana*)



Foto: Tua Saúde (2023)

Percebe-se a versatilidade da planta, expressa nos saberes e fazeres dos indígenas Akróa-Gamellas do Território Taquarituba, no Maranhão, também presentes no Piauí, na

biointeração com as plantas e a natureza. Relaciona ainda as pinturas feitas com a planta ao fortalecimento físico e identidade. Dialoga com os usos apontados por Novinho, que enfatiza a ancestralidade indígena nas práticas e cultivo. “(Acho) que em quase todos os quintais têm Jenipapo”, afirma o participante, o que pode expressar a ancestralidade indígena no território. Além disso: “As pinturas são linhas no corpo que os identificam e, como várias vezes ouvi falar, “fortalecem o corpo e diz quem nós somos” (Santos Neto; Alcântara, 2022, p. 170). Reitera-se a inteligência de Beatriz Nascimento (2018) de que os quilombos também reuniram indígenas. A interseccionalidade nos leva a refletir sobre possível divisão das tarefas a partir de gênero, idade, geração e outros marcadores. Frisa-se que as mulheres quilombolas são as mantenedoras do legado ancestral, com a transmissão e continuidade das tradições, inclusive do uso de ervas medicinais (Dealdina, 2022).

Percebe-se que as mulheres são essenciais para a manutenção, transmissão e preservação das ancestralidades. Material e simbolicamente, elas gestam possibilidades e futuros para suas comunidades. Ainda que o Projeto entreviste homens, o foco da investigação são as mulheres, suas práticas e saberes. A nomeação da sede do Museu de Casa Sueli Rodrigues, mulher negra parceira da comunidade, atesta o respeito a ser tido pelas mulheres.

As três falas coletadas apontam, além de referências expressas à ancestralidade e aos ancestrais, a permanência no território frente a ameaça de desapropriação de suas casas e reassentamento involuntário no contexto do Programa Lagoas do Norte. Maria Sueli Rodrigues de Sousa, ao pesquisar o conflito socioambiental no Parque da Serra da Capivara com povo tradicional do Zabelê, no Piauí, aponta: “A reivindicação do grupo é ser tratado com dignidade, permanecer na área, não ser violentado pela gestão do Parque” (2021, p. 135), o que dialoga com o caso em tela. A permanência está associada à continuidade dos fazeres, saberes e modos de vida ancestrais em biointegração com a natureza e a própria comunidade.

Campo ou cidade vão apresentar diferentes contornos na relação das comunidades quilombolas como o capital, o trabalho, o acesso e a natureza e expressar os diversos modos de vida. Ser um quilombo urbano não é um contrassenso se considerarmos que as pessoas negras e indígenas estão nos territórios urbanos. É nítido que as participantes, na identificação e pertencimento territorial perante a ameaça de remoção no contexto do Programa Lagoas do Norte, desejam permanecer em suas casas e quintais, para a manutenção da vida em consonância com o que aprenderam com os mais velhos e consigo mesmos. A vida a que se

reivindica ser vivida é a da biointeração com preservação de modos, saberes e conhecimentos ancestrais, africanos ou indígenas.

Ao apresentar-se, na dinâmica registrada, por meio de uma planta cultivada nos quintais da Esperança, constrói-se uma identificação enquanto a tal que, independentemente do tamanho, enraíza-se no solo para então desenvolver as outras partes. O enraizamento dialoga com as ancestralidades, pois são elas que nos enraízam no território, nas práticas, nas comunidades. Saber-se com ancestralidade, com passado, presente e futuro, é saber-se descendente de africanos e indígenas, povos plurais e com história que pressupõe fios e redes de continuidade entre todos e todas da mesma linhagem e comunidade. As ancestralidades são partes irrenunciáveis de quem somos.

### **3.4 Saúde/plantas**

Neste item destacam-se trechos ligados à saúde e às plantas no Projeto Mulheres nos terreiros da Esperança, com o objetivo de evidenciar elementos indígenas, africanos e afrobrasileiros. Primeiro realizou-se a observação do conteúdo audiovisual com anotações auxiliares sobre o que foi percebido; depois a transcrição foi lida e as falas foram selecionadas de acordo com a pertinência temática. Destaca-se a fala de uma das produtoras do Projeto, que deixa nítido o propósito da atividade:

E o nosso objetivo aqui, com esse projeto, é fazer com que nós mesmo possamos contar a nossa própria história, por que a nossa história, até aqui, é contada por meios de comunicação que não tem comprometimento com a gente. Que tem comprometimento com o prefeito, com o banco mundial, com os empresários, mas não tem comprometimento com o Jalapão da Dona Helena, com a Vinagreira, com o gado, ou sei lá, qualquer animal – um cabrito, um porco, uma galinha – que é criada nos quintais de vocês. Então o nosso objetivo é fazer com que a gente mesmo possa contar a nossa história. E registrar a nossa história é extremamente importante.

A produção audiovisual e as oficinas que integram o Projeto percebem os moradores da comunidade enquanto espaços sujeitos aptos a contar as suas próprias histórias, o que não foi viabilizado pelo poder público na implementação do Programa Lagoas do Norte (Amaranes, 2023; Santos, 2023) e evidenciado pela própria luta da Boa Esperança em defesa da permanência dos moradores no território em biointeração com a natureza. Para comunidades como essa, a terra é de uso comum e o que nela se produz é utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com as necessidades individuais e coletivas (Santos, 2015). Além disso, como a maioria das pessoas entrevistadas são idosas, o audiovisual garante que eles possam se expressar por meio da oralidade, meio de transmissão dos valores

sociais, culturais, educacionais e políticos nos quilombos (Dealdina, 2020). Nota-se ainda o registro dos gestos, vestuários e feições.

A oficina ocorreu no quintal de dona Helena, moradora da comunidade, em que podem ser notadas árvores, gramíneas e arbustos. O sombreamento é perceptível. Os participantes se organizam em roda e o mote da oficina foi escolher uma planta dos quintais das moradoras e se apresentar a partir dela, o que permitiu aos participantes relacionarem suas experiências de permanência do território com a natureza da região e orientou a escolha dos trechos analisados.

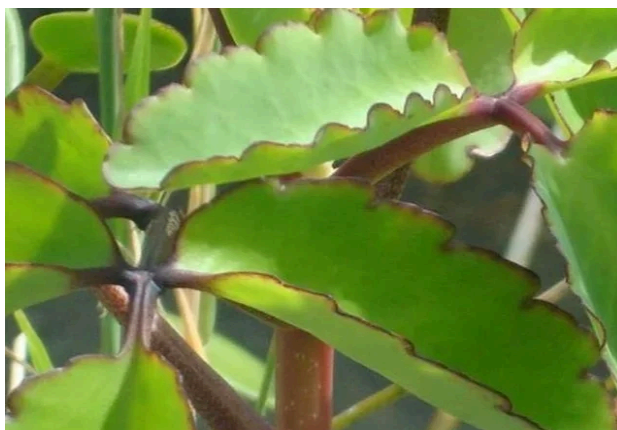
As plantas mencionadas são folha santa, cana da índia, jenipapo, vinagreira, condessa (ata), limão, urucum, tamarindo, jalapa, babaçu e penicilina; todas são medicinais. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde (ANVISA/MS)(2014), plantas medicinais são uma espécie vegetal cultivada ou não, utilizada com propósito terapêutico. Podem ser cultivadas em hortas, as populares “farmácias vivas”, em que se usam as plantas nativas da região (Almeida, 2003), para as garrafadas, chás, lambedores ou mastigadas para mitigar as dores e curar doenças (IPHAN, 2013).

Nas tradições quilombolas, as mulheres são as “guardiãs das tradições da cultura afro-brasileira, do sagrado, do cuidado, das filhas e dos filhos, das e dos griôs, da roça, das sementes, da preservação dos recursos naturais fundamentais para a garantia de direitos” (Dealdina, 2020, p.37). E ainda dos saberes do nascer e do morrer, rezas, ervas para banhos e benzimentos, histórias contadas pelos que já se foram e assim das origens da comunidade (Almeida, 2022).

Uma moradora idosa, ao se apresentar, aponta: “E o meu é folha santa. Isso aqui é ótimo pra remédio, pra intestino, pra gripe, pra cansaço. Esse remédio aqui é muito bom.” As plantas são “fábricas de substâncias químicas”, com diferentes quantidades das substâncias bioativas responsáveis pelos efeitos terapêuticos desejados (Almeida, 2003). Na tradição popular, a folha santa é utilizada ainda em banho de ervas, que enquanto ritual “tem como simbologia coletiva a sua virtude purificadora e transformadora” (Almeida, 2003, p.193) e atua nas esferas física, mental e espiritual.

Outra participante indica: “E esse aqui é um pé de Folha Santa. Ele é muito medicinal. Ele é bom pra gripe, ele é bom para dor de cabeça, ele é bom pra gastrite, ele é bom para muitas coisas. Isso aqui é um remédio muito ótimo. E eu moro aqui há muito tempo e daqui eu não quero sair.”. Além de destacar os usos medicinais, a participante aponta para a luta pelo território ao manifestar sua vontade de permanecer nele. Eis uma foto da folha santa:

Figura 23: Folha Santa (*Bryophyllum pinnata*)



Fonte: Tua Saúde (2022)

Helena, moradora dona do quintal em que ocorre a atividade, assevera: “Penicilina, que é uma coisa muito boa. A Penicilina todo mundo conhece Penicilina. É um medicinal muito bom, né? Ela serve pra gripe, ela serve pra tosse, ela serve pra quase todas as coisas, a Penicilina.” Eis uma foto da penicilina:

Figura 24: Penicilina (*Alternanthera brasiliana*)



Fonte: Jardineiro.net (2023)

Destaca-se que os usos medicinais tradicionais são saberes aprendidos e transmitidos geracionalmente (IPHAN, 2013), por meio das mulheres, que suas hortas, jardins e quintais cultivam as ervas e mantêm “farmácias vivas”. Aponta-se a memória do intelectual negro

brasileiro Abdias do Nascimento: “Minha mãe herdara a antiga sabedoria africana da paciência e uso das ervas; podia-se vê-la sempre envolvida na preparação de remédios para alguma pessoa da família ou da vizinhança” (Nascimento, 2020, p.40-41) Traz-se a baila a inteligência:

Não basta catar a folha, é preciso saber cantá-la”. Para cada uma delas que brota, um trato. Com o devido pedido de licença aos moradores do lugar, a folha se cata, macera, seca, queima, e se sopram palavras de força que despertem o que nela habita. As folhas nos ensinam, porém havemos de silenciar profundamente para ouvi-las. Encapsulados em um tempo do quebranto, assediados pelo olho grande e pela obsessão dos agentes contrários à vida, o que nos resta é nos munirmos de repertórios guerreiros (Rufino, 2021, p.5).

Percebe-se que para “extrair, utilizar e reeditar” (Santos, 2015) os insumos das plantas medicinais é preciso ter aprendido como fazer, conhecer as tecnologias e saberes e praticar as pedagogias de transmissão destes conhecimentos para as próximas gerações a fim de reeditá-las. Aponta-se que: “O uso das ervas sempre esteve ligado à magia e aos sonhos de realizações materiais ou afetivas. Esse não é um privilégio de civilizações mais primitivas, muito menos restrito à nossa herança africana” (Almeida, 2003, p.179).

No Brasil, as experiências também são atravessadas ainda pela sabedoria indígena, que expressa a biointeração com a natureza, com a escuta dos ensinamentos das folhas e produção de tecnologias ancestrais de seus usos. Os conhecimentos presentes nos quilombos sobre a utilização medicinal, culinária e litúrgica preservam uma biodiversidade de plantas (Silva, Dias, 2020), pois como explica Nêgo Bispo (Santos, 2015) o sentido é extrair sem destruir. Sobre a herança indígena destaca-se o trecho:

O Urucum, ele é usado pra fazer corante. É Dona Rosa? Me corrija se eu estiver errada. Ele é usado pra fazer corante. Todo mundo sabe que o corante é bom por que quando ele falta ninguém gosta de comer a comida sem corante. É... e também é muito usada pelos índios, pra os índios se pintarem e... pra diversas manifestações culturais. E assim como eu sou um Urucum, assim como a vinagreira, quero permanecer no quintal da Dona Helena, quero que Dona Helena permaneça aqui, é... Chamo a todas as demais plantinhas para estarem também nessa de ficarmos e resistirmos. Muito prazer.

Esta fala se constrói em diálogo e menção às moradoras mais velhas, o que pode indicar o respeito a estas mulheres guardiãs dos saberes ancestrais (Dealdina, 2020) e confirmação dos usos da planta. O participante aponta o uso da planta na alimentação e na produção de tintas, especialmente pelos povos indígenas, “pra diversas manifestações culturais”, o que pode indicar referência a estes que são ancestrais na ocupação do território da Vila do Poti, onde surgiu a cidade de Teresina (IPHAN, 2015). Além disso, é enfatizada a

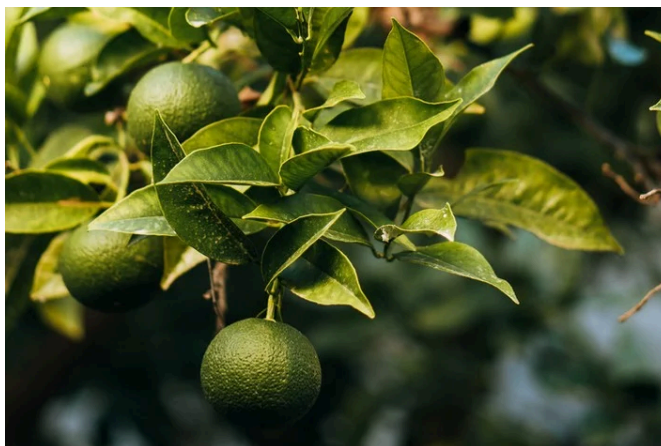


luta pelo território: assim como as plantas permanecem “plantadas” aos quintais, os moradores também. Aponta-se a fala de outra moradora:

O meu nome é Isabel. Eu, como a Maria Antônia, sou um limoeiro que... não somos únicos né? Somos... estamos em várias partes e... servimos pra muita coisa, muita coisa. Além de ser delicioso, também uso na salada, limonada, é... tudo. Salada, mousse, doce. É... é adstringente. Diz que tomar um pouquinho de limão com água uma vez por dia, você não tem nada na sua vida, nunca. Vou até tentar fazer. E assim como o limoeiro, eu também tenho bastante espinho que é pra expulsar as pessoas que... expulsar o que quer me fazer mal, né? O que quer me tirar. Tenho que me defender. Tenho que resistir. E... sou limoeiro aqui.

Percebe-se que a moradora enfatiza os usos medicinais e culinários e o caráter dual dos espinhos do limoeiro, que, em sua percepção, pode afastar agentes nocivos à planta, e, de forma analógica, representar a resistência produzida pelos moradores ao insistir na permanência. Segue foto de limoeiro:

Figura 25: Limoeiro (*Citrus latifolia* Tan)



Fonte: Cobasi (2021)

As mulheres quilombolas têm papel importante nestas lutas de manutenção e regularidade dos territórios (Dealdina, 2020), por serem as mantenedoras da cultura e das tecnologias tradicionais. Destaca-se ainda:

É babaçu, né? Bem, eu peguei essa palhinha aqui que eu conheço muito bem. Onde eu morava era só o que tinha. A gente sobrevivia também dele. A gente quebrava ele pra vender, pra sobreviver, pra comprar as coisas, comprar alimento. Bom, e ele serve pra muito. E eu continuo comendo com o óleo dele que é o azeite de côco. É exatamente o que passaram pra mim por causa do colesterol que não é controlado. Então e utilizo mais ele. Óleo, não. Só mais o azeite dele.

O babaçu é uma planta típica da região, que marca a experiência das quebradeiras de coco, mulheres de comunidades tradicionais cujo ofício envolve coletar o coco, quebrar sua casca, separar a castanha e vendê-la. Das palhas das folhas se produzem cestos, da casca carvão e da amêndoa óleo, azeite e sabão. O que a natureza oferece é utilizado em proveito da

comunidade (IPHAN, 2013), dado o caráter coletivo das atividades e o sentido da biointeração das pessoas com seu território (Nêgo Bispo, 2015). Segue foto de babaçu:

Figura 26: Babaçu (*Attalea speciosa*)



Fonte: Embrapa em Globo Rural (2023)

O uso tradicional das plantas pode ser percebido desde os sucos e frutas naturais servidos nos encontros, passando pelos jardins da comunidade cheios de ornamentação vegetal e na utilização dos quintais. Quando transitamos pela Boa Esperança percebemos a arborização típica dos territórios às beiras dos rios e ornamentação artificial das calçadas e jardins.

## CAPÍTULO 4 - ANCESTRALIDADES, TECNOLOGIAS E LUTA PELO TERRITÓRIO A PARTIR DO PROJETO “MULHERES NOS TERREIROS DA ESPERANÇA”

"Esmagam a superfície  
não extirpam as raízes  
nem de flores nem de palavras  
Teimosamente  
numa lei de resistência  
elas brotam sempre"  
Miriam Alves

“O povo não arreda o pé  
Não arreda o pé  
Não arreda o pé  
Porque não quer”  
Quilombo Urbano da Boa Esperança

### 4.1 Moradia

Nesta seção, abordamos a moradia a partir de trechos do Projeto Mulheres nos Terreiros da Esperança. No vídeo A voz da Esperança, Joceilson Costa afirma:

Simplemente eles chegaram... simplesmente eles chegaram sem nenhuma comunicação prévia antes, né, e simplesmente selaram as casas e disseram que as casas tinham que sair. Os terreiros e as casas tinham que sair, por que disseram que ali era área de risco e que tinham outras prioridades pra fazerem ali.

Nota-se pelo relato que o poder público não agiu de forma democrática, ao negar a participação da comunidade afetada na tomada de decisões sobre a política pública PLN que as afetaria. A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, que também se aplica a quilombolas, ratificada pelo Estado Brasileiro, aponta que "os governos deverão: consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente".

A consulta prévia, livre e informada aos possíveis afetados é medida essencial para que se consiga mitigar os danos, ouvir os envolvidos e tomar decisões participativas e democráticas, o que não aconteceu no caso em tela. O Painel de inspeção do Banco Mundial:

determinou que a falta de coleta de dados sólidos e de avaliação preliminar, juntamente com insuficientes consultas e participação da comunidade, levaram a medidas inadequadas de restauração de meios de vida e de assistência a grupos vulneráveis, entre outras questões. (OcorreDiário, 2020, S/N).

Destaca-se ainda que os terreiros têm seus fundamentos espirituais e ancestrais plantados no território, o que faz com que a remoção cause ainda mais impacto na vida das populações e na relação com suas divindades. Ainda no mesmo vídeo, a moradora Maria Rocha Araújo aponta:

Tentei morar em outros lugares melhores, mas não deu. Primeiro que quando eu ia fazer a inscrição das casas de conjunto a minha renda não dava, por que tinha 3 meninos e o salário só quem trabalhava de carteira assinada era meu esposo, aí então não dava. Aí o jeito que teve foi a gente se ajeitar por aqui, né? Eu tentei no Bela Vista, eu tentei no Mocambinho, eu tentei no Acarape, minha renda não dava, né? Então a gente foi se ajeitando onde deu, que foi aqui. E aqui ainda foi comprado, não foi eu que invadi. Foi comprado esse pedacinho aqui pra que eu fizesse essa casa.

Nota-se que a luta por moradia está inclusive em procurar “lugares melhores” para morar na cidade que sejam compatíveis com sua renda, o que se articula com o exercício (ou não) do direito à moradia adequada e saudável. Pode-se inferir que as pessoas mais pobres de Teresina não residem nesses lugares<sup>14</sup>. Frisa-se a reflexão que Nêgo Bispo faz sobre moradia: “Para nós, a moradia é o lugar onde vamos passar a maior parte das nossas vidas. A casa tem que ser uma parte dos nossos corpos, temos que suar naquele material, temos que sentir nosso cheiro em nossa casa.” (Santos, 2023, p.61) Existe uma relação entre nós e nossa casa, que as ameaças de desterritorialização insistem em romper.

A moradora faz questão de enfatizar que a casa é sua e não foi cometida nenhuma ilegalidade (invasão) em sua aquisição. Assim: “O sentimento com a aquisição do local é o que motivou a denominação dada ao lugar (...), pode-se afirmar que a relação dos vínculos familiares com a terra é o marco de fundação da comunidade (Gomes, 2019, p.79); para a moradora a aquisição funda seu pertencimento com o território. Em seguida, a pesquisadora Daniele Soares (2017, s/p) aduz:

Nessa área muitas casas estão seladas, né? Estão marcadas para a remoção. Estão ameaçadas de remoção e as famílias estão sob esse (prisma) de serem reassentadas em um outro local. Isso tem despertado muita insegurança, isso tem despertado muito sofrimento, por que as pessoas se relacionam com o lugar onde vivem. Elas constroem identificação, elas constroem laços de sociabilidade com aquela comunidade e uma ação de remoção ou reassentamento vem interferindo né? Vem influenciando na construção desses laços.

A remoção e o selamento das casas são tematizados, o que nos remete ao relato divulgado pelo Portal Cidade Verde na ocasião do falecimento de D. Isabel. O reassentamento nos faz acessar os fatos passados: “e foram essas memórias do passado, esse choro d’ingoma, essa memória fraturada pela desterritorialização do corpo/corpus africano, esses arquivos culturais que fomentar as novas formas rítmicas, melódicas e dançarinas do negro nas longínguas Américas (...)” (Martins, 2021, p.46). A memória do sequestro, escravidão e continuidade das práticas genocidas e epistemicidas no pós-escravidão continuam nítidas

---

<sup>14</sup> Sobre os pobres de Teresina, da década de 1970 e o tratamento dado pelo poder público desde então recomenda-se: Monte, Regianny Lima. A cidade esquecida: (re)sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, 2010.

porque permanecem. A ameaça sob o selo colocado pela prefeitura e a perspectiva de deixar de residir em seu território ancestral e realizar suas práticas tradicionais desestabilizam os moradores da região e provocam desconfortos e sofrimentos. Aponta-se que:

No meu território reúno corpo e mente, defendendo um templo sagrado, que me permite viver e produzir alimentos e plantas, cuidar de animais e dos plantios, não esquecer do poder das ervas e plantas medicinais, do uso da natureza como ornamentação e da produção artesanal, que garante as ferramentas agrícolas de trabalho”. (Martins et al, 2020, p.166)

Nota-se que os povos quilombolas têm uma relação com o território, a partir de onde se forja o corpo-território de lutas, de inseparabilidade, biointeração e manutenção dos modos ancestrais. “Um corpo-político que, como tal, existe a partir da comunidade e conforma-se a partir das lutas reais” (Soares, Costa, Alves, 2022, p.172) Assim: “é fundamental recordar que os impactos advindos da desapropriação apresentam dimensão individual, coletiva, material e imaterial, pois se trata de território imprescindível para produção e reprodução da vida quilombola.” (Gomes, 2019, p.157) No vídeo Construindo Memórias: “moram esta casa rosa, na verdade os cômodos se ajustam a mim, como as árvores dos frutos, conheço os amarelos que envelhecem oratórios e a lenta viagem da poeira nos lençóis...” Ainda no mesmo vídeo:

lá em casa mermo no quintal, fez aquele---- cavou, cavou mermo, fundo até dar água... quando deu água, aí ele, aí ele fez assim, colocou assim uns pau --- uns quadrado como eu fiz aqui, de madeira, e colocou assim uns pauzin assim pra dar sustentabilidade pra eles não cair--- pra ele ficar assim, protegido pra gente ---também na hora que fosse pegar água, hoje um poço mais apropriado tem até aqueles carretel, aquelas coisas mais chique, mas nós, mas nós tamo tendo, aí a gente se apegava com a cacimba aí era o jeito

No trecho é descrita a feitura de uma cacimba, cova onde se recolhe água, de forma artesanal, uma tecnologia ancestral que dialoga com a inteligência de Nego Bispo (2023) sobre a arquitetura dos quilombos:

Cada moradia deveria ser arquitetada com o material local, essa é uma grande primeira questão. Todo bioma, todo ambiente, todo lugar nos oferta as condições para viver ali. Se estou nos cocais, posso usar palha das palmeiras para fazer o teto das casas e para forrar as paredes. Se não quiser usar as palhas, posso usar as varas, posso forrar o interior com esteiras, posso também fazer paredes de taipa. Posso fazer minha casa na Caatinga, usando apenas o material da Caatinga; posso fazer minha casa no Cerrado usando material do Cerrado. (Santos, 2023, p. 60).

As tecnologias ancestrais expressam modos de vida de biointeração com a natureza, utilizando dela o necessário. Tanto a produção da cacimba quanto a arquitetura das casas quilombolas exibem. Quando criança, viajávamos ao Craúno e uma das nossas tarefas era pegar água em baldes e panelas das cacimbas, riachos e olhos d’água espalhados pelo

território, afinal o melhor local para se guardar a água potável é na natureza. A moradia ancestral parte por utilizar sua inteligência na produção de espaços que contenham o próprio suor, o trabalho realizado por toda a comunidade.

#### 4.1.1 Quintais e terreiros

Quintais são a parte de trás da casa. O terreiro pode se relacionar tanto aos espaços de culto e fé das religiões de matriz africana quanto com a frente da casa, uma área plana e limpa de construções, um terraço. Assim: “Terreiro: espaço do sagrado, da ancestralidade, do brincar, espaço do viver.” (Almeida, 2022, p.165). Ao ser entrevistada a intelectual negra Makota Valdina (2005, s/p) fala de sua infância e relaciona quintais e terreiros.

Todo mundo tinha quintal. Todo mundo tinha um quintal e um terreiro. Terreiro, hoje em dia só se usa terreiro, né, pra se falar de terreiro de candomblé. Os terreiro na época que eu era criança era toda a área da frente a área que tinha às vezes a varanda e tinha aquela área na frente livre pra de noite você sentar você contar história, você fazer brincadeiras, adivinhações a família naquela época era mais extensa você dividia alegrias, você dividia problemas e no sentido de Não só com a família de sangue mesmo, mas com essa família extensa, com a comunidade. Havia muito mais solidariedade, isso havia mesmo.

Ao ar livre, ambos os espaços permitem que a família e vizinhança se reúnam para jogos e brincadeiras, alimentação, conversas e refrescar-se. No quintal é mais ventilado, pode-se pegar sol, correr e brincar solto com outros animais e a natureza. Dialoga com:

No quilombo, contamos histórias na boca da noite, na lua cheia, ao redor da fogueira. As histórias são contadas de modo prazeroso e por todos. [...] Nós contamos histórias sem cobrar nada de ninguém, o fazemos para fortalecer a nossa trajetória. E não contamos apenas as histórias dos seres humanos, contamos também histórias de bicho: macacos, onças e passarinhos. (Santos, 2023, p.25)

É no quintal que os quilombolas se reúnem para trocar, contar histórias ou causos, por diversão, necessidade e fortalecimento da cultura. E ainda:

Qual é a parte mais necessária de uma casa no quilombo? É o quintal. Na verdade são várias; a cozinha é necessária também, todo mundo chega pela cozinha. Mas o quintal é essencial porque é onde as crianças aprendem a fazer tudo. É também onde guardamos espaço para construir a casa de quem vai nascer, as casas das próximas gerações. Na casa da minha filha, por exemplo, há espaço para fazer a casa do filho dela. Nossas casas são pensadas com espaço para fazer outras casas. (Santos, 2023, p.58)

Da inteligência de Nêgo Bispo depreende-se que o quintal nas moradias quilombolas é espaço essencial de aprendizado dos mais novos, realização das atividades diárias e contação de histórias. Em conversa entre duas moradoras da Boa Esperança, no vídeo Circulando entre memórias, registra-se o momento:

- A defesa por essas moradias também tá relacionada a esse o nosso modo de vida entregue à natureza, né?
- Aqui nesses quintal de nós, por aqui, tudo é desse jeito. Tudo é ensombrado. Por aqui...tudo é ensombrado. Tudo é ensombrado, nossos quintal, tudo.

No trecho, conversa-se sobre o sombreado dos quintais, em virtude das árvores cultivadas e preservadas. Ficar debaixo de árvores, ouvir e contar histórias, apreciar o canto dos pássaros, folhas e ventos é hábito de quem reside fora dos grandes centros ou, nestes, mas pode manter espaços ao ar livre em suas residências. Assim: “É lá onde se pode sentar com familiares e amigos, cultivar hortas, estender roupas para secar, colocar as crianças para brincarem, amarrar os cachorros na sombra de alguma árvore.” (Pereira, 2021) Parte desta tese foi construída no quintal da casa que residi na cidade de Amarante, entre 2021 e 2022, debaixo da sombra de uma palmeira, conforme foto abaixo:

Figura 27: Pé de ata e palmeira na antiga casa da autora



Foto: acervo pessoal da autora

Em 2023 participei de uma caminhada do Memorial Casa Sueli Rodrigues, do começo da avenida Boa Esperança, no bairro São Joaquim, até a Escola Municipal Antonio Dilson Fernandes, no limite com o bairro Poty Velho, por um caminho de terra que margeia o Rio Parnaíba e atravessa vazantes e os quintais. Foi uma experiência tão boa, com pouco calor ou quentura. O sombreamento das árvores garante o conforto térmico (Shinzato, Duarte, 2018), empiria observada no território.



Figura 28: Autora sorrindo em caminhada



Foto: acervo pessoal

Dos registros desta caminhada recordo:

*“Movimento. Ontem nos encontramos na Casa para fazer uma trilha beirando o rio até o terreiro de mãe Joice. Foi uma experiência muito boa, tranquila. A trilha também é utilizada em alguns pontos por carros como percebemos. Eu ali no final da fila indiana, na retaguarda, com o pesquisador Douglas Amaranes que acabara de conhecer pessoalmente. Lúcia na frente conduzia o grupo, parando e contando histórias. Arthur e Sabrina fotografaram. Os caminhantes ouviam, silenciavam ou conversavam. O rio do nosso lado o tempo todo como uma parada que apesar de todo o ciclo de vida destrutivo a branquitude/do capital. Em alguns trechos lixos, queimadas e a terra do rio é removida pelas dragas privadas. As árvores retorcidas são repuxadas junto da terra. Tirando isso ou aquilo é um lugar muito bonito porque os moradores plantam caju e outras espécies, criam gado, cavalo, galinhas e porcos. Chegar no terreiro foi uma beleza. Sempre bom. Baiei que suei. Agradeço a minha família pela macumba. Foi e é muito bom. Tem um quê de meditação, do estar presente. Foi bom ouvir que aquela casa não foi removida, apesar de ter sido selada. Depois fomos na creche onde eram as reuniões do começo, para beber água, me deixou tão contente por rever e reviver o local onde a luta se organizava. Lembrei da planta da d. Isabel, um*



*gesto tão bonito de reparação. O caminhar como fruir, descansar, observar a natureza, estar presente se conecta com as fotos e selfies para registrar momentos da caminhada. Em fila indiana seguimos, um respeitando o tempo do outro. Na gira também - cantor, tocador de tambor, a família, eu, todo mundo em roda, aplaudindo, bailando, girando, dançando circular. A mãe de santo tava tão linda, parecendo uma modelo, simplesmente encantadora. Parecia uma roupa do jogo The Sims de atriz ou baile/formal, muito bonita. E claro todos os lugares as pessoas cultivavam árvores frutíferas e plantas medicinais e ornamentais. Trilha pelos quintais da Boa Esperança, da beira da margem do rio Parnaíba, num sombreado em virtude das árvores. Outro modo de perceber a cidade de Teresina e observar que se não tivéssemos caminhando pelo asfalto ou calçada da av boa esperança teríamos enfrentado maior incidência solar devido a menor arborização. Tecnologias ancestrais africanas. É aquela coisa: homens e mulheres da comunidade e que fortalecem pessoal e sociedade civil.”*

O modo de vida em biointeração com a natureza, como foco na preservação da natureza e manutenção das árvores na terra e dos peixes no rio é próprio dos quilombos (Santos, 2015). É comum que se localizem próximos a rios e outros caminhos (Nascimento, 2018) para acesso a recursos naturais, transporte, trocas e fruição biointerada com a natureza. Nos quilombos, território de continuidade das ancestralidades africanas, a vida acontece ao ar livre, fora de casa, com ajuda mútua da família e da comunidade (Somé, 2007). As reuniões e oficinas nos terreiros e quintais e as caminhadas na beira do rio afirmam este elemento.

Assim: “Estando o negro com outro negro, já é um quilombo. (...) esteja o negro com o negro amareciano, esteja com Pelé, ou consigo mesmo e esteja como branco se ele não for o opressor.” (Nascimento, 2020, p.190). A autora enfatiza estes territórios como não discriminatórios, em que consigo, no seu corpo-território (Soares, Costa, Alves, 2022) o negro sozinho também é quilombo. O que acompanha o raciocínio de que “Toda mulher negra é um quilombo”. (Dealdina, 2020, p.37) Frisa-se que:

Esse corpo, à medida que se constitui no cotidiano comunitário, no chão de um território onde habitam gentes, encantarias, bichos, forças, é um corpo coletivo. Ele não se ergue sem os atravessamentos das dores, dos afetos e das forças que emergem da memória e dos conhecimentos passados por outras mulheres que o antecederam. Esse corpo não pode ser idealizado, universalizado e transformado em alegoria ou, mesmo, em fetiche academicista. O corpo que se move, que se põe no mundo como território, mas que também é visto pelo outro como objeto, não surge ao performar uma cultura (mesmo podendo usar a performance como instrumento de luta política). O corpo faz-se território na contradição, na qual converge uma materialidade de violência e opressão, com um anseio e uma ação por reafirmar sua humanidade, sua subjetividade e sua liberdade. Esse corpo se faz território na luta. (Soares, 2022, p.238)

Trago a referência da família de Dona Davina, mulher idosa cis, moradora antiga da comunidade, viúva de Antônio Ferreira de Sousa, seu Roxo, vaqueiro, cujo nome homenageia o Centro de Defesa Ferreira de Sousa (CDFS) que atua em defesa da comunidade (Coelho Pereira, 2021). Destacam-se, aqui, entre os filhos e netos do casal, vivências e tecnologias de Miúda, crocheteira; Arnaldo e Baibai (ex-genro) com as musicalidades africanas e afrobrasileiras; Chico e Novinho (neto) com as intelectuais negras e contação de histórias sobre a comunidade; Fran e as reciclagens/reedições; Lúcia com a liderança comunitária. Estes e os demais membros da família cultivam modos de vida tradicionais e quilombolas, expressos em seus cotidianos e profissões. Os fazeres tradicionais produzidos são divulgados tanto nas redes sociais como na própria comunidade.

O Memorial sedia as Quitadeiras de Filó, banca em que as mulheres da comunidade colocam seus produtos à venda como bordados, crochês, macramê, colares de lacre de lata de alumínio, banhos, camisas pintadas à mão e outros. Destaca-se que as quitadeiras, no período colonial, eram mulheres negras livres que se dedicavam ao comércio de legumes, peixes e frutas nas chamadas quitandas (Moura, 2013, p.342). Eva Maria de Bonsucesso, Luisa Mahin e Tia Ciata são quitadeiras negras brasileiras (Arraes, 2017). Filó é um tecido assemelhado a uma rede transparente. Frisa-se que as quitadeiras distinguem-se das quituteiras - enquanto estas vendem produtos de alimentação aquelas ampliam os produtos incluindo redes e bolsas.

A casa da família está sempre aberta para a realização das reuniões. Ao atravessar o portão, deparamo-nos com muitas árvores e plantas no terreiro e um altar com santos católicos. No quintal, mais árvores e área de vazante cultivada. Assim: “‘Vazanteiros’ é como se denominam agricultores que cultivam nas margens e ilhas dos rios. ‘Vazantes’ falam tanto do lugar onde esses cultivos são realizados quanto dos próprios cultivares (Coelho Pereira, 2021, p.11)”. Os fazeres, o quintal, a casa e o território se conectam no resgate e manutenção da beira do rio e das tecnologias ancestrais de realização do ofício. “Casa e vazante, portanto, são articuladas como duas instâncias de um mesmo espaço e movimento, a saber, habitar um lugar a partir da construção de uma residência.” (Coelho Pereira, 2021, p.12)

Percebe-se as atuações e práticas que membros desta família de gerações de pessoas que lutam pela permanência no território expressam modos de vida tradicionais e tecnologias ancestrais. Ensinam também para Teresina e pra quem acompanha a luta da comunidade. As lutas das pessoas negras, dos povos tradicionais e dos indígenas têm pedagogias, enquanto metodologias, de fazer, viver, sobreviver e persistir, que educam, deseducam e reeducam (Walsh, 2013) seus participantes e as comunidades abrangidas por sua educação.

No escopo do Projeto, terreiro pode ser entendido como ”o lugar onde se planta e cultiva modos de ser e viver, deste modo, constrói resistência tanto em defesa das moradias, como também, das casas de religião de matriz africana, ameaçadas de desapropriação” (Santos, 2017, online, s/p) Cabe falar que quintais e terreiros, são lugares de contato com a terra, o que recorda Beatriz Nascimento quando diz: “O fundamento do quilombo é a terra, o homem se identificando profundamente com a terra [...] e esse é o princípio de ‘axé’ da força” (2020, p.335)”. A autora centraliza a terra e a relação das pessoas com ela, no contexto dos quilombos e também dos terreiros de religiões de matriz africana, como fonte de axé enquanto força, energia sagrada e ancestral que alimenta a vida.

## 4.2 Cultura

Na seção, abordamos a temática Cultura a partir de trechos do Projeto Mulheres nos terreiros da Esperança, com o objetivo de evidenciar aspectos atinentes às ancestralidades investigadas. No vídeo, A Voz da Esperança, é dito pela pesquisadora Daniele Soares:

Esta região é uma região que tem culturas que são próprias, né? A cultura oleira, a cultura vazanteira, a cultura de terreiro e tantos outros modos de saber, de fazer e de viver. E o Programa Lagos do Norte com a suas intervenções, ele vem incidindo potencialmente nesses modos de fazer, nesses modos de viver desses moradores. Vem atingindo a vida cultural dessa região.

Nota-se o destaque aos modos de saber, fazer e de viver da comunidade, também apresentados por outros pesquisadores (Carmo, 2017; Monte, 2016; Pereira, 2017, 2021; Santos; Santos, 2017; Varão; Rego, 2016; Gomes, 2015; Amaranes, 2023; Santos, 2023) e marcados pela ancestralidade africana, o que já foi percebido pelo IPHAN (2015). No vídeo A voz das avós é cantada uma música, em roda com batidas de palma na mão, e um jogral, o que dialoga com as tecnologias ancestrais ora apresentadas:

Sou feliz e na comunidade é na comunidade eu sou feliz, Sou feliz e na comunidade é na comunidade eu sou feliz, a minha comunidade se reúne todo dia, a minha comunidade é só prazer e alegria eu sou feliz e na comunidade é na comunidade eu sou feliz UUUhUU

MOÇA: Dona Socorro

CORO Dona socorro

MOÇA: Muito obrigada

CORO Muito obrigada

MOÇA por contar pra gente

CORO por contar pra gente

MOÇA a história da origem

CORO a história da origem

MOÇA do lugar onde a gente mora

CORO do lugar onde a gente mora

LUCIA Lagoas do norte...

LUCIA e CORO pra quem???!!!!

Os jograis são músicas com rimas e repetições de fácil memorização para envolver os presentes na cantoria. Lembram as músicas de trabalho e as palavras de ordem entoadas pelos movimentos sociais. A letra destacada enfatiza a felicidade das pessoas em morar em sua comunidade, de habitar seu corpo-território (Soares, Costa, Alves, 2022) com outras e outras em modos de fazer, ser e viver ancestrais. No vídeo, Transcrição Religando Vivências, é dito por Mãe Alice:

Minha vó faleceu, mas os fundamentos dela tá aqui enterrado e não tem como tirar. Como que eu vou pegar um fundamento que o guia dela plantou na nossa tenda, no nosso local, que hoje é nossa Tenda São Jorge, como que eu vou retirar ele e vou colocar em outro lugar? Não tem como, não tem.

Além da ancestralidade de santo, percebe-se que os terreiros estão plantados no território, por meio de seus fundamentos, não sendo possível removê-lo para outro lugar, como era a proposta do PLN. Retoma-se Beatriz Nascimento: “O fundamento do quilombo é a terra, o homem se identificando profundamente com a terra” (2018, p.335), terreiro e quilombo são duas expressões da ancestralidade africana afrodiaspórica brasileira em que a terra e o território são imprescindíveis para sua plena realização, tanto no campo quanto na cidade. E no mesmo vídeo ouvimos a moradora Aliciane:

O que eu vejo: nosso terreiro pelo fato da minha irmã ser nova, para eles é como se não fosse nada. E aí por isso que eu coloco...eu coloquei fé, força e respeito. Porque já que os outros pais de santo e mãe de santo não tem, a gente que somos novos, a gente vem da herança da nossa avó, a gente resgata isso da nossa avó, que ela nos ensinou a ter fé, força e respeito, por mais que as pessoas não nos respeitam por ser jovem, mas a gente respeita eles, isso que é importante pra nós.

Ela articula interseccionalidades de idade, ao tematizar algumas vezes que os jovens não são respeitados; de gênero e geração, ao mencionar a irmã (Mãe Alice) e a avó, mães de santo; e de território onde está o terreiro. Menciona ainda a relação de desrespeito provocado pelo Poder Público no contexto do PLN de modo indireto “para eles é como se não fosse nada”, o que evoca o modo como as pessoas se sentiram desvalorizadas. Ainda do mesmo vídeo, segue trecho da intelectual Lúcia:

Eu sou feliz assim, eu sou feliz do jeito que eu estou, então me deixe viver assim. Eu não quero seu progresso, eu não quero as suas estátuas. Eu quero só o meu terreirinho de chão de batido com as minhas estátuas, onde eu posso me ajoelhar e rezar. Eu quero é isso. Deixe eu viver do jeito que eu estou, que eu estou bem. Não adianta você querer vir dizer o que é bom para mim, aquela história, de que não é a instituição, não é o governo e suas instituições que vai me ensinar a me educar, a dizer o que eu quero, mas não. Eles tem que se adaptar àquilo que eu já faço. Não querer me ensinar aquilo que eu não quero aprender.

Assim, a felicidade aparece novamente em trecho do projeto Mulheres nos terreiros da Esperança, em que se enfatiza que se é feliz do jeito que se vive de modo ancestral, distinto do que pauta o capital com a falta de acesso de políticas públicas e a ameaça de remoção pelo PLN, o que dialoga com Selma Dealdina (2020):

Nossos territórios sofrem ainda com a especulação imobiliária e com os projetos de desenvolvimento, que alegam que nós atrapalhamos o progresso. Progresso este que mata, envenena e corta até sangrar nossos territórios para instalação de linhões de energia, construção de rodovias como a Transnordestina, entre outros empreendimentos que abalam nossos modos de vida e destroem tudo pela frente (Dealdina, 2020, p.34).

Nota-se que os territórios quilombolas estão sob ameaça do capital, que sob a desculpa de que são atrasados merecem ser removidos, deslocados, desterritorializados, práticas que favorecem o genocídio e o epistemicídio destes povos, afinal sem o fundamento plantado na terra e a possibilidade de viver em biointeração com a natureza na prática de seus modos de fazer, ser e viver ancestrais os quilombolas deixam de ser quem são. Curioso o que Nêgo Bispo aponta “Desenvolvimento é sinônimo de desconectar, tirar do cosmo, quebrar a originalidade” (Santos, 2023, p.30) e ainda:

o inimigo adora dizer *desenvolvimento*, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofofia. Vamos dizer que a cosmofofia é um vírus pandêmico e botar pra ferrar com a palavra *desenvolvimento*. Porque palavra boa é *envolvimento*. (Santos, 2023, p.14)

Mais um pouco, Maria Lúcia aponta:

Me deixa viver assim, me deixa respirar, me deixa viver como eu quero. A mamãe me falou uma coisa que eu até chorei quando ela falou assim: “meu deus do céu, esse prefeito vai me tirar daqui, como é que eu vou vir lá de onde ele vai me botar pra eu vir mexer na minha roça?” Porque ela não tem essa compreensão de que ele vai tirar ela e ela não vai mais poder mexer na roça dela. E aquela vazante ali dá vida para ela, ela mexer com aquelas coisas. ele tirar ela dali vai ser arrancar uma árvore, que você arranca ela já grande e você plantar em outro lugar, ela morre. Então a gente tem que pensar sobre isso.

Quem cuida de planta sabe que a inteligência de Lúcia está correta. Quando a gente arranca uma planta grande e a replanta, ela não vinga, falece. A analogia dialoga com o que se

tem apresentado acerca de que os fundamentos dos quilombos, terreiros e corpos-territórios estão plantados.

### 4.3 Luta pelo território e esperança

Nesta seção, tematizo a luta pelo território a partir de trechos do projeto Mulheres nos terreiros da esperança. No vídeo A Voz da Esperança, o morador Joceilson Costa afirma: “Sou morador da comunidade. É... estamos aqui na luta pela... na luta de resistência pela permanência dos terreiros aqui da Zona Norte que estão sendo ameaçados a serem retirados pelo prefeito Firmino Filho com base na desculpa do Projeto Lagoas do Norte.” Percebe-se que o conflito é apresentado pelo participante da oficina, que aciona a luta por moradia e pelos terreiros, o Poder Público e o PLN. A consciência de classe é percebida, ou seja, a capacidade que as pessoas têm de compreender o que acontece ao seu redor no que tange às questões sociais (Lukács, 2003). Frisa-se que Maria Sueli Rodrigues de Sousa (2021), ao analisar conflito ambiental, tematizou o direito à permanência dos povos tradicionais em seus territórios; o permanecer se relaciona com as relações de biointeração (Santos, 2017; Santos, 2023).

Na sequência, Maria Rocha fala: “Não. Eu não vou sair. Eu não quero. Eu não entendo que eu tenho que sair, tá entendendo? Eu não entendo; não quero sair; não pretendo sair. Eu vou ficar”. Também Isabel Jardim aduz: “Eu moro aqui na Manoel Aguiar Filho, no Mafrense há 2 anos e há 2 anos eu tô na luta pela permanência aqui nessa região onde a prefeitura quer fazer o projeto Lagoas do Norte.” As duas falas expressam a negativa da comunidade em se retirar de seu território, mesmo que esteja residindo há pouco tempo, pela identificação e, possivelmente, ausência de outros locais para residir. Há um vínculo de pertencimento (Almeida, 2022; Sousa, 2021; Santos, 2023) das moradoras ao território, o que reforça a vontade de “não arredar o pé”. Isabel continua:

É...a gente tinha feito um acordo com o prefeito da cidade, Firmino Filho, é...que nenhuma negociação, nenhuma entrada nas casas, nenhum...nenhum...é...nenhum cadastro, nada seria feito sem ter acompanhado o Ministério Público e também alguém do Centro de Defesa Ferreira de Sousa que é a associação que defende a permanência das pessoas, o bem estar dessas pessoas.

O discurso assemelha-se ao que foi relatado no capítulo anterior. O Poder Público não garantiu a comunicação e nem a participação, tampouco respeitou os acordos feitos com a população de não cadastrar casas para ser remoção. A moradora continua: “O cadeado não

estava trancado, mas o portão estava fechado e a minha sogra foi pega de surpresa com alguns membros da prefeitura dentro da casa dela.”, o que constitui violação aos direitos constitucionais da inviolabilidade da residência<sup>15</sup>, intimidade<sup>16</sup> e dignidade da pessoa humana<sup>17</sup>, que abrange todos os cidadãos. Frisa-se que essas violações tiveram origem no vício insanável no desrespeito à consulta prévia, livre e informada das comunidades em relação aos eventuais danos ocasionados com o avanço do PLN (Gomes, 2019, p.89). O bem estar das pessoas pode se relacionar tanto com as relações de biointeração (Santos, 2017) quanto com a filosofia do bem viver, que se fundamenta em matrizes indígenas e africanas de preservação da natureza e da ancestralidade, num modo de vida anticapitalista (Sousa, 2021). Isabel apresenta:

A luta...apesar da luta de moradia ser uma luta muito importante...importantíssima, a gente pode ver coisas muito...raízes muito mais profundas, é...coisas muito desiguais mesmo que a gente fica com vontade de que...de mudar mesmo De que as pessoas que moram aqui sejam aceitas, que seus pensamentos sejam aceitos, que a suas tradições sejam aceitas, que a sua cultura seja aceita e que não queiram transformar uma vegetação tão linda como a vegetação entre rios, próxima da lagoa, seja destruída e transformada em um mero cartão postal cheio de cimento e com árvores que não sejam nativas. Então eu to na luta por uma cidade em que todos possam participar, uma cidade participativa e de...uma cidade bonita de diferenças...de diferenças harmônicas.

A participante destaca as raízes profundas, antigas, ancestrais das lutas por moradia, que podem remontar à travessia transatlântica, as resistências à escravidão e no pós-escravidão, as práticas de mulheres negras e quilombolas. Situa sua luta na relação com a cidade com suas diferenças e harmonias. Enfatiza a necessidade de aceitação das tradições, pensamentos e cultura dos e das moradoras e dialoga com os territórios de afeto que:

não são definidos pela identidade jurídica quilombola, mas pela relação que se estabelece com o lugar e com aqueles que nele vivem. Trata-se de uma atitude política, que privilegia o uso de saberes como forma de ampliar espaços de subjetivação, constituído por meio dos deslocamentos de sentido que essas mulheres realizam em relação aos efeitos das exclusões de raça, de classe ou de gênero que afetam seus corpos e territórios de suas comunidades. (Almeida, 2022, p.39)

<sup>15</sup> Art 5º, XI da Constituição Federal - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial

<sup>16</sup>Art 5º, X da Constituição Federal - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação

<sup>17</sup>Art. 1º da Constituição Federal - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana.

É nítida a atitude política dos moradores de luta pelo território, preservação dos saberes ancestrais e da natureza, mesmo que esteja sob ameaça e sem o reconhecimento jurídico. A interseccionalidade se apresenta nos atravessamentos que incidem sobre os corpos e os territórios, ligados por vínculo ancestral de pertencimento. Ainda:

Os territórios de afeto, concebidos como criações do presente, referem-se às práticas construídas pelos deslocamentos dos sentimentos relacionados tanto à materialidade da terra - seja o medo de perdê-las, seja o cansaço da espera jurídica, seja o orgulho de preservá-la - quanto aos dispositivos dominantes de poder, que se baseiam nas exclusões de raça, gênero e classe. (Almeida, 2022, p.43)

A materialidade da terra, expressa no território e na comunidade construída sob luta para sua manutenção e orgulho das suas raízes e ancestralidade, atravessada pelo medo de perdê-la na ameaça de remoção, está presente na luta por território da Boa Esperança. O território de afeto, inclusive, engloba lutas por moradia da cidade de Teresina, militância política, social e cultural e o ambiente de pesquisas acadêmicas. Além do mais, Maria Lúcia aponta:

Projeto Lagoas do Norte que vem desrespeitando os nossos direitos e também os nossos valores, por que nós moramos aqui nessa região há 47 anos. A gente contribuiu com a história de Teresina. Nós somos a segunda geração...aliás, nós, aqui...primeiro aqui nessa região habitaram os índios Potis e eles foram dizimados e a gente tem uma herança desses índios, por que a gente pratica a mesma cultura que eles praticavam, né?

A moradora inverte o foco e centraliza o PLN como aquilo desrespeita seus direitos e valores, é o que lhe coloca inseguranças sobre o território e a moradora e não o contrário – não são os moradores que oferecem risco (Amaranes, 2023; Santos, 2023). Mesmo que o território não tenha sido reconhecido como quilombola, percebe-se que há uma consciência jurídica dos direitos que a população tem. Ainda: “Aqui a gente nunca teve direito a escolas, foi o povo pra construir as escolas; construir a igreja foi luta nossa; construir também a creche foi luta nossa; os hospitais”, declarações que deixam nítidas as relações contraditórias do Poder Público e a ausência de políticas voltadas para a educação, bem como a presença de políticas de desenvolvimento que pressupõe a remoção dos moradores. Além disso, evidencia que a creche da comunidade é oriunda de luta, disputa e participação política junto ao Poder Público, possivelmente protagonizada por mulheres mães negras que precisam deixar suas filhas crianças sob o cuidado e proteção da creche para trabalhar. No vídeo Circulando entre memórias, notou-se a fala da participante Sarah F Santos: “E assim como eu sou um Urucum, assim como a vinagreira, quero permanecer no quintal da Dona Helena, quero que Dona Helena permaneça aqui, é... Chamo a todas as demais plantinhas para estarem também nessa



de ficarmos e resistirmos. Muito prazer.” Ainda: “Eu sou Francisco. Me chamam de Chico. Eu sou a Cana da Índia. Já sou raiz aqui né? Já sou quase que um griô aqui, um ancestral dessa... e não vamos sair. Somos raízes.” Também: “Eu sou a Cineuda. Eu sou o pé de Jenipapo que estou aqui há um bom tempo, nesse terreno da minha mãe, a Dona Helena. Eu já resido aqui vai fazer 37 anos, né? Então...”

As três falas refletem o desejo de permanência da comunidade no território, com ênfase na interseccionalidade de gênero, idade e ser morador ou não da comunidade, que atravessa a fala dos três. Interessante mencionar que “o processo de remoção forçada das propriedades individuais constituiu uma vulnerabilização produzida em razão da raça” (Gomes, 2019, p. 93), em virtude do histórico de luta dos quilombolas e do racismo e das necropolíticas (Mbembe, 2016) estruturantes do Estado (Almeida, 2020), o que nos permite adicionar a interseccionalidade de raça ao quadro. Continua a moradora Cineuda: “Vixe, é mesmo. 39 anos. Então assim, já faço parte aqui desse local, assim como essa plantinha e várias outras, estamos aqui né? Já estamos aqui há um bom tempo e daqui a gente não vai sair, por que aqui é o nosso local.” A moradora relaciona seu pertencimento às plantas, já que ambas fazem parte do território.

Nesse esteio, a moradora Maria Antônia diz: “Então, eu mereço estar aqui, morar aqui.” Acompanha a este raciocínio a moradora Francilene: “Eu também não nasci aqui. Eu cheguei aqui há quase 7 anos. Já tá com 39 anos que eu moro aqui nesse local e eu quero permanecer aqui.” A moradora Isabel Jardim aponta: “E assim como o limoeiro, eu também tenho bastante espinho que é pra expulsar as pessoas que... expulsar o que quer me fazer mal, né? O que quer me tirar. Tenho que me defender. Tenho que resistir. E... sou limoeiro aqui”. Reiteram-se expressões da necessidade que os moradores têm de permanecer em seus territórios, da forma como manifestam a resistência e pertencimento, identificado com o uso comum da terra e práticas culturais cotidianas (Almeida, 2022, p.151)

O morador Raimundo Novinho aponta “gente tem que permanecer, né? A gente tem que ficar. Então além da utilidade da planta, a nossa utilidade também é a capacidade de interagir com o meio que a gente tem. E é por isso que a gente tem que resistir”. Nota-se a imperatividade da permanência no território, pela relação de biointeração que os moradores firmam com ele (Santos, 2017; Santos, 2023). A resistência rememora que a luta pelo território no Brasil é fenômeno antigo expresso na luta quilombola do período escravocrata aos tempos contemporâneos. Assim:

a luta pelo território não é um marco inaugurado com o texto da CF/88, é parte de um processo que se refere a própria história dos quilombos e quilombolas, especialmente viabilizada com a estratégia de uma identidade territorial concebida no seio dos laços familiares, no fortalecimento do acesso à terra com a sua coletivização, no estabelecimento de vínculos com o lugar, na construção de imagens e signos que dão conta da história das comunidades (Gomes, 2019, p.197)

Por fim, a participante Carmen Kemoly aponta: “Dizer que também estamos aqui fortes resistindo nesse lugar. Nesse lugar que é o quintal da Dona Helena que tem bastante Vinagreira no meio, no entorno”. A fala retoma o espaço do quintal e do entorno como onde se produz resistência para garantir a permanência dos moradores no território e também se vive o cotidiano (Coelho Pereira, 2021).

No vídeo Religando Vivências, a moradora Maria Lúcia aponta: “Então, a gente que tem essa compreensão luta e quer que as autoridades e quer que as pessoas tomem essa consciência ainda mais forte e signifique isso de tal forma que se junte com a gente na luta pra que não deixem esses terreiros serem arrancados.” Nota-se o convite para que quem ainda não tomou consciência de classe (Lukács, 2003), das questões sociais vivenciadas, faça-o para se somar à luta coletiva. Frisa-se ainda a analogia trazida de que a remoção dos terreiros configura um ato de arrancá-los do território onde são plantados seus fundamentos. A moradora Antônia diz: “Estou começando na casa agora e por isso não quero que acabe, eu quero permanecer. Estou aqui pra apoiar.” Sua fala expressa que as pessoas que chegaram a terreiros há pouco tempo também possam se somar às lutas para permanecer. Assim:

Quando relacionamos o valor afetivo que atravessa os territórios quilombolas aos ataques sofridos por aqueles que neles vivem, podemos dizer que o direito à toponímia, tal qual pensada por Bachelard, é também algo pelo que se luta. Nas experiências quilombolas, o território tem valor simbólico, afetivo, histórico e existencial. Por isso, a perda dos laços comunitários é o primeiro passo para o enfraquecimento do grupo. Torna-se, assim, fundamental a manutenção de espaços de troca para que determinados modos de viver e determinados afetos sejam partilhados. (Almeida, 2022, p.292)

A moradora Aliciane indica: “Eu sou daqui da tenda São Jorge Guerreiro, desde quando nasci, até porque eu sou neta da mãe Maria Badé e irmã da nova mãe de santo e estamos aqui pra lutar tanto pro terreiro permanecer como pra comunidade e isso é importante, o que precisar estamos juntos”. É evocada a ancestralidade de santo, com recordação da geração avó (Santos, 2023) dentro do terreiro, bem como expresso o intuito de lutar pela permanência do terreiro e da comunidade.

A mãe de santo e moradora Alice expressa: “Deus é tão bom e a encanteria<sup>18</sup> que me trouxeram as duas ali, a Lucia e a Dani, e assim, hoje, todos nós estamos juntas lutando pela mesma causa”. Traz a gratidão à sua espiritualidade e ancestralidade de colocar em sua vida duas mulheres, uma moradora e uma participante pesquisadora, que colaboram com a luta. A moradora Aliciane, por sua vez, aponta: “A comunidade, isso. Mas as pessoas que eram pra tá do nosso lado, que são as pessoas que são da nossa própria religião, como outros pais de santo, não estão. Hoje nós estamos só e estamos na luta.” Nota-se um lamento sobre a participação das pessoas, especialmente as de religião de matriz africana, que não colaboram com a luta. Apesar disso, Aliciane aponta “E sempre lutar, lutar por nossos objetivos. Eu nasci aqui dentro e vou morrer espírita, vou morrer amando minhas entidades, vou morrer amando esse lugar e nada nem ninguém vai mudar isso.” Percebe-se que a luta é um elemento que integra a vida e os modos de vida da comunidade. Mãe Alice aduz:

Mas aonde ela tá com certeza ela está feliz porque a gente não vê, ou muitas das vezes a gente vê o umbandista, o dono do barracão, quando ele chega a falecer aquele barracão se desfaz, ele se acaba porquê? Porque não tem um membro da família com força para seguir em frente. Porque pra estar aqui tem que ter força, porque eu digo força porque os filhos que frequentam as casas são filhos, não são só pessoas (frequentando). São filhos que você tem que defender. Tem que ter ali... como o meu filho: esse meu filho eu defendo. São membros que eu tenho que defender com unhas e garras e...é o que eu falo pra todos eles: “Quando precisar de mim eu estou aqui”.

Ela aborda a continuidade nas práticas de terreiros quando o “dono do barracão” falece e as gerações que se sucedem não se disponibilizam para dar continuidade aos trabalhos e se diferencia desse perfil ao afirmar que está ali para defender esse território religioso. Ao falar de sua avó de santo, Mãe Alice continua:

Parece que elas têm uma função e que é de destruição tanto dos nossos valores, como da nossa cultura, do que a gente acredita. Destruir isso mesmo como se fosse algo que não existisse, já não aparece e agora não vai existir mesmo porque passar por cima de um terreiro como esse, né... 5, né... imagina de 300 terreiros de Teresina e você passando por 5 só na Zona Norte, isso já é um impacto muito grande. Sendo que a sabe que aqui tem muito mais do que cinco, muito mais, mas já é uma perda muito grande não apenas para a cidade, mas para a cultura também, para as coisas como elas são mesmo, uma quebra, uma falha do meio pro fim.

A mãe de santo, sobre a atuação do Estado, afirma que esta parece ter o sentido de destruição dos terreiros e de seus saberes, o que causa um impacto na vida das pessoas e em sua expressão cultural. Nesse sentido, Maria Lúcia:

---

<sup>18</sup> Encanteria é uma expressão da religiosidade de matriz africana e indígena.

Realmente ela pedindo...realmente as nossas ancestrais pedindo para a gente lutar, pra não desistir da nossa luta, né? Nós estamos aqui e nós queremos que seja desse jeito, nós não queremos que mude o nosso lugar. Nós queremos que a gente não precise das coisas de vocês, a gente pode beber na cuia, a gente pode deitar no chão, a gente pode comer farinha com feijão.

Ela aciona sua ancestralidade para que lhe dê forças a fim de não desistir da luta de permanência no território e de manutenção dos modos de vida tradicionais, como “beber na cuia”, “deitar no chão” e “comer farinha com feijão.” Destaca-se ainda o trecho de sua fala no vídeo *Religando Vivências*:

Todos os dias rezo, peço a Deus e peço muito ajuda aos nossos guias que eles possam nos abençoar e que a gente possa conseguir vencer tanto pelos nossos terreiros, que não é só o meu que foi selado, como o de toda a comunidade como Mafrense, Boa Esperança, Mocambinho, como várias outras comunidades que foram seladas e que hoje estão passando pelos mesmos problemas que passamos hoje.

Ela roga à espiritualidade que a luta possa ser vencida pelos terreiros e por toda a comunidade que habita os bairros afetados pelo Projeto e passam pelos mesmos problemas. É a espiritualidade que fortalece e fornece caminhos a ser trilhados na luta pelo território rumo à vitória.

## **5 CONCLUSÃO - NÃO ARREDAR O PÉ TAMBÉM É BOA ESPERANÇA**

Mil nações  
Moldaram minha cara  
Minha voz  
Uso pra dizer o que se cala  
O meu país

As ancestralidades afropindorâmicas são mobilizadas na organizada da vida e da luta pelo território pelos moradores do Quilombo Urbano da Boa Esperança por meio da territorialidade quilombola, religiosidade de matriz africana e indígena, produção de tecnologias ancestrais, usos de plantas medicinais para a saúde, moradia em biointeração com a natureza e produção de pedagogias de resistência, como o Museu Virtual, a campanha Demarca Boa Esperança e a Casa Maria Sueli. São articuladas na permanência no território no contexto do Programa Lagoas do Norte e também no cotidiano ao expressar os fazeres ancestrais legados por africanos, indígenas e afrodescendentes.

O processo de preparação para o ingresso, curso das disciplinas, elaboração dos artigos, materiais para qualificar e tese decerto me mudaram, seja pelo aporte teórico-metodológico que precisou ser lido e vivido, seja pelo caminhar, ora sozinha, ora acompanhada, de palavras, silêncios e pontuações que marcam a escrita. Escrever sobre ancestralidade e território quando me mudei de cidade três vezes - e de casa, quatro - foi âncora quando eu mesma me sentia desterritorializada e expulsa pelo capitalismo, já que as mudanças foram em razões majoritariamente profissionais e de qualidade de vida. Pude me (re)conectar com minha história familiar ao perceber que as questões trazidas pelos moradores do Quilombo Urbano da Boa Esperança são tão parecidas com as vividas e relatadas pelos meus pais e avós. Para não enlouquecer e sucumbir à pressão e à solidão da pós-graduação resgatei habilidades artísticas e manuais, como a pintura, costura, reaproveitamento de materiais e o movimento da dança. Espero que estas mudanças me acompanhem para mais na frente mudar de novo em expressão da própria vida.

Do título às referências, nos papéis, costuras, desenhos, mudanças e movimentos, estive atravessada pela temática das ancestralidades, o que se reflete no alinhamento do trabalho e das demais atividades realizadas durante estes anos. Nos Agradecimentos, fiz questão de nomear quem esteve comigo nos processos de ingresso e finalização do doutorado em Políticas Públicas da UFPI. Reconhecer as comunidades que estão comigo, no plano material e espiritual, é tecnologia ancestral de sobrevivência quilombola e uma sankofa para reparar a ausência de agradecimentos na versão final da dissertação. Eu sou porque nós somos também é filosofia africana que me/nos atravessa, afinal uma pesquisa não se produz sozinha.

O texto nomeado “Eu, Natasha, no caminho das águas, plantas e pessoas” me apresenta aos leitores a partir de minha trajetória de vida e pesquisa e de episódios de racismo

cotidianos na Pós-graduação. É importante para entender minhas motivações com a pesquisa, no geral, também com a investigação feita no PPGPP, re/des/aprender práticas de opressão coloniais, machista, misógina, racista, lgbtfóbica, capacitista, classistas, elitistas e outras violências. É o exercício de me (re)perceber como escritora, pesquisadora e mulher negra capaz de superar experiências dolorosas. A luta da Boa Esperança dispõe de pedagogias e tecnologias ancestrais quilombolas que garantem a manutenção de seus territórios, existências e conhecimentos em contextos de políticas públicas que reproduzem a necropolítica.

Na Introdução convidei as leitoras a conhecer os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, construídos enquanto embriões desde quando conheci a comunidade, porque as vivências me motivaram a romper a narrativa oficial sobre a luta e colaborar com as rupturas dos silêncios que insistem em incidir sobre as pessoas negras, indígenas e quilombolas. Trouxe o que não deu certo ou mudou na pesquisa para recordar a mim mesma que posso errar, isso não faz de mim menos humana como a colonização segue dizendo. Não é errado voltar pelo que esquecemos, repito, e se erro, posso tentar novamente, até dar certo ou desistir. Os caminhos da pesquisa não são lineares e o Tempo é regimental. Antes e depois do doutorado acredito que a investigação se expande, como uma franja a alcançar outros aspectos da vida.

Recomenda-se ao futuro que nós pesquisadores possamos romper com o colonialismo e a colonialidade que nos afasta de nossa ancestralidade, de temas socialmente relevantes, das investigações que tematizam gênero, raça e classe, especialmente da raça num estado afrodescendente e indígena como o Piauí. Olhar para trás em busca de nossas raízes e exercício de manutenção da vida em contextos de genocídio e epistemicídio. Frisa-se ainda que esta pesquisa oferece caminhos a serem continuados como a investigação de tecnologias ancestrais em outros quilombos, das ancestralidades pessoais e familiares, das conexões musicais e literárias com as pesquisas e olhar adianta para o futuro cujas bases estão lá atrás, precisam ser pegadas.

A comunidade da Av. Boa Esperança tem se identificado enquanto Quilombo Urbano da Esperança: de comunidade tradicional em virtude dos fazeres de olaria e vazante e da religiosidade de matriz africana foi-se percebendo que a forma de organização da vida, território e política são afrodescendentes e quilombolas. Os quilombos são organizações contínuas que remontam o período colonial e não se esgotaram neste período. Em 1597, 40 anos após o sequestro dos africanos escravizados, Palmares já causava medo nos colonizadores. O Estado do Piauí, tanto na capital Teresina quanto no interior, têm

comunidades quilombolas reconhecidas pelo Estado Brasileiro conforme os indicativos constitucionais em razão da atuação da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ) e das próprias comunidades, inclusive para acessar direitos e políticas públicas.

A luta da Boa Esperança também é sankofa: no Brasil a luta de povos indígenas, tradicionais e afrodescendentes pelo território e moradia é constante e rememora a própria luta para manutenção dos territórios pelos povos indígenas na invasão do Brasil e o sequestro em massa de africanos para escravidão e ocupação territorial. Não é errado voltar pelo que esquecemos. Não somos escravos, fomos escravizados. Não somos negros ou índios, fomos assim nomeados, somos descendentes de nações plurais. Voltar a esta pluralidade para enfrentar os desafios do presente e imaginar futuros é também tecnologia ancestral.

O Museu virtual e a Casa Maria Sueli são mecanismos de preservação das ancestralidades; histórias faladas, escritas e representadas; tecnologias ancestrais; encontros, trânsitos e processos entre a comunidade e a cidade e produção de futuro – sobretudo isso. Quando lá atrás a comunidade disse que não ia arredar o pé estava também dizendo que futuro gostaria/iria produzir e disputar. Só há futuro para/no território se as pessoas estiverem lá; assim como a vida das pessoas em seus corpos-territórios só existem se elas tiverem em seu território tradicional. O futuro imaginado e vivido acolhe pessoas de outros territórios, homenageia irmãs de luta falecidas na caminhada, mantém oficinas de arte para os mais novos e reivindica a ancestralidade quilombola. O futuro é resistência e organização, ideias/legado/ancestralidade quilombola. Tudo a ver. Quilombo é futuro, é exercitar, em contexto de genocídio e terror colonial, a liberdade de ser quem se for, em África, e é em diáspora e se pode ser (livre, a ser inventado) ambiente no qual a casa está incluída.

Enfatiza-se que o trabalho contribui para o campo ao discutir o genocídio antinegro e anti-indígena que permanece nas práticas políticas brasileiras; somar-se aos trabalhos de diversas áreas sobre a luta pelo território do Quilombo Urbano da Boa Esperança, com friso na ancestralidade; assumir este contexto como central para a pesquisa em suas dimensões materiais e espirituais, o que a aproxima dos debates de gênero, raça e classe realizado pelos feminismos negros; analisar dados documentais que oferecem uma potência de possibilidades de leitura, crítica e interpretação da realidade.

As contribuições práticas para a melhoria da Gestão Pública e das Políticas Públicas são a reiteração dos ditames constitucionais, em que o Estado, enquanto poder público, precisa olhar e conversar com as pessoas eventualmente atingidas por projetos de desenvolvimento, realizados com verba pública ou privada. Quem mora no território e a partir

dele cultiva relações ancestrais deve ser não só comunicado, como foi a comunidade, com o selamento das casas, como também tem o direito, assegurado em lei, a partir da Convenção 169 da OIT, a participar dos processos decisórios que lhes impliquem diretamente.

Quanto às indicação de tecnologias sociais inovadoras e de relevância social, destacam-se as tecnologias ancestrais trazidas ao longo do texto, ou seja, modos de fazer que remontam a ancestralidade e se ressignificam em nossos tempos: a música, a dança, uso medicinal das plantas como tecnologias de saúde; a representação das sankofas em grades, muros e tatuagens como tecnologias de produção de conhecimento; e as reedições ensinadas por Nêgo Bispo. As produções africanas e afrobrasileiras são inteligências, devem ser respeitadas, estudadas e praticadas como são os saberes europeus,

Esta tese contribui para o Programa ainda ao ampliar as discussões sobre comunidades tradicionais; quilombos; seres humanos, seres não humanos e natureza; ancestralidades; teoria e metodologia orientadas por referências negras, femininas e brasileiras. A pesquisa colabora para que o véu do colonialismo e da colonialidade seja rasgado e se possa ver a potência das produções intelectuais africanas, indígenas, femininas e plurais. Para a linha de pesquisa, suleia as temáticas de culturas e identidades nessas mesmas bases ao seu afastar de referenciais europeus e privilegiar as discussões brasileiras para um objeto de estudo situado nestas terras.

Ubuntu e Bem Viver foram duas filosofias ancestrais mencionadas ao longo do trabalho que nos conectam com as ancestralidades indígenas, africanas e afrobrasileiras por meio da coletividade. As vivências comunitárias da Boa Esperança expressam essas filosofias em suas potências e mediações necessárias com o nosso mundo moderno capitalista que quer nos afastar de nossas origens. Maria Sueli Rodrigues de Sousa, nossa amiga e mestra querida, sempre enfatizava a necessidade de nos reaproximarmos de nossas ancestralidades para nos fortalecer, viver melhor e com menos sofrimento. É um chamado a todos, de forma individual, não apenas às comunidades.

Espera-se que o trabalho seja uma ferramenta para o Quilombo Urbano da Boa Esperança em sua luta pelo território, moradia, ancestralidade e respeito pelo Estado e também para outras comunidades tradicionais e quilombolas que enfrentam questões similares. Que os e as leitoras possam encontrar nestas palavras acolhida às suas feridas coloniais, conhecimentos relevantes e úteis e talvez uma dose de diversão, o que não faz mal a ninguém. Com carinho, luta e dedicação escrevi este trabalho e da mesma forma o entrego à sociedade.



## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ Ministério da Saúde. **RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 26, DE 13 DE MAIO DE 2014**. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/rdc0026\\_13\\_05\\_2014.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/rdc0026_13_05_2014.pdf). Acesso em 21 fev 2024.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Mara Zélia de. **Plantas Medicinais**. Salvador, EDUFBA, 2003.

ALMEIDA, Mariléa de. **Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas**. São Paulo: Elefante, 2022.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020.

ALMEIDA, Ueberson Ribeiro; CÉSAR, Janaína Mariano; LUCIANO, Luzimar dos Santos; CARVALHO, Pedro Henrique. A devolutiva como exercício ético-político de pesquisa. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 30, n. 2, p. 204-213, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/4vpJbjZ7LCQvXLmW43yvym/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 27 fev. 2023.

ALVES, Miriam. **Poemas Reunidos**. São Paulo: Círculo de Poemas, 2022

AMARANES, Douglas Pinheiro. **Tornar-se Quilombo: Ressignificando Territórios e Identidades na Comunidade Boa Esperança**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Piauí, Parnaíba, PI, 2023.

ANAHATA, Jamille. **A complexidade do “pardo” e o não-lugar indígena**. Manaus, 3 set. 2019. Medium: @desabafos. Disponível em: <https://medium.com/@desabafos/a-complexidade-do-pardo-e-o-n%C3%A3o-lugar-ind%C3%ADgena-a8a1e172e2b0>. Acesso em: 27 fev. 2023.

ANI, Marimba. **Yurugu** - uma crítica africano-centrada do pensamento e comportamento cultural europeu. Trenton, Africa Word Press, 1994. Disponível em <https://estahoreareall.wordpress.com/2015/08/07/dr-marimba-ani-yurugu-uma-critica-africanoc-entrada-do-pensamento-e-comportamento-cultural-europeu/>. acesso em 30 out 2024

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras**. São Paulo: Seguinte, 2017

BANCO MUNDIAL. **III Manual Operacional do Banco Mundial: Políticas Operacionais: Reassentamento Involuntário**. OP 4.12. Brasília: Banco Mundial, dez. 2001. Disponível em: [http://www.der.sp.gov.br/WebSite/Arquivos/BancoMundial/Politica/ReassentamentoInvoluntario/Reassentamento\\_Involuntario.pdf](http://www.der.sp.gov.br/WebSite/Arquivos/BancoMundial/Politica/ReassentamentoInvoluntario/Reassentamento_Involuntario.pdf). Acesso em: 27 fev. 2023.

ADONIRAN BARBOSA. **Despejo da Favela** (1969). Disponível em: <https://www.letras.com.br/adoniran-barbosa/despejo-na-favela>. Acesso em: 30 out 2024

BARBOSA, Mariane. **Estátua de Iemanjá em Teresina é alvo de intolerância religiosa**. Alma Preta Jornalismo, 2024. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/estatua-de-iemanja-em-teresina-e-alvo-de-intolerancia-religiosa/>. Acesso em 25 abr 2024

BATISTA, Paula Carolina. O quilombismo em espaços urbanos: 130 anos após a abolição. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. esp., p. 397-416, set. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/download/153780/157007/375144>. Acesso em: 1 jan 2024.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Introdução: decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019. p. 9-26.

BEZERRA, Afonso. **Vinagreira marca presença pelo sabor na tradição maranhense e valor nutricional**. Brasil de fato, 2021.

Disponível:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/27/vinagreira-marca-presenca-pelo-sabor-na-tradicao-maranhense-e-valor-nutricional>. Acesso em: 15 abr 2024

BORGES, Lô; BORGES, Márcio; BRANT, Fernando. Para Lennon e McCartney. In: NASCIMENTO, Milton. **Milton**. EMI Odeon: 1970 2 min 16s.

BÔSCOLI, Ronaldo; SIMONAL, Wilson. Tributo a Martin Luther King. In: SOM TRÊS, SIMONAL, W. **Show em Simonal**, Odeon: 1977 2min50s

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, 2007.

BRITO, C. **A Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Salvador: EDUFBA, 2008. 236 p.

CARMO, Francisca Daniele Soares do. **Povos de terreiro no contexto de intervenções urbanísticas**: territórios sociais de religiosidades de matrizes africanas na zona Norte de Teresina-PI e o Programa Lagoas do Norte – PLN. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/1178>. Acesso em: 27 fev. 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 339 f. (Doutorado em Filosofia da Educação) – FE/USP, São Paulo, 2005

CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe.... In: Werneck, Jurema. Mendonça, Maisa. White, Evelyn C. (org). Livro da Saúde das Mulheres Negras. Nossos Passos Vêm de Longe. Rio de Janeiro: Pallas: Crioula, 2000, p. 22-41

CARNEIRO, Sueli. Mulher negra. In: CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Jandaíra, 2020. p. 13-60.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. O Quilombo da “Família Silva”: Etnicização e

politização de um conflito territorial na cidade de Porto Alegre/RS. In Associação Brasileira de Antropologia (Org). Prêmio ABA/MDA Territórios Quilombolas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2006, p.33-47

COBASI. Como plantar limão em vaso e no jardim de casa. Cobasi, 2021. Disponível: <https://blog.cobasi.com.br/como-plantar-limao/>. Acesso em 15 abr 2024.

COELHO PEREIRA, Lucas. A casa vazanteira: bichos, plantas, vazantes e projetos de desenvolvimento urbano nas margens do rio Parnaíba. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 22, n. 58, p. 11-33, dez. 2021. Disponível: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/110041/pdf>. Acesso em: 23 fev. 2023.

COELHO PEREIRA, Lucas. **Os reis do quiabo**: meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina-Piauí. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23358>. Acesso em: 27 fev. 2023.

COLETIVO FLORES.SER; CENTRO DE DEFESA FERREIRA DE SOUSA. **Projeto de Comunicação Popular Mulheres nos Terreiros da Esperança**. Youtube. 2017. Link para acesso: : <https://www.youtube.com/@projetomulheresnosterreiro6262> acesso em 25 de outubro de 2024

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORDEIRO, Tatiana Vasconcelos. Dissertação (mestrado). **O fio ancestral: tecendo narrativas escreviventes**. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense. UERJ, Duque de Caxias (RJ), 2022. 150 f

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de pesquisa: entenda e faça**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

COUTINHO JR., Miguel. **Apropriação e fetichização de termos I**: retomada. 26. dez. 2020. Medium: @mcoutinhoj. Disponível em: <https://medium.com/@mcoutinhoj/apropria%C3%A7%C3%A3o-e-fetichiza%C3%A7%C3%A3o-de-termos-i-retomada-789e966a5777>. Acesso em: 27 fev. 2023.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa [recurso eletrônico] : escolhendo entre cinco abordagens**. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa ; revisão técnica: Dirceu da Silva. – 3. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Penso, 2014

DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. *In*: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. p. 25-44.

DEMARCABOAESPERANÇA. **Apoie a demarcação da Boa Esperança**. 2022. Disponível em: <https://demarcaboaesperanca.info/>. Acesso em: 27 fev. 2023.

DIAS, Vercilene Francisco. Eu Kalunga: pluralismo jurídico e proteção da identidade étnica e

cultural quilombola. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. p. 75-86.

EDNARDO. Enquanto engomo a calça. Composição: Ednardo e Climério. In: **Ednardo**. Rio de Janeiro: Epic/CBS Ano: 1979 Duração: 3min32s

EVARISTO, Conceição. Escritora Conceição Evaristo é convidada do Estação Plural. [Entrevista cedida a] Ellen Oléria, Fernando Oliveira e Mel Gonçalves. **TV Brasil**, [S. l.: s. n.], 12 jun. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xn2gj1hGsoo>. Acesso em: 27 fev. 2023.

FELINTO, Renata. Adinkra: o sussurro canônico do ventre do mundo. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin; Luiz Carlos Gá. **Adinkra**. Sabedoria em símbolos africanos. Rio de Janeiro: Cobogó: Ipeafro, 2022, p.122-148

FELLNER, Ana María Rivera; OLIVEIRA, Leander Cordeiro de; MERKLE, Luiz Ernesto. Entre algumas outras tecnologias: o desafio de reafirmar a ancestralidade para transformar a contemporaneidade rumo ao bem viver. **REBELA**, v.10, n.2. mai./ago. 2020, 322-339

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GALLEGOS, Rómulo. **Dona Bárbara**. São Paulo: Pinard, 2022.

GERMANO, Douglas. O que se cala. In: SOARES, Elza. **Deus é Mulher**. 4min30s DeckDisc: 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Gilberto. Babá Alapalá. In: Gil, Gilberto. **Refavela**. Warner Music: 1977. Duração 3min36s

GIL, Gilberto. Essa é pra tocar no rádio. Cidade: Salvador Gravadora: Gege Edições Musicais Ltda Ano: 1973. Suporte (3min06s)

GLOBO RURAL. **Pesquisa desenvolve primeira bebida e queijo à base de coco-babaçu do Brasil**. Globo Rural, 2023. Disponível: <https://globorural.globo.com/inovacao/noticia/2023/04/pesquisa-desenvolve-primeira-bebida-e-queijo-a-base-de-coco-babacu-do-brasil.ghtml>. Acesso em 15 abr 2024.

GOMES, Glaudson Lima. **Programa Lagoas do Norte na Avenida Boa Esperança: uma política de inclusão ou exclusão social em Teresina?** 2015. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2015.

GOMES, Rodrigo Portela. **Constitucionalismo E Quilombos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latino americano**. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

GYASI, Yaa. **O caminho de casa**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: Saquet, Marcos Aurelio; Sposito, Eliseu Savério(organizadores). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p.95-120

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo. 2022. Disponível em: [https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm\\_source=ibge&utm\\_medium=home&utm\\_campaign=portal](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal). Acesso em 20 jan

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf). Acesso em: 27 fev. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_dossie\\_mulheres\\_negras.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf). Acesso em: 27 fev. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; ONU Mulheres. Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres; SPM. Secretaria de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea; ONU Mulheres; SPM, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/>. Acesso em: 23 abr. 2022.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL E ARTÍSTICO NACIONAL. Manifestação sobre a 2ª Etapa do Programa Lagoas do Norte. Teresina, 14 de junho de 2015. In: GOMES, Glaudson Lima. **Programa Lagoas do Norte na Avenida Boa Esperança**: uma política de inclusão ou exclusão social em Teresina? 2015. Monografia (Bacharelado em Direito) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2015.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL E ARTÍSTICO NACIONAL. **Povos quilombolas do Piauí**: memórias, práticas e modos de vida. Piauí: IPHAN-PI, 2013.

KRENAK, Ailton. **Futuro ancestral**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, Carmen Lúcia Silva; NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira do (org.). **Gamela, Akroá-Gamella**: etnicidade, conflito, resistência e defesa do território. São Luís: EdUEMA, 2022. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/wp-content/uploads/2022/09/Gamela-Akro%C3%A1-Gamella-etnicidade-conflito-resist%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2022.

LIMA, Maria da Conceição Teixeira de Lima (Mona Lima). **“Os nêgo da minervina e a rede do caruá”**: confluências da memória e biointeração no Quilombo São João do

Jatobazinho/Piauí. 2020. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

LIMA, Solimar Oliveira. O vaqueiro escravizado na fazenda pastoril piauiense. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 7, n. 2, p. 138-154, jul./dez. 2007.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUSTOSA FILHO, Carlos. Morte de idosa levanta debate sobre impacto da obra pública. **Cidade Verde**, Teresina, 18 maio 2015. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/192856/morte-de-idosa-levanta-debate-sobre-impacto-de-obra-publica>. Acesso em: 27 fev. 2023.

MACÊDO, Valmir. No Piauí, 80% dos piauienses se consideram pardos ou pretos; é o 3º estado do Nordeste. **Cidade Verde**, Teresina, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/312176/no-piaui-80-dos-piauienses-se-consideram-pardos-ou-pretos-e-o-3-estado-do-nordeste>. Acesso em: 8 mar 2023.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória. O reinado do Rosário no Jatobá**. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

MARTINS, Dalila Reis et al. Mulher quilombola em primeira pessoa. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org.). **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. p. 157-167

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em: 27 fev. 2023.

MONOCORVO, D.A., GOMES, O. DIAS, R. O., GOMES, R. T. FERREIRA, W. C.S. F. Tranca Rua. 3min09s In: **Summer Groove**, Baco Exu do Blues. BMG, 2024.

MONTE, Catarina Nery da Cruz. **Artesanato ceramista e direitos culturais frente ao Programa Lagoas do Norte no Poti Velho, Teresina -PI: quais diálogos?** 2016. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/636>. Acesso em: 27 fev. 2023.

MONTE, Regianny Lima. **A cidade esquecida: (res) sentimentos e representações dos pobres em Teresina na década de 1970**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, 2010.

MONTEIRO, Alef. O Direito à Moradia Adequada na Comunidade Quilombola São Pedro: Um diagnóstico. **Afros & Amazônicos**, Vol. 1, nº 5, 2022, p.21-32.

MOREIRA, Jéssica. **Sementes de Marielle: as mulheres periféricas na política**. Nós Mulheres da Periferia. 11|03|2022. Disponível em <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/sementes-de-marielle-as-mulheres-perifericas-na-politica/>. Acesso em 25 out 2023.

Moura, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2016.

MUSEU DA BOA ESPERANÇA. **Documentos e produções acadêmicas**. 2021. Disponível em: <https://www.museudaboaesperanca.org/exposi%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 27 fev. 2023.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. São Paulo: Perspectiva, 2020.

NASCIMENTO, Elisa Larkin; Luiz Carlos Gá. **Adinkra. Sabedoria em símbolos africanos**. Rio de Janeiro: Cobogó: Ipeafro, 2022.

NASCIMENTO, Luciene. Tudo Nela é de se Amar - a pele que habito e outros poemas sobre a jornada da mulher negra. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição**. São Paulo: Filhos da África, 2018.

NJERI, A. Educação Afrocêntrica Como Via De Luta Antirracista E Sobrevivência Na Maafa. **Revista Sul-Americana De Filosofia E Educação** (RESAFE), (31), 4–17, 2019. <https://doi.org/10.26512/resafe.vi31.28253>

OCORREDIÁRIO. **Lagoras do Norte: Banco Mundial reconhece falhas na execução do Programa mas ainda querem renovar 1500 famílias que resistem**. 2020. Disponível em: <https://ocorrediariorio.com/lagoas-do-norte-banco-mundial-reconhece-falhas-na-execucao-do-programa-mas-ainda-querem-remover-1500-familias-que-resistem/> . Acesso em: 2 dez. 2024

Organização das Nações Unidas (ONU). **Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio**. 1948. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20Puni%C3%A7%C3%A3o%20do%20Crime%20de%20Genoc%C3%ADio.pdf>. Acesso em: 20 jan 2024.

PATRO, Raquel. Penicilina. **Alternanthera brasiliana**. Jardineiro.net, 2023. Disponível em: <https://www.jardineiro.net/plantas/penicilina-alternanthera-brasiliana.html> Acesso em: 15 abr 2024.

PEREIRA, Joseane. Griots: os contadores de histórias da África Antiga. **Geledés**, São Paulo, 23 mar. 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-griots-contadores-de-historias-da-africa-antiga.phtml/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

PMT. Prefeitura municipal de Teresina. **Marco de reassentamento involuntário das famílias e imóveis afetadas pela implantação da 2ª fase do Programa Lagoas do Norte**. 2014. Disponível em:



<https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2014/10/PLN-II-Marco-de-Rea-sentamento-2014.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.

Projeto Mulheres Nos Terreiros Da Esperança (Projeto). **Circulando entre memórias**. YouTube, 20 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LdUFsrN5wDQ&t=835s>. Acesso em: 1 jan 2024

REGO, Natasha K. S. Cadernos feitos com material reciclável de delivery e costurados à mão. In: **Exposição Virtual Tecendo Narrativas**, 2022. Disponível em: <https://sites.google.com/view/tecendonarrativas/exposi%C3%A7%C3%A3o-tecendo-narrativas-m%C3%BAltiplas?authuser=0>. Acesso em 10 abr 2024.

REGO, Natasha K. S. . Dança como tecnologia ancestral de vida em tempos de pandemia: um relato de experiências autobiográficas. In: **I Congresso Piauiense de Ações Formativas, Performativas e Afirmativas em Dança: ebook de resumos**. Teresina: FUESPI, 2021. v. 1, p.26. Disponível em: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book/74>. Acesso em 22 jul 2024.

REGO, Natasha K. S. O povo não arreda o pé: incidência de mulheres negras do Centro de Defesa Ferreira de Sousa ao Programa Lagoas do Norte em Teresina-PI. In: **JOINPP, 2021, São Luis. Anais da X Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luis: Universidade Federal do Maranhão, 2021. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoId\\_308\\_308611abc3cdf96.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_308_308611abc3cdf96.pdf). Acesso em 22 jul 2024.

RODRIGUES, Léo. **Racismo religioso contra terreiros de matriz africana cresce no Rio**. Agência Brasil, 2023 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-09/racismo-religioso-cresce-contraterreiros-de%20matriz-africana-no-RJ> . Acesso em 26 abr 2024

ROLNIK, Raquel. Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes (entrevista). **Revista Eletrônica emetropolis**, nº 05, ano 2 | junho de 2011, p. 37-42

RUFINO, Luiz. **Vence demanda: educação e descolonização**. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo (NÊGO BISPO). **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora: PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo (NÊGO BISPO). **Colonização, quilombo: modos e significações**. Brasília: Unb, 2015.

SANTOS, Sarah F.. Comunicação e cidade: mulheres nos terreiros da esperança. In: BOAKARI, Francis Musa *et al.* (org.). **Descolonialidades e cosmovisões: pesquisas sobre gênero, educação e afrodescendência**. Teresina: EDUFPI, 2018. p. 103-117.

SANTOS, Sarah F. **Comunicação popular e insurgente da Boa Esperança: entreterritório, memória e histórias de vida em "Lagoas do norte para quem?"**. Tese (doutorado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2023

SANTOS, Sarah F. Eu, moradora de Teresina, sou impactada com o Programa Lagoas do Norte. **Ocorre Diário**, Teresina, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://ocorrediariorio.com/eu-moradora-de-teresina-sou-impactada-com-o-programa-lagoas-do-norte/>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SANTOS, Sarah F. Mulheres nos Terreiros da Esperança: Projeto de comunicação fortalece resistência em defesa de territórios. Portal Cidade Verde, 2017. Disponível em: <https://cidadeverde.com/diversidade/85711/mulheres-nos-terreiros-da-esperanca-projeto-de-comunicacao-fortalece-resistencia-em-defesa-de-territorios> . Acesso em: 19 fev 2024

SANTOS, Sarah F.; SANTOS, Carmen Kemoly da Silva. Mulheres nos terreiros da Esperança: resistência nos territórios e a comunicação em dialogicidade. In: Encontro Internacional De Literaturas, Histórias E Culturas Afro-Brasileiras E Africanas, 5.; Encontro Internacional De Culturas Afrodescendentes E Indígenas Da América Latina E Caribe, 1., 2017, Teresina. **Anais** [...]. Teresina: UESPI, 2017. Disponível em: <https://nepa.uespi.br/africabrasil/2017/upload/anais/MTE0.pdf?032244>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SANTOS NETO, Francisco Valberto; Alcântara, Ramon Luís de Santana. Retomar, recuperar e curar: os Akroá-Gamella do Território Taquaritiua (MA) e seus processos de resistência. In: Lima, Carmen Lúcia Silva; Nascimento, Raimundo Nonato Ferreira do (org.). **Gamela, Akroá-Gamella: etnicidade, conflito, resistência e defesa do território**. São Luís: EdUEMA, 2022. p.149-175. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/wp-content/uploads/2022/09/Gamela-Akro%C3%A1-Gamella-etnicidade-conflito-resist%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em: 1 jan 2024.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2020.

SEGATO, Rita Laura. Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. In: BIDASECA, Karina Bidaseca; VAZQUEZ LABA, Vanesa (org.). **Feminismos y poscolonialidad**: descolonizando el feminismo desde y en América Latina. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2011. p. 17-48. Disponível em: <https://searchworks.stanford.edu/view/9432245>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SERRAT, Joan Manuel. Caminante no hay camino. In: SERRAT, Joan Manuel. Dedicado a Antonio Machado, poeta, 3min11s. Zafiro/Novola: 1969

SILVA, Assunção de Maria Sousa e (org.). **Francisca Trindade**: o poder e a resistência da mulher negra. Teresina: EdUESPI, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/view/101/93/511-1>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SILVA, Lucas Cesar Rodrigues da; DIAS, Rafael de Brito. As tecnologias derivadas da matriz africana no Brasil: um estudo exploratório. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 26 (2020), p. 1 - 15

SOARES, Maria Raimunda Penha. Corpo-território, os comuns e as mulheres quilombolas. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 179-522, Jul-Dez/2023

SOARES, Maria Raimunda Pena. COSTA, Rute Ramos da Silva. ALVES, Hayda. Territórios de resistências e de lutas: corpos femininos, ancestralidade e práticas contracoloniais. In: SOARES, Rai et al (orgs.). **Relações étnico-raciais e práxis insurgentes**. Porto Alegre: Editora Fi, 2022, p. 159-181.

Sodré, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Petrópolis: Vozes, 1988

SOMÉ, Sobonfu. **O espírito da intimidade**. São Paulo: Odysseus, 2007.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. **Vivências constituintes**: sujeitos desconstitucionalizados. Teresina: Avant Garde, 2021.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues; SILVA, Mairton Celestino (org.). **Dossiê Esperança Garcia**: símbolo de resistência na luta pelo direito. Teresina: EDUFPI, 2017.

SOUTO, Stéfane. É tempo de aquilombar: da tecnologia ancestral à produção cultural contemporânea. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 14, n. 2, p. 142-159, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/44151>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, M. J. P., et al. (2020). O Direito à Moradia: Reflexões sobre Habitabilidade e Dignidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 40, 1-14.

SPM. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Balanco 2015**: Ligue 180. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/ligue-180/balanco-ligue-180-2015.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2022.

TAWANE, Nayá. **Urucum**: Conheça o fruto que faz parte da cultura indígena brasileira. Brasil de fato, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/09/urucum-conheca-o-fruto-que-faz-parte-da-cultura-indigena-brasileira>. Acesso em: 15 abr 2024.

TIPUÁ. Sinais em Grades. 17 de nov. de 2022. Disponível em: [https://www.youtube.com/playlist?list=PLuDaPWfM1b3QgSPf\\_txUPN37xcIv10gMO](https://www.youtube.com/playlist?list=PLuDaPWfM1b3QgSPf_txUPN37xcIv10gMO). Acesso em: 17abr 2024

TIPUÁ & HXTEL BE4TS. Djeliba (part. Amanda Magalhães). Letra: PTÁ. Vozes: PTÁ e Amanda Magalhães. Roteiro: PTÁ. Direção de imagem: Erick \$om. Fotografia: Erick \$om. Cenário: Amanda Magalhães, Erick \$om e PTÁ. Edição: Carlos Mezabarba. 27 abr. 2021.

Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=0gHPYwLleYE&t=8s&ab\\_channel=PretoTipu%C3%A1](https://www.youtube.com/watch?v=0gHPYwLleYE&t=8s&ab_channel=PretoTipu%C3%A1).  
 Acesso em: 1 jan 2024.

TUA SAÚDE. **Saião: para que serve e como fazer o chá.** Tua saúde, 2023. Disponível em:  
<https://www.tuasaude.com/saiao/> Acesso em 15 abr 2024

Valdina, Makota. **Ancestralidade.** Coordenação Geral: Tâmara Jacinto. Câmera: Marina Senna. Edição: Cled Pereira. [S. l.: s. n.], 12 dez. 2017. 1 vídeo (1 min). Publicado pelo canal Agô: música e ancestralidade. Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=N9l4diwjRbU&ab\\_channel=Ag%C3%B4](https://www.youtube.com/watch?v=N9l4diwjRbU&ab_channel=Ag%C3%B4)-. Acesso em: 1 jan 2024.

Valdina, Makota. Um Jeito Negro de Ser e Viver. Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=sa0HXc48ylE&list=PLQhsSyDlqBhqWVgXWmi2VKdC GbeGZG\\_Ln&index=2](https://www.youtube.com/watch?v=sa0HXc48ylE&list=PLQhsSyDlqBhqWVgXWmi2VKdC GbeGZG_Ln&index=2) Acesso 10 abr 2024.

VARÃO, Lorena Lima Moura, REGO, Natasha Karenina de Sousa. O caso da luta das mulheres contra o deslocamento compulsório na Av. Boa Esperança, Teresina-PI. SEMINÁRIO DIREITOS, PESQUISA E MOVIMENTOS SOCIAIS, 6., 2016, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: IPDMS, 2016. p. 1391-1402. Disponível em:  
<https://www.ipdms.org.br/files/2013/10/ANAIS-2016-AJUSTADO.pdf>. Acesso em: 31 maio 2021.

VARÃO, Lorena Lima Moura, REGO, Natasha Karenina de Sousa. Impactos do Programa Lagoas do Norte na Av. Boa Esperança em Teresina-PI. CONPEDI, 2017, Brasília. **Anais** [...]. Florianópolis, CONPEDI, 2017.. Disponível em:  
<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/roj0xn13/6k7c741a>. Acesso em: 31 maio 2021.

VARÃO, Lorena Lima Moura.; Rego, Natasha Karenina de Sousa.; Carvalho Neto, Lourival Ferreira de Maria Sueli Rodrigues De Sousa: A Trajetória De Um Pensamento Desobediente. **Abya-yala: Revista sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 06 a 21, 2023. DOI: 10.26512/abya-yala.v6i2.47106. Disponível em:  
<https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/47106>. Acesso em: 22 nov. 2023.

VIANA, Natalia. **Plantados no chão.** Assassinatos políticos no Brasil hoje. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2007.

WALKER, Alice. **Rompendo o silêncio.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

WALSH, Catherine. Lo Pedagógico y lo decolonial. Entretejiendo caminos.In:\_\_\_\_\_.(ed) **Pedagogías decoloniales.** Práctica, insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013

## ANEXOS TRANSCRIÇÕES DOS VÍDEOS DO PROJETO MULHERES NOS TERREIROS DA ESPERANÇA

### A Voz da Esperança

Sou (Joceilson) Costa, filho de Ogum e trabalho a corrente de Léguas. Sou aqui do Terreiro, é... Terreiro Nossa Senhora das Graças lá do Bairro São Joaquim. Sou morador da comunidade. É... estamos aqui na luta pela... na luta de resistência pela permanência dos terreiros aqui da Zona Norte que estão sendo ameaçados a serem retirados pelo prefeito Firmino Filho com base na desculpa do Projeto Lagoas do Norte. Simplesmente eles chegaram... simplesmente eles chegaram sem nenhuma comunicação prévia antes, né, e simplesmente selaram as casas e disseram que as casas tinham que sair. Os terreiros e as casas tinham que sair, por que disseram que ali era área de risco e que tinham outras prioridades pra fazerem ali. E aí não perguntaram os que os moradores é... achavam... na verdade esse Projeto Lagoas do Norte foi construído com as mãos não sei nem de quem. De todo mundo. Menos dos moradores que seriam beneficiados por isso. Pelo projeto. Foi construído por várias mãos, menos com quem mais interessava, que eram os moradores aqui da comunidade. E aí eles simplesmente chegaram e disseram que ali não dava mais (pra) pessoas que moram há 50 anos, terreiros que existem há 30 anos, por exemplo. Terreiros novos, como esse, entendeu? Novos assim no sentido que foram construídos agora, mas aqui já existe uma... já existe uma... uma... já tinha um Congá há muito tempo. Há mais de 30 anos aqui (init) [00:02:08] mora. Então é simplesmente chegar e jogar a nossa fé em outros lugares, por que aqui não dá mais pra gente viver fazendo o que a gente sempre fez. [00:02:18]

[00:02:28] Tem 33 anos que eu sou umbandista. Meu nome é Maria Rocha Araújo de (Sousa). É... na Rua Técnico Joaquim Soares, 5462, no Mafrense. Tentei morar em outros lugares melhores, mas não deu. Primeiro que quando eu ia fazer a inscrição das casas de conjunto a minha renda não dava, por que tinha 3 meninos e o salário só quem trabalhava de carteira assinada era meu esposo, aí então não dava. Aí o jeito que teve foi a gente se ajeitar por aqui, né? Eu tentei no Bela Vista, eu tentei no Mocambinho, eu tentei no Acarape, minha renda não dava, né? Então a gente foi se ajeitando onde deu, que foi aqui. E aqui ainda foi comprado, não foi eu que invadi. Foi comprado esse pedacinho aqui pra que eu fizesse essa casa. E foi feito lá na frente. Tinha um buraco muito grande, tinha muito jacaré, tinha sucuri, aí a gente fez de taipa, coberta de palha e só as paredes de fora. Jogava os meninozinhos dentro. Não tinha porta no fundo por que tinha buraco e os meninos podiam morrer afogado dentro da lagoa. Que aqui (era) lagoa. Aqui era olaria. E aí eu ia pra macumba e deixava eles aí, trançadinhos ali. Só tinha a entrada. Não tinha a saída. Não tinha água. Depois foi que botaram água; botaram luz. E nisso tudo nós estamos com 33 anos. [00:03:56]

[00:03:56] Há quanto tempo a senhora tem o terreiro?

[00:03:59] 33 anos. (init) [00:04:00] essa menina. Minha filha mais nova era bebezinha. Comecei...eu ia e levava ela por que ela só mamava. Tinha...tinha 10 meses. E hoje ela tem 34 anos. [00:04:11]

[00:04:12] E se Deus me livre acontecer da senhora tiver que sair daqui, a senhora...

[00:04:17] Não. Eu não vou sair. Eu não quero. Eu não entendo que eu tenho que sair, tá entendendo? Eu não entendo; não quero sair; não pretendo sair. Eu vou ficar. [00:04:26]

[00:04:37] Meu nome é Daniele Soares. Sou assistente social e socióloga. Estudo o Programa Lagoas do Norte desde o ano de 2013, na época da primeira fase e desde esse período eu tenho observado o quanto que o programa vem incidindo na Zona Norte de Teresina, na vida cultural dessa região, na paisagem cultural e urbana desse lugar. A Zona Norte de Teresina é uma das áreas mais tradicionais da cidade. É marco central do povoamento de Teresina. Esta região é uma região que tem culturas que são próprias, né? A cultura oleira, a cultura vazanteira, a cultura de terreiro e tantos outros modos de saber, de fazer e de viver. E o Programa Lagos do Norte com a suas intervenções, ele vem incidindo potencialmente nesses modos de fazer, nesses modos de viver desses moradores. Vem atingindo a vida cultural dessa região. (init) [00:05:34]. Nessa área muitas casas estão seladas, né? Estão marcadas para a remoção. Estão ameaçadas de remoção e as famílias estão sob esse (prisma) de serem reassentadas em um outro local. Isso tem despertado muita insegurança, isso tem despertado muito sofrimento, por que as pessoas se relacionam com o lugar onde vivem. Elas constroem identificação, elas constroem laços de sociabilidade com aquela comunidade e uma ação de remoção ou reassentamento vem interferindo né? Vem influenciando na construção desses laços. Então a gente precisa repensar sim este programa que ao meu ver é um programa que tem o conteúdo segregador, que vem dentro da perspectiva higienista de querer expulsar a pessoas de uma parte da cidade e a gente precisa se perguntar que cidade nós temos e que cidade nós queremos e se esse programa de fato nos representa. Como pesquisadora eu tenho observado que pra muitos moradores da zona norte de Teresina, o programa, ele vem sim trazendo sofrimentos e vem de fato promovendo mudanças muito fortes, muito significativas na vida dessas pessoas. [00:06:45]

[00:07:00] Meu nome é Isabel. Eu moro aqui na Manoel Aguiar Filho, no Mafrense há 2 anos e há 2 anos eu tô na luta pela permanência aqui nessa região onde a prefeitura quer fazer o projeto Lagoas do Norte. É...a gente tinha feito um acordo com o prefeito da cidade, Firmino Filho, é...que nenhuma negociação, nenhuma entrada nas casas, nenhum...nenhum...é...nenhum cadastro, nada seria feito sem ter acompanhado o Ministério Público e também alguém do Centro de Defesa Ferreira de Sousa que é a associação que defende a permanência das pessoas, o bem estar dessas pessoas. E na terça-feira, dia 12, invadiram...algumas assistentes sociais da prefeitura invadiram o nosso terreno. Entraram sem permissão. O portão estava fechado. O cadeado não estava trancado, mas o portão estava fechado e a minha sogra foi pega de surpresa com alguns membros da prefeitura dentro da casa dela. [00:08:47]

[00:08:47] Olha aqui: sem autorização (init) [00:08:48]

[00:08:51] Mas a gente não entrou sem autorização.

[00:08:52] Quem...pediram pra quem autorização?

[00:08:54] Pra mim? Quando eu cheguei vocês já estavam aqui.

[00:08:56] Pediram pra quem autorização pra entrar?

[00:08:57] (Vocês tem que) trabalhar direto. (Vocês tem que) ser educado

[00:08:58] Quando as meninas me chamaram vocês já estavam aqui dentro.

[00:09:00] Não, não, senhora. Vocês não pediram. Pra quem que vocês pediram autorização pra entrar? Me diga. Pra quem foi? [00:09:06]

[00:09:06] Quando eu cheguei vocês já estava aqui dentro?

[00:09:07] Mamãe, elas pediram autorização pra senhora?

[00:09:09] Não. Quando eu cheguei elas já tavam aqui.

[00:09:10] Não, pois vocês não tem autorização pra entrar na minha casa

[00:09:13] Eu posso falar?

[00:09:14] Pode não. Vocês podem pegar o carro de vocês e irem embora

[00:09:14] Tá bom.

[00:09:14] Beleza? Vocês têm que ter educação pra fazer o trabalho de vocês.

[00:09:26] É... nunca é muito confortável ter pessoas dentro da nossa casa sem que a gente tenha convidado pra entrar, sem ter dado permissão pra entrar e ainda mais falando o que ele falaram. Coisas como “que a gente não ficaria lá; que não adiantaria; que em 10 ou 20 anos ninguém estaria mais lá; que a prefeitura precisava daquela área pra fazer um parque. A luta...apesar da luta de moradia ser uma luta muito importante...importantíssima, a gente pode ver coisas muito...raízes muito mais profundas, é...coisas muito desiguais mesmo que a gente fica com vontade de que...de mudar mesmo De que as pessoas que moram aqui sejam aceitas, que seus pensamentos sejam aceitos, que a suas traições sejam aceitas, que a sua cultura seja aceita e que não queiram transformar uma vegetação tão linda como a vegetação entre rios, próxima da lagoa, seja destruída e transformada em um mero cartão postal cheio de cimento e com árvores que não sejam nativas. Então eu to na luta por uma cidade em que todos possam participar, uma cidade participativa e de...uma cidade bonita de diferenças...de diferenças harmônicas. [00:11:09]

[00:11:25] Maria Lúcia. Moro nessa região há 47 anos e nasci nessa região, né? Nasci aqui nessa região e a nossa luta, especificamente hoje, é contra a implantação de um grande projeto, né? Projeto Lagoas do Norte que vem desrespeitando os nossos direitos e também os nossos valores, por que nós moramos aqui nessa região há 47 anos. A gente contribuiu com a história de Teresina. Nós somos a segunda geração...aliás, nós, aqui...primeiro aqui nessa região habitaram os índios Potis e eles foram dizimados e a gente tem uma herança desses índios, por que a gente pratica a mesma cultura que eles praticavam, né? Então a forma como a gente tem sido desrespeitado pelo projeto Lagoas do Norte tem nos deixado de uma forma muito machucada, por que a gente não foi ouvido, em nenhum momento a prefeitura nos ouviu, sendo que tudo que existe em Teresina saiu dessa região: o minério pra construir Teresina saiu dessa região, a força de trabalho saiu dessa região. Aqui a gente nunca teve direito a escolas, foi o povo pra construir as escolas; construir a igreja foi luta nossa; construir também a creche foi luta nossa; os hospitais. Então pra nós é muito estranho como a gente nunca precisou do poder público pra nada e agora que vem tanto dinheiro, vem tanto recurso de fora...em nome de ajudar a população quer é tirar a gente pra botar a gente pra longe. O

que mais nos preocupa é realmente a perda dos nossos valores, da nossa história (init) [00:13:20]. Uma história que a gente ajudou a construir. [00:13:23]

## A voz das avós da Boa Esperança

### Transcrição por

LUCIA: Nós queremos que vocês, desenhem nesses papel, quem é que conhece a história aqui da comunidade? Pode é.. é só pra desenhar, pode ser, pode desenhar a lagoa, pode desenhar os mato, os animais, musica

SENHORA: E não tinha essas ---- quando cheguei aqui, pra gente passar aqui,

LUCIA: escuta!

SENHORA: botava assim um bocado de taubinha velha, que era pra gente passar -----

OUTRA MULHER: porque sempre teve esse, esse ,essa grota

SENHORA: isso aqui era cheio de água, enlameado e no verão, era mato, verão tinha nada pra gente né, a gente só bebia,-- só tinha aquelas cacimbinhas pra beber aquele poço d'água pra gente apanhar

MOÇA do PSOL- como que era a cacimba dona rosa, como que era essa cacimba?

DONA ROSA: as cacimbas, se faz o buraco assim, assim é no chão cava até dar água, aí a gente com aquele balde, com baldezin com a corda no baldezin pra descer pra puxar aquela água pra encher as vasilha

MOÇA: e não tinha torneira não dona rosa?

DONA ROSA: não aqui não tinha negor de água, passava nada aqui

MOÇA: era na cacimba

DONA ROSA: era..

LUCIA: tinha ônibus dona rosa, aqui?

DONA ROSA: não... de jeito nenhum, tinha só na Rui Barbosa

OUTRA MULHER: tinha dois onibus ali na, da .... da rua Brasília

MOÇA :e como que ia pros lugares Dona Rosa?

DONA ROSA: mulher a pé, minha filha

MOÇA: caminhando...

DONA ROSA: é caminhando.. caminhando...

Musica

MULHERES E CRIANÇAS CANTANDO



Sou feliz e na comunidade é na comunidade eu sou feliz, Sou feliz e na comunidade é na comunidade eu sou feliz, a minha comunidade se reúne todo dia, a minha comunidade é só prazer e alegria eu sou feliz e na comunidade é na comunidade eu sou feliz UUUhhhU

MOÇA: Dona Socorro

CORO Dona socorro

MOÇA: Muito obrigada

CORO Muito obrigada

MOÇA por contar pra gente

CORO por contar pra gente

MOÇA a história da origem

CORO a história da origem

MOÇA do lugar onde a gente mora

CORO do lugar onde a gente mora

LUCIA Lagoas do norte...

LUCIA e CORO pra quem???!!!!

### **CIRCULANDO ENTRE MEMÓRIAS**

[00:00:05] Na atividade passada a gente falou muito de uma coisa. Qual foi essa coisa que a gente mais falou? [00:00:11]

[00:00:12] Era planta e a água. [00:00:13]

[00:00:14] Planta e água! Por que isso era relacionado à nossa natureza, né?! E isso daqui, também, de certa forma...de certa forma não. Completamente. A defesa por essas moradias também tá relacionada a esse o nosso modo de vida entregue à natureza, né? [00:00:29]

[00:00:30] Tá bonito aqui né? [00:00:31]

[00:00:32] Tá. Aqui é ótimo! (E diz que) os quintal é tudo sombreado desse jeito, minha filha. [00:00:35]

[00:00:36] Isso é uma delícia né? [00:00:37]

[00:00:37] É...

[00:00:38] Olha. Aqui fresquinho né? Lá no centro deve tá um calor e aqui parece (init) [00:00:43]

[00:00:43] Não, não...pois é. Aqui nesses quintal de nós, por aqui, tudo é desse jeito. Tudo é ensobreado. Por aqui...tudo é ensobreado. Tudo é ensobreado, nossos quintal, tudo.  
[00:00:54]

[00:00:55] Boa tarde, minha gente. Eu digo: “mãe, eu já to muito velha, mãe.”  
[00:00:59]

[00:01:00] Oh, pois a vó é que é bom. [00:01:01]

[00:00:01] E surda também. Então vai tu que é nova e entende. Ainda sabe fazer as coisas.”  
E ela disse (init) [00:01:11] : “Bem. Bem, vá pra reunião na casa da dona Helena, bem. Eu não posso ir não” [00:01:16]

[00:01:17] E aí quando a gente for se apresentar a gente vai dizer: “Eu sou fulano de tal e eu sou essa planta”. [00:01:22]

[0:01:23] E o meu é folha santa. Isso aqui é ótimo pra remédio, pra intestino, pra gripe, pra cansaço. Esse remédio aqui é muito bom.[00:01:32]

[00:01:33] (Vou caçar um) pra mim. [00:01:34]

[00:01:35] Qual é esse daí, Dona Rosa?

[00:01:36] Isso aqui é folha santa.

[00:01:37] Folha santa.

[00:01:38] Folha Santa.

[00:01:42] Pé de jenipapo e pé de (condessa) [00:01:43]

[00:01:44] Aí tem um jenipapo e tem condessa. Aí esses dois... dois aí é limão. [00:01:48]

[00:01:49] Qual é esse daí, vó, que a senhora tá segurando? [00:01:50]

[00:01:51]Esse daqui é Cana da Índia. O que que tu tem (init)? Ah, tu vai ficar é aí né?  
[00:01:55]

[00:01:55] No Jenipapo.

[01:01:56] Tu já pegou...tu já pegou, Isabel? [00:01:58]

[00:01:58]Eu peguei...eu...eu sou limão. [00:02:00]

[00:02:01] Eu como uma vinagreira, que segundo a Dona Rosa, sirvo pra fazer um cuxá delicioso e temperar a comida, eu não mereço ser desapropriada do meu quintal por conta de um projeto da prefeitura. E é por isso que eu, como uma vinagreira, resisto aqui, no quintal da dona Helena e desejo assim permanecer: perto do rio perto das outras plantas e perto da minha ancestralidade. Muito prazer. [00:02:31]

[00:02:32] O Urucum, ele é usado pra fazer corante. É Dona Rosa? Me corrija se eu estiver errada. Ele é usado pra fazer corante. Todo mundo sabe que o corante é bom por que quando ele falta ninguém gosta de comer a comida sem corante. É... e também é muito usada pelos índios, pra os índios se pintarem e... pra diversas manifestações culturais. E assim como eu sou um Urucum, assim como a vinagreira, quero permanecer no quintal da Dona Helena, quero que Dona Helena permaneça aqui, é... Chamo a todas as demais plantinhas para estarem também nessa de ficarmos e resistirmos. Muito prazer. [00:03:13]

[00:03:14] Eu sou Francisco. Me chamam de Chico. Eu sou a Cana da Índia. Já sou raiz aqui né? Já sou quase que um griô aqui, um ancestral dessa... e não vamos sair. Somos raízes. [00:03:29]

[00:03:31] Meu nome é Beatriz. Eu tô com um... é... é... eu me esqueci. Tamarindo. [00:03:41]

[00:03:44] Tamarindo seve de chá, de suco, a fruta... pra tudo. [00:03:47]

[00:03:49] Meu nome é (Dorani), eu to com um... Pé de Jalapa. Serve pra fazer remédio pra dor e cabeça e... [00:03:57]

[00:04:02] E esse aqui é um pé de Folha Santa. Ele é muito medicinal. Ele é bom pra gripe, ele é bom para dor de cabeça, ele é bom pra gastrite, ele é bom para muitas coisas. Isso aqui é um remédio muito ótimo. E eu moro aqui há muito tempo e daqui eu não quero sair. (init) [00:04:18]. Eu não sei... eu... quero permanecer aqui, sempre. [00:04:23]

[00:04:24] Eu sou Helena. Sou a moradora deste terreno. Estou aqui com... com... com o pé de (init) [00:04:32] Penicilina, que é uma coisa muito boa. A Penicilina todo mundo conhece Penicilina. É um medicinal muito bom, né? Ela serve pra gripe, ela serve pra tosse, ela serve pra quase todas as coisas, a Penicilina. [00:04:48]

[00:04:50] Isso aqui é um pé de Tamarindo e ele serve pra fazer suco e pra comer a fruta. [00:04:54]

[00:04:56] Como é teu nome, amiga?

[00:04:58] Yasmin.

[00:05:00] Eu sou a Cineuda. Eu sou o pé de Jenipapo que estou aqui há um bom tempo, nesse terreno da minha mãe, a Dona Helena. Eu já resido aqui vai fazer 37 anos, né? Então... [00:05:13]

[00:05:14] 37?

[00:05:15] 37 anos.

[00:05:15] 39.

[00:05:17] Vixe, é mesmo. 39 anos. Então assim, já faço parte aqui desse local, assim como essa plantinha e várias outras, estamos aqui né? Já estamos aqui há um bom tempo e daqui a gente não vai sair, por que aqui é o nosso local. [00:05:32]

[00:05:34] Eu sou um Limão. Pé de Limão. [00:05:35]

[00:05:36] Mas tu tem que dar teu nome também.

[00:05:38] Meu nome é Maria Antônia. Eu sou um pé de limão. Limão... pra que serve o limão? Limão serve é... a gente toma limonada. Eu gosto muito feito... cortar o limão e comer mesmo com a comida. É... limão pra mim é ótimo. Limão pra mim é... de tudo, pra mim, limão combina. Então por isso eu amo Limão. [00:05:59]

(init) [00:05:59] ...tem que dizer que é minha caçula, a mais nova da família. [00:06:01]

[00:06:01] Então, eu mereço estar aqui, morar aqui. [00:06:03]

[00:06:04] Nasceu aqui nesse local.

[00:06:04] E é a caçula que nasceu aqui. (Ainda tem mais três irmãs dela) [00:06:09].

[00:06:08] Então eu mereço morar aqui e permanecer aqui. [00:06:10]

[00:06:11] Eu sou Francilene. Estou aqui com um pé de (init) [00:06:14] pé de tamarindo, que serve pra fazer é... sucos, chá também, pra dor de barriga. Eu também não nasci aqui. Eu cheguei aqui há quase 7 anos. Já tá com 39 anos que eu moro aqui nesse local e eu quero permanecer aqui. [00:06:30]

[00:06:30] Meu nome se chama Raimunda (Nonato), mas sou conhecido por Novinha. Então eu to com a folha do Maracujá, e o Maracujá é muito bom pra um suco... agora eu to fazendo até chá, que diz que serve pra acalmar né? Pois então tá aqui a folha do Maracujá. [00:06:46]

[00:06:47] O meu nome é Isabel. Eu, como a Maria Antônia, sou um limoeiro que... não somos únicos né? Somos... estamos em várias partes e... servimos pra muita coisa, muita coisa. Além de ser delicioso, também uso na salada, limonada, é... tudo. Salada, mousse, doce. É... é adstringente. Diz que tomar um pouquinho de limão com água uma vez por dia, você não tem nada na sua vida, nunca. Vou até tentar fazer. E assim como o limoeiro, eu também tenho bastante espinho que é pra expulsar as pessoas que... expulsar o que quer me fazer mal, né? O que quer me tirar. Tenho que me defender. Tenho que resistir. E... sou limoeiro aqui. [00:07:47]

[00:07:48] Sou Raimundo, né? Como minha xará aqui, também tenho o apelido de Novinho. Todo mundo só me chama de Novinho. Eu resido aqui desde quando eu... desde quando eu... eu nasci aqui praticamente. Só fui nascer na maternidade mesmo só por... por formalidade. A minha folha é o Jenipapo e tal qual a folha que a Carmen pegou também ali, pelos ancestrais que viveram aqui, ela era usada como tinta, também. O Urucum, pelo fruto, a tinta vermelha; e o Jenipapo, a tinta preta. Por que se você pegar um tronco de Jenipapo, a parte da madeira, e queimar, ela sai um extrato preto. A tinta preta que o índio usa é do Jenipapo. E também é... pra fazer suco, doce e fazer licor, também. O licor mais apreciado é o de Jenipapo e tal qual a

(ancestralidade) do Jenipapo que tem aqui, que tem no quintal lá de casa. (Acho) que em quase todos os quintais tem Jenipapo. Pelo menos um pezinho novo, tem. A gente tem que permanecer, né? A gente tem que ficar. Então além da utilidade da planta, a nossa utilidade também é a capacidade de interagir com o meio que a gente tem. E é por isso que a gente tem que resistir. [00:08:58]

[ 00:08:59] Sou... moro, na verdade, em Timon, né? Mas estamos sempre aqui conhecendo novos quintais, novos terreiros, novas pessoas, né? (Aqui) moradores tanto da Boa Esperança quanto aqui da comunidade do entona Norte. E hoje eu sou uma Vinagreira que é bom pra fazer cuxá, também é bom pra colocar no feijão, a florzinha também é boa pro suco e... o objetivo é permanecer. Com o gosto forte que ela tem, né? Dizer que também estamos aqui fortes resistindo nesse lugar. Nesse lugar que é o quintal da Dona Helena que tem bastante Vinagreira no meio, no entorno. [00:09:42]

[00:09:43] Meu nome é Maria Pastora de Moraes. É babaçu, né? Bem, eu peguei essa palhinha aqui que eu conheço muito bem. Onde eu morava era só o que tinha. A gente sobrevivia também dele. A gente quebrava ele pra vender, pra sobreviver, pra comprar as coisas, comprar alimento. Bom, e ele serve pra muito. E eu continuo comendo com o óleo dele que é o azeite de côco. É exatamente o que passaram pra mim por causa do colesterol que não é controlado. Então e utilizo mais ele. Óleo, não. Só mais o azeite dele. [00:10:14]

[00:10:15] E você vem de onde? [00:10:16]

[00:10:16] Eu sou do Maranhão. Nós somos maranhenses. [00:10:18]

[00:10:19] Daqui de perto? [00:10:20]

[00:10:20] Não. [00:10:20]

[00:10:20] Mora aqui há quanto tempo, (init)? [00:10:21]

[00:10:21] Aqui tá com 37 anos, vai fazer agora. [00:10:25]

[00:10:26] E o nosso objetivo aqui, com esse projeto, é fazer com que nós mesmo possamos contar a nossa própria história, por que a nossa história, até aqui, é contada por meios de comunicação que não tem comprometimento com a gente. Que tem comprometimento com o prefeito, com o banco mundial, com os empresários, mas não tem comprometimento com o Jalapão da Dona Helena, com a Vinagreira, com o gado, ou sei lá, qualquer animal — um cabrito, um porco, uma galinha — que é crida nos quintais de vocês. Então o nosso objetivo é fazer com que a gente mesmo possa contar a nossa história. E registrar a nossa história é extremamente importante [00:11:10]

[00:11:11] Eu nasci e me criei vendo minha mãe fazendo sabão. Meu pai era matador de gado e ela era a fateira. Ajuntava o sebo todinho e fazia o sabão. E hoje o prefeito deu um tempo, né? Foi dado aí pro pessoal não derramar mais gordura, por que tava acabando com as terras. Muita gente pegava a gordura e derramava fora. Aí primeiro a Agespisa trocava pra diminuir o talão de água, né? Mas era tão... tão pouco que não valia a pena a pessoa juntar um monte de peso e sair pra ir deixar lá que...que não valia a pena. Eu tenho uma comadre, ela mora na

Tabuleta. Ela trazia pra mim. Ela dizia: “comadre, não vale a pena. Eu prefiro trazer pra senhora que a senhora vai aproveitar e vai fazer o sabão”. Fazia o sabão. Hoje em dia eu não to mais fazendo, por causa que...um problema de dor de cabeça, aí toda vez que eu sentia o cheiro da (potássio) eu me sentia mal, mas eu tenho uma filha que faz. Ela faz o sabão em pedra, faz o sabão em líquido. [00:12:05]

[00:12:07] Quando eles falam é científico. Quando nós falamos é não científico. Quando eles falam é universal. Quando nós falamos é específico. Quando eles falam é objetivo. Quando nós falamos é subjetivo. Quando eles falam é neutro. Quando nós falamos é pessoal. Quando eles falam é racional. Quando nós falamos é emocional. Tipo quando a Lúcia fala, todo mundo: “ah não deixa falar, né? Ela tá emocional.”. Não, ela não tá emocional, ela é racional só que ela...ela...tem que falar o quê que é verdade, né? A verdade dela. Quando eles falam é imparcial. “Não, não é com ninguém não”. Quando nós falamos é parcial. A gente quer destruir o projeto, pra eles, né? Pra eles: “Não, a gente não quer fazer nada, só queremos...é só uma coisa boa pra cidade”. Eles têm fatos. Nós temos opiniões. Eles têm conhecimento. Nós temos experiência. Nós estamos lidando com uma coexistência pacífica de pala... Não. Não estamos lidando com uma coexistência pacífica de palavras, mas com uma violenta hierarquia que define quem pode falar e sobre o que nós podemos falar. Então existem pessoas que falam o que... quem que pode falar e o quê que a gente pode falar. Até onde a gente pode ir. Então, se a gente se manifestar: “ Não. Não pode. É vândalo.”. Né? Então, eu achei bonitas essas palavras e acho que tem a ver com a gente, com a nossa história e tem a ver com o registro e é de Grada Kilomba e é num... num conhecimento de descolonização. [00:13:50]

[00:13:51] Ele não vai publicar 30%. Por que já foi feito aqui em pesquisa nossa aqui. Vem o pessoal pra fazer a entrevista e tudo, aí quando a gente vai olhar lá na televisão, no outro dia, as coisas que tá a nosso favor não são publicadas. É triste a gente fazer isso e ter que viver nesse mundo. Esse mundo...nós vivemos num mundo do...do poder. Se você tem um DR na frente, se você tem...outro qualquer tipo de formatura na frente minha, que eu não tenho nada... eu venho de uma olaria, eu venho de um (canto) de um caminhão. Então, ele...como ela disse: “eles julgam.”. Julgam de forma clássica que eu não entendo. Eles me julgam e me tratam de uma forma tão categórica, que eu não estudei, eu não sei atingir aquele ponto que ele tá querendo me... me deixar... onde ele quer me deixar. Mas nem com isso eu não posso me curvar a ele, não. Por que muitas coisas eu sei, nossa comunidade sabe, que eles formados não sabem e nunca passaram. Por que tem deles formados aí que nunca passou 1 minuto de fome. Ele nunca passou 1 minuto de necessidade. Coisa que na nossa classe média e pequena que é... é muito simples a gente chegar a esse denominador [00:15:33]

[00:15:34] Dona Rosa.

[00:15:35] (jogral) Dona Rosa.

[00:15:36] Se eu te vejo.

[00:15:37] (jogral) Se eu te vejo.

[00:15:39] Quando você resiste.

[00:15:41] (jogral) Quando você resiste.

[00:15:43] Eu também resisto.

[00:15:44] (jogral) Eu também resisto.

[00:15:46] Obrigada. Obrigada mesmo. [00:15:51]

## CONSTRUINDO CÍRCULOS: VER, OUVIR, TECER.

### MUSICA

SARAH: casa de **do---**, moram esta casa rosa, na verdade os cômodos se ajustam a mim, como as árvores dos frutos, conheço os amarelos que envelhecem oratórios e a lenta viagem da poeira nos lençóis... com licença, seis horas, esse é o ruído da família que avança, minhas filhas, e logo sem chapéu, o meu marido. Todos os dias assim procedo em minha reza, e ou, e outros salmos não a diriam completo. Isto fazem as mulheres entre misérias e glórias no paraíso. A família se alimenta ao redor do fogo, o incêndio aparecido nas fases das palavras. O que eu sou, ou eles, em breve não se distingue, não se diferencia. No entanto domingos, e Raquel e Jane, e Ivete e os outros na casa rosa são donos do meu coração. De seu coração também. Isto é que se entende sendo casa de **dorba?**. Eu mesma me divido em santa, mãe, filhos, em ilhas e vigílias que celebram os mortos. Eu sou uma estrela, resplandecente ----, a toalha que é manto na festa do santíssimo. Sou a bandeira de guia nos ternos de cá ----, a caixa onde se oculta a cruz de camboatá, eu mesma me resumo em surpresa. Deus estava em descanso quando fiz minha casa. Ela, na sua cor de rosa, minha família por dentro.

Vovó Maria Alice: O conselho das avós é uma realização de uma coisa que foi concebida num outro plano, plano espiritual mesmo assim, ele é uma missão

Então nos resolvemos né se bom, se é o no mundo e somos nós, e nós nem nos conhecemos direito, e nós viemos das quatro direções do mundo né, vamos visitar umas as outras...

Lúcia: as Nós vós é nossas raízes, aquilo que é mais simples...

Senhora: eu tenho uma oração que você vai ficar empolgada com ela, aí eu peguei a folha da oração e dei p'ela ler(apontando pra maria laura), ela até pediu a nova

Lúcia: eu pedi porque eu achei muito interessante... então, vendo aí a questão das rezadeiras...

Senhora de verde: eu não sou contra ninguém, eu num.. num empato, de ninguém a pessoa pode viver bem pertin de mim bem pertin da minha casa, pode fazer o que quiser pra mim qual tem sua vida e cada qual faz o que quer... o que gosta né.. -----

### Música

OUTRA PESSOA-aqui na boa esperança

SENHORA DE ÓCULOS- lá em casa mermo no quintal, fez aquele---- cavou, cavou mermo, fundo até dar água... quando deu água, aí ele, aí ele fez assim, colocou assim uns pau --- uns quadrado como eu fiz aqui, de madeira, e colocou assim uns pauzin assim pra dar

sustentabilidade pra eles não cair--- pra ele ficar assim, protegido pra gente ---também na hora que fosse pegar água, hoje um poço mais apropriado tem até aqueles carretel, aquelas coisas mais chique, mas nós, mas nós tamo tendo, aí a gente se apegava com a cacimba aí era o jeito

SENHORA DE VERDE: e a ainda água num prestava não... e era cheia de sal

MOÇA PSOL: e como era que fazia pra----

SENHORA DE VERDE: essa lagoa aí era mermo que o ri Parnaíba, num tinha um mato na água, era limpiiiiinha, a água.. mas ela, era, ela se botasse assim numa carne ela mudava de cor, quando você bota sal---- tinha tanto sal nessas lagoa e hoje não é nem tóxica, mas também hoje tá toda cheia de mato

SENHORA DE OCULOS: ... balde pegar aquela água lá embaixo, aí a gente puxava assim... aí até encher a caixa

OUTRA PESSOA: e servia pra lavar roupa

SENHORA DE OCULOS: a lá de casa servia, a lá de casa era boa... era boa, era boa... E nessa época, aí foram tirar por número das casa----- pra gente, pra todo mundo pegar um número pra poder ir na.. agepisa passar pro nome.. e eu fui! Um grupo de gente foi!...

SENHORA DE VERDE: nois pediu ele até pelamor de Deus, que ele arranjasse uma água pra gente, que todur bairro tinha água, por que que o nosso num tinha?...aí eles garantiram, porque era aquela garantia todinha, só que aí ele cumpriu mesmo com a, com a promessa. Aí era uns canin que botaram, tão finin mermã... Que quando pensava que não... os cano estouravam...Aí num tinha água, passava os dia sem água, era aquela coisa... Aí desse lado ali do, do,do ---- de noite, lá não tinha água de dia, por que lá é mais alto, e num tinha água de jeito nenhum, só tinha água de noite, só tinha água lá de noite... e pra nois tinha, por que era baixo, ficava fraquin mas tinha. Mas, bem fininha, mas tinha. E do lado de lá num tinha de jeito nenhum, a gente é que ajudava assim quando tava precisano, dum balde d'água ---- vinha buscar, do nosso lado. Aí depois foi que eles fizeram... Fizeram serviço botano os cano grande né, os cano grosso, aí graças a Deus e que ----

MOÇA PSOL: e isso foi em qual ano?

SENHORA DE VERDE: num me lembro minha filha, num me lembro

-----INAUDÍVEL

SENHORA DE OCULOS: não os canos ruim

SENHORA DE VERDE: ah os cano ruim foi em oitenta

SENHORA DE OCULOS: foi em oitenta, foi em oitenta foi no ano de oitenta

SENHORA DE VERDE: foi em oitenta, foi no ano de oitenta mermo

OUTRA PESSOA: foi em setenta e nove

SENHORA DE VERDE: não, foi em oitenta, olhe eu vim ganhar o João, o João é do dia 25 de dezembro de oitenta, no dia que eu cheguei da maternidade já tinha água ----- e ainda não tinha água quando eu saí..



música

fim do vídeo

### **Religando Vivências**

[00:00:12] Meu nome é Lúcia, eu também sou de terreiro, sou neta da mãe Eufrasina de Iansã e sou filha da Mãe Suane de Iemanjá. Eu desenvolvo...sou média desenvolvete e desenvolvo no terreiro Pai Velho de Aruanda. E sei muito...compreendi e compreendo que é muito forte você arrancar um terreiro de lugar porque aqui tem fundamentos que não podem ser mexidos. Aqui tem fundamentos que só a mãe Alice...só a mãe Alice vai um dia passar para um filho de santo ou uma filha de santo se merecer, entendeu? Que só Deus, a Mãe Maria Badé e ela sabem. Então, a gente que tem essa compreensão luta e quer que as autoridades e quer que as pessoas tomem essa consciência ainda mais forte e signifique isso de tal forma que se junte com a gente na luta pra que não deixem esses terreiros serem arrancados. Então esse é um dos motivos que estamos aqui hoje, porque os terreiros de umbanda têm um papel social, um papel espiritual, um papel até mesmo de medicina, de acalantar...as mães de santo fazem tudo isso e não são reconhecidos nessa sociedade que a gente vive, mas a comunidade que vive aqui, que é assistida pelos terreiros sabem. Então é por isso que a gente está aqui hoje e a gente agradece a presença de todos vocês, né? É um pouco isso que a gente vai trabalhar aqui hoje nessa roda de conversa. [00:01:41]

[00:01:47] (init) e gostei e hoje estou frequentando a casa e moro próximo também. Não moro muito longe não. E também sou a (favor). [00:01:57]

[00:02:00] Eu sou Antônia. Estou começando na casa agora e por isso não quero que acabe, eu quero permanecer. Estou aqui pra apoiar. [00:02:09]

[00:02:13] Meu nome é Gabriele e eu sou daqui mesmo. [00:02:15]

[00:02:19] Boa tarde, meu nome é Aliciane. Eu sou daqui da tenda São Jorge Guerreiro, desde quando nasci, até porque eu sou neta da mãe Maria Badé e irmã da nova mãe de santo e estamos aqui pra lutar tanto pro terreiro permanecer como pra comunidade e isso é importante, o que precisar estamos juntos. [00:02:46]

[00:02:47] Todos me conhecem, né? Sou mãe Alice ou pode me chamar de Lice, e já está com 4 anos que estou no lugar da minha avó que já faleceu, mas a tenda já existe há mais de 30 anos. E assim, esse projeto Lagoas do Norte vem como uma bomba, até porque a gente achou que o fato daqui ser um centro espírita...uma tenda espírita, a gente achou assim: “poxa, porque eles vieram de uma má fé? Porque que eles não vieram...” A gente mostrou que aqui era um terreiro e mesmo assim eles ainda selaram como se fosse só... era uma casa mesmo, e sendo que aqui é um terreiro. Isso assim... Deus é tão bom e a encanteria que me trouxeram as duas ali, a Lucia e a Dani, e assim, hoje, todos nós estamos juntas lutando pela mesma causa. Todos os dias eu rezo, peço a Deus e peço muito ajuda aos nossos guias que eles possam nos abençoar e que a gente possa conseguir vencer tanto pelos nossos terreiros, que não é só o meu que foi selado, como o de toda a comunidade como Mafrense, Boa Esperança, Mocambinho, como várias outras comunidades foram seladas e que hoje estão passando pelos mesmos problemas que estamos passando hoje. Mas assim eu tenho mais fé em Deus, tenho

fê nos nossos orixás e nossos guias, que com certeza eles com a gente, a gente vai poder um tudo. Então é isso, tenho muita fê que a gente vai conseguir vencer essa batalha. [00:04:31]

[00:05:08] A importância da terra, da água, a gente está do lado de uma lagoa que está para ser desapropriada, então tem muito em comum com a gente e todo esse sentimento, essa sensibilidade que são mesmo...que é a vivência dos terreiros, no que o (init) [00:05:24] eles passam muito bem, podem simbolizar que é mesmo a realidade de um terreiro que na verdade é muito mais gigantesca, muito mais bela, assim. [00:05:33]

[00:05:34] Outra coisa que ficou muito (fora) é a questão do respeito quando se fala dos templos sagrados, é justamente o que está acontecendo com a gente aqui, né? Hoje aqui no nosso estado, na nossa capital, a gente tem presenciado a invasão dos templos, quebrando... quebraram as imagens de Iemanjá, gente isso é muito negativo. Aí você pensa que isso é o micro, o macro é o que o Poder quer fazer, que é poder público institucionalizado, legalizado que quer derrubar, passar um trator em cima das nossas casas, né? Isso é muito forte, também quando aquela mãe de santo fala que eles marginalizam a gente, porque não mostram o que tem de bonito, o que tem de belo, o que tem de mais puro na nossa espiritualidade, porque, gente, a pessoa quando ela procura um terreiro é porque ela já passou por todos os lugares, por todos os lugares e ela não conseguiu resolver o problema dela. [00:06:30]

[00:06:31] Minha vó faleceu, mas os fundamentos dela tá aqui enterrado e não tem como tirar. Como que eu vou pegar um fundamento que o guia dela plantou na nossa tenda, no nosso local, que hoje é nossa Tenda São Jorge, como que eu vou retirar ele e vou colocar em outro lugar? Não tem como, não tem. [00:06:54]

[00:06:55] Hoje nós estamos só, não só... porque nós temos a Dani, temos a Lúcia, que sempre tá assim com a gente, contando com a gente e tudo. [00:07:06]

[00:07:06] Pra comunidade da boa esperança em si, né?

[00:07:07] A comunidade, isso. Mas as pessoas que eram pra tá do nosso lado, que são as pessoas que são da nossa própria religião, como outros pais de santo, não estão. Hoje nós estamos só e estamos na luta, se não fosse pela Dani e pela Lucia, nós estaríamos sozinhas e aonde eu vejo que não... que eles demonstram na TV que a religião é união é isso e aquilo, mas na prática não é. O que eu vejo: nosso terreiro pelo fato da minha irmã ser nova, para eles é como se não fosse nada. E aí por isso que eu coloco...eu coloquei fê, força e respeito. Porque já que os outros pais de santo e mãe de santo não tem, a gente que somos novos, a gente vem da herança da nossa avó, a gente resgata isso da nossa avó, que ela nos ensinou a ter fê, força e respeito, por mais que as pessoas não nos respeitam por ser jovem, mas a gente respeita eles, isso que é importante pra nós. E sempre lutar, lutar por nossos objetivos. Eu nasci aqui dentro e vou morrer espírita, vou morrer amando minhas entidades, vou morrer amando esse lugar e nada nem ninguém vai mudar isso. [00:08:31].

[00:08:39] Mas aonde ela tá com certeza ela está feliz porque a gente não vê, ou muitas das vezes a gente vê o umbandista, o dono do barracão, quando ele chega a falecer aquele barracão se desfaz, ele se acaba porquê? Porque não tem um membro da família com força para seguir em frente. Porque pra estar aqui tem que ter força, porque eu digo força porque os filhos que frequentam as casas são filhos, não são só pessoas (frequentando). São filhos que você tem que defender. Tem que ter ali... como o meu filho: esse meu filho eu defendo. São

membros que eu tenho que defender com unhas e garras e...é o que eu falo pra todos eles: “Quando precisar de mim eu estou aqui”. Era como a minha vó fazia. [00:09:30]

[00:09:31] A gente ve que não há diferença da polícia, do capataz lá de traz e desses agentes públicos que estão fazendo o mesmo papel. O mesmo papel não tem assim nenhuma diferença. A única diferença é que está só faltando eles chegarem aqui e realmente derrubarem, de cima pra baixo. Mas eles vem atuando com as mesmas funções de que realmente são funções estabelecidas onde a gente vive, né? Que elas se perpetuam e... e elas estão mesmo pra destruir a gente. Parece que elas têm uma função e que é de destruição tanto dos nossos valores, como da nossa cultura, do que a gente acredita. Destruir isso mesmo como se fosse algo que não existisse, já não aparece e agora não vai existir mesmo porque passar por cima de um terreiro como esse, né... 5, né... imagina de 300 terreiros de Teresina e você passando por 5 só na Zona Norte, isso já é um impacto muito grande. Sendo que a sabe que aqui tem muito mais do que cinco, muito mais, mas já é uma perca muito grande não apenas para a cidade, mas para a cultura também, para as coisas como elas são mesmo, uma quebra, uma falha do meio pro fim. [00:10:53]

[00:10:55] Eu sonhei que a vó Eufрасina plantava uma angico branco na porta da casa da mamãe...plantava a folha antes deu ir..(init) [00:11:03], aí eu fui e disse assim: ”Meu Deus, realmente...” [00:11:06]

[00:11:06] Angico Branco é um símbolo dessa (região).

[00:11:10] Realmente ela pedindo...realmente as nossas ancestrais pedindo para a gente lutar, pra não desistir da nossa luta, né? Nós estamos aqui e nós queremos que seja desse jeito, nós não queremos que mude o nosso lugar. Nós queremos que a gente não precise das coisas de vocês, a gente pode beber na cuia, a gente pode deitar no chão, a gente pode comer farinha com feijão. Isso aqui está bom pra nós, a gente não precisa do que vocês estão trazendo, a gente quer viver assim, a gente só quer vocês deixem a gente em paz. Porque o que não serve para nós, para nos ajudar não vai servir pra gente, vai tirar o que a gente tem de mais belo, de mais puro, da mais essência vai tirar. E quando tira isso de uma pessoa, quando você tira aquilo que ela faz, aquilo que ela faz daquele jeito, você tira as forças dessa pessoa. Então a gente tem que pensar muito sobre isso. Eu sou feliz assim, eu sou feliz do jeito que eu estou, então me deixe viver assim. Eu não quero seu progresso, eu não quero as suas estátuas. Eu quero só o meu terreirinho de chão de batido com as minhas estátuas, onde eu posso me ajoelhar e rezar. Eu quero é isso. Deixe eu viver do jeito que eu estou, que eu estou bem. Não adianta você querer vir dizer o que é bom para mim, aquela história, de que não é a instituição, não é o governo e suas instituições que vai me ensinar a me educar, a dizer o que eu quero, mas não. Eles tem que se adaptar àquilo que eu já faço. Não querer me ensinar aquilo que eu não quero aprender. Se você vier para contribuir, tudo bem, mas para querer me dizer como é que eu tenho que fazer, não. Eu estou vivendo desse jeito a minha vida toda aqui e tá dando certo. Eu criei meus filhos assim então está dando certo desse jeito. Se você trazer o seu progresso pra cá você vai atrapalhar a minha vida. Me deixa viver assim, me deixa respirar, me deixa viver como eu quero. A mamãe me falou uma coisa que eu até chorei quando ela falou assim: “meu deus do céu, esse prefeito vai me tirar daqui, como é que eu vou vir lá de onde ele vai me botar pra eu vir mexer na minha roça?” Porque ela não tem essa compreensão de que ele vai tirar ela e ela não vai mais poder mexer na roça dela. E aquela

vazante ali dá vida para ela, ela mexer com aquelas coisas. ele tirar ela dali vai ser arrancar uma árvore, que você arranca ela já grande e você plantar em outro lugar, ela morre. Então a gente tem que pensar sobre isso. [00:13:48]

## TRANSCRIÇÃO VÍDEOS MAKOTA VALDINA

### ANCESTRALIDADE POR MAKOTA VALDINA

L1: Makota Valdina

L1: Ancestralidade pra mim é tudo que veio antes de mim né. Então a natureza é a minha ancestralidade, porque muita gente diz ah... porque orixá é ancestral, a inquice é ancestral. Ancestral na medida em que a essência num é... dos Inquices, dos Oduns, dos Orixás, está na natureza e a natureza não foi o homem que fez. O homem veio depois de toda a natureza criada né, pra dar com a intenção de vida pro homem. Então, a minha ancestralidade é toda a natureza que foi criada pela primeira semente viva que iniciou esse mundo. E eu acredito nisso. Tem gente que não, mas eu acredito. Então, pra mim é isso. Minha ancestralidade é a natureza.

### Makota Valdina - Um Jeito Negro de Ser e Viver

Transcrição: Douglas Amaranes

Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=sa0HXc48ylE&list=PLQhsSyDIgBhqWVgXWmi2VKdC GbeGZG\\_Ln&index=2](https://www.youtube.com/watch?v=sa0HXc48ylE&list=PLQhsSyDIgBhqWVgXWmi2VKdC GbeGZG_Ln&index=2)

Zefinha: Já vai! Oh, criatura, há quanto tempo! Por onde você andou?

Lurdinha: Eu estava por aí, na sensação da vida.

Zefinha: Esse bairro tá muito mudado, não é, Lourdes? É, muito verde. Era tudo uma rocha só.

Lurdinha: Pois é, Zefinha.

Zefinha: O quintal de uma casa dava pro quintal da outra. As famílias eram muito mais unidas. Você se lembra do xarel do Mestre Paulo?

Lurdinha: Me lembro, Zefinha.

Zefinha: Um dia ele comprou uns peixes pro leilão da comunidade. E todo mundo comeu desses peixes. Me diga uma coisa. A filha dele e mais velha eu ouvi dizer que até na tv aparece. É verdade?

Lurdinha: Verdade. Zefinha. Neném agora é macota Valdir.

**Valdina Pinto ( Makota do terreiro tanuri junçara)**: Nasci aqui a 15 de outubro de 1943.

Sou de uma geração, de uma época em que a gente nascia em casa. A gente não nascia em hospital. A gente era aparado por parteiras, mas o destino, o caminho que a pessoa ia ter na vida era um pouco delineado pelo nascimento, pela forma que se nascia. E aí é que digo que essa coisa das mulheres parteiras, delas saberem interpretar, tem muita coisa com a cultura negra.

Dona Lindaura: Qualquer coisa chama a Dona Clara. Tinha uns cinco meninos que eu peguei, peguei e cortei o umbigo. Porque aprendi, né, com Dona Maria da Cocada, que era paradeira também. Ficou o Penecride. Penecride é a mãe de Valdina. Aí pronto Chegava lá, cortava umbigo. curada lá, nunca morreu ninguém, tá todo mundo aí vivo.

**Valdina Makota**: Minha avó Maria, ela profetizou o que de certo modo está acontecendo hoje comigo. Diz que eu nasci bem miudinha e diz que minha avó, minha gonga, né, minha avó materna, quando olhou, isso aí, não vai se criar e vai minha avó Maria, a parteira, que virou pra ela e disse isso aí, isso aí vai se criar sim.

Dona Lindaura: Tinha pouca casa, tinha pouca gente, era um bairro muito bom, porque a gente vivia despreocupado, não tinha luz. Aqui no meio tinha cinco mangueiras, cinco ou quatro mangueiras, aí onde o ônibus entra. Já compreendeu? Aqui se chamava Mata Maroto. Tinha um pé de bambu, uma touceira de bambu do lado de lá e do lado de cá.

**Emeraldo Emerito(Terreiro Tumba Junçara)**: Ali praticamente era um quilombo urbano, onde a gente tinha muito verde e a área era uma área que realmente fazia jus ao que se propõe, a religiosidade do candomblé, porque sem a mata, sem a natureza, a gente não pode viver.

**Valdina Makota**: Todo mundo tinha quintal. Todo mundo tinha um quintal e um terreiro. Terreiro, hoje em dia só se usa terreiro, né, pra se falar de terreiro de candomblé.

Mas terreiro na época que eu era criança era toda a área da frente a área que tinha às vezes a varanda e tinha aquela área na frente livre pra de noite você sentar você contar história, você fazer brincadeiras, adivinhações a família naquela época era mais extensa você dividia alegrias, você dividia problemas e no sentido de Não só com a família de sangue mesmo, mas com essa família extensa, com a comunidade. Havia muito mais solidariedade, isso havia mesmo. No dia 8 de dezembro, que é o dia da Conceição, eu me lembro disso muito. Todo ano a gente comia feijão-de-leite com moqueca de xarel.

E meu pai trazer, eu me lembro de meu pai várias vezes trazendo, chegando em casa com aqueles peixes enormes. E aí, lógico, que a família era grande, mas um xarel grande é um xarel grande, né? E a gente não ia consumir sozinho. Eu me lembro de meu pai dividindo, né? Eu me lembro disso.

**Lurdinha e Zefinha:** O marinheiro, o marinheiro, o marinheiro chorou Ele se iniciou a nadar, o marinheiro chorou Foi o tombo do navio, o marinheiro chorou Foi o balanço do mar, o marinheiro chorou

Lurdinha: Eita tempo bom, Zezinha, que não volta mais!

Zefinha: e não é? Hoje os meninos estão brigando, os mais velhos falam com eles, nem tchum! Naquele tempo, homem de barba na cara, bastava um mais velho olhar meio atravessado, eles baixavam a cabeça e oi!

**Valdina:** Quando eu falo no jeito negro, é esse jeito de base, de raiz. Seja você daqui do Rio Velho, seja você da Liberdade, seja você de Corvo de Faria, de Ferreira Santos, da Federação, do Garcia, do Subúrbio, seja você de uma cidade lá do interior, não importa. Mas são jeitos que são próprios, cada um vai saber. Porque se mantiver isso, na hora que se juntar todo mundo, vai conseguir encontrar algo que é comum. Quando eu era pequena, eu lembro muito, era samba. Samba, samba. Samba que chegava na mesa, batucava. Samba que pegava o cachorro. Samba que era as caixas de guerra, que a gente chamava caixa de No cotidiano era o samba. Dia de domingo, final de semana, era o samba pelas esquinas. E se era correr nas capoeiras, quem jogava capoeira pra inglês ver, rapaz?

Jogava capoeira pra gente ver. Então 70 para mim foi um marco, 70 foi um marco que me despertou para o valor, para essas coisas, esse jeito de ser, esse jeito de viver da gente. O quanto tinha importância. E também para essa questão da negritude, da raça. Então viajei 70 para Giliardins, para ensinar português e cultura baiana. Eu começava do jeito da Bahia, e que eu falava de coisas que eu vivia, como eu fazia, né? E que as pessoas ficavam, ah, e davam tanta importância. Aí foi que eu vim me dar conta da importância que era pros outros, porque pra mim era a minha vida, era normal. Eu nunca tinha parado pra dar atenção, né? Essas coisas do samba, do jeito que a gente sambava, da..das representações que a gente fazia. O que a gente fazia era a vida da gente, era a minha vida.

Oswaldisdio: Macota Valdina era professora, ela ensinava português às pessoas que estavam fazendo o intercâmbio cultural, que vinham de outros países, que vinham dos Estados Unidos, que vinham da França. A Macota Valdina veio trazer para esses professores, também o conhecimento da religião, e a religião como fator de agregação da população negra.

**Valdina macota:** Pois é, esse jeito todo de viver, de fazer, de minha mãe, eu acho que foi que me incentivou pra essa coisa assim, essa postura minha política. Começaram um movimento pra resgatar a coisa da associação. E aí eu também me meti no meio, nessa coisa. E aí, nessa luta, a gente levantou a questão, bom, por que não botar uma mulher à frente da sociedade? Eu comecei a sinalizar, a coisa do meio ambiente, de trabalhar a questão ambiental, da educação ambiental, que não era só lutar pra revitalizar uma

cachoeira, ou um parque, ou defender a mata, a água, ou isso, ou aquilo, ou aquele outro animal. Eu comecei a sinalizar que pra se trabalhar isso e pra se resgatar toda a memória, toda a história do parque e trabalhar o parque, tinha que trabalhar a questão da raça, do racismo, do preconceito naquela área, no entorno do parque. A questão do racismo é uma questão ambiental.

Zefinha: Oh Lourdes, eu soube que bebê ilolo, é a mãe de santo e de Valdina. E que foi no tão norijo Sara que ela se iniciou.

Lourdes: É isso mesmo, Zefinha.

Zefinha: Quem diria, hein? Apesar do candomblé ser do dia a dia dela, ela só vivia metida em nozena, missa e não sei mais o quê.

Lourdinha: Mas dona Neca e dona Minacó sabia que a fruta madura só dá no tempo.

**Valdina Makota:** Eu sempre gostei da coisa da espiritualidade. Eu sempre fui movida, fui voltada pra isso. Isso aí eu tive. E no tempo que fui, quando eu era católica, eu era católica mesmo. Eu não era católica somente de ir na missa no dia de aniversário, não. Eu ia na missa todo domingo, eu comungava, eu jejuava, eu dava aula de catecismo pras crianças. Mas nunca deixei de assistir à festa nenhuma de candomblé. A tradição religiosa específica era candomblé, porque minha mãe era de candomblé, a gente ia assistir a candomblé, isso aqui tudo, né, tinha todas as nações de candomblé, era batuque de candomblé para todo lado.

**Jaime Sondre:** Embora ela pertencesse a um segmento da igreja, ela enxergava sob o olhar negro. E eu imagino a coragem na época, né? Porque ela não estigmatizava, ela não depreciava a sua própria família que tinha vertente africana, né? Nem deixava de frequentar terreiros como o do meu pai Lolo, minha mãe Bebê, que começou a dar uma informação de intimidade a ela sobre as questões da divindade africana. Então quando ela teve que optar, já estava parada. Numa casa que você bem sabe, que tem um conceito moral muito bem elaborado, tem uma seriedade muito grande, e tem um marco importante, que é o marco da família, da adoção.

**Valdina Makota:** Quando eu me confirmei, quando eu entrei pro Candomblé, eu passei a ter uma outra família. Eu tenho a minha família de sangue e tenho a minha família de santo. Foi uma coisa que me lembrou aquela coisa do bairro antes, onde um vizinho era um parente. Candomblé é a coisa do fazer, aprender a fazer, fazendo. Aprender a viver, vivendo. É outro jeito de ensinar e outro jeito de aprender. Na tradição bantu, quando morre um mais velho, morre praticamente um arquivo, né? Toda uma gama de informações. Então, aqueles que conseguiram absorver algum conhecimento, se faz um resgate. Mas a sabedoria, a inteligência daqueles mais velhos é sempre importante.

**Helena de Hora (Terreiro):** Eu nasci dentro de uma casa de candomblé. Então a minha vida inteira é o candomblé. É a minha vida. Porque você só conhece mais os termos de iorubá e bantos. Você até usa um sincretismo hoje em. Quando você está falando banto, para as

peessoas entenderem. Entendeu? Aí se você fala um inquis, você tem que dizer que você está falando de um orixá. E ela contribuiu muito para essa... Divulgação.

**Valdina Makota:** O termo macota, literalmente, é plural de dicota ou cota. Macota, esse ma é um plural, são os irmãos ou irmãs mais velhos. Entre nós é empregado só pra mulher e as mulheres que se confirmam pra macota são, como o Stata, são pessoas que não incorporam. No meu caso, eu sou macota e sou macotanguzo. O que seria a Equed do Axé, ou como tipo uma lala Axé, uma mãe. Porque dizem que a Ekide é mãe, a macota é mãe, mas seria como uma pessoa que cuida das coisas mais secretas, das coisas mais... É como uma assessoria mais direta. Eu tenho um nome africano que eu resgatei graças ao candomblé. Na realidade eu sou Macotas e Milanga, porque esse Macota, eu sou professora Valdina de Macotas e Milanga.

**Jaime Sondré (historiador):** A Valdina é uma construção de vários capítulos. É um diamante que vai se moldando de vários aspectos e as pessoas quando encontram hoje pronta, acabada, não sabe como ela se construiu. Porque é preciso dizer que a construção é de autoria dela.

**Roquildes Ramos:** o que representa Makota Valdina no universo da federação não é só uma questão política de afirmação do povo negro, mas antes de tudo uma questão espiritual, na sua sensibilidade, simplicidade e estar anonimato ela consegue fazer uma provocação muito grande na nossa comunidade como um todo.

**Valdina Makota:** hoje nos temos que ser sujeito que nos somos, você sabe pegar num lápis numa caneta.. Numa máquina de escrever, vá falar se você se sente melhor oralmente, mas não deixe que ninguém fale, eu não aceito ninguém vim para cá. dizer quem sou, quem tem que dizer o que sou, sou eu.



# FORMA

CONGRESSO PIAUIENSE DE AÇÕES FORMATIVAS,  
PERFORMATIVAS E AFIRMATIVAS EM DANÇA

e-Book de resumos

Realização



Universidade  
Estadual do Piauí

Patrocínio

CULTURA  
Secretaria de Estado de  
Cultura do Piauí / SECULT



SIEC  
SISTEMA DE INCENTIVO ESTADUAL À CULTURA





# FORMA

CONGRESSO PIAUIENSE DE AÇÕES FORMATIVAS,  
PERFORMATIVAS E AFIRMATIVAS EM DANÇA

e-Book de resumos

Organizadores: **Ireno Gomes da Silva Júnior e Kácio dos Santos Silva**



## **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI**

**Evandro Alberto de Sousa**  
Reitor

**Rosineide Candeia de Araújo**  
Vice-Reitora

**Nayana Pinheiro Machado de  
Freitas Coelho**  
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

**Gustavo Oliveira de Meira Gusmão**  
Pró-Reitor Adj. de Ensino de Graduação

**Ailma do Nascimento Silva**  
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

**Pedro Antônio Soares Júnior**  
Pró-Reitor de Administração

**Geraldo Eduardo da Luz Júnior**  
Pró-Reitor Adj. de Administração

**Raimundo Isídio de Sousa**  
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

**Joseane de Carvalho Leão**  
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e  
Finanças

**Eliene Maria Viana de Figueirêdo  
Pierote**  
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos  
Estudantis e  
Comunitários

**Marcelo de Sousa Neto**  
Editor da Universidade Estadual do Piauí



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ • UESPI**



**José Wellington Barroso de Araújo Dias** Governador do Estado  
**Maria Regina Sousa** Vice-governadora do Estado  
**Evandro Alberto de Sousa** Reitor  
**Rosineide Candeia de Araújo** Vice-Reitora  
**Nayana Pinheiro Machado de Freitas Coelho** Pró-Reitora de Ensino de Graduação  
**Gustavo Oliveira de Meira Gusmão** Pró-Reitor Adj. de Ensino de Graduação  
**Ailma do Nascimento Silva** Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação  
**Pedro Antônio Soares Júnior** Pró-Reitor de Administração  
**Geraldo Eduardo da Luz Júnior** Pró-Reitor Adj. de Administração  
**Raimundo Isídio de Sousa** Pró-Reitor de Planejamento e Finanças  
**Joseane de Carvalho Leão** Reitora Adj. de Planejamento e Finanças  
**Eliene Maria Viana de Figueirêdo Pierote** Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários  
**Marcelo de Sousa Neto** Editor da Universidade Estadual do Piauí  
**Autores** Revisão  
**Editores e Gráfica UESPI** e-book

C749f Congresso Piauiense de Ações Formativas, Performativas e Afirmativas em Dança (1. : 2021 : Teresina, PI).  
FORMA – Congresso Piauiense de Ações Formativas, Performativas e Afirmativas em dança [recurso eletrônico]: e-book de resumos, realizado de 10 a 12 de março de 2021 / Organizado por Ireno Gomes da Silva Júnior, Kácio dos Santos Silva. – Teresina: FUESPI, 2021.  
E-book.

ISBN: 978-65-89616-19-1

1. Dança. 2. Dança e educação. 3. Dança - Pesquisa acadêmica.  
I. Silva Júnior, Ireno Gomes da. II. Silva, Kácio dos Santos. III. Título.

CDD: 796.07

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI  
Nayla Kedma de Carvalho Santos (Bibliotecária) CRB 3ª Região/1188

**Fundação Universidade Estadual do Piauí - FUESPI**  
UESPI (Campus Poeta Torquato Neto)  
Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI  
Todos os Direitos Reservados

# **FORMA – CONGRESSO PIAUIENSE DE AÇÕES FORMATIVAS, PERFORMATIVAS E AFIRMATIVAS EM DANÇA**

## **ORGANIZADORES DO E-BOOK**

Ireno Gomes da Silva Júnior

Artista da Dança. Doutorando em Dança (turma 2020-2024) do Programa de Pós-Graduação em Dança/UFBA, bolsista FAPESB. Mestre em Dança/UFBA. Especialista em Estudos Contemporâneos em Dança/UFBA. Licenciado em Educação Física pela Faculdade Santo Agostinho.

E-mail: [irenogomes@hotmail.com](mailto:irenogomes@hotmail.com)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3316156931260132>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9162-3542>

Kácio dos Santos Silva

Artista da dança

Docente efetivo em Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Mestre em Educação - UFPI Especialista em Estudos contemporâneos em Dança - UFBA

Graduado em Educação Física - UESPI

E-mail: [kaciosantos@frn.uespi.br](mailto:kaciosantos@frn.uespi.br)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/529923237239>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1577-0270>

## **COORDENAÇÃO GERAL, PRODUÇÃO E COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO**

Kácio dos Santos Silva

Ireno Gomes da Silva Júnior

### **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Dra. Adriana Bittencourt Machado – UFBA

Ma. Débora Cristina Couto – UESPI

Dra. Francilene Brito – UFPI

Me. Ireno Gomes da Silva Júnior – UFBA

Me. Kácio dos Santos Silva – UESPI

Dra. Gilsamara Moura – UFBA

Dr. Raimundo Dutra – UESPI

Me. Roberto Freitas – UFBA

### **COORDENAÇÃO ARTÍSTICA**

Ireno Gomes da Silva Júnior

Kácio dos Santos Silva

Samuel Alves do Nascimento

### **ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**

Déborah Radassi

### **PROJETO VISUAL DO EVENTO E DO E-BOOK**

Nicolas Armando

### **INTÉRPRETE DE LIBRAS**

João Pedro Lima Pereira

## **MONITORES**

Arnaldo Alves da Costa Júnior

Brenda Esthefany Messias Avelino

Camila Danielle do Nascimento Silva

Carlos Matheus dos Santos veras

Guilherme Bandeira da Silva

João Victor Portela de Menezes Sousa

Maria da Conceição Silva Ramos

Mikaele Regina Barbosa da Silva

Milena Rochelly Nunes Moura

Moisés da Silva Rêgo

Rilarry Antônia Lima da Silva Sousa

Sabrina da Silva Reis de Almeida

## **APOIO FINANCEIRO**

Sistema de Incentivo Estadual à Cultura – SIEC (2020) da Secretaria Estadual de Cultura do Piauí – SECULT, através do Armazém Paraíba.

## Sumário

|                                                                                                                                           |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>APRESENTAÇÃO</b> .....                                                                                                                 | .12 |
| <b>PROGRAMAÇÃO GERAL</b> .....                                                                                                            | .14 |
| <b>GRUPO TEMÁTICO: Dança e Ativismo</b> .....                                                                                             | .18 |
| DANÇA E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA ESCOLA ESTADUAL DE DANÇA LENIR ARGENTO .....                                                           | .20 |
| CINESTESIA SAPATRANSBIXA .....                                                                                                            | .21 |
| VIDEODANÇA: CORAGEM É NOME DE MULHER .....                                                                                                | .22 |
| CARNE DE SEGUNDA: APONTAMENTOS SOBRE A PERFORMATIVIDADE DO CORPO NEGRO/GAY .....                                                          | .23 |
| ESTUDOS DA CORPOREIDADE RIZOMÁTICA: UMA PRÁTICA DE AUTOCUIDADO SOMÁTICO-PERFORMATIVA ECORESILIENTE .....                                  | .24 |
| DANÇA DO VENTRE RIZOMÁTICA: ORIENTALISMO E ANTROPOFAGIA .....                                                                             | .25 |
| A DANÇA COMO TECNOLOGIA ANCESTRAL DE VIDA EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS AUTOBIOGRÁFICAS .....                          | .26 |
| ENCRUZILHADAS ESTÉTICAS RITUALÍSTICAS: CONEXÕES ENTRE CORPO PRETO, CANDOMBLÉ E HIP HOP .....                                              | .27 |
| <b>GRUPO TEMÁTICO: Dança e Criação</b> .....                                                                                              | .28 |
| SERPENTEAR NA KALUNGA: PROCESSOS DE CRIAÇÃO EM DANÇA EM RESIDÊNCIA ARTÍSTICA .....                                                        | .30 |
| PERCURSO POÉTICO PELAS ZONAS DE TERESINA .....                                                                                            | .31 |
| DESTRUIÇÃO SHOW: CONTRA CONDUTAS ÍNTIMAS, CORPOGRAFIAS E MEMÓRIAS .....                                                                   | .32 |
| E SE AS CRIANÇAS NÃO FOSSEM COISAS? .....                                                                                                 | .33 |
| SANKOFA PROCESSOS DE CRIAÇÃO CÊNICA: O DESENVOLVIMENTO DA EMPATIA ATRAVÉS DA INTERSUBJETIVIDADE NAGÔ .....                                | .34 |
| DIÁSPORA .....                                                                                                                            | .35 |
| QUEM PODE DANÇAR? INTERVENÇÃO DE DANÇA CONTEMPORÂNEA NO MERCADO PÚBLICO DO MAFUÁ, EM TERESINA - PI .....                                  | .36 |
| CORPO, DANÇA, ESTRATÉGIAS VITAIS E LUTA: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA ..                                                                    | .37 |
| VULNERABILIDADE: DANÇAR PARA ACOLHER O CHÃO .....                                                                                         | .38 |
| A EXPERIMENTAÇÃO CORPORAL COMO DISPOSITIVO PARA CRIAÇÃO ARTÍSTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A RELAÇÃO CORPO, ESPAÇO, DANÇA E OBJETO .. | .39 |



# A DANÇA COMO TECNOLOGIA ANCESTRAL DE VIDA EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIAS AUTOBIOGRÁFICAS

Natasha Karenina de Sousa Rego<sup>1</sup>

O objetivo deste trabalho é apresentar, de forma exploratória, a dança como tecnologia ancestral de vida em tempos de pandemia, a partir da poeta e escritora Alice Walker (2011), feminista argentina decolonial Rita Segato (2011) e experiências minhas, mulher cis, intelectual negra, professora e pesquisadora de Direito no ensino superior, que, desde março de 2020, está em trabalho remoto e isolamento social em virtude da pandemia do COVID-19. A importância do trabalho reside na produção de reflexões sobre a permanência de tecnologias ancestrais que favorecem a manutenção da vida em tempos difíceis. Por meio da metodologia, de caráter experimental, costuro leituras e interpretações com o movimento de si e do corpo e as barreiras pandêmicas, para trazer nitidez as limitações e brechas. A dança tem sentido subjetivo que extravasa por terrenos de vida e de investigação; é ponto de partida dos entendimentos de si no mundo e dos atravessamentos. Desde criança tenho sido estudante, “a melhor da turma”, em busca de excelência, que tentou aprender a dançar balé clássico, não conseguiu e por achar que “era boa nos estudos e não em atividades e exercício físicos” não participava das danças escolares. Este processo educativo reflete o binarismo moderno e colonial (SEGATO, 2011) que separa corpo e intelecto, homem e mulher, branco (universal) e negros e indígenas (com raça). Enquanto pessoa cis de gênero feminino fui me construindo como enquanto intelectual negra, que na juventude incorporou em seus fazeres o dançar em festas populares de rua e boates LGBTs. Movimento, suor, ritmo, alegria, interação consigo, com conhecidos e desconhecidos em solidariedade - só se dança com quem se confia - são algumas das expressões vividas e repetidas por negres (enquanto africanes em diáspora e afrodescendentes) e povos originários no Brasil e no mundo para, especialmente no contexto pós-colonial, resistir ao genocídio e ao epistemicídio provocado pela colonização; preservar e manter os modos, fazeres, saberes ancestrais vivos; pisotear “tristeza, perda, dor e sofrimento” (WALKER, 2011, p.83). Durante a pandemia e a quarentena, retorno ancestral por meio da prática de sankofa - filosofia africana de “volte e pegue”, recordei que “finalmente, nada a fazer senão dançar” (WALKER, 2011, p.82). Danço porque estou viva; para rememorar a vida de quem faleceu no último ano; celebrar cada “pequena alegria da vida adulta (EMICIDA, 2019) e permanecer viva, como fizeram e fazem as lgbt de Stonewall, encantados e encarnados nos terreiros e as mulheres enquanto varrem a casa e preparam mais uma refeição. “Tempos difíceis exigem danças furiosas. Cada um de nós é prova disso.” diz Alice Walker em uma lição a ser feita em movimento.

**Palavras-chave:** Dança. Tecnologia ancestral. Autobiografia. Mulher negra. Alice Walker.

---

<sup>1</sup> E-mail: [nkaresr@frn.uespi.br](mailto:nkaresr@frn.uespi.br)



## **O POVO NÃO ARREDA O PÉ: incidência de mulheres negras do Centro de Defesa Ferreira de Sousa ao Programa Lagoas do Norte em Teresina-PI**

Natasha Karenina de Sousa Rego<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O artigo se dedica ao estudo, por meio de pesquisa bibliográfica, da incidência de mulheres negras no movimento de moradores da Avenida Boa Esperança em Teresina, Piauí pela permanência nos territórios tradicionais do leito do Rio Parnaíba na resistência aos impactos do Programa Lagoas do Norte. Na primeira parte é apresentada a organização de moradores da Av. Boa Esperança pela permanência nos territórios tradicionais do leito do Rio Parnaíba na resistência aos impactos do Programa Lagoas do Norte; o segundo situa os moradores e moradoras atingidos enquanto povos tradicionais organizados pela permanência no território; e em seguida é identificada a incidência das mulheres negras por meio do Centro de Defesa Ferreira de Sousa frente aos objetivos do Programa.

**Palavras-chave:** mulheres negras; comunidade Boa Esperança; Programa Lagoas do Norte.

### **ABSTRACT**

The article is dedicated to the study, through bibliographical research, of the incidence of black women in the movement of residents of Avenida Boa Esperança in Teresina, Piauí, due to the permanence in the traditional territories of the bed of the Parnaíba River in resistance to the impacts of the Lagoas do Norte Program. The first part presents the organization of the residents of Av. Boa Esperança for their permanence in the traditional territories of the bed of the Parnaíba River in resisting the impacts of the Lagoas do Norte Program; the second places the affected residents as traditional peoples organized by their permanence in the territory; and then the incidence of black women is identified through the Ferreira de Sousa Defense Center against the Program's objectives.

**Keyword:** black woman; community Boa Esperança; Programa Lagoas do Norte

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Piauí/ Universidade Federal do Piauí; Mestre em Direito (UFSC); email: nkaresr@frn.uespi.br

#### **PROMOTORES**



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MESTRADO E DOUTORADO

#### **APOIO**





## 1. INTRODUÇÃO

O artigo se dedica ao estudo da incidência de mulheres negras no movimento de moradoras e moradores da Avenida Boa Esperança em Teresina, Piauí pela permanência nos territórios tradicionais do leito do Rio Parnaíba na resistência aos impactos do Programa Lagoas do Norte (também Programa, Projeto<sup>2</sup> ou PLN), política pública de iniciativa da Prefeitura Municipal de Teresina (também Prefeitura ou PMT), organizadas no Centro de Defesa Ferreira de Sousa.

Em 2015, fui convidada a participar dos processos de formação e litigância estratégica do Centro de Defesa Ferreira de Sousa, associação que reúne moradores atingidos pela segunda fase do Programa Lagoas do Norte (PLN) para pautar a permanência nas casas e territórios. Enquanto educadora, pesquisadora e assessora técnica em direitos humanos, vinculada institucionalmente aos sujeitos, percebi a atuação das mulheres negras da comunidade na organização e mobilização dos encontros nas casas; o cuidado ao oferecer macaxeiras cozidas, sucos e frutas de seus quintais; a realização das falas nas reuniões e nos atos.

Senti-me provocada a pesquisar com a comunidade e a colaborar com a visibilidade dos processos de resistência, por meio de agências de pesquisa, como outros pesquisadores, cujos trabalhos (CARMO, 2017; MONTE, 2016; PEREIRA, 2017; SANTOS, SANTOS, 2017; VARÃO, REGO, 2016; GOMES, 2015) foram selecionados para este estudo.

Quanto ao tipo de pesquisa, configura-se como descritiva, bibliográfica e documental (COSTA, COSTA, 2015) ao apresentar a incidência de mulheres negras atingidas que atuam no Centro de Defesa Ferreira de Sousa no contexto do Programa Lagoas do Norte, em Teresina-PI, a partir da seleção descrita de monografia (GOMES, 2015), artigos (SANTOS, SANTOS, 2017; VARÃO, REGO, 2016) e dissertações (CARMO, 2017; MONTE, 2016; PEREIRA) em diálogo com intelectuais negras brasileiras (CALDEIRA, 2019; CARDOSO, 2014; GONZALEZ,

<sup>2</sup>O termo Projeto Lagoas do Norte nomeia o grupo de mobilização virtual na rede social Facebook, Atingidos pelo Projeto Lagoas do Norte. (PEREIRA, 2017). “Atingidos” localiza o território/bairro que o PLN alcança, em suas duas fases, e caracteriza os moradores e moradoras implicados no processo de remoção e reassentamento involuntário (CARMO, 2017)



2020) que implicam em suas análises conexões entre as opressões de raça e gênero. O Marco de Reassentamento Involuntário das famílias e imóveis afetadas pela implantação da 2ª fase do Programa Lagoas do Norte (PMT, 2014) e o Reassentamento Involuntário (BANCO MUNDIAL, 2001) foram dois documentos oficiais consultados.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, que pressupõe o reconhecimento da singularidade das sujeitas e da importância de se conhecer suas experiências sociais (MARTINELLI, 1994). Assim foca-se a atenção naquilo que as sujeitas têm a dizer sobre suas atuações no contexto do Programa Lagoas do Norte, em Teresina-PI, o que, neste momento, foi colhido de forma secundária.

Por incidência, entendem-se as ações de um grupo destinada a influir nas decisões de governos, na criação ou modificação de políticas para garantir que não reproduzam qualquer tipo de discriminação a grupos sociais ou comunidades, e na implementação com participação e controle social (PONTUAL, 2017). São as ações empreendidas pelas mulheres negras para intervir no debate público e na tomada de decisões a respeito do PLN com os entes responsáveis e da sociedade civil.

No primeiro tópico é apresentada a organização de moradores da Av. Boa Esperança pela permanência nos territórios tradicionais do leito do Rio Parnaíba na resistência aos impactos do Programa Lagoas do Norte; o segundo situa os moradores e moradoras atingidos enquanto povos tradicionais organizados pela permanência no território; e por último é identificada a incidência das mulheres negras por meio do Centro de Defesa Ferreira de Sousa frente aos objetivos do Programa Lagoas do Norte

A pesquisa guarda relevância ao investigar um conflito piauiense contemporâneo e em aberto com processos contínuos de violações e resistências; documentar e visibilizar a atuação das mulheres negras enquanto sujeitas capazes de produzir conhecimento, o que dialoga com o referencial teórico do estudo.

## **2. APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE MORADORES DA AV. BOA ESPERANÇA NO CONTEXTO DO PROGRAMA LAGOAS DO NORTE**

### **PROMOTORES**



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MESTRADO E DOUTORADO

### **APOIO**







O objetivo deste tópico é apresentar a organização de moradores da Av. Boa Esperança pela permanência nos territórios tradicionais do leito do Rio Parnaíba na resistência aos impactos do Programa Lagoas do Norte, política pública (MONTE, 2016; DO CARMO, 2017) de iniciativa da Prefeitura Municipal de Teresina em parceria com o Banco Mundial e Governo Federal que, de acordo com o discurso oficial (TERESINA, s.d.), objetiva resolver problemas ligados às áreas ambientais, sociais e urbanísticas de 13 bairros da região Norte do município, por meio de um conjunto de ações integradas de cunho social, econômico, habitacional, de infraestrutura e de requalificação urbana e ambiental.

Desde a execução de sua 1ª fase, os moradores e moradoras denunciam a forma como a política tem sido executada: sem consulta prévia à população; com beneficiamento de grupos econômicos em detrimento da população local; adoecimento e falecimento dos idosos; remoção e reassentamento involuntário dos moradores como pressuposto do Programa; piora das condições de vida e moradia de quem já foi reassentado, descumprimento de normas constitucionais e internacionais de proteção de direitos humanos, direitos econômicos, sociais e culturais e meio ambiente (GOMES, 2015; VARÃO, REGO, 2016; MONTE, 2016; PEREIRA, 2017; DO CARMO, 2017).

No entanto, este processo de implementação tem enfrentado resistência dos atingidos, sobretudo por reivindicarem a permanência em seus territórios e manutenção dos modos de vida tradicionais<sup>3</sup>. A comunidade de moradoras e moradores da Avenida Boa Esperança, localizada no Bairro São Joaquim, em virtude da ameaça de remoção da segunda fase do Programa, tem se destacado pelas denúncias públicas de possíveis violações de direitos promovidas pelo PLN (MONTE, 2016).

Com o objetivo de promover a organização comunitária e articular perspectivas jurídico-políticas, sobretudo para a formulação de uma política de

<sup>3</sup> Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (2015), a região possuía como primeiros moradores os indígenas e os vaqueiros, cujos descendentes mantêm os modos de vidas tradicionais no processo de fixação ao território: pesca artesanal, produção de cerâmica e telhas nas olarias, de frutas, hortaliças em vazantes e atividades artísticas e culturais, religiosidade de matriz africana com devoção aos ancestrais e às forças da natureza, e pequenos comércios.



reparação pelos danos provocados no contexto apresentado, os atingidos e as atingidas pelo PLN fundaram o Centro de Defesa Ferreira de Sousa, em que se observa, a partir das reuniões comunitárias e da comunicação externa junto às mídias sociais, o protagonismo singular de mulheres negras, que sempre oferecem a casa para as reuniões e oficinas, articulam os e as pesquisadoras, mobilizam as vizinhanças e os grupos e páginas em redes sociais, participam das reuniões institucionais, atos e caminhadas e acolhem quem se soma à luta.

Organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas e o próprio Banco Mundial, que financia o Programa, estabelecem parâmetros para proteção dos direitos das comunidades em casos de remoção. A Organização das Nações Unidas no Guia “Como atuar em projetos que envolvem despejo e remoções?” (2017, p. 21) considera que “o reassentamento deve garantir que os direitos humanos das mulheres, crianças, povos indígenas e outros grupos vulneráveis sejam protegidos de forma equânime, inclusive no seu direito à propriedade e acesso a recursos.”

O Banco Mundial (2001), em seus marcos documentais, entende que as “pessoas deslocadas deverão ser consultadas extensivamente e deverão ter oportunidades para participar do planejamento e implementação de programas de reassentamento”. A remoção deve ser evitada ou minimizada; quando não for possível evitar o reassentamento, devem ser fornecidos recursos para que as pessoas deslocadas pelo projeto possam participar dos benefícios providos. Além disso, a condição de vida posterior ao reassentamento deve ser igual ou melhor que a anterior.

Na 1ª fase do projeto, os oleiros foram o foco do reassentamento involuntário. “Entre 2009 a 2014 foram atendidas 493 famílias” (TERESINA, 2014, p. 13), destas, 327 foram reassentadas no Residencial Zilda Arns, Bairro Nova Brasília, em apartamentos de 32m². Para quem tinha como quintal o rio e a vazante, em um modo de vida tradicional, ter que residir em blocos de concreto, num território e com vizinhanças desconhecidas, e exercer profissões estabelecidas pela Prefeitura é desestabilizar, desterritorializar e insistir na quebra do processo circular dos sujeitos (SANTOS, SANTOS, 2017). Os antigos moradores tiveram de sair de seus territórios

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





para residir em apartamentos menores, mais distantes do centro da cidade e alheados de seus modos de vida e de produção tradicionais.

De acordo com Marco de Reassentamento Involuntário das famílias e imóveis afetadas pela implantação da 2ª fase do Programa Lagoas do Norte estima ser “necessário a desapropriação de 1730 imóveis o que acarretará o atendimento de 2180 famílias” (PMT, 2014, p.6).

O Programa tem a função não-declarada (VARÃO, REGO, 2016) selecionar quais cidadãos podem ter acesso à reestruturação do espaço urbano da região Norte da cidade de Teresina, deslocada de forma compulsória sem consulta prévia à comunidade de moradores. Este deslocamento é entendido como um processo de desterritorialização, de perda do espaço concreto de moradia e sobrevivência, e, consequentemente, das referências pessoais, culturais, econômicas, sociais e espaciais (HAESBAERT, 2004).

Tem sido colocado na forma de reassentamento involuntário, como pressuposto pela Prefeitura, que pode colaborar com a desestruturação dos processos de identificação individual e coletiva dos sujeitos com o seu espaço de vivência e para a desarticulação das relações de produção e de reprodução social tradicionais (PENIDO; MAIA, 2013), ao retirar os sujeitos de suas relações de família e vizinhança, dos territórios onde nasceram, cresceram e criaram os filhos, se situam suas roças, quintais e jardins, e suas memórias são cultivadas.

### **3. O POVO QUE NÃO ARREDA O PÉ: POVOS TRADICIONAIS ORGANIZADOS PELA PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO**

“O povo não arreda o pé. Não arreda o pé. Não arreda o pé porque não quer (2x)”; este refrão faz parte do repertório da comunidade. Não arrear (o) pé é “não desistir, resistir com veemência, agir com firmeza, ser irredutível” (NOGUEIRA, SILVA, 2017, p. 103). De suas casas construídas há décadas, de seus quintais, roças e vazantes, de seus terreiros (DO CARMO, 2017; SANTOS, SANTOS, 2017), da beira do Rio e das lagoas, os moradores e moradoras da Boa Esperança, povos tradicionais, afetados pelo Programa Lagoas do Norte “não arredam o pé”. O





objetivo deste item é situar os moradores e moradoras atingidos enquanto povos tradicionais organizados pela permanência no território.

Por meio da música, “o povo” expressa a permanência (“não arreda o pé”) e a resistência (“não arreda o pé, não arreda o pé porque não quer”). Quem é o povo? De onde não arreda o pé? Maria Lúcia – Maria Lúcia de Oliveira Sousa – intelectual cis negra (PEREIRA, 2017; DO CARMO, 2017), filha de seu Ferreira de Sousa que nomeia o Centro de Defesa, uma das principais lideranças da comunidade responde:

O povo da Boa Esperança é majoritariamente mulheres e são também pessoas idosas... Pessoas que contribuíram historicamente com Teresina e contribuíram com a sociedade de Teresina, porque essas mulheres, ali daquela região, elas tem uma importância! E nós, aqui em Teresina, esquecemos de valorizar o que é nosso! [...] [A prefeitura] adentrou as nossas casas de uma forma muito violenta, porque ela chegou nas nossas casas de manhã, pela manhã! Em um horário que só tinha crianças e idosos! Selou as nossas casas e foi perguntando pras pessoas se as pessoas queriam uma casa ou um apartamento. Agora, veja bem, uma pessoa que mora há mais de cinquenta anos em um local e nunca precisou da prefeitura pra nada [...]! Porque a gente estudava longe, as mulheres se viram como podem: lavando roupa, trabalhando na horta, trabalhando na olaria pra criar os filhos pra botar nessa sociedade e, aí, a gente se depara em uma situação como essa! Então, assim, muitas idosas adoeceram, nós tivemos o caso de uma senhora, que é a dona Bela, que ela disse: “meu deus, entraram na minha casa e selaram a minha casa e vão botar a gente pra onde? A gente fica angustiada”. Uma semana depois ela enfartou e morreu! As nossas idosas adoeceram e a gente aproveita esse momento pra denunciar. (PEREIRA, 2017, p.35-36)

Destaca-se ainda a interseccionalidade “operador metodológico potente”. É uma espécie de guia para percepção complexa de situações de opressão.” (CALDEIRA, 2019), que permite a leitura e análise de como os entrecruzamentos de estruturas de poder operam nas vivências e incidência “do povo”. São “mais de três mil famílias” (PEREIRA, 2017, p.47), com diversidade de idade, gêneros, raça e classe: idosos e idosas, crianças e adolescentes, homens e mulheres (GOMES, 2015); vazanteiros (PEREIRA, 2017); oleiros, ceramistas, ribeirinhos, vaqueiros, pescadores, descendentes de povos indígenas (IPHAN, 2015); são também comerciantes e profissionais liberais. São famílias que ocupam há mais de 30 anos (GOMES, 2015; SANTOS, SANTOS, 2017) o leito do Rio Parnaíba próximo ao seu encontro com o Rio Poti e as lagoas que se formam, e mantêm modos de vida





vinculados à pesca artesanal, à produção de cerâmica, de frutas, hortaliças e atividades artísticas (IPHAN, 2015).

São populações tradicionais que utilizam o território e os recursos naturais como base para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, em biointeração, que para Bispo (2015, p.85) se expressa em: “a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto da energia orgânica esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia.”

Vivem dos recursos que a natureza oferece, do plantio e colheita nas vazantes do Rio Parnaíba em seus quintais (PEREIRA, 2017); conhecedores das terras e das águas, do tempo e das condições propícias para a realização das pescarias, fabricação de tijolos e outras práticas artesanais, transmitidas entre gerações.

O modo de vida em biointeração apontado por Bispo (2015) marca todas as dimensões da vida e política de vivência dos moradores e moradoras da Boa Esperança, que em solidariedade partilham a produção de alimentos (GOMES, 2015); as habitações em “puxadinhos improvisados, coabitação e laços comunitários” e artesanaria de enxovais para as mulheres grávidas da comunidade (SANTOS, SANTOS, 2017). As reuniões e atos públicos sempre contam com “riquezas plantadas [...] na terra, legumes e frutas: none, batata, macaxeira, limão azedo, mamão, ata, batata doce, ciriguela e etc.” (GOMES, 2015, p.86), sucos de tamarindo, manga, caju e outras frutas, todos compartilhados e colhidos dos quintais dos moradores e moradoras.

Em diferentes fluxos, pesquisadores e profissionais colaboram com a atuação em Grupo de trabalho (GOMES, 2016), Projetos de comunicação popular como o Mulheres nos Terreiros da Esperança (SANTOS, SANTOS, 2017), ensaios fotográficos<sup>4</sup>, assessoria técnica (VARÃO, REGO, 2016) e outras. As atividades realizadas fortalecem os sentidos de comunidade, cidadania e democracia; injetam

<sup>4</sup> Ver: Existência, por Maurício Pokemon, disponível em <http://www.revistarevestres.com.br/fotos/existencia/>. Acesso de 20 abr 2019.



gás e animação para a continuidade da caminhada; aproximam os movimentos da cidade que lutam por moradia, direito à cidade, direitos das mulheres; mantém a si mesmos e aos moradores das vizinhanças mobilizados e, assim, ganham mais gente para a luta.

#### **4. NÃO ARREDA O PÉ PORQUE NÃO QUER: RESISTÊNCIA DAS MULHERES DA BOA ESPERANÇA**

O objetivo deste item é identificar a incidência das mulheres negras por meio do Centro de Defesa Ferreira de Sousa frente aos objetivos do Programa Lagoas do Norte. As trajetórias das mulheres negras, que se apresentam por meio das atingidas citadas, indicam um processo de formulação política próprio quanto à reparação. Se, em outros casos de violações de direitos perpetrados por projetos como o PLN há evidências de paisagens generificadas e racializadas (SILVA, 2010) como vítimas, na Boa Esperança, as cenas de deliberações comunitárias não apenas indicam o gênero e a raça que formam as vítimas.

Há uma dobradiça que parece não descontextualizar a vitimização em que estão inseridas, tampouco negá-la, mas as percepções prévias do campo sugerem uma reapresentação da cena de violação: as vítimas, em sua maioria mulheres negras, parecem movimentar-se em direção à ocupação da *pólis* (espaço público) a partir da politização de seu sofrimento não somente individual, mas, sobretudo, situado coletivamente.

Na luta por seus territórios, ao formular denúncias de remoções e violações ao direito à cidade e à moradia, meio ambiente e cultura locais, as mulheres negras evidenciam processos de violação, negações de direitos e políticas públicas às pessoas negras. De acordo com o delineamento do PLN, comunidades tradicionais periféricas precisaram e precisam ser removidas e reassentadas de forma involuntária para territórios outros, ainda mais periféricos, excluídas do beneficiamento promovido pelo Programa. Assim, a remoção das famílias, pode provocar o rompimento da tradição estabelecida entre o local de moradia,

##### **PROMOTORES**



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
METRÓPOLI E DESENVOLVIMENTO

##### **APOIO**





moradores, saberes e fazeres tradicionais, o que pode significar perda do patrimônio histórico-cultural e ambiental da região.

Lélia González (2020b) identificou a articulação das estruturas de poder na definição do lugar social das mulheres, que as não brancas “sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente”, de forma que “o racismo articulado com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.” (CARDOSO, 2014, p.972). As mulheres racializadas são vistas desde a colonização como corpos conquistáveis, matáveis. Nas sociedades americanas, as mulheres negras têm sua humanidade negada, são vistas como “corpos animalizados” (CARDOSO, 2014, p.974).

Ao elaborar e atuar sobre justiça em contexto de violações de direitos civis das pessoas negras, podemos utilizar da interseccionalidade (CALDEIRA, 2019), que permite compreender a junção das dimensões de raça, gênero e outras sobreposições que estruturam e condicionam a vida das mulheres determinando socialmente o lugar a ser ocupado na sociedade essas variáveis. Lelia Gonzalez defende “a articulação entre as categorias de raça, classe, sexo e poder” para desmascarar as estruturas de dominação de uma sociedade e questiona seus efeitos na definição do lugar social das mulheres, em que as não brancas “sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal racista dependente” (GONZÁLEZ, 2020a, p.138). O estudo das mulheres negras enquanto sujeitas de conhecimento e poder que incidem nas políticas públicas favorece a suas visibilidades enquanto seres humanas.

## **5. CONCLUSÃO**

As mulheres da Boa Esperança têm escrito e contado suas histórias de permanências e resistências em atos, debates, oficinas, audiências e performances públicas, entrevistas a jornais e a pesquisadores, postagens em redes sociais, participações em eventos universitários, de pesquisa e de militância. Os cartazes, faixas e pixos nas paredes da vizinhança também falam. Seus corpos negros e indígenas, suas cores, fé e modos de vida carregam consigo legados ancestrais.

### **PROMOTORES**



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MESTRADO E DOUTORADO

### **APOIO**







A comunidade da Boa Esperança ocupa, permanece e resiste no território do leito do Rio Parnaíba e lagoas na zona norte da cidade de Teresina de forma tradicional, em biointeração com a natureza, com utilização dos recursos naturais sem finalidade exploratória. Desde o início do Programa Lagoas do Norte, moradores desta e de outras comunidades sofrem remoções e/ou ameaças de remoção de acordo com o avançar da execução das fases do projeto. Às vésperas da 2ª etapa, em 2015, a comunidade se organizou para pensar alternativas ao reassentamento involuntário, colocado como pressuposto das continuidades das obras, e formas de permanecer no território e fazer parte do projeto.

As mulheres da comunidade, batendo de porta em porta, mobilizando virtualmente, realizando reuniões nas vizinhanças, constroem uma rede de solidariedade e militância entre os e as moradoras, Ministério e Defensoria Públicas Estaduais, movimentos sociais de Teresina, ativistas e pesquisadores que retardou a remoção de pelo menos 2180 famílias, garantiu a presença da comunidade em reuniões com a Prefeitura e o Banco Mundial, deu visibilidade política para os direitos dos moradores e o protagonismo das próprias mulheres. Têm educado a si mesmas, aos movimentos e a jovens pesquisadores que contam também a história da Boa Esperança a partir das crenças, saberes, agendas, comunicações e direitos dos povos tradicionais que ocupam este território.

As histórias contadas em artigos, dissertações, monografias, fotografias, entrevistas, faixas, cartazes, pixos e falas públicas apresentam como a luta de mulheres afro-indígenas pela permanência em seus territórios tradicionais produz resistência na comunidade, vizinhanças, movimentos sociais e academia. Quando as mulheres da Boa Esperança se movimentam toda a sociedade piauiense se movimenta. Rupturas sociais e epistemológicas trazem o povo, as vozes e agendas das mulheres, as resistências por elas produzidas para o centro da produção do saber. As pesquisas implicadas são escrituras dos encontros com a comunidade.

O povo da Boa Esperança é povo que não quer arredar o pé: insiste em contar as memórias suas e de seus ancestrais; em cultivar modos de vida e de

**PROMOTORES**



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MESTRADO E DOUTORADO

**APOIO**





relação com o território de cuidado de si e da natureza; e que tem na solidariedade a força para acolher os novos e os antigos, dialogar os saberes formais e informais e permanecer resistência.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Reassentamento Involuntário**. III Manual Operacional do Banco Mundial: Políticas Operacionais. OP 4.12. Dezembro 2001. Disponível em: <<https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/21161129-op-bp-4-12-reassentamento-involuntario.pdf>>. Acesso em 31 de maio de 2021.

BISPO, Antônio dos Santos. **Colonização, quilombo**: modos e significações. Brasília: Unb 2015.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014, p.965-986. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2014000300015&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2014000300015&script=sci_arttext)>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

CALDEIRA, Bárbara. Reflexões sobre as contribuições teórico-metodológicas da intelectual negra Kimberlé Crenshaw e seu conceito de interseccionalidade. In: FREITAS, Viviane Gonçalves. **Intelectuais negras: vozes que ressoam**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2019, p.109-134. Disponível em: <<https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/publicacao/intelectuais-negras/>>. Acesso em: 31 de maio de 2021.

CARMO, Francisca Daniele Soares do. **Povos de terreiro no contexto de intervenções urbanísticas**[manuscrito]: (Territórios sociais de religiosidades de matrizes africanas na zona Norte de Teresina-PI e o Programa Lagoas do Norte –PLN). 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia - Universidade Federal do Piauí). Teresina. Disponível em: <<http://repositorio.ufpi.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1178/DANIELE.pdf?sequence=1>>. 31 de maio de 2021.

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de Pesquisa**: entenda e faça. Petrópolis, RJ :Vozes, 2015.

GOMES, Glaudson Lima. **Programa Lagoas do Norte na Avenida Boa Esperança**: uma política de inclusão ou exclusão social em Teresina? 2015. Monografia (Bacharelado em Direito - Universidade Estadual do Piauí - UESPI ). Teresina.

### PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MÉTODOS E DOUTORADO

### APOIO





GONZALEZ, Lélia. A categoria político- cultural de amefricanidade. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a, p.127-138

\_\_\_\_\_. Por um feminismo Afro-latino-Americano..RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b, p.139-151

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: Do “fim dos territórios” e multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

IPHAN-PI. Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural e Artístico Nacional. Manifestação sobre a 2ª Etapa do Programa Lagoas do Norte. Teresina, 14 de junho de 2015. In: GOMES, Glaudson Lima. **Programa Lagoas do Norte na Avenida Boa Esperança**: uma política de inclusão ou exclusão social em Teresina? 2015. Monografia (Bacharelado em Direito - Universidade Estadual do Piauí - UESPI ). Teresina.

MARTINELLI, M.L. O uso de abordagens qualitativa na pesquisa em Serviço Social. In: Seminário sobre metodologias qualitativas de pesquisa. **NEPI**, PUC-SP, maio de 1994, p.11-18

MONTE, Catarina Nery da Cruz. **Artesanato ceramista e direitos culturais frente ao Programa Lagoas do Norte no Poti Velho, Teresina -PI**: quais diálogos? / Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) –Universidade Federal do Piauí, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/636>. Acesso em 31 mai 2021.

NOGUEIRA, Ismael David; SILVA, Armando Honório da. **Termos e expressões do coloquial do cotidiano da zona rural no Brasil central no século XX**. Goiânia: Gráfica UFG, 2017. Disponível em: [https://www.cegraf.ufg.br/up/688/o/ebook\\_ismael\\_armando.pdf](https://www.cegraf.ufg.br/up/688/o/ebook_ismael_armando.pdf). Acesso em 31 mai 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Como atuar em projetos que envolvem despejo e remoções?** 2017. Disponível em: [https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Housing/Guide\\_forced\\_eviction\\_portugues\\_e.pdf](https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Housing/Guide_forced_eviction_portugues_e.pdf). Acesso em 24 jun 2021;

PONTUAL, Pedro de Carvalho. Educação popular e incidência em políticas públicas. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.15, n.01, p. 62 – 81 jan./mar.2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/29633>. Acesso em 31 mai 2021.

PENIDO, Maria de Oliveira; MAIA, Laís Jabace. Os deslocamentos compulsórios e os reassentamentos como deflagradores de conflitos ambientais: um estudo de caso das hidroelétricas de Candonga e Itapebi. **Anais do Encontro Nacional da ANPUR**.





V. 15 (2013). Disponível em:

<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/223>. Acesso em 31 mai 2021.

PEREIRA, Lucas Coelho. **Os reis do quiabo**: meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina - Piauí. 2017. 208f. Dissertação (Mestrado em antropologia – Universidade de Brasília). Brasília. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23358>. Acesso em 31 mai 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. (PMT). **Marco de Reassentamento Involuntário das famílias e imóveis afetadas pela implantação da 2ª fase do Programa Lagoas do Norte**. Teresina: SEMPLAN, 2014. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2014/10/PLN-II-Marco-de-Reassentamento-2014.pdf>. Acesso em 31 mai 2021.

POKEMON, Maurício. **Existência**. 18/2/2016. Disponível em <http://www.revistarevestres.com.br/fotos/existencia>. Acesso em 31 mai 2021.

SANTOS, Sarah Fontenelle, SANTOS, Carmen Kemoly da Silva. Mulheres nos terreiros da Esperança: resistência nos territórios e a comunicação em dialogicidade. **Anais do V Encontro Internacional de Literaturas, Histórias e Culturas Afro-brasileiras e africanas - África Brasil 2017**. Disponível em: <http://nepa.uespi.br/upload/anais/MTE0.pdf?121738>. Acesso em 31 mai 2021..

SILVA, Carmen. Mulheres e justiça socioambiental: uma reflexão a partir do trabalho. ARANTES, Rivane; GUEDES, Vera. (org.) **Mulheres, Trabalho e Justiça Socioambiental**. Recife: SOS corpo, 2010, p.61-77. Disponível em [http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/sos-corpo/20170920045806/pdf\\_953.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/sos-corpo/20170920045806/pdf_953.pdf). Acesso em 31 mai 2021.

VARÃO, Lorena Lima Moura, REGO, Natasha Karenina de Sousa. O caso da luta das mulheres contra o deslocamento compulsório na Av. Boa Esperança, Teresina-PI. DIEHL, Diego Augusto, CORREIRA, Liziane Pinto (org). **Anais do VI Seminário Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais**. Brasília: IPDMS, 2016, p.1391-1402. Disponível em: <http://www.ipdms.org.br/files/2013/10/ANAIS-2016-AJUSTADO.pdf>. Acesso em 31 mai 2021

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO



Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

# IV SINESPP

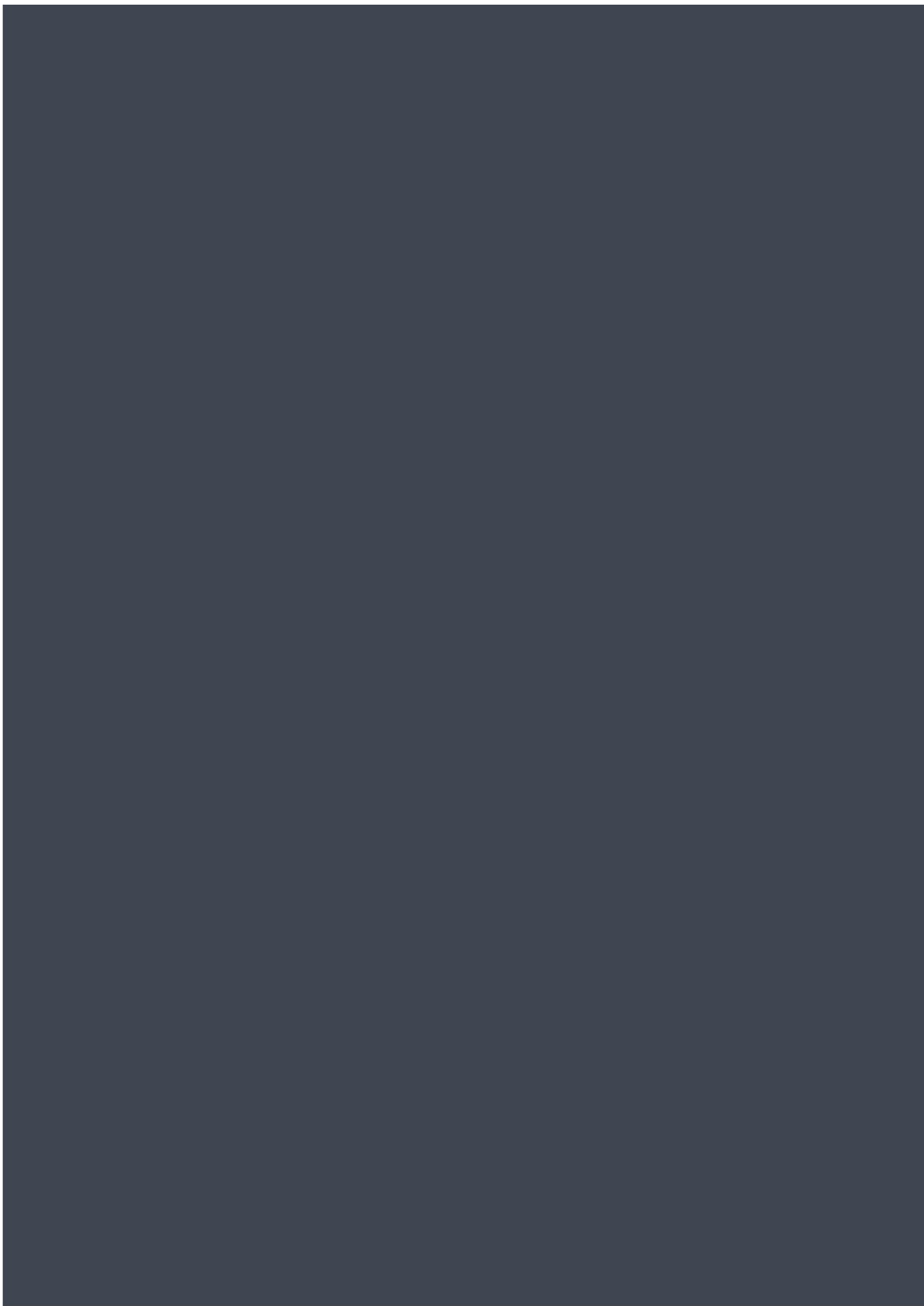
**ANais**

ISSN 2675-9411

**QUESTÕES DE GÊNERO,  
RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO**

**9**  
**EIXO TEMÁTICO**





# QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

Eixo Temático 9

## Expediente

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**  
Campus Universitário Ministro Petrônio Portela Nunes  
Centro de Ciências Humanas e Letras

**IV Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas – SINESPP**  
Desigualdades e Políticas Públicas: (Des)Proteção Social e (In)Certezas e Resistências  
Realização: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI | 2022

**Editoração dos Anais SINESPP**  
[Lestu Editora, Gráfica e Consultoria]  
**Editor / Coordenador da Coleção:** Edson Rodrigues Cavalcante  
**Supervisão Técnica:** Ana Kelma Cunha Gallas  
**Editoração:** Pétala Medeiros Leite  
**DOI Manager / Suporte TI:** João Eliezyo de Macedo Souza Silva

**Anais SINESPP Digital**  
Wellington Pacheco Silva

**Instituições de Fomento / Financiadoras**  
Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior – CAPES  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí - FAPEPI

### FICHA CATALOGRÁFICA

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

AN532 Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas (4: 2022: Teresina)  
Anais do IV Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas, 23 a 26 ago. 2022, Teresina [recurso eletrônico]: Desigualdades e Políticas Públicas: (Des)Proteção Social e (In)Certezas e Resistências - Eixo Temático 9 Questões de Gênero, Raça/Etnia e Geração / Organizado por: Sofia Laurentino Barbosa Pereira e Solange Maria Teixeira. [Realização PPGPP /CCHL – UFPI] – Teresina: EDUFPI/LESTU, 2022.

670 f. *online*.

ISSN: 2675-9411

DOI: <https://doi.org/10.51205/sinespp.2022.eixo09>

Disponível em: <https://sinespp.ufpi.br/>.

1. Políticas Públicas. 2. Estado. 3. Sociedade Brasileira. 4. Desigualdade Social. 5. Proteção Social I. Autor(a). II. Título. III. Editora. IV. Assunto.

CDD: 350

---

## Sumário

|          |                                                                                                                                               |             |
|----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
|          | <b>A (IM)PERTINÊNCIA DO CUIDADO CENTRADO NA MULHER PARA USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS</b>                                                | <b>3075</b> |
| <b>1</b> | <i>Lara Fernanda Alves Ferreira</i><br><i>Maria Luísa Pires da Silva</i><br><i>Lúcia Cristina dos Santos Rosa</i>                             |             |
|          | <b>A EMERGÊNCIA DO DEBATE DE RAÇA E GÊNERO NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>                                                                | <b>3085</b> |
| <b>2</b> | <i>Alane Ananias da Silva</i><br><i>Andréa Pacheco de Mesquita</i><br><i>Andressa Clívia Santos Soares</i><br><i>Patrícia Silva Magalhães</i> |             |
|          | <b>A GRAMÁTICA MORAL DO RECONHECIMENTO NO STF: Honneth, Fraser e a desigualdade racial como injustiça cultural</b>                            | <b>3097</b> |
| <b>3</b> | <i>Daniel Oitaven Pearce Pamponet Miguel</i><br><i>Ramon Caldas Barbosa</i>                                                                   |             |
|          | <b>A QUESTÃO DE GÊNERO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: um debate necessário</b>                                                            | <b>3113</b> |
| <b>4</b> | <i>Taynara Amorim Garcia</i>                                                                                                                  |             |
|          | <b>A QUESTÃO DE GÊNERO NAS POLÍTICAS DE SAÚDE, SAÚDE MENTAL, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS</b>                                                       | <b>3127</b> |
| <b>5</b> | <i>Ellayne Karoline Bezerra da Silva</i>                                                                                                      |             |
|          | <b>A REINVENÇÃO DA UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE DE FRANCA FRENTE A AMEAÇA DA COVID-19</b>                                             | <b>3141</b> |
| <b>6</b> | <i>Thomás André Vendrame Rodrigues</i><br><i>Nanci Soares</i>                                                                                 |             |
|          | <b>ABORDAGEM INTRODUTÓRIA SOBRE A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO NA ELITE POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE SANTANA-AP</b>                                    | <b>3153</b> |
| <b>7</b> | <i>Miquéias Serrão Marques</i>                                                                                                                |             |
|          | <b>CAPITALISMO E CIDADANIA: o apagamento diário de sapatonas negras</b>                                                                       | <b>3163</b> |
| <b>8</b> | <i>Luara Dias Silva</i>                                                                                                                       |             |
|          | <b>CENTRO DIA UM DIREITO NEGADO NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID 19: na contramão do Estatuto do Idoso</b>                                       | <b>3177</b> |
| <b>9</b> | <i>Suzaneide Ferreira da Silva</i><br><i>Glenia Rouse da Costa</i><br><i>Solange Maria Teixeira</i>                                           |             |

|           |                                                                                                                                                                                                                                                   |             |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| <b>10</b> | <b>CUIDADO FAMILIAR E ENVELHECIMENTO</b><br><i>Maria Helena de Jesus Bernardo</i>                                                                                                                                                                 | <b>3191</b> |
| <b>11</b> | <b>DIÁLOGOS ENTRE INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS PARA PARTEIRAS TRADICIONAIS</b><br><i>Sandy Swamy Silva do Nascimento</i><br><i>Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira</i>                                                                 | <b>3205</b> |
| <b>12</b> | <b>DO DIA PARA A NOITE: breve análise do serviço do Centro Dia para a Pessoa Idosa no Brasil e do Centro Noite em Portugal</b><br><i>Glênia Rouse da Costa</i><br><i>Solange Maria Teixeira</i>                                                   | <b>3217</b> |
| <b>13</b> | <b>EM LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA: a volta da tese jurídica para o crime de feminicídio</b><br><i>Brenna Galtierrez Fortes Pessoa</i>                                                                                                                | <b>3231</b> |
| <b>14</b> | <b>ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS DE MOBILIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES: O ciberfeminismo enquanto instrumento político</b><br><i>Náina Jéssica Carvalho Araújo</i>                                                                               | <b>3245</b> |
| <b>15</b> | <b>FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL E AS PARTICULARIDADES DO ESTADO PENAL: o racismo como elemento estrutural</b><br><i>Liziane Silva Cruz</i><br><i>Raí Vieira Soares</i>                                                                      | <b>3259</b> |
| <b>16</b> | <b>GÊNERO E A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: um diálogo necessário</b><br><i>Gessica Alanne Claudino Valentim</i><br><i>Jessika Cristina Silva Santos</i>                                                                     | <b>3271</b> |
| <b>17</b> | <b>GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER: considerações sobre a violência contra as mulheres – um estudo reflexivo</b><br><i>Geórgia Vieira de Sousa</i><br><i>Geórgia de Mendonça Nunes Leonardo</i>                                                        | <b>3283</b> |
| <b>18</b> | <b>GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: uma estratégia de combate à violência contra a mulher</b><br><i>Fernanda Costa Ferreira</i><br><i>Grazielle Rodrigues Lopes Soares</i>                                           | <b>3297</b> |
| <b>19</b> | <b>INFÂNCIAS COLONIZADAS: determinantes da desproteção da infância negra no Brasil</b><br><i>Andréa Pacheco de Mesquita</i><br><i>Andressa Clívia Santos Soares</i><br><i>Juan Douglas Silva de Sá</i><br><i>Sarah Gabrielle dos Santos Nobre</i> | <b>3309</b> |

- 20 INTERSECCIONALIDADE NO FALECIMENTO DE UMA IDOSA DA AV. BOA ESPERANÇA NO CONTEXTO DO PROGRAMA LAGOAS DO NORTE EM TERESINA-PI 3319**  
*Natasha Karenina de Sousa Rego*  
*Elaine Ferreira do Nascimento*
- 21 INTERSECÇÕES DE GÊNERO E RAÇA/ETNIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DO MARANHÃO: um processo em construção 3331**  
*Fernanda de Cássia Rodrigues Gomes*  
*Nilma Angélica dos Santos*  
*Silvane Magali Vale Nascimento*  
*Thiago Pereira Lima*
- 22 INTERSETORIALIDADE, POLÍTICA SOBRE DROGAS E GÊNERO: o desafio do cuidado integral às mulheres consumidoras de spas 3345**  
*Índira Aragão*  
*Sofia Laurentino Barbosa Pereira*
- 23 JUVENTUDES E MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA NOS PLANOS ESTADUAIS DE JUVENTUDE DO BRASIL 3359**  
*Rogério de Oliveira Araújo*  
*Olívia Cristina Perez*  
*Renata Furtado Barros*
- 24 LGBTQIA+: da invisibilidade à intervenção dos profissionais de serviço social 3373**  
*Jozeyana de Sousa Carvalho*  
*Carlota Áurea Brito Sousa*  
*Maria Guilmaras Veras Pedrosa*  
*Francimeire Pereira da Silva*
- 25 MULHER, LUTAS E CAPITALISMO: reflexões sobre as implicações da feminização no Serviço Social 3387**  
*Tainã de Sá Porto*  
*Clicia da Silva Serrão*  
*Fabiana Medeiros Magno*
- 26 MULHERES NEGRAS DISSIDENTES: nas resistências contra o patriarcalismo, o racismo e os epistemicídios 3399**  
*Margarida Mariano de Oliveira*  
*Leila Maria Passos de Souza Bezerra*
- 27 MULHERES VÍTIMAS VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E PANDEMIA DE COVID-19: estratégias e desafios da assistente social do CREAS de São João do Piauí-PI 3411**  
*Eulina Maria Gomes Coelho*



ANais SINESPP, v.4, n.4 (2022) ISSN 2675-9411

## EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

### INTERSECCIONALIDADE NO FALECIMENTO DE UMA IDOSA DA AV. BOA ESPERANÇA NO CONTEXTO DO PROGRAMA LAGOAS DO NORTE EM TERESINA-PI

INTERSECTIONALITY IN THE DEATH OF AN ELDERLY GIRL OF AV. GOOD HOPE IN THE CONTEXT OF THE LAGOAS DO NORTE PROGRAM IN TERESINA-PI

Natasha Karenina de Sousa Rego<sup>1</sup>  
Elaine Ferreira do Nascimento<sup>2</sup>

#### RESUMO

Em 2015, uma idosa faleceu, após sua casa, na Av. Boa Esperança, em Teresina-PI, ser identificada por agentes públicos como desapropriada para a continuidade do Programa Lagoas do Norte (PLN). Quais as relações entre o falecimento da idosa e a implementação do PLN? O objetivo geral é investigar as relações entre o falecimento de uma moradora de comunidade tradicional com as ações do Estado. Os objetivos específicos são situar o Programa no marco teórico da (de)colonialidade do poder; relacionar as ações do Estado em relação às comunidades tradicionais no Programa; apresentar os atravessamentos interseccionais do ocorrido. A pesquisa é de tipo descritiva, exploratória e bibliográfica com abordagem qualitativa e enfoque teórico-metodológico interseccional para perceber os atravessamentos de gênero, raça e geração. Entende-se que as políticas públicas precisam ser analisadas a partir de lentes interseccionais para a garantia de direitos e alcance universal.

**Palavras-chave:** Lagoas do Norte; (de)colonialidade do poder; interseccionalidade; raça; Av. Boa Esperança.

#### ABSTRACT

In 2015, an elderly woman died after her home, on Av. Boa Esperança, in Teresina-PI, was identified by public officials as being inappropriate for the continuity of the Lagoas do Norte Program (PLN). What are the relationships between the death of the elderly woman and the

<sup>1</sup> Instituição de vínculo: Universidade Federal do Piauí (UFPI)/ Universidade Estadual do Piauí (UESPI); titulação: Mestre em Direito (2014) pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: nkaresr@frn.uespi.br.

<sup>2</sup> Instituição de vínculo: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/PI) / Universidade Federal do Piauí (UFPI); titulação: Doutora em Ciência. E-mail: negralaine@gmail.com.



implementation of the PLN? The general objective is to investigate the relationship between the death of a resident of a traditional community and the actions of the State. The specific objectives are to place the Program in the theoretical framework of the (de)coloniality of power; to relate the actions of the State in relation to the traditional communities in the Program; to present the intersectional crossings of what happened. The research is descriptive, exploratory and bibliographical with a qualitative approach and intersectional theoretical-methodological approach to understand the crossings of gender, race and generation. It is understood that public policies need to be analyzed from an intersectional lens to guarantee rights and universal reach.

**Keywords:** Lagoas do Norte Program; (de)coloniality of power; intersectionality; race; Av. Boa Esperança.

## 1 INTRODUÇÃO

A luta dos e das moradoras das comunidades tradicionais na Av. Boa Esperança e adjacências pela permanência em suas casas na ocasião da ameaça de remoção pela 2a fase do Programa Lagoas do Norte (Programa ou PLN) tem tido diversos desdobramentos, que atravessam vidas e territórios tradicionais (VARÃO, REGO, 2017). Em 16 de maio de 2015, Isabel de Paula Sousa, mulher idosa, moradora da Avenida Boa Esperança, Teresina - Piauí, de 75 anos, faleceu. Três dias depois, o Portal Cidadeverde.com veiculou matéria intitulada “Morte de idosa levanta debate sobre impacto de obra pública” (2015) em que noticiou o ocorrido, apresentou informações da vizinhança e da Prefeitura Municipal de Teresina (Prefeitura ou PMT), responsável por esta política pública.

A partir deste fato, investiga-se a relação entre Estado, na figura da PMT, comunidades tradicionais e mulheres, com aporte da interseccionalidade, feminismos negros, (de)colonialidade do poder e centralidade da raça. Quais as relações entre o falecimento de D. Isabel e a implementação do Programa Lagoas do Norte? O objetivo geral do artigo é investigar as relações entre o falecimento de uma mulher idosa, moradora de uma comunidade tradicional com as ações colonialistas do Estado. Os objetivos específicos são situar o Programa no marco teórico das (de)colonialidade do poder e da centralidade da raça; relacionar as ações do Estado em relação às comunidades tradicionais no Programa; apresentar os atravessamentos interseccionais do ocorrido.

Quanto ao desenho metodológico, a pesquisa, em fase exploratória, é de tipo descritiva e bibliográfica, com abordagem qualitativa (COSTA, COSTA, 2015), enfoque teórico-metodológico interseccional (AKOTIRENE, 2019; COLLINS, BILGE, 2021) para perceber



**ANAIS IV SINESPP SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS**

atravessamentos de gênero, raça e geração. Intelectuais feministas negras brasileiras (GONZALEZ, 2020; CARNEIRO, 2020; COLETIVO DE MULHERES DA CONAQ, 2020), por meio de suas práticas e formulações, têm observado a articulação das estruturas de poder na definição dos lugares sociais das mulheres negras e a invisibilização de suas lutas com seus corpos nos territórios.

A encruzilhada epistemológica da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019) como ferramenta analítica com os feminismos negros brasileiros permite investigar situações de conflito, como percebido no Programa Lagoas do Norte, a partir dos territórios e sujeitas atingidas; e identificar elementos das políticas públicas que violem ou garantam direitos, bem como seu alcance.

As sujeitas de pesquisa são as mulheres cis moradoras da Avenida Boa Esperança, a falecida d. Isabel e d. Helena, entrevistada pelo Portal. A amostragem é de tipo não probabilística com seleção intencional a partir da matéria jornalística. Os dados, quanto às fontes, são secundários. O compromisso ético-político da pesquisa é visibilizar as experiências e saberes de mulheres tradicionais, o que se reflete nas sujeitas e referenciais teóricos. A observação simples foi instrumento de coleta de dados, analisados por meio de interpretação das falas (COSTA, COSTA, 2015).

As ações do Estado, enquanto PMT, por meio de agentes públicos e políticas públicas, impactam a vida das mulheres em comunidades tradicionais. Na Av. Boa Esperança as atingidas pelo Programa Lagoas do Norte vêm denunciando os impactos desta política em seus corpos, modos de vida e territórios, especialmente pela indissociabilidade de corpo e território nas epistemologias africanas e indígenas, presente nas comunidades. Entende-se que as políticas públicas precisam ser analisadas a partir de lentes interseccionais para a garantia de direitos e alcance universal.

**2 O PLN NO MARCO TEÓRICO DAS (DE)COLONIALIDADE DO PODER E DA CENTRALIDADE DA RAÇA**

O objetivo deste item é situar o Programa Lagoas do Norte no marco teórico das (de)colonialidade do poder e da centralidade da raça, o que aponta para contextualização desta política pública nas formas como o poder se (re)produz no mundo na Modernidade, nos corpos

## ANAIS IV SINESPP SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

e territórios especialmente pela raça, articulador da hierarquização entre colonizadores europeus e colonizados não europeus (BISPO, 2015; MBEMBE, 2016; SEGATO, 2011).

Utiliza-se o marco teórico da (de)colonialidade do poder para apresentar o caráter do padrão mundial de poder constituinte da Modernidade: colonial, cartesiano, racializado, capitalista, branco, eurocêntrico e generificado (SEGATO, 2011). Não existe dualidade - como relação de complementaridade - e sim binarismo dicotômicos, em que um suplementa o outro, expressões em: homem/natureza, homem/mulher, mente/corpo, civilizados/não civilizados, bom/mau, branco/negro, universal/exótico, civilização/barbárie, nós/outros, humanidade/não-humanos, dentre outros. Raça e gênero são instrumentos de classificação hierárquica e padrões de poder e importam para a delimitação desta pesquisa.

As formas como nos vemos, conhecemos, estamos com a natureza e vivemos, na Modernidade, são marcadas pela imposição pelos processos de “invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até substituição de uma cultura pela outra (BISPO, 2015, p.47-48), em que a branquitude se impõe como universal (SCHUCMAN, 2020) e aos demais povos e culturas, no Brasil africanos escravizados e originários indígenas, genocídio e epistemicídio (NASCIMENTO, 2017). O Estado - “forma específica de exercício de poder e dominação” (ALMEIDA, 2020) capitalista e moderna - findo o período colonial, reproduz esse padrão de poder que hierarquiza pessoas e os territórios ocupados.

Observa-se um *continuum* de práticas de ocupação de territórios por parte da branquitude (SCHUCMAN, 2020) com desterritorialização dos e das sujeitas originários que remonta o período colonial, reproduz-se na relação entre Poder Público e sociedade e atinge especialmente as comunidades tradicionais indígenas e afrodiaspóricas (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES, GROSFOGUEL, 2019) no Brasil. Assim, faz-se necessário situar o Estado necropolítico (MBEMBE, 2016) em contexto de racismo estrutural (ALMEIDA, 2020) para perceber os atravessamentos da raça nesta comunidade tradicional, que reivindica a demarcação enquanto quilombola (DEMARCABOAESPERANÇA, 2022; MUSEUDABOAESPERANÇA, 2021).

Os quilombos são territórios tradicionais. No período colonial eram organizados de escravizados que se recusavam a viver sob a escravidão. Diz-se “experiência coletiva dos africanos e seus descendentes, uma estratégia de reação à escravidão, somada da constituição de outro segmento com os quais interagiram em cada país, notoriamente alguns povos

**ANAIS IV SINESPP SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS**

indígenas.” (MUNANGA; GOMES, 2016, p.73). Estão localizados em zonas rurais e urbanas, cujas comunidades podem pleitear o reconhecimento dos direitos territoriais enquanto povos quilombolas (BISPO, 2015).

As políticas públicas expressam as decisões político-jurídicas do Estado, por meio dos governos, nas esferas nacional, estadual ou municipal, para elaborar soluções de problemas de interesse público (SOUZA, 2006). Os agentes públicos as pautam de acordo com o que entendem como demandas ou expectativas prioritárias da sociedade. Em contexto de Modernidade com permanência das colonialidades, tanto o Estado quanto a sociedade produzem e reproduzem o padrão mundial de poder colonial moderno.

O PLN é uma política pública municipal imaginada e implementada a partir da branquitude, que parte das experiências das pessoas brancas como normais, não racializadas e universais. O pressuposto da saída das pessoas de suas moradias, a ser apresentado posteriormente, recorda que os territórios de ocupação indígena e africana continuam sendo vistos sob a ótica da conquista e do deslocamento das pessoas, como ocorreu na colonização e continua ocorrendo. Assim as comunidades, territórios, modos, saberes e fazeres diferentes dos da branquitude, como o abrangido pelo Lagoas do Norte, são enxergados pela soberania do Estado, manifestada em suas ações, como colonizados.

Encontram-se situadas as políticas públicas, especialmente o PLN, no Estado Moderno colonial, patriarcal, masculino e branco. A raça e o gênero enquanto chaves de diferenciação de sujeitos e territórios em humanos/desumanos e civilização/barbárie marca os binarismos que também integram as ações e formais sociais.

**3 AÇÕES DO ESTADO EM RELAÇÃO ÀS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO PROGRAMA**

O objetivo deste item é relacionar as ações do Estado em relação às comunidades tradicionais no Programa, especialmente a de selamento das casas. Uma vizinha, D. Helena apontou: “Uma vez chegou uma assistente social e foi logo selando (marcando) as casas e perguntando se a gente queria casa ou apartamento. Não entendemos nada. Ficamos muito nervosos.” (LUSTOSA FILHO, 2015) E continuou: “Hoje tem muitos idosos que estão sofrendo, sem dormir, com problemas de saúde devido a essa pressão. O viúvo (de dona Isabel) Matias



**ANAIS IV SINESPP SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS**

vive chorando. Ele é bem conhecido, tem um comércio, está muito mal” (LUSTOSA FILHO, 2015). Esta ação será objeto de discussão.

O selamento das casas e aviso de que seriam as moradoras seriam removidas, na comunidade da Av Boa Esperança, sem debate prévio com a comunidade, atravessou as vidas e cotidianos a ponto de colaborar com processos de falecimento e adoecimento em curso, o que exemplifica reproduções da colonialidades de poder. A própria chave da requalificação urbana que justifica o Programa (PMT, 2014) parecem atestar que o território de ocupação tradicional por comunidades indígenas e afrodescendentes está/é desqualificado e precisa, por meio da intervenção do poder público, ser qualificado: enquadrado em modelos urbanísticos apresentados pelo próprio Programa.

Percebe-se que a Prefeitura, expressão do Poder Executivo municipal, por meio de assistente social, investida em função pública, teria identificado as casas das famílias a ser desapropriadas e realocadas para outro território, sem consulta à comunidade (VARÃO, REGO, 2017). Frisa-se o contraste com a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Estado Brasileiro, aponta o direito das comunidades tradicionais a consulta livre, prévia e informada sobre o posicionamento a respeito de decisões administrativas e legislativas que possam afetar suas vidas, territórios e seus direitos (COLETIVO DE MULHERES DA CONAQ, 2020).

O selamento das casas recorda o fato histórico, do começo do século XIX, da transparência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, seguida do confisco de residências da população, assinaladas com as iniciais "P.R." ("Príncipe-Regente"), e anedota popular "Ponha-se na Rua". A memória relaciona a ação do Poder Público municipal no contexto do Programa Lagoas do Norte com a hierarquia de poder entre metrópole e colônia, que com o mesmo método lacrou as moradias. Nota-se ausência de consentimento e participação da comunidade. Como se vai identificar o interesse público sem a escuta do público afetado/atingido? Assim, passa-se a apresentação das interseccionalidades observadas no caso.

**4 INTERSECCIONALIDADE NO FALECIMENTO DE UMA IDOSA DA AV. BOA ESPERANÇA**

O objetivo deste item é apresentar os atravessamentos interseccionais no falecimento de uma moradora idosa da Av. Boa Esperança em 2015, que remontam às relações

## ANAIS IV SINESPP SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

interseccionais de poder nos territórios e experiências individuais cotidianas, e ao seu uso como ferramenta analítica que considera a inter-relação de categorias de gênero, raça e geração, entre outras (AKOTIRENE, 2019; COLLINS, BILGE, 2021). Feministas negras brasileiras (GONZALEZ, 2020; COLETIVO DE MULHERES DA CONAQ, 2020; CARNEIRO, 2020) também apontam em seus estudos tais conexões de opressões e estruturas de poder e o impacto sobre a vida das mulheres especialmente as negras.

De acordo com o noticiado (LUSTOSA FILHO, 2015), a moradora idosa de 75 anos Isabel de Paula Sousa teria sofrido um infarto em virtude do anúncio, por assistentes sociais, de que deveria deixar a casa onde residia há cerca de trinta anos. Idade, território, gênero estão indicados. O fato de ser casada e cuidar de um irmão adoecido, que remontam os papéis de gênero na família, da mulher como esposa e cuidadora (GONZALEZ, 2020), também está nítido na reportagem.

A raça não é mencionada, expressão de: “um elenco de estratégias que tem determinado a invisibilidade do negro nas diferentes esferas da vida nacional, através dos conhecidos mecanismos socialmente instituídos de discriminação racial” (CARNEIRO, 2020, p.15). No Brasil, país de maioria autodeclarada negra (parda ou preta) (IBGE, 2020), em que pardo também pode ser considerado indígena (ANAHATA, 2019; COUTINHO JR, 2020), de construção nacional moderna colonial, que hierarquiza e desumaniza sujeitos/as descendentes de africanas em diáspora e/ou indígenas, ciganos e outros, racializar o debate nas políticas públicas, permite a ampliação da universalidade, além de colaborar com a coleta de dados estatísticos.

A Av. Boa Esperança localiza-se na zona norte do município de Teresina, capital do Estado do Piauí, em que 80% da população se declara parda ou preta (CIDADE VERDE, 2019). Permite o acesso centro-Norte da cidade pelas margens do Rio Parnaíba até ser renomeada de R. Des. Flávio Furtado que acompanha o curso das águas até ao Encontro dos Rios, parque ambiental de proteção do desaguar do rio Poti em seu afluente, o rio Parnaíba, que liga o Estado do Piauí ao Maranhão.

As origens da cidade de Teresina, na chamada Vila Velha do Poti, no atual bairro Poti Velho, nas adjacências da Avenida são indígenas e afrodiaspóricas, cujos modos e saberes são mantidos nestes territórios por meio das vivências e práticas ancestrais expressas nas olarias com produção de cerâmicas (MONTE, 2016), religiosidade de matriz africana (CARMO, 2017),

## ANAIS IV SINESPP SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

vazanteiros (PEREIRA, 2017; PEREIRA, 2021), contar das histórias (Novinho e Lúcia), produção de instrumentos musicais e móveis. A divisão racial do espaço (GONZALEZ, 2020) na cidade reproduz a lógica moderna e colonial de assimetrias sócio-raciais entre as regiões central, de ocupação da branquitude (SCHUCMAN, 2020), e as periferias negras, indígenas e migrantes.

A pesquisadora percebe, por meio da observação e memória, que na Av. Boa Esperança, especialmente nas margens do Rio Parnaíba, a materialidade do dizer quilombola “onde há árvore há quilombo”, que articula a preservação da natureza com as práticas ancestrais afrodiaspóricas mantidas por quilombolas e tradicionais em biointeração (BISPO, 2015). As árvores, canteiros, roçados verdejam os horizontes de quem vive e transita pela região.

No presente momento, o Centro de Defesa Ferreira de Sousa, entidade de representação do Movimento de famílias Atingidas pelo Programa Lagoas do Norte e das Comunidades Tradicionais de Teresina, está com uma campanha, com site virtual, Demarca Boa Esperança<sup>3</sup>, que pauta demarcação do território da comunidade Boa Esperança, auto-reconhecida como Remanescente de Quilombo Urbano, na zona norte de Teresina, por meio de petição.

Retomo o que está explícito na reportagem sobre a moradora, uma mulher idosa de 75 anos, nos termos “a idosa teria sua saúde debilitada e, conseqüentemente, tido um infarto por conta do anúncio de que deveria deixar a casa onde mora há cerca de trinta anos às margens da avenida Boa Esperança.” (LUSTOSA FILHO, 2015). Podem ser acionados aqui os processos de adoecimento e morte, em cenário necropolítico, nas violências contra as mulheres negras em seus territórios.

O que é ser e estar idosa em uma comunidade tradicional quilombola? O que é residir na mesma casa há trinta anos às margens de um rio? O corpo é território que habitamos e coabitamos e a casa das moradoras da Av. Boa Esperança, caracterizada como casa vazanteira (PEREIRA, 2021), é território tradicional, é museu vivo objetos e práticas tradicionais. Do tempo decorre a construção da vida no mesmo lugar há mais de trinta anos, com família, comunidade e vizinhança. Casa é onde se cria os filhos, netos e crianças da vizinhança, se varre a calçada e o quintal, dá um “de comer” para os animais, se tem uma pequena roça, horta, um cultivo nas vazantes.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://demarcaboaesperanca.info/>. Acesso 16 mar 2022.



**ANAIS IV SINESPP SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Pauta-se também o adoecimento de mulheres em contextos de ameaça de saída de território tradicional, com a perda da casa em virtude de políticas públicas, como o Programa Lagoas do Norte. O vínculo orgânico entre as pessoas e o seu território se relaciona com as práticas promovidas, de promoção de vida, cuidado e biointeração com a natureza (BISPO, 2015).

Em contextos modernos coloniais, os corpos e territórios da população negra e indígena são situados no regime da necropolítica, em que o exercício da soberania produz a escolha de quem é e quem não é matável, quem vive e quem morre. Os genocídios destas populações, em curso, expressam este projeto de poder.

A morte também se produz pelo adoecimento, a partir da comunicação por meio de agentes públicos, assistentes sociais, que moradores de todas as idades seriam removidos pelo Estado para a construção do parque Lagoas do Norte. Cada dia que passa sob a ameaça da desterritorialização se acentua um estado de controle assemelhado ao terror colonial (MBEMBE, 2016) vivenciado pelos sujeitos escravizados em relação ao racismo e à morte e violências que poderiam ser vivenciadas a qualquer momento.

A interseccionalidade permite enxergar as situações de conflito a partir de seus vários atravessamentos e de como as estruturas de poder se expressam nos corpos e territórios, o que, no exposto, observou-se o território, a partir do corpo e fora dele, tradicional quilombola e as práticas ancestrais dos e das moradoras na Av Boa Esperança. O falecimento de uma moradora, mulher idosa, também foi observado ao apresentar o silêncio sobre a raça na reportagem e a sua centralidade em territórios tradicionais quilombolas; e o que é ser idosa, moradora de muitos anos de uma casa nesta comunidade e sofrer a ameaça de perdê-la.

**4 CONCLUSÃO**

O presente trabalho tematiza a vida e o adoecimento na relação entre o Estado, enquanto poder público municipal, e a comunidade da Av. Boa Esperança, sociedade civil. Como pressuposto para a implementação de uma política pública, o Estado comunica aos moradores seu deslocamento de forma compulsória e consequente desterritorialização. O falecimento de uma moradora idosa noticiado pela imprensa piauiense com entrevista de outra convivente

## ANAIS IV SINESPP SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

ilustra especialmente como as mulheres percebem e lidam com a ameaça da remoção em territórios tradicionais.

Esta etapa da pesquisa foi desenhada em termos exploratórios, descritivos, bibliográficos com abordagem qualitativa e enfoque teórico-metodológico interseccional, o que favoreceu situar as mulheres e suas experiências no foco da investigação. Raça, gênero e geração foram percebidos a partir de elementos ditos e silenciados na matéria jornalística selecionada para pautar as relações entre o falecimento de uma mulher idosa, moradora de uma comunidade tradicional com as ações colonialistas do Estado, conforme prenuncia o objetivo geral.

Em termos de resultados, percebe-se que o Programa e o Estado reproduzem as perspectivas coloniais, modernas e patriarcais da branquitude, especialmente ao pressupor o deslocamento dos e das moradoras para a implementação da política. A raça, mesmo quando silenciada, nota-se inclusive na forma como a comunidade ocupa e organiza seus territórios tradicionais. As mulheres são as mais afetadas, com adoecimento e morte, nas ameaças de remoção, pela centralidade de suas existências na vida em comunidade.

Recordamos que a interseccionalidade, ferramenta analítica utilizada, dialoga com as reflexões teóricas desenvolvidas por intelectuais negras brasileiras ao identificar os efeitos dos atravessamentos de raça e gênero na vida das mulheres negras. As cosmovisões africanas e indígenas, presentes enquanto ancestralidade e expressões de patrimônio material e imaterial das comunidades tradicionais, não separam de forma binária os seres humanos de seus territórios. Ubuntu, filosofia africana, aponta que “eu sou porque nós somos” e considera o “nós” como o “eu” porque se está no território. Assim, importa observar as presenças originais nas práticas de protagonismo e resistência das mulheres neste contexto.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro / Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro / Pólen, 2020.

ANAHATA, Jámille. A complexidade do “pardo” e o não-lugar indígena. **Medium** 2019. Disponível em: <https://medium.com/@desabafos/a-complexidade-do-pardo-e-o-n%C3%A3o-lugar-ind%C3%ADgena-a8a1e172e2b0>. Acesso em 9 abr 2022.



ANAIS IV SINESPP SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón.

Introdução: Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: \_\_\_\_\_. (Org.).

**Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019, p.9-26

BISPO, Antônio dos Santos. **Colonização, quilombo**: modos e significações. Brasília: Unb 2015.

CARMO, Francisca Daniele Soares. **Povos de terreiro no contexto de intervenções**

**urbanísticas**[manuscrito]: (Territórios sociais de religiosidades de matrizes africanas na zona Norte de Teresina-PI e o Programa Lagoas do Norte –PLN). 2017. 316f., il. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí - UFPI, 2017.

CARNEIRO, Sueli. Mulher Negra. In: \_\_\_\_\_. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020, p.13-60

COLETIVO DE MULHERES DA CONAQ. Quando uma mulher quilombola toma, o quilombo se levanta com ela. In: DEALDINA, Selma dos Santos (org). **Mulheres quilombolas**. Territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020, p.45-50

COLLINS, Patricia Hills; BILGE, Sirma. Patrícia Hill. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de Pesquisa**: entenda e faça. Petrópolis, RJ :Vozes, 2015.

COUTINHO JR, Miguel. Apropriação e fetichização de termos I — Retomada. **Medium**, 2020. Disponível em: <https://medium.com/@mcoutinhoj/apropriacao-de-termos-i-retomada-789e966a5777>. Acesso em 8 abr 2022

DEMARCABOAESPERANÇA. **Apoie a demarcação da Boa Esperança**. 2022. Disponível em: <https://demarcaboaesperanca.info/>. Acesso em 15 jan 2022.

GONZALEZ, Léila. Mulher Negra.In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.94-113

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. IBGE: 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf). Acesso em 10 fev 2021.

LUSTOSA FILHO, Carlos. **Morte de idosa levanta debate sobre impacto da obra pública**. Cidade Verde, 2015. Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/192856/morte-de-idosa-levanta-debate-sobre-impacto-de-obra-publica>. Acesso em 15 jan 2022.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, revista do ppgav/eba/ufrrj, n. 32, | dezembro de 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso 9 abr 2022

## ANAIS IV SINESPP SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

MONTE, Catarina Nery da Cruz. **Artesanato ceramista e direitos culturais frente ao Programa Lagoas do Norte no Poti Velho, Teresina -PI**: quais diálogos? 2016. 187f. : il. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) –Universidade Federal do Piauí, 2016.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global Editora, 2016

MUSEU DA BOA ESPERANÇA. **Documentos e produções acadêmicas**. 2021. Disponível em: <https://www.museudaboaesperanca.org/exposi%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em 7 jul 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2017

PEREIRA, Lucas Coelho. A casa vazanteira: bichos, plantas, vazantes e projetos de desenvolvimento urbano nas margens do rio Parnaíba. **Illuminuras**, v.22 n.58, 2021. Disponível em: <https://seer.ufgrs.br/illuminuras/article/view/110041> Acesso em 9 abr 2022.

\_\_\_\_\_. **Os reis do quiabo: meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina-Piauí**. 2017. 208f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. (PMT). **Marco de Reassentamento Involuntário das famílias e imóveis afetados pela implantação da 2ª fase do Programa Lagoas do Norte**. 2014. Disponível em: <<https://sempplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2014/10/PLN-II-Marco-de-Reassentamento-2014.pdf>>. Acesso em 20 nov. 2015.

SEGATO, Rita Laura. Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. In: BIDAISECA, Karina Bidaseca; VAZQUEZ LABA, Vanesa Vazquez (comps.). **Feminismos y poscolonialidad**. Descolonizando el feminismo desde y en América Latina. Buenos Aires: Ediciones Godot, 2011, p.17-48 Disponível em <https://searchworks.stanford.edu/view/9432245>. Acesso em: 15 jan 2022.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Veneta, 2020.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 24, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 abr 2022.

VARÃO, Lorena Lima Moura, REGO, Natasha Karenina de Sousa. O caso da luta das mulheres contra o deslocamento compulsório na Av. Boa Esperança, Teresina-PI. DIEHL, Diego Augusto, CORREIRA, Liziane Pinto (org). **Anais do VI Seminário Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais**. Brasília: IPDMS, 2016, p.1391-1402. Disponível em: <http://www.ipdms.org.br/files/2013/10/ANAIS-2016-AJUSTADO.pdf>. Acesso em 15 jan 2022.



## *Arte como Narrativa e Cuidado*



Nos fios tecidos nas conversas durante os episódios do podcast “Arte como Narrativa e Cuidado” – via *Anchor* (programa de podcast via internet) divulgado nas plataformas digitais *Spotify* (2021), *Google Podcasts* (2021) e *Apple Podcasts* (2021) – e nas imagens divulgadas no *Instagram @roda\_grio*, pudemos vivenciar uma pesquisa-experiência. No percurso de fiar estas experiências surgiram interlocuções que nos fizeram considerar as seguintes questões: O que chamamos de “arte”? O que estamos considerando como “cuidado” em nossas vidas? O que é ser “afrodescendente”? Quais “narrativas” tecemos sobre nós mesmos? Estas “narrativas” teriam quais objetivos? E teriam alguma finalidade específica? Há também aqui neste site, produções de artistas que buscaram tecer suas narrativas interagindo com as narrativas das mulheres desta pesquisa-experiência.

Esta exposição (ou exposições) nasce(m) dos debates no Núcleo de Estudos e Pesquisas RODA GRIÔ-GEAfro: Gênero, Educação e Afrodescendência da Universidade Federal do Piauí, que deu origem a dois projetos. O Projeto de Pesquisa “Arte como Narrativa e Cuidado de Mulheres Afrodescendentes desde a Pandemia da COVID-19” deu abertura para o Projeto de Extensão “Arte como Narrativa e Cuidado de Mulheres Afrodescendentes na Pandemia/2021” quando percebíamos/percebemos a enorme dificuldade dessas mulheres neste contexto pandêmico atual (2020-2022). Cada mulher entrevistada para a publicação dos *podcasts* e cada uma/um de nós, que interagiu com elas nesse processo de criação dos episódios, foi aprendendo que esse momento era desafiador, mas, também, criador. Dificuldades foram transformadas em oportunidades, novas maneiras de ser fazendo diferente para sobreviver com dignidade. Por isso, este site é uma consequência destas criações que reverberaram mais fios para continuarmos a tecermos histórias outras.

O site é mais um espaço-tempo de visibilidade, socialização e interatividade das artes, como fios de nossas narrativas afrodescendentes, em processos de enunciação das urdiduras e tramas de um extenso tear, como a metáfora de uma rede de cuidado que emergiu nesse contexto de criação com mulheres e suas artes. Um tear que se produz pelas artesanias de cada narrativa artística como provocação de um ato, de um modo e de um uso de ser protagonista naquilo que se vive, enquanto vamos nos tornando naquela rede de cuidado e aprendizagens por meio dos fios de nossas histórias. Assim, o convite para vivenciar o site com as produções-criações de narrativas, é ainda um convite para nos desafiarmos a prosseguirmos na escuta ativa com as

questões introdutórias, expandindo-as. O que chamamos de arte, de cuidado, de narrativa e como estamos nos enredando em nossas vias afrodescendentes?

Convidamos você a participar duma exposição de viver Afrodescendente através das nossas afrodescendências, que temos que cuidar com narrativas-protagonismos-atos e persistências objetivadas. Enquanto observa os nossos modos de criar cuidando da gente física-, mental- e espiritualmente, solicitamos que pondere sobre mais algumas indagações: Quando o foco consiste no fazer humano da beleza e do bonito, há arte e artesanato? O que faz artesã/o e artista? Neste fazer humano, como e onde entram as forças do mercado? Quais outros poderes socioculturais e epistêmicos influenciam neste fazer do ser humano? Sem a sedução capitalista, você estaria participando deste ato de narrar cuidados e vivências outras? Com provocações assim, convidamos você a participar duma exposição de viver Afrodescendente – tecendo narrativas, aproveitando a oportunidade para refletir e criar em torno de sua própria afrodescendência-narrativa como projeto, também, coletivo.

Francilene Brito da Silva – Departamento de Artes da UFPI

Vicelma Maria de Paula Barbosa Sousa – Curso de Licenciatura de Pedagogia, UFPI/CAFS

Francis Musa Boakari – Departamento de Fundamentos em Educação da UFPI

Teresina-PI, 05 de março de 2022.

*Equipe do Site "Tecendo Narrativas"*

**Carlos Henrique da Silva** – bolsista PIBIC/CNPq/UFPI do “Projeto Arte como Narrativa e Cuidado de Mulheres Afrodescendentes desde a Pandemia da COVID-19” – PROPESQI/UFPI. E, graduanda do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFPI.

**Francisco Ruan da Silva** – estudante ICV/UFPI do “Projeto Arte como Narrativa e Cuidado de Mulheres Afrodescendentes desde a Pandemia da COVID-19” – PROPESQI/UFPI. E, graduanda do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFPI.

**Simoní Portela Leal** – doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI.

**Grazielly Valéria Machado Costa da Silva** – graduanda do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFPI.



*Equipe do Projeto "Arte como Narrativa e Cuidado de Mulheres Afrodescendentes desde a Pandemia da COVID-19"*

**Águida Bomfim de Oliveira**  
**Aline Guimarães Pereira Gomes**  
**Caio de Sousa Feitosa**  
**Carlos Henrique da Silva**  
**Emanuella Geovana Magalhães de Souza**  
**Francilene Brito da Silva**  
**Francis Musa Boakari**  
**Francisco Ruan da Silva**  
**Grazielly Valéria Machado Costa da Silva**  
**Pâmela Lee Soares Vasconcelos**  
**Sabyna Pohema Soares de Lima**  
**Simoní Portela Leal**  
**Vicelma Maria de Paula Barbosa Sousa**

*Artistas exposição "Tecendo Narrativas"*

**Maria Bomfim da Silva**  
**Márcia Gomes da Silva**  
**Wanessa Campos da Costa**  
**Adriana Borges da Silva**  
**Larice Monteiro Borges da Silva**

*Artistas exposição "Tecendo Narrativas Múltiplas"*

## Interaja com a gente!



**nkarenina@gmail.com** (não compartilhado) [Alternar conta](#)



Qual seu Email?

Sua resposta

Comentários







Sua resposta

Enviar

Limpar formulário

Acesse nosso podcast:

Spotify

Google Podcasts

Apple podcasts

Acesse nossas outras possibilidades:

Instagram

Blogspot

Portfólio

**LUCAS DA ROCHA PITA BRITO**

**Márcia Gomes da Silva**

**Marcieva da Silva Moreira**

**Maria Clara Alves Lopes**

**Maria Laura Mendes dos Santos Leal**

**Maria Lizandra Mendes de Sousa**

**Marysol da Silva Costa**

**Natasha Karenina de Sousa Rego**

**Pamela Lee Soares Vasconcelos**

**Sabyna Pohema Soares de Lima**





arte como  
narrativa e  
cuidado







UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO PIAUÍ





# *Exposição Narrativas Múltiplas*

*Família sementes – peças com sementes*

*de sabonete-de-macaco e ostra*

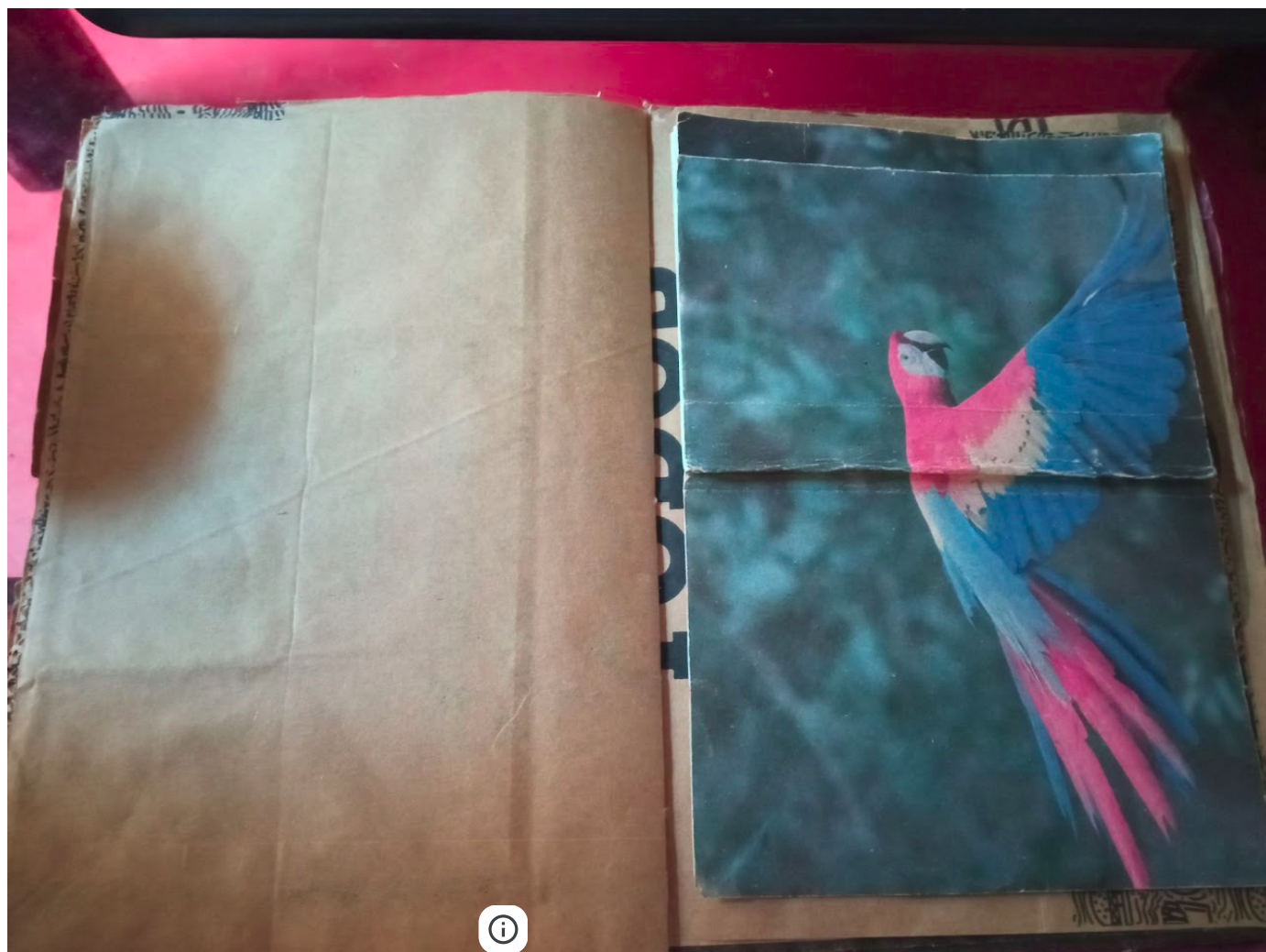




Relise

Essa obra é baseada numa visão com a CunhãPorangá, uma inspiração no reinado do Rei Sebastião com a história do Touro Encantado da Ilha dos Lençóis. Nunca foi sorte sempre foi Exu, para combater a intolerância religiosa, palmeira de coco babaçu para lembrar a fartura da terra Maranhão, livro do meu sonho que me trouxe a inspiração para esse desenho, luz som e movimento, boi do bumba meu boi do Maranhão, facão para abrir caminhos, grafismo do rosto da mulher, inspirada numa foto de @guajajarasonia que achei na internet. Meu primeiro Grafite através da oficina Kunhágwé - Pintando Afetos e saberes atravessados por mulheres, facilitado por LuRebordosa, Alana Santo, Chermie Ferreira e TamikuaTxihí, no muro da Coordenadoria de Estado de Políticas para mulheres do Piauí.

*"Cadernos feito com material reciclável de delivery e costurados à mão "*





*Ficha Têx...*

Cadernos feitos com material reciclável de delivery e costurados à mão  
Na imagem um caderno grande e um pequeno, com capa de gravura de revista  
de pássaro colorido e de asas abertas  
Natasha Karenina de Sousa Rego  
2022

*"Menina com labigó "*





# ANais DO XI CONGEAfRO

## DE PÉS DESCALÇOS PARA NARRATIVAS DE (AUTO)VALORIZAÇÃO



### ORGANIZAÇÃO

FRANCILENE BRITO DA SILVA  
FRANCIS MUSA BOAKARI  
KÁCIO DOS SANTOS SILVA  
ÁGUIDA BONFIM DE OLIVEIRA  
CARLOS HENRIQUE DA SILVA

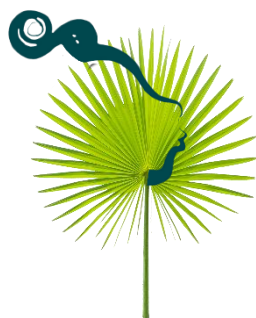


RODA GRIÓ/GEAfro -UFPI -2024



RODA GRIÔ/GEAfro - UFPI

ANAIS DO XI CONGRESSO SOBRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E AFRODESCENDÊNCIA:  
De pés descalços para narrativas de (auto)valorização



2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (CCE)  
COORD. DE PROGRAMAS, PROJETOS E EVENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS (CPPEC-PREXC)  
**DEPARTAMENTO DE ARTES (DEA)**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE ROVUMA - MOÇAMBIQUE**  
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS RODA GRIÔ: GÊNERO, EDUCAÇÃO E  
AFRODESCENDÊNCIA (RODA GRIÔ: GEAfro)

### **Institucional**

Reitor

Gildásio Guedes Fernandes (2021-2024)

Vice-Reitor

Viriato Campelo (2020-2024)

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Ana Beatriz Sousa Gomes

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PREXC

Francisco Tavares de Miranda Filho

Coordenadoria de Programas, Projetos e Eventos Científicos e Tecnológicos –  
CPPEC

Kelsen Arcangelo Ferreira e Silva

Diretor do CCE

Eliana de Sousa Alencar Marques

Chefe do DEA

Maria Raquel Alves da Rocha

Coordenador do Curso de Licenciatura em Artes Visuais

Odailton Aragão Aguiar

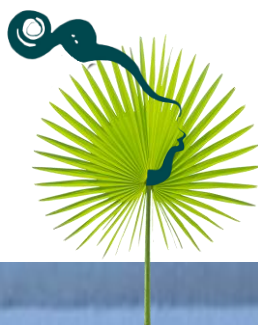
Coordenação do Núcleo de Estudos e Pesquisas RODA GRIÔ/GEAfro: Gênero,  
Educação e Afrodescendência

Francilene Brito da Silva e Kácio dos Santos Silva

Francis Musa Boakari (Coord. Emérito)

Coordenação do XI CONGEAfro: de pés descalços para narrativas de  
(auto)valorização

Francilene Brito da Silva e Kácio dos Santos Silva, Francis Musa Boakari (Coord.  
Emérito), Carlos Henrique da Silva, Águida Bomfim de Oliveira e Roberto da  
Costa Joaquim Chaua



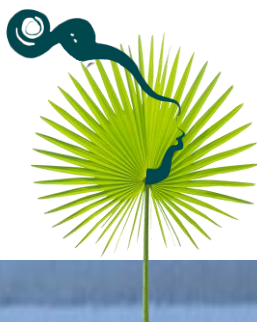


[https://rodagrio.com/xi\\_congeafro#](https://rodagrio.com/xi_congeafro#)

E-mail: [congeafroroda@gmail.com](mailto:congeafroroda@gmail.com)

Facebook: <https://www.facebook.com/RodaGrio19>

Instagram: [https://www.instagram.com/roda\\_grio](https://www.instagram.com/roda_grio)



### **Comissão de Trabalho Geral**

Águida Bomfim de Oliveira  
Carlos Henrique da Silva  
Francilene Brito da Silva  
Francis Musa Boakari  
Kácio dos Santos Silva  
Roberto da Costa Joaquim Chua

### **Comissão Científica**

Arlindo Cornelio Ntunduatha Juliasse  
Ayla Miceia dos Santos Araujo  
Elenita Maria Dias de Sousa Aguiar  
Francilene Brito da Silva  
Francis Musa Boakari (coordenador)  
Jascira da Silva Lima  
Leyllane Dharc Carvalho dos Santos Dias  
L'hosana Céres de Miranda Tavares  
Roberto da Costa Joaquim Chua  
Simoni Portela Leal

### **Monitoria**

#### *Comissão de Monitoria*

Emanuella Geovana Magalhães de Souza  
Leonardo Silva Sena  
Maria Clara Gomes Cardoso  
Marina Mara Barbosa dos Santos  
Maria Clara Gomes Cardoso  
Artenilde Soares da Silva  
Raimundo Gomes dos Santos  
Raimundo Lucas Costa Oliveira,

#### *Monitores*

##### Manhã

Francisco Romário Paz Carvalho  
Juliana veras de Sousa  
George Washington Rodrigues da Silva  
Marcimina Gabriele Ferreira Costa  
Gilberto Daniel Rafael  
Grazielly Valéria Machado Costa da Silva  
Gadiel Cauet de Sousa Ribeiro  
Priscila Soares Reinaldo  
Alexsandra Almeida Veloso Santos  
Amabilly Galvão Quirino  
André Lucas Resende Costa  
Sabrina Maria da Silva Andrade  
Felipe de Almeida Feitosa  
Gabriela Rocha Solon

##### Tarde

João Marcos Araújo de Oliveira  
Edvaldo de Sousa Cardodo  
Lourena Lemos Linard

Marcelo Augusto Santos de Araujo  
Vitória Stefany Ferreira da Silva  
Leila Maria de Sales Lago  
Raimundo Lucas Costa Oliveira

**Comissão do CONGEAfrinho**

Marcieva da Silva Moreira  
Andreia Barreto Lira  
Maria Clara Gomes Cardoso  
Marina Mara Barbosa dos Santos  
Artenilde Soares da Silva  
Ayla Micéia dos Santos Araujo  
Caryne Maria da Silva Gomes  
L'hosana Céres de Miranda Tavares  
Evandro Carlos Ferreira (CETE Domício Magalhães)  
Emanuella Geovana Magalhães de Souza (E.M. Monteiro Lobato).

*Ministrantes*

Lizandro Silva de Assis  
Talita do Monte  
Railane Matos de Carvalho  
Kácio dos Santos Silva  
*Doadoras(es) da RODA GRIÔ*  
Anônimas(os)

**Exposição "XI CONGEAfro – de pés descalços para narrativas de  
(auto)valorização"**

*Comissão*

Elielson Silva dos Santos  
Maria Gabriela de Pinho Veloso Feitosa  
Rocielisson Gomes da Silva  
Felipe de Almeida Feitosa  
Carlos Henrique da Silva  
Águida Bomfim de Oliveira  
*Artistas – Exposição na Galeria Liz Medeiros*  
Cláudia da Paz Freire  
Francisca Geovana Alves da Costa  
Juliana Veras de Sousa  
Leyllane Dharc Carvalho dos Santos Dias  
Marianna da Silva Batista  
Maykon Davi dos Santos Oliveira  
Nágila Alves da Silva  
Natasha Karenina de Sousa Rego  
*Artistas – Exposição On-line*  
Leyllane Dharc Carvalho dos Santos Dias  
Marianna da Silva Batista  
E Outras Mídias

### **Mediadores de Rodas Temáticas**

Simoní Portela Leal  
Vicelma Maria de Paula Barbosa Sousa  
Soraia Lima Ribeiro de Sousa  
Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior

### **Mediadores de Rodas de Conversas**

Francisco Williams de Assis Soares Gonçalves  
Haldaci Regina da Silva  
Luciana da Silva Ramos  
Nelson de Jesus Barros Silva  
Paulo de Tarso da Silva Junior  
Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior  
Soraia Lima Ribeiro de Sousa

### **Mediadores de Reflexões de Abertura e Encerramento**

Roberto da Costa Joaquim Chaua e  
Kácio dos Santos Silva

### **Comissão de Sessões de Cinema**

Regina França  
Paulo de Tarso Tapety  
Carlos Henrique da Silva  
Francilene Brito da Silva  
Águida Bomfim de Oliveira  
Kácio dos Santos Silva

### **Editoração e Diagramação**

Francilene Brito da Silva

### **Arte**

Carlos Henrique da Silva

### **Secretaria**

Águida Bomfim de Oliveira

### **Revisão**

Arlindo Cornelio Ntunduatha Juliasse  
Francilene Brito da Silva  
Francilurdes Brito da Silva Ribeiro (Letras Português)  
Simoní Portela Leal

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Sistema de Bibliotecas da UFPI – SIBiUFPI  
Serviço de Processamento Técnico

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP**

C749a Congresso Internacional sobre Gênero, Educação e Afrodescendência: De  
pés descalços para narrativas de (auto) valorização (11.: 2024:  
Teresina, PI).

Anais. Livro de programação e Resumos [recurso eletrônico] / XI  
CONGEafro: De pés descalços para narrativas de (auto) valorização, 04 a  
08 de novembro em Teresina, PI. – Teresina, UFPI, 2024.  
225 p.

Promoção: Núcleo de Estudos e Pesquisas RODA GRIÔ-GEAfro:  
Gênero, Educação e Afrodescendência da Universidade Federal do Piauí,  
(UFPI) - Teresina.

Disponível em: [https://rodagrio.com/xi\\_congeafro](https://rodagrio.com/xi_congeafro)  
ISSN 2318-5244

1. Gênero. 2. Educação. 3. Afrodescendência. I. Título.

CDD 370

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO 18

Francilene Brito da Silva 18

## PROGRAMAÇÃO DO XI CONGEAfro 25

### 04 a 08.11.2024 25

#### PROGRAMAÇÃO DO DIA 04.11.2024 25

Reflexões de Abertura: Considerações sobre o “XI CONGEAfro: de pés descalços para narrativas de (auto)valorização” 25

Roberto da Costa Joaquim Chaua (Moçambique) – mediador 25

José Carlos Aragão Silva (Brasil) 25

Mailsa Carla Pinto Passos (Brasil) 25

Leyllane Dharc Carvalho dos Santos Dias (Brasil) 25

CONGEAfrinho - Presencial 25

Sala de Vídeo: Sessão de Cinema 25

Sala de Reuniões do CCE: OFICINA DE SLAM COMO PRÁTICAS NARRATIVAS DE AUTOVALORIZAÇÃO PESSOAL E COLETIVA 25

Ministrante: Lizandro Silva de Assis 25

Sala 443: OFICINA DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS 26

ministrante: Talita do Monte 26

Sala 444: OFICINA DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS 26

ministrante: Railane Matos de Carvalho 26

Exposição Artística “De pés descalços para narrativas de (auto)valorização” 26

Presencial - Galeria Liz Medeiros no CCE da UFPI. 26

Sessões de Cinema - Presencial 26

#### PROGRAMAÇÃO DO DIA 05.11.2024 27

Exposição Artística “De pés descalços para narrativas de (auto)valorização” 27

Presencial - Galeria Liz Medeiros no CCE da UFPI. 27

Sessões de Cinema – Presencial 27

#### PROGRAMAÇÃO DO DIA 06.11.2024 28

Socializações de Aprendizagens (Minicursos) 28

Roda Temática 01 (Mesa Redonda 01) 28

Simoní Portela Leal (Brasil) – mediadora 28

Lourdes Angélica Pacheco Cermeño (Peru) 28

Ancha Quimuenhe (Moçambique) 28

Simone Cristina Silva Simões (Brasil) 28

Roda Temática 02 (Mesa Redonda 02) 28

Vicelma Maria de Paula Barbosa Sousa (Brasil) – mediadora 28

Suzete Magalhães Dinis (Moçambique) 28

Zeferino Barros José (Moçambique) 28

Meire Michele dos Santos Rocha Leal (Brasil) 28

Roda Temática 03 (Mesa Redonda 03): 29

Soraia Lima Ribeiro de Sousa (Brasil) – mediadora 29

Yan Carlos Romero Mancilla (Colômbia) 29

Gilberto Daniel Rafael (Moçambique) 29

Ilanna Brenda Mendes Batista (Brasil) 29

Roda Temática 04 (Mesa Redonda 04): 29

Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior (Brasil) – mediador 29

|                                                                                                                                        |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Rafa Malungo – Rafael Campos (Portugal)                                                                                                | 29 |
| Rosângela Colares (Brasil)                                                                                                             | 29 |
| Argentina Serafim Lopes (Moçambique)                                                                                                   | 29 |
| Dércio dos Santos Teresa Abreu Mwalimu (Moçambique)                                                                                    | 29 |
| Socializações de Aprendizagens (Minicursos)                                                                                            | 29 |
| <b>PROGRAMAÇÃO DO DIA 07.11.2024</b>                                                                                                   |    |
| Roda de Conversa 01 (Comunicações Oraís e Outras Mídias)                                                                               | 29 |
| Mediador: Nelson de Jesus Barros Silva                                                                                                 | 29 |
| Roda de Conversa 02 (Comunicações Oraís e Outras Mídias)                                                                               | 30 |
| Mediador: Francisco Williams de Assis Soares Gonçalves                                                                                 | 30 |
| Roda de Conversa 03 (Comunicações Oraís e Outras Mídias)                                                                               | 31 |
| Mediador: Paulo de Tarso da Silva Junior                                                                                               | 31 |
| Roda de Conversa 04 (Comunicações Oraís e Outras Mídias)                                                                               | 32 |
| Mediadora: Soraia Lima Ribeiro de Sousa                                                                                                | 32 |
| <b>PROGRAMAÇÃO DO DIA 08.11.2024</b>                                                                                                   |    |
| Roda de Conversa 05 (Comunicações Oraís e Outras Mídias)                                                                               | 33 |
| Mediadora: Luciana da Silva Ramos                                                                                                      | 33 |
| Roda de Conversa 06 (Comunicações Oraís e Outras Mídias)                                                                               | 34 |
| Mediador: Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior                                                                                           | 34 |
| Roda de Conversa 07 (Comunicações Oraís e Outras Mídias)                                                                               | 35 |
| Mediadora: Haldaci Regina da Silva                                                                                                     | 35 |
| Reflexões de Encerramento: Considerações sobre o e-Book “Francis Musa Boakari: A arte da gentileza e a pedagogia da (auto)valorização” | 36 |
| Kácio dos Santos Silva (Brasil) – mediador                                                                                             | 36 |
| Francilene Brito da Silva (Brasil)                                                                                                     | 36 |
| Arlindo Cornélio Ntudiantha Juliasse (Moçambique)                                                                                      | 36 |
| Raimunda Nonata da Silva Machado (Brasil)                                                                                              | 36 |

## RESUMOS 38

|                                                                                                                                |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>RODAS DE CONVERSAS (COMUNICAÇÕES ORAIS)</b>                                                                                 |    |
| A ESSÊNCIA POÉTICA FEMININA NO MULHERISMO AFRICANA DE NAH DOVE                                                                 | 39 |
| Maura Luza Martins Frazão de Oliveira                                                                                          | 39 |
| A EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS VENEZUELANAS DE ETNIA WARAO, NO ESTÁGIO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.                                       | 40 |
| Érica Sayane Araujo Silva                                                                                                      | 40 |
| Suelen Cristina Monteiro Sátiro                                                                                                | 40 |
| Paulo de Tarso da Silva Junior                                                                                                 | 40 |
| A MITOLOGIA YORUBÁ COMO RECURSO INTEGRADOR DE SÍMBOLOS À ALMA BRASILEIRA                                                       | 41 |
| Nathiely Moreira Pereira                                                                                                       | 41 |
| A PEDAGOGIA DE OYÁ: MULHERES NEGRAS E DESCONSTRUÇÃO DA ESTÉTICA DAS COLONIALIDADES NO CURRÍCULO E ENSINO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL | 44 |
| Amine Jesus Fernandes Meira                                                                                                    | 44 |
| Eduardo O. Miranda                                                                                                             | 44 |
| A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL EM TORTO ARADO                                                                          | 47 |
| Leila Maria de Sales Lago                                                                                                      | 47 |
| A RODA DE CONVERSA COMO ELEMENTO FORMATIVO PARA PROFESSORES DE LÍNGUAS                                                         | 48 |
| Layenne Humberto de Oliveira                                                                                                   | 48 |
| AFETIVIDADE E DIVERSIDADE: COMO TRABALHAR RELAÇÕES DE GÊNERO E RAÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL                                       | 49 |
| Ellen Raniele de Nazareth Fernandes                                                                                            | 49 |

|                                                                                                                                                              |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Islene Beatriz de Freitas Gomes                                                                                                                              | 49 |
| Paulo de Tarso da Silva Junior                                                                                                                               | 49 |
| AFROCENTRICIDADE: CONSTRUINDO AGÊNCIAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO DESIGN                                                                                     | 50 |
| Danielle Cristina dos Santos Pereira                                                                                                                         | 50 |
| Raimunda Nonata da Silva Machado                                                                                                                             | 50 |
| ALQUIMIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA NA PERSPECTIVA DA EPISTEME AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA: UM ESTUDO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE TERESINA - PI | 53 |
| Derek Gilmore de Araujo Silva                                                                                                                                | 53 |
| Luiz Diego Carvalho Ferreira                                                                                                                                 | 53 |
| Fernando Rocha da Costa                                                                                                                                      | 53 |
| Matheus Sales De Oliveira                                                                                                                                    | 53 |
| ANÁLISE DOS FACTORES QUE INFLUENCIAM NA DESISTÊNCIA DA RAPARIGA NA EP DE LUGENDA-MECULA NO PERÍODO DE 2020 – 2021                                            | 54 |
| Jaime Adamo Caísse                                                                                                                                           | 54 |
| APRENDENDO “DE PÉS DESCALÇOS PARA...” SE AUTOVALORIZAR                                                                                                       | 55 |
| Francis Musa Boakari                                                                                                                                         | 55 |
| Francilene Brito da Silva                                                                                                                                    | 55 |
| AS VIOLÊNCIAS EM “O AVESSO DA PELE”, DE JEFERSON TENÓRIO                                                                                                     | 56 |
| Bruno Lima Pereira                                                                                                                                           | 56 |
| ATIVIDADE DE ÁGUA (Aw): EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM CIÊNCIAS DA NATUREZA                                                 | 58 |
| Matheus Sales de Oliveira                                                                                                                                    | 58 |
| Fernando Rocha da Costa                                                                                                                                      | 58 |
| BALANÇO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.                                                         | 58 |
| Angelita da Cruz Espíndola                                                                                                                                   | 58 |
| Edicléia Lima de Oliveira                                                                                                                                    | 58 |
| Regyna Kleyde de Holanda Duarte                                                                                                                              | 58 |
| CAMINHO DE VOLTA: TÉCNICA DE PRODUÇÃO DE DADOS NA CARTOGRAFIA DE NARRATIVAS DE JOVENS NEGROS COTISTAS DA UEMA - CAMPUS CAXIAS                                | 61 |
| Samuel José Lima de Carvalho                                                                                                                                 | 61 |
| Maria do Socorro Borges da Silva                                                                                                                             | 61 |
| COLETIVIDADE PARA PERMANECER SENDO UMA JOVEM COTISTA NO CURSO DE PEDAGOGIA - UFPI                                                                            | 63 |
| Sabrina Thainara de Sousa Bernardina                                                                                                                         | 63 |
| Shara Jane Holanda Costa Adad                                                                                                                                | 63 |
| CUIDAR É AMAR: PRÁTICAS DE CUIDADO COMO MISSÃO ANCESTRAL DAS MÃES DO TERREIRO ILÊ ASHÉ OGUM SOGBÔ                                                            | 64 |
| Victoria Maria Aquino da Silva                                                                                                                               | 64 |
| DESVENDANDO OS SEGREDOS DA RELAÇÃO DOS BRASILIANOS COM SUA IDENTIDADE: O ENIGMA DA ASCENSÃO DE CARMEN MIRANDA E ANITTA                                       | 69 |
| Edvaldo de Sousa Cardoso                                                                                                                                     | 69 |
| DIREITOS DE PERSONALIDADE E HERMENÊUTICA SENHORIAL: UM ESTUDO DE CASO DA LEI Nº 14.532, de 2023                                                              | 72 |
| Lara Melinne Matos Cardoso                                                                                                                                   | 72 |
| DISPUTAS EPISTÊMICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: REFLETINDO SOBRE OFERTA DE VAGAS PARA PESQUISAS SOBRE RAÇA E AFRICANIDADES                                            | 73 |
| Soraia Lima Ribeiro de Sousa                                                                                                                                 | 73 |
| Raimunda Nonata da Silva Machado                                                                                                                             | 73 |
| EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NAS DIRETRIZES CURRICULARES MUNICIPAIS DE TERESINA. UMA ANÁLISE EM PROCESSO.                                                           | 75 |



|                                                                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Maria Helena Ferreira da Costa                                                                                           | 75  |
| Kátia Cristina Newton Bonfim Maciel                                                                                      | 75  |
| Fagner de Sousa Araújo                                                                                                   | 75  |
| EDUCAÇÃO BÁSICA: REALIDADE SOCIAL EM NÚMEROS                                                                             | 77  |
| Vanessa Maria Machado da Silva                                                                                           | 77  |
| Elenita Maria Dias de Sousa Aguiar                                                                                       | 77  |
| EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E TECNOLOGIAS: UM ESTUDO SOBRE O GRUPO GEPETIC DA UFGD.                                            | 79  |
| Angelita da Cruz Espíndola                                                                                               | 79  |
| Jacklady Dutra Nascimento                                                                                                | 79  |
| Regyna Kleyde de Holanda Duarte                                                                                          | 79  |
| EDUCAÇÕES: MULHERES AFRODESCENDENTES NO INSTAGRAM                                                                        | 80  |
| Emanuella Geovana Magalhães de Souza                                                                                     | 80  |
| ENTRE A ORALIDADE E A ESCRITA: PRODUÇÃO DE CONTOS AFRICANOS NA ESCOLA, POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA                     | 82  |
| Brenda Thallys Rocha Seabra                                                                                              | 82  |
| Yngrid Mota de Melo                                                                                                      | 82  |
| Jessica Santos Oliveira                                                                                                  | 82  |
| ESTIGMAS E INVISIBILIDADE ETÁRIA E DE GÊNERO NOS PROCESSOS DE ENVELHECIMENTOS DE PESSOAS LGBTQIAPN+                      | 84  |
| Marcos Antonio Ângelo da Silva                                                                                           | 84  |
| FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS E AS LEIS 10.639/03 E 11.645/08: POSSIBILIDADES DE VALORIZAÇÃO NAS REPRESENTATIVIDADES NEGRAS | 87  |
| Victoria Sara de Arruda                                                                                                  | 87  |
| Laura Noemi Chaluh                                                                                                       | 87  |
| FORMAÇÃO DOCENTE AFROCENTRADA E INTERSUBJETIVA NA LIESAFRO                                                               | 89  |
| Walquíria Costa Pereira                                                                                                  | 89  |
| GÊNERO E RAÇA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA: UM ESTUDO DE CASO EM TERESINA – PIAUÍ                        | 91  |
| Luiz Diego Carvalho Ferreira                                                                                             | 91  |
| Derek Gilmore de Araujo Silva                                                                                            | 91  |
| Fernando Rocha da Costa                                                                                                  | 91  |
| Matheus Sales de Oliveira                                                                                                | 91  |
| HÁ UMA CAPACIDADE EMANCIPATÓRIA NA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE PARA SUJEITOS AFROCENTRADOS?                                | 92  |
| Leticia Oliveira de Souza                                                                                                | 92  |
| Allene Carvalho Lage                                                                                                     | 92  |
| IMPACTOS DO RACISMO ESTRUTURAL SOBRE A SAÚDE DE PESSOAS NEGRAS                                                           | 95  |
| Emanuelly Sousa Santiago                                                                                                 | 95  |
| Simone Cristina Silva Simões                                                                                             | 95  |
| INFÂNCIAS NEGRAS E EDUCAÇÃO: O BRINCAR COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA ANTIRRACISTA                                           | 97  |
| Ayla Micéia dos Santos Araújo                                                                                            | 97  |
| Thalia Gomes de Moraes                                                                                                   | 97  |
| JOVENS COTISTAS DO CURSO DE PEDAGOGIA PRODUZINDO CONHECIMENTO COM AS PONTAS DOS DEDOS: UMA OFICINA SOCIOPOÉTICA          | 98  |
| Wanderson William Fidalgo de Sousa                                                                                       | 99  |
| Shara Jane Holanda Costa Adad                                                                                            | 99  |
| LITERATURA REVOLUCIONÁRIA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO MOVIMENTO DA NEGRITUDE NAS ANTILHAS                                   | 100 |
| Fabiana dos Santos Sousa                                                                                                 | 100 |
| MARIA SUELI RODRIGUES DE SOUSA: UMA INTELECTUAL AMEFRICANA NA DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES                           | 102 |

|                                                                                                                                                                      |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Bruna Stéfanni Soares de Araújo                                                                                                                                      | 102 |
| MULHERES NEGRAS EDUCADORAS: HISTÓRIAS INVISÍVEIS E SABERES POTENTES                                                                                                  | 105 |
| Laura Sabrina Nogueira de Oliveira                                                                                                                                   | 105 |
| UFPI                                                                                                                                                                 | 105 |
| Armennia Vitória Araújo Santos                                                                                                                                       | 105 |
| Paulo de Tarso da Silva Junior                                                                                                                                       | 105 |
| MULHERES NEGRAS ENTRE RISCO E RESILIÊNCIA: APRENDENDO COM A ADAPTABILIDADE                                                                                           | 106 |
| Luciana da Silva Ramos                                                                                                                                               | 106 |
| Bininba Djata                                                                                                                                                        | 106 |
| MUNDO DO THEO NA ESCOLA: VIVÊNCIAS DE UM MENINO NEGRO AUTISTA PARA UMA TURMA DE 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL                                                         | 107 |
| Francisca Cibebe da Silva Gomes                                                                                                                                      | 107 |
| NARRATIVAS DE (AUTO)VALORIZAÇÃO DE PESQUISADORAS AFRODESCENDENTES DO NÚCLEO RODA GRIÔ – GEAFRO, UFPI                                                                 | 108 |
| Marcieva da Silva Moreira                                                                                                                                            | 108 |
| O DEVIR-CRIANÇA ENQUANTO VENCE-DEMANDA DA NECROPOLÍTICA NA ESCOLA                                                                                                    | 111 |
| Marlia Ferreira Ribeiro                                                                                                                                              | 111 |
| Josy Gomes/ José Gomes da Silva Filho                                                                                                                                | 111 |
| O GÊNERO NO RECREIO: COMO AS BRINCADEIRAS REPRODUZEM OU ROMPEM AS NORMAS DE GÊNERO?                                                                                  | 112 |
| Bruna Letícia Pereira Oliveira                                                                                                                                       | 112 |
| Kalyanne Kessia Rodrigues da Silva                                                                                                                                   | 112 |
| Paulo de Tarso da Silva Junior                                                                                                                                       | 112 |
| O HOMEM E O MAR: (RE)CONSTRUINDO EXPERIÊNCIAS E SABERES COM AS COMUNIDADES PESQUEIRAS                                                                                | 115 |
| Wilson Profirio Nicaquela                                                                                                                                            | 115 |
| O LÚDICO COMO DESCONSTRUÇÃO DE PENSAMENTOS COLONIAIS                                                                                                                 | 115 |
| Gardenia Marques                                                                                                                                                     | 115 |
| O REGGAE ENQUANTO FERRAMENTA SOCIAL CIDADE DE CODÓ-MA                                                                                                                | 117 |
| Carolyne de Jesus Cantanhede Moreira                                                                                                                                 | 117 |
| O TEXTO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A QUÍMICA DO CUSCUZ: ESTUDOS SOBRE HERANÇA ALIMENTAR AFRODIASPÓRICA                                                           | 119 |
| Matheus Sales de Oliveira                                                                                                                                            | 119 |
| Fernando Rocha da Costa                                                                                                                                              | 119 |
| OS DISCURSOS DE GÊNERO QUE REPRODUZEM PRECONCEITOS CONTRA AS MULHERES NO CAMPO DA MATEMÁTICA                                                                         | 119 |
| Isabel Ferreira do Nascimento                                                                                                                                        | 119 |
| OS EFEITOS DA PANDEMIA EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: ABANDONO DE DISCENTES DOS CAMPI CLÓVIS MOURA (CCM) E POETA TORQUATO NETO (TN) - TERESINA/PI (2020 A 2022) | 122 |
| Karinny Santos Oliveira                                                                                                                                              | 122 |
| Elenita Maria Dias de Sousa Aguiar                                                                                                                                   | 122 |
| PEDAGOGIA DA PERGUNTA, METODOLOGIA DA CONVIVIALIDADE DIALÓGICA: FORMAS DECOLONIAIS EM FAZER PESQUISA                                                                 | 124 |
| Simoní Portela Leal                                                                                                                                                  | 124 |
| Francis Musa Boakari                                                                                                                                                 | 124 |
| PERCEPÇÕES DAS COMUNIDADES QUANTO À IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO BILÍNGUE NA LOCALIDADE DE NAQUESSA, DISTRITO DE LALAUÁ, PROVÍNCIA DE NAMPULA                             | 125 |
| Melo António Vachaneque                                                                                                                                              | 125 |
| Roberto da Costa Joaquim Chua                                                                                                                                        | 126 |
| Gilberto Daniel Rafael                                                                                                                                               | 126 |
| PINTE COM O LÁPIS COR DE PELE! MAS DE QUAL PELE?                                                                                                                     | 126 |

|                                                                                                                             |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Ayla Micéia dos Santos Araújo                                                                                               | 127 |
| Alessandra Raniery Araújo Alves de Sousa                                                                                    | 127 |
| PODERES TRADICIONAIS: A FORÇA POR TRÁS DAS ATRIBUIÇÕES DE GÊNERO NOS GRUPOS ÉTNICOS DE GUINÉ-BISSAU                         | 128 |
| Bininba Djata                                                                                                               | 128 |
| Luciana da Silva Ramos                                                                                                      | 128 |
| POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: ESTUDANTES TRANS E TRAVESTIS TRAGADAS, SUFOCADAS E EXPELIDAS DA EDUCAÇÃO                    | 129 |
| Wesley da Silva Rodrigues                                                                                                   | 129 |
| Shara Jane Holanda Costa Adad                                                                                               | 129 |
| POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL E ANTIRRACISTA: A POESIA AFRODESCENDENTE RESSIGNIFICANDO REPRESENTAÇÕES HISTÓRICAS              | 131 |
| Fagner de Sousa Araújo                                                                                                      | 131 |
| Maria Da Vitoria Barbosa Lima                                                                                               | 131 |
| Maria Helena Ferreira da Costa                                                                                              | 131 |
| PROFESSORAS(ES) NEGRAS(OS) COMO PROTAGONISTAS: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA EDUCAÇÃO                                       | 133 |
| Andréia Beatriz Melo da Silva                                                                                               | 133 |
| Camila Vitória de Araújo Sobreira                                                                                           | 134 |
| Paulo de Tarso da Silva Junior                                                                                              | 134 |
| PROGRAMA DE MONITORIA ACADÊMICA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ (UESPI): COMPREENSÕES HISTÓRICAS À REALIDADE QUANTITATIVA | 134 |
| Sara Line Coutinho Bezerra                                                                                                  | 134 |
| Elenita Maria Dias de Sousa Aguiar                                                                                          | 135 |
| RACISMO RECREATIVO: ANÁLISE DAS BRINCADEIRAS E PIADAS NO AMBIENTE ESCOLAR                                                   | 136 |
| Luana Coelho Pinheiro                                                                                                       | 136 |
| Hellen de Azevedo Sousa                                                                                                     | 136 |
| Rita de Cássia Araújo Avelino                                                                                               | 136 |
| Paulo de Tarso da Silva Júnior                                                                                              | 136 |
| RAÍZES COLONIAIS NOS DISCURSOS DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA                                                    | 138 |
| Bruna Victoria Castelo Branco Silva                                                                                         | 138 |
| Letícia Carolina Pereira do Nascimento                                                                                      | 138 |
| REFLEXÕES SOBRE AS TECNOLOGIAS ANCESTRAIS NO QUILOMBO URBANO DA BOA ESPERANÇA                                               | 141 |
| Natasha Karenina de Sousa Rego                                                                                              | 141 |
| REPRESENTATIVIDADE NEGRA NOS MATERIAIS DIDÁTICOS: UM ESTUDO CRÍTICO                                                         | 142 |
| Joana D'arc Mascarenhas Correia                                                                                             | 142 |
| RESISTIR PARA EXISTIR: ANCESTRALIDADE COMO FIOS DO PERTENCIMENTO                                                            | 143 |
| Jessica Jacob Rodrigues de Sousa                                                                                            | 143 |
| Elenita Maria Dias de Sousa Aguiar                                                                                          | 143 |
| RETRATOS ÍNTIMOS: METAMORFOSES DE GÊNERO EM “CORES DO FEMININO”                                                             | 144 |
| Maria Gabriela de Pinho Veloso Feitosa                                                                                      | 144 |
| SILENCIAMENTO E RESISTÊNCIA: A MARGINALIZAÇÃO DA CULTURAL AFRODESCENDENTE NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DE GEOGRAFIA CULTURAL       | 145 |
| Aline Soares Rangel                                                                                                         | 145 |
| TERRITORIALIDADES DE PROFESSORAS AFROUNIVERSITÁRIAS: CAMINHOS DA PERIFERIA À UNIVERSIDADE                                   | 147 |
| Alyne da Silva e Silva                                                                                                      | 147 |
| Raimunda Nonata da Silva Machado                                                                                            | 147 |
| VOZES SILENCIADAS: O APAGAMENTO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA                                                | 150 |

Erika Maria dos Santos Coelho 150  
Vanessa Rocha da Silva 150  
Paulo de Tarso da Silva Junior 150

*RODAS DE CONVERSAS (OUTRAS MÍDIAS) 153*

*MATARAM MAIS UM PRETO 153*

Lizandro Silva de Assis 153

*NA QUEDA DO CÉU A DESOBEDIÊNCIA, UMA POÉTICA CONTRACOLONIAL: UM RELATO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DA APARIÇÃO - NEGRUME DA GUERRA 155*

Victor de Freitas da Silva 155

*POESIA O ESPELHO: COMO ARTE DE RESISTÊNCIA ANCESTRAL 157*

Jessica Jacob Rodrigues de Sousa 157

*SOCIALIZAÇÕES DE APRENDIZAGENS (MINICURSOS E OFICINA) 160*

*OFICINA DE SLAM COMO PRÁTICAS NARRATIVAS DE AUTOVALORIZAÇÃO PESSOAL E COLETIVA 160*

Lizandro Silva de Assis 160

*ORALIMAGENS COMO UM CAMINHO INVESTIGATIVO – DE PÉS DESCALÇOS A NOS VALORIZAR 161*

Francilene Brito da Silva 161

*PESQUISANDO O SOCIAL AFRODESCENDENTE “DE PÉS DESCALÇOS...” EM VIAS DE UMA PEDAGOGIA AUTOVALORATIVA. 164*

Francis Musa Boakari 164

Francilene Brito da Silva 164

*SESSÕES DE CINEMA 168*

*“Vista Minha Pele” 168*

Joel Zito Araújo 168

*“Performance Braceada” 168*

Kácio Santos 168

*“Estalos” 168*

F. Monteiro Júnior 168

*“Bença I” (Dona Tomázia) 168*

*“Bença II” (Dona Jovita) 168*

Paulo de Tarso da Silva Junior 168

*“Dona Maria” 168*

F. Monteiro Júnior 168

*“Que horas ela volta?” 168*

Anna Muylaert 168

*EXPOSIÇÃO ARTÍSTICA: DE PÉS DESCALÇOS PARA NARRATIVAS DE (AUTO)VALORIZAÇÃO 169*

*EXPOSTOS NA GALERIA LIZ MEDEIROS – CCE/UFPI/BRASIL: 169*

*METAMORFOSE SOLAR 169*

Geovana (Francisca Geovana Alves da Costa) 169

*ABRAÇO DE GIRASSOL 170*

Geovana (Francisca Geovana Alves da Costa) 170

*VOCÊ NÃO ME PEGA, VOCÊ NEM CHEGA A ME VER 172*

Cajunxevo (Juliana Veras de Sousa) 172

*PARA TI MÃE TERRA 174*

Cláudia Freire (Cláudia da Paz Freire) 174

*MINHA ESSÊNCIA CELEBRA O CAMINHO 175*

Cláudia Freire (Cláudia da Paz Freire) 175

*SOU CAMINHO DE LUZ 176*

Cláudia Freire (Cláudia da Paz Freire) 176

*COM TERNURA ACOLHO VOCÊ 177*

Cláudia Freire (Cláudia da Paz Freire) 177  
RESGATE DA NEGRITUDE SOTENSE 193  
Nágila Alves da Silva 193  
PRINCESA DO MEU LUGAR 195  
Davi dos Santos (Maykon Davi Dos Santos Oliveira) 195  
SÉRIE: TRANÇADOS E COSTURAS 197  
Natasha Karenina (Natasha Karenina de Sousa Rego) 197  
OFICINA DE COLAGEM ANALÓGICA: OUTRAS IMAGENS POSSÍVEIS PARA A EDUCAÇÃO  
ESPECIAL E INCLUSIVA 210  
Leyllane Dharc Carvalho dos Santos Dias e vários autores/as, 2024. 210  
EXPOSTOS SOMENTE NO SITE [HTTPS://RODAGRIO.COM](https://rodagrrio.com) 212  
MENINA NEGRA DE CABELO CRESPO AZUL 212  
Marianna da Silva Batista 212  
IMAGENS (DES)COLONIZADORAS EM *RETIRÂNCIAS*. 220  
Leyllane Dharc Dias (Leyllane Dharc Carvalho dos Santos Dias) 220

**POSSÍVEIS NOTAS DE ENCERRAMENTO DO “XI CONGEAFRO CONGRESSO SOBRE GÊNERO,  
EDUCAÇÃO E AFRODESCENDÊNCIA: DE PÉS-DESCALÇOS PARA NARRATIVAS DE  
(AUTO)VALORIZAÇÃO” 222**

Prof. Arlindo Cornélio Ntunduatha 222

SILVEIRA, Maria Carmen. Educação Infantil e Diversidade: Desafios e Possibilidades. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

## **REFLEXÕES SOBRE AS TECNOLOGIAS ANCESTRAIS NO QUILOMBO URBANO DA BOA ESPERANÇA**

**Natasha Karenina de Sousa Rego**

UESPI/UFPI

nkaresr@frn.uespi.br

As tecnologias ancestrais africanas e afro-brasileiras são os jeitos e formas de interação consigo, com sua comunidade e a natureza ao produzir conhecimento com base em valores, filosofias, modos mantidos e ressignificados na diáspora. Assim, pergunta-se: o que são as tecnologias ancestrais africanas e afrobrasileiras? O objetivo geral é refletir sobre as tecnologias ancestrais no Quilombo Urbano da Boa Esperança. De forma específica, objetiva-se: conceituar tecnologias ancestrais; apresentá-las a partir de escrituras; refletir sobre elas no Quilombo Urbano da Boa Esperança. A pesquisa é qualitativa, exploratória e bibliográfica, com suporte de Nêgo Bispo (2015, 2023), Leda Maria Martins (2021), Beatriz Nascimento (2018) e Abdias do Nascimento (2017, 2020) para as discussões de quilombo e; Conceição Evaristo (2017) para a escritura. A investigação justifica-se pela importância dos quilombos enquanto territórios ancestrais africanos e afro-brasileiros. As tecnologias ancestrais são os ofícios cotidianos e ritualísticos; e potencializadoras de memória de modos de fazer e pensar. O quilombo é tecnologia africana ancestral de prática da liberdade, enfrentamento à colonização, manutenção da cultura e reumanização do negro. Reivindicar-se quilombo, ser quilombola, aquilombar-se expressam tecnologia ancestral de continuidade da ancestralidade africana, de prática da liberdade, de sonhar e praticar um mundo contracolonial.

Palavras-chave: Tecnologias Ancestrais. Quilombo Urbano da Boa Esperança. Quilombo.

### Referências:

EVARISTO, Conceição. Escritora Conceição Evaristo é convidada do Estação Plural. (Entrevista cedida a) Ellen Oléria, Fernando Oliveira e Mel Gonçalves. TV Brasil, [S. l.: s. n.], 12 jun. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xn2gj1hGsoo>. Acesso em: 27 fev. 2023.

MARTINS, Leda Maria. Afrografias da memória. O reinado do Rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2017.

\_\_\_\_\_. O Quilombismo. São Paulo: Perspectiva, 2020.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição. São Paulo: Filhos da África, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo (NÊGO BISPO). A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora: PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo (Nêgo Bispo). Colonização, quilombo: modos e significações. Brasília: UNB, 2015.

SILVA, Lucas Cesar Rodrigues da; DIAS, Rafael de Brito. As tecnologias derivadas da matriz africana no Brasil: um estudo exploratório. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 26 (2020), p. 1 – 15.

## **REPRESENTATIVIDADE NEGRA NOS MATERIAIS DIDÁTICOS: UM ESTUDO CRÍTICO**

**Joana D'arc Mascarenhas Correia**

Este estudo investiga a presença e a representação da cultura e da história negra em materiais didáticos utilizados nas escolas brasileiras. Compreendendo a importância da representatividade na formação da identidade e na promoção da igualdade racial, a pesquisa analisa livros didáticos de diversas disciplinas, considerando a quantidade e a qualidade. O estudo desse tema utiliza uma abordagem crítica, explorando como os conteúdos refletem ou desconsideram a diversidade cultural do Brasil. Mediante isso vale ressaltar que a lei permite tal tema dentro das escolas como diz a lei: Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. E com isso são discutidas as implicações da falta de representatividade, que perpetuam estereótipos e marginaliza a contribuição histórica dos negros na sociedade. No entanto não apenas na educação fundamental como também na educação infantil, além disso, o estudo propõe diretrizes para a elaboração de materiais didáticos mais inclusivos, ressaltando os pontos de melhoria nesse processo. Os resultados apontam para a necessidade urgente de revisão e restrição dos materiais didáticos, a fim de promover uma educação que valorize a pluralidade cultural e contribua para a formação de uma sociedade com representatividade negra dentro da educação e mais ainda nos livros didáticos. A presença da população negra na história do Brasil é significativa, mas frequentemente é sub-representada ou retratada de forma superficial nos currículos escolares. Essa omissão contribui para a invisibilização das contribuições culturais, científicas e sociais dos negros, perpetuando a ideia de que a história do Brasil é somente os negros sendo escravizados. O estudo crítico dos materiais didáticos envolve uma análise das imagens, narrativas e contextos apresentados. Questões como a diversidade de personagens, a riqueza de histórias e a precisão das informações sobre a cultura afro-brasileira devem ser examinadas. Pois a pesquisa pode revelar, por exemplo, uma predominância de estereótipo, limitando assim o processo de aprendizagem dentro dessa temática tão importante no ambiente social, cultural e escolar. A falta de representatividade impacta diretamente a autoestima dos professores e estudantes, e a formação da identidade de estudantes negros. A percepção de que suas histórias e

**SÉRIE: TRANÇADOS E COSTURAS**

**Natasha Karenina (Natasha Karenina de Sousa Rego)**

Técnica: Tapeçaria manual com malha reutilizada.

Data: out/24.

Tapeçaria de pequenos cestos e centros de mesa feitos a mão a partir de tranças de tiras de malha colorida reutilizada a partir de roupas rotas. O trabalho tematiza a biointeração (Nêgo Bispo); reutilização de materiais; trançado



ancestral aprendido com minha vó Diva que fazia cestos, leques, jacás e outros de palha de carnaúba; costura à mão. É uma sankofa às tecnologias ancestrais adaptadas ao Tempo e às necessidades de hoje. Evoca o exercício da paciência. Cada ponto é uma forma de passar e brincar com o Tempo. A ancestralidade nos convida a olharmos para as nossas trajetórias e narrativas pessoais, sociais, familiares e comunitárias a fim de nos conhecermos, (re)aprendermos a valorizar nossas histórias e identidade. Ter recuperado a costura à mão, algo que eu amava quando criança, agora na pandemia e pós-pandemia pode fazer feliz à minha criança ancestral, a minha adulta e a todas as versões de mim. E ser feliz é uma forma de sararmos os traumas também ancestrais dos genocídios indígena e africano. Recuperar fazeres da minha vó Diva e re-vivê-los, no meu Tempo, com os meus materiais é algo que além de me deixar feliz me aproxima dela, com quem convivi pouco, por ter falecido cedo, adoecida, como muitas mulheres afro-indígenas. É uma forma de cultivar nossa relação ancestral.



### **DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins que o artigo intitulado A LUTA PELO TERRITÓRIO NA COMUNIDADE DA BOA ESPERANÇA, EM TERESINA-PI de autoria de Natasha Karenina de Sousa Rego, Maria Raimunda Penha Soares e Elaine Ferreira do Nascimento foi submetido a chamada de dossiê da revista Cadernos do Pet Filosofia UFPI (ISSN 2176-5880), intitulado “Interseccionando Ciência, Filosofia e Justiça Social: caminhos para a democracia brasileira”. Após avaliação dos pareceristas o escrito foi aceito e se encontra em fase de editoração.

Teresina (PI), 19 de Novembro de 2024

---

Paulo de Tarso Xavier Sousa Junior  
Organizador Geral do Dossiê

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2024.

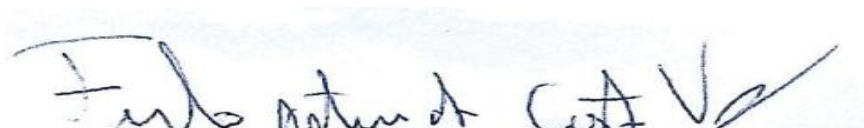
Prezada Professora Natasha Karenina

É com muita satisfação que a revista eletrônica Entropia vinculada ao Laboratório de Movimentos Sociais e Mídia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (PPGSP – IUPERJ/UCAM) artigo, **MULHERES NOS TERREIROS DA ESPERANÇA: ANCESTRALIDADES NO QUILOMBO URBANO DA BOA ESPERANÇA, EM TERESINA/PI** foi aprovado e será publicado em nossa próxima edição, a ser lançada em fevereiro de 2025.

A revista Entropia se propõe divulgar pesquisas, artigos, ensaios relativos aos movimentos sociais e sua relação com a mídia. Tem publicado trabalho de pesquisadores brasileiros e estrangeiros contribuindo para a circulação de ideias e pesquisas.

Nosso ISSN é: 2526-2793

Agradecemos sua atenção e sua valorosa contribuição.



---

Prof. Dr. Fernando Antonio da Costa Vieira